



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Adolfo Wagner

**A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: marcos de
uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro**

Rio de Janeiro

2016

Adolfo Wagner

**A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini:
marcos de uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire.

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

M339 Wagner, Adolfo.
A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: marcos de uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro / Adolfo Wagner. – 2016. 241 f.

Orientadora: Silene de Moraes Freire.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Marini, Ruy Mauro, 1932-1997. 2. Dependência – Teses. 3. Desenvolvimento econômico – América Latina – Teses. I. Freire, Silene de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 330.34(8=6)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Adolfo Wagner

**A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini:
marcos de uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 26 de outubro de 2016.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Mônica Maria Torres de Alencar

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof. Dr. Oswaldo Munteal

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Sara Granemann

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mauro Luis Iasi

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

À Ivone e César.
A Igor e Maya, por tudo que foi, pelo que é e ainda será.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho percorreu um longo caminho. Muitos foram aqueles e aquelas que participaram comigo desta trajetória. Os agradecimentos são vários e a lista, se fosse feita justiça, seria por demais longa. Nesse caminho algumas pessoas foram, porém, determinantes. Acredito que através delas eu possa alcançar à todas.

À minha orientadora, Profa. Silene de Moraes Freire, pela dedicação, insistência, paciência e generosidade que, por fim, tornaram possível a conclusão e a defesa da tese de doutoramento.

À Prof^a Sara Granemann, Prof^a Marilda Vilela Yamamoto, Prof^a Mônica Maria Torres de Alencar, Prof. Mauro Luis Iasi e Prof. Oswaldo Munteal pela leitura e comentários feitos ao texto, na condição de membros das bancas de qualificação ou de avaliação da tese.

Aos meus colegas na Coordenação de Ciências Humanas do IFPB - João Pessoa pela solidariedade e compreensão quanto às minhas faltas e ausências.

À Analice pela paciente leitura e revisão do texto.

À Dna. Cícera e seu Sandro (*in memoriam*), para o abrigo de quem precisei levar inúmeras vezes Igor e Maya a fim de me ater à pesquisa e à construção do texto.

À Tainá, Pedro, Lú, Zé, Dani e Mari pela amizade e por tudo que compartilhamos.

À Nívia, por todos os momentos juntos.

RESUMO

WAGNER, Adolfo. **A teoria marxista da dependência em Ruy Mauro Marini:** marcos de uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Desde a publicação, no Brasil, do ensaio “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini, um conjunto de iniciativas vêm sendo produzidas para recuperar sua obra e seu pensamento. São publicações e eventos, nas mais diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Marini, junto com Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, compõe o núcleo fundador da tradição da Teoria Marxista da Dependência (TMD) no Brasil. Suas análises buscam as determinações históricas e sociais, capazes de explicar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos. O estudo da dependência, no contexto da tradição do marxismo na América Latina, produz um conjunto de questões e possibilidades interpretativas que o enriquecem. Ao buscar identificar os fundamentos específicos do capitalismo dependente, no contexto da expansão do mercado mundial, revelam o imbricamento de aspectos, que condicionam e submetem as economias nacionais latino-americanas a um processo de espoliação permanente. A análise da TMD mostra, contudo, que esta sangria sustenta-se na associação dos interesses dominantes instalados internacional e nacionalmente contra as condições de vida dos povos latino-americanos. A contribuição particular de Marini à TMD vem na direção de uma síntese que articula três conceitos, fundamentalmente: o intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho e o subimperialismo. O objetivo desta tese é analisar a delimitação da problemática produzida por Marini, inserida em sua totalidade histórica, como expressão da tradição do pensamento marxista no Brasil e na América Latina, inscritas na trajetória da luta de classes na região. Isso significa não somente apreender o contexto em que essa problemática foi produzida, mas tomar a obra em seu conjunto, estabelecer as conexões entre os diversos momentos do pensamento de Marini, como também o diálogo entre ele e seus contemporâneos. Por fim, compreender o movimento imanente de seu pensamento ao mesmo tempo que podemos iluminá-lo, inserindo-o na história em sua concreticidade. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental que almejou quatro objetivos secundários: a) compreender a conjuntura brasileira entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1980; b) estudar os textos de referência de autores e movimentos que marcaram o cenário político e intelectual deste período e foram considerados relevantes para o debate proposto pela Teoria Marxista da Dependência; c) estudar as principais publicações de Dos Santos, Bambirra e Marini – notadamente do período que compreende os anos de 1965 a 1979, quando a problemática da TMD está, a nosso ver, delimitada; d) analisar os textos de Marini que compõem o universo de pesquisa deste estudo, a partir de autores clássicos da tradição do marxismo.

Palavras chaves: Teoria Marxista da Dependência. Dependência. Ruy Mauro Marini. Intercâmbio desigual. Superexploração. Subimperialismo.

ABSTRACT

WAGNER, Adolfo. **The Marxist Theory of Dependency in Ruy Mauro Marini's work**: a study in the context of Brazilian social thought. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Since the essay “Dialética da Dependência” [Dialectics of Dependence], by Ruy Mauro Marini, was first published in Brazil, a series of efforts have been undertaken to recover the author’s work and thought. These initiatives have produced many publications and academic events in all different branches of the human and social sciences. Together with Vânia Bambilra e Theotônio dos Santos, Marini founded the tradition of the Marxist Theory of Dependence (MTD) in Brazil. His analyses investigate the historical and social determinations that can explain the underdevelopment of Latin-American countries. The dependence studies, in the context of Marxism tradition in Latin-America, produce a worthwhile set of questions and interpretative possibilities. By attempting to identify the particular basis of the dependent capitalism in the context of the world market expansion, these studies reveal the interrelation of aspects that restrain and subordinate the national economies of Latin-America to a process of permanent spoliation. The MTD analysis demonstrates, however, that this depletion is supported by the association of the dominant interests established both international and nationally against the living conditions of Latin-American people. Marini's particular contribution to the MTD correlates three concepts, which are: the unequal exchange, the over-exploitation of work and the sub-imperialism. The objective of this thesis is to analyze the bounds of Marini's contributions as an expression of the Marxist thought tradition in Brazil and in Latin-America in the context of the class struggle in the region. This implies not only to grasp the context in which these contributions were produced but, also, to consider Marini's work as a whole, to establish connections among different moments of his thought and also to contemplate his dialogue with his contemporaries. At last, we intend to understand the immanent movement of his thought inserted in history in its concreteness. To accomplish these main objectives we have made a bibliographic and documental research that pursued four secondary objectives: a) to understand the Brazilian scenario between the late 1950's and the beginning of the 1980's; b) to study reference texts produced by authors and movements that characterized the political and intellectual of this period and were considered relevant to the debate proposed by the MTD; c) to study the main publications by Dos Santos, Bambilra e Marini – particularly those produced in the period between 1965 and 1979, when the main questions of the MTD were, in our view, outlined; d) to analyze Marini's texts related to the main subjects of this research from the perspective of classic authors of the tradition of Marxism.

Key-words: Marxist Theory of Dependence. Dependence. Ruy Mauro Marini. Unequal exchange. Over-Exploitation. Sub-imperialism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	INFLUXOS TEÓRICOS PARA DIÁLOGOS INCONTESTES	23
1.1	Ruy Mauro Marini: intelectual e dirigente revolucionário	23
1.2	A CEPAL e a Teoria do Subdesenvolvimento	33
1.2.1	<u>A teoria do subdesenvolvimento em Celso Furtado</u>	40
1.3	O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)	45
1.3.1	<u>O nacionalismo de Guerreiro Ramos</u>	50
1.4	O PCB e o caráter da revolução brasileira	57
1.5	A Teoria da Modernização	64
1.5.1	<u>W.W. Rostow e as etapas do desenvolvimento econômico</u>	65
1.5.2	<u>Gino Germani e a modernização da América Latina</u>	73
1.6	Na contramão do reformismo: as teses da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP)	83
1.6.1	<u>O “Programa Socialista para o Brasil” e o caráter da revolução Brasileira</u>	90
1.6.2	<u>A ditadura militar e a construção do partido revolucionário</u>	93
1.6.3	<u>Insurreição proletária e a luta de guerrilhas</u>	96
1.7	O desenvolvimento do subdesenvolvimento de Andre Gunder Frank	98
1.7.1	<u>As teses sobre o subdesenvolvimento capitalista latino-americano</u>	100
1.7.2	<u>As contradições capitalistas na América Latina e no Brasil</u>	104
2	A CONTRIBUIÇÃO DE RUI MAURO MARINI À TMD: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE	110
2.1	A nova condição histórica	111
2.2	A crítica às teorias desenvolvimentistas e da modernização	117
2.3	A condição e a reprodução da dependência	119
2.4	Afirmção de uma concepção materialista da história	121
2.4.1	<u>O desenvolvimento desigual e combinado e a análise das classes sociais</u>	124
2.4.2	<u>A superação da dependência</u>	132
2.4.3	<u>A crítica à Andre Gunder Frank</u>	140

2.4.4	<u>Um breve interregno: para uma teoria marxista das crises</u>	145
2.4.4.1	Crises cíclicas do capitalismo e suas feições.....	150
2.4.4.2	O desenvolvimento do capitalismo e a realização da mais-valia em Lenin e Rosa Luxemburgo.....	158
2.5	A contribuição de Ruy Mauro Marini	172
2.5.1	<u>A Dialética da Dependência: uma interpretação marxista do capitalismo dependente</u>	173
2.5.2	<u>Apontamentos para uma análise da problemática de Ruy Mauro Marini</u>	183
2.5.2.1	Troca desigual e a lei do valor.....	185
2.5.2.2	A superexploração do trabalho e a lei geral da acumulação.....	198
2.5.2.2.1	Considerações gerais sobre o conceito de superexploração.....	213
2.5.2.3	Subimperialismo e o ciclo do capital dependente.....	221
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
	REFERÊNCIAS	232

INTRODUÇÃO

Este estudo, que ora apresentamos como requisito para a conclusão do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ), tem por objetivo analisar a contribuição de Ruy Mauro Marini na delimitação da problemática da Teoria Marxista da Dependência (TMD) no contexto do pensamento social brasileiro.

Essa reflexão tem origem ainda no ano de 2004, durante os estudos para a construção da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que se discutiu a polêmica instaurada entre Marini e Cardoso em torno da “Dialética da Dependência”, publicado pelo primeiro em 1973. O interesse pela TMD ampliou-se quando passamos a compartilhar o espaço do Programa de Estudos para América Latina e Caribe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROEALC/UERJ). Ali nos defrontamos com uma América Latina viva e insurgente. Nos debruçamos sobre pensadores que não descreviam a realidade histórico-social dos países da região, como observadores frios e distantes. Eles denunciavam a brutalização dos povos latino-americanos, colocando a nú as causas de suas mazelas. Foi através de seus escritos que pudemos perceber o quanto o interesse e as lutas das classes trabalhadoras no Brasil estavam imbricados com a dinâmica do conflito de classes de todo o continente.

Do ano de 2000 para cá, vêm crescendo o interesse e também as publicações no Brasil e em outros países da América Latina que tratam das chamadas “Teorias da Dependência”¹. Há um esforço no sentido de se fazer um balanço (crítico) de suas trajetórias, bem como da contribuição de seus proponentes às Ciências Sociais na região.

As iniciativas que buscam divulgar e aprofundar os “estudos sobre a dependência” no contexto das ciências sociais no Brasil vem alcançando, não apenas um público cada vez maior, como se institucionalizando em uma série de programas de pesquisa em universidades e sociedades científicas. Neste contexto podemos citar

¹ Ver Marini (2000); Dos Santos (2000); Traspadini & Stedile (2005); Martins (2006); Beigel (2006); Valencia (2008); Martins & Valencia (2009); Marini (2012); Bambirra (2012); Ferreira, Osorio & Luce (2012); Filho (2013). A lista pode ser acrescida por diversos outros escritos mais recentes.

o próprio PROEALC-UERJ, que, desde o início da década de 90, vem militando e produzindo estudos que buscam entender, para superar, a condição dependente dos países da América Latina. Temos ainda o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC); o Grupo de Estudos da Teoria da Dependência, sediado na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); o Grupo de Trabalho de Teoria Marxista da Dependência da Sociedade de Economia Política (GT-TMD SEP); além de pesquisas, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações que vêm sendo produzidos em diversos programas de graduação e pós-graduação pelo país.

A retomada do debate em torno das “teorias da dependência” vem suscitando um conjunto de novas e antigas questões. Uma delas – que remonta ainda ao final dos anos 70 - diz respeito ao próprio objeto que se pretende estudar e a *demárche* das problemáticas formuladas. O problema é dado no momento em que percebemos duas coisas: a) a categoria *dependência* para apresentar a condição dos países subdesenvolvidos e descrever a sua relação com os do centro do sistema, foi usada por um conjunto significativo de pensadores, muitos dos quais não comumente situados no contexto dos “dependentistas”²; b) mesmo entre os intelectuais posicionados no interior deste grupo, podemos apreciar diferenças tão significativas que nos sugerem tratar-se, logo à primeira vista, de marcos teóricos e perspectivas muito diferentes.

Alguns autores que buscam sistematizar a trajetória dos “estudos sobre a dependência” ou das “teorias da dependência” têm oferecido duas soluções para o problema: a primeira, tratam de levantar elementos comuns que confeririam a estas abordagens características de um mesmo “movimento intelectual”³; a segunda, a de afirmar a existência de cientistas sociais que, identificados mais imediatamente com a tradição do pensamento marxista, deram origem à Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁴.

Este debate não pode ser enfrentado fora do contexto histórico das sociedades latino-americanas e das tradições do pensamento social que repercutiram na região,

² No âmbito do pensamento social brasileiro poderíamos citar Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni, Florestan Fernandes entre outros.

³ Veja-se Dos Santos (2000)

⁴ Especialmente Urbina (1984) e Valencia (2008)

notadamente entre o final da década de 50 e 70 do século XX. Isso significa compreender o movimento geral dos processos econômicos, políticos e sociais que se desenrolam na região e sua expressão na produção intelectual em cada período. A partir desta orientação não é possível separar o surgimento da TMD da dinâmica da luta de classes na América Latina – tomada em sua dimensão objetiva e subjetiva – bem como, expressão desta, da própria trajetória do marxismo na região.

Regatar e analisar a contribuição de Marini, estabelecendo os nexos críticos do seu pensamento com importantes correntes teóricas e políticas que marcam a produção das Ciências Sociais e Humanas no Brasil permite colocar na ordem do dia antigas e novas questões acerca do nosso “subdesenvolvimento” sob, o que consideramos, uma original e importante possibilidade interpretativa.

Nossa expectativa é que a proposta do trabalho que ora apresentamos possa se somar àquelas outras que, no Serviço Social, buscam ampliar as possibilidades de uma leitura crítica da realidade brasileira. Compreender as contradições que se expressam no cotidiano de homens e mulheres, na forma de subnutrição e fome, falta de moradia e saneamento básico, saúde e educação precárias, trabalhos extenuantes, violência e degradação física e moral, é pautar o lugar da ação do assistente social, o *locus* da sua atuação profissional. A partir daí, é possível refletir sobre sua formação e desenvolver instrumentos de intervenção que permitam a ele imergir criticamente nesta realidade brutal, na condição de sujeito para sua transformação.

Fazendo um rápido balanço, passaram-se um pouco mais de cem anos desde que os primeiros textos de inspiração marxista ou mesmo as primeiras traduções de livros de Marx, apareceram na América Latina. Data ainda no final do século XIX a fundação dos primeiros partidos socialistas na região⁵. Sua organização e produção teórica não lograram grande influência na torrente que se formaria mais à frente.

O advento da Revolução Russa e a constituição da III Internacional, por sua vez, marcaram intensamente a penetração e a trajetória do marxismo nos movimentos e nas organizações das classes trabalhadoras latino-americanas nos anos de 1920. Entre os anos 1930 e 1950, o movimento socialista latino-americano esteve marcado pela hegemonia stalinista, servindo em sua grande parte de correia de transmissão das políticas do Partido Comunista Soviético (PCUS), por meio do Komintern, mesmo

⁵ Para citar alguns exemplos: o Partido Socialista Brasileiro, em 1895 (DULLES, 1977); o Partido Socialista argentino, em 1896 e o Partido Obrero Socialista do Chile, em 1912. (LOWY, 1999)

após sua dissolução em 1943.

Na primeira fase, preponderou o marxismo revolucionário. A leitura da condição do continente colocava na ordem do dia o caráter socialista da revolução. No momento seguinte, tornou-se hegemônica a concepção *etapista* do processo na qual, precedendo a etapa socialista, dever-se-ia cumprir as tarefas tipicamente democrático-burguesas.

Se os Partidos Comunistas (PCs) tendiam a seguir mecanicamente as determinações do Comitê Central do PCUS, no seu conjunto, estas influências e sua apropriação ainda eram mediatizadas pelas condições da realidade local. É isso que possibilita, em 1932, sob vigência da política do Terceiro Período da Internacional⁶, a eclosão da primeira insurreição de massas dirigida por um Partido Comunista (PC) na história da América Latina⁷. Deve-se notar, também, a existência de organizações trotskistas e intelectuais independentes que entre os anos de 1940 e 1950 fazem o contraponto às teses oficiais dos PCs.

A Revolução Cubana, em 1959, marca um novo momento do pensamento marxista na América Latina. Ganha projeção correntes mais radicais que promovem outras leituras – diferentes daquelas que tradicionalmente fizeram os Partidos Comunistas stalinizados - sobre a condição histórica, política e social dos países da região e, conseqüentemente, do caráter do processo revolucionário.

É nesse contexto que surge a Teoria Marxista da Dependência. Retomando em certos e importantes aspectos a produção teórica do marxismo dos anos 20, esta reinauguraria aquilo que Lowy tratará como sendo “a aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana” (LOWY, 1999, p. 12).

No início dos anos 60 a tradição nacional-desenvolvimentista enfrenta sua grande crise. Seus proponentes não viram lograr o advento da sociedade industrial e democrática na região. A crítica produzida pela TMD a estas correntes retomará a contribuição da teoria do imperialismo e a desdobrará em uma contraparte, que é exatamente o esforço de compreender a dinâmica do processo de acumulação e

⁶ A política da Internacional durante o assim chamado Terceiro Período foi marcada pela caracterização da crise do imperialismo e sua iminente derrocada com uma radicalização progressiva das massas. Caberia aos comunistas assumirem a direção destes processos, isolando qualquer outra tendência do movimento operário, inclusive a social-democracia, identificada a partir de então como social-fascista. Neste período aprofunda-se o controle do Comintern sobre as seções nacionais.

⁷ Falamos aqui da insurreição de 1932 em El-Salvador dirigida pelo PC Salvadorenho sob a liderança de Farabundo Martí entre outros. (LOWY, 1999)

reprodução do capital nas economias dependentes latino-americanas a partir do momento de sua integração ao mercado mundial na fase do capitalismo monopolista. Seu desenvolvimento não foi homogêneo e se disseminou de forma desigual pelos países do subcontinente.

Como afirma Urbina, é

notório que a teoria marxista da dependência encontrou em países do cone sul do continente (Brasil, Argentina e Chile) e no México seus pontos geográficos de desenvolvimento por excelência. É também nestes países onde o pensamento social em suas diversas vertentes encontrou seus centros mais relevantes. O denominador comum a todos eles e que seguramente joga um papel destacado enquanto base objetiva do marxismo latino-americano é o fato que constituem as formações sociais onde o capitalismo alcançou um desenvolvimento mais extenso e profundo. (URBINA, 1984, p. 27, livre tradução)

Ainda de acordo com o autor, apesar do marxismo no Brasil ter menos tradição que em outros países latino-americanos, ganha muita força nos anos sessenta passando a constituir-se no centro irradiador do desenvolvimento do pensamento marxista na região⁸. Seu desenvolvimento no país está associado muito estreitamente às organizações partidárias o que permitiu “que sua reflexão mantivesse uma ligação com problemas de ordem política e favorecido a integração da teoria e da prática” (URBINA, 1984, p. 27, livre tradução) o que permitiu incidir sobre problemas-chaves logrando a que suas teses ocupassem o centro das discussões das ciências sociais na região .

As questões que formataram o campo da TMD foram formuladas inicialmente no contexto da conjuntura brasileira e nos marcos do debate dos movimentos e organizações marxistas no país⁹. Seus articuladores são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. O desenvolvimento posterior no Chile – notadamente no Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile (CESO) entre o final dos anos 60 até o golpe contra o governo Allende – teve por base o grande ascenso dos movimentos populares no período e a confluência dos intelectuais brasileiros que lá se exilaram depois da implantação da ditadura militar em 1964. Ali,

⁸ No que concerne ao movimento que resulta na produção da TMD, não há sombra de dúvidas em torno desta afirmação. Mas a absolutização desta ideia nos parece diminuir a importância da disseminação do castrismo e do guevarismo no continente.

⁹ No espírito daquilo que sugere Marini (1990, p. 4-5) quando afirma que, a “gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana [...] não é, como se pretende, efeito da Revolução Cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela e independentemente de que passe a sofrer forte influência sua nos anos 60.”

aos três juntaram-se pesquisadores como Andre Gunder Frank, Martha Harnecker, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Jaime Osorio entre outros. Com a queda do governo da Unidad Popular (UP) e o fechamento do CESO, aqueles que lá se reuniam acabaram por reencontrar-se no México que tornou-se o terceiro eixo geográfico do desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência (URBINA, 1984).

A síntese dessa trajetória é descrita por Bambirra na nota prévia de seu livro “Capitalismo dependiente latino-americano” (1972)¹⁰

Existem várias e importantes obras de diferentes autores (muitos citados neste trabalho), que em conjunto deixam importantes contribuições para a interpretação marxista do capitalismo latino-americano e do caráter da revolução.

No entanto, apesar da inquestionável contribuição dos estudos sobre a dependência, ainda não foi possível desenvolver de forma sistemática o que se poderia chamar de teoria marxista da dependência.

Esta é uma tarefa bastante árdua e complexa, que não pode ser cumprida no curto prazo. Implica a utilização criadora da metodologia marxista, o que supõe uma maior tradição e maturidade desta ciência no continente. (BAMBIRRA, 2012, p.28-29)

A TMD precisa ser entendida nos marcos de uma construção intelectual coletiva e processual. Se os contornos de sua problemática podem ser percebidos desde a produção dos primeiros textos, à medida em que o tempo passa - e o diálogo entre os autores, assim como os estudos sobre o marxismo e a realidade brasileira e latino-americana se aprofundam - verificaremos um enriquecimento conceitual e metodológico e, conseqüentemente, uma delimitação mais clara do conjunto teórico. Se ela é o resultado mais geral, como vimos, das mudanças que ocorreram na América Latina e no debate no campo do marxismo na região, suas raízes estão assentadas diretamente nas concepções da nova esquerda, especialmente no Brasil (MARINI, 1990).

É neste contexto particular que evidenciam-se os nomes de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Com trajetórias que se encontram em momentos cruciais, como na fundação e militância na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) no início dos anos 60 e na passagem que tiveram como docentes na Universidade de Brasília (UnB) no mesmo período, seus textos – mesmo durante todo o período em que estiveram exilados – buscam, direta ou indiretamente, contribuir com a análise da condição do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. Para Dos Santos (1973b, p.64, livre tradução), este é um

¹⁰ A primeira edição brasileira do livro foi lançada apenas em 2012.

requisito metodológico, já que

o caso brasileiro pode ser estudado como um paradigma do desenvolvimento das formas de integração econômica ao capital internacional e às novas condições da divisão internacional do trabalho e do capital imperialista. Tudo indica que aí encontraremos estas condições em sua forma mais avançada, o que permitirá apreciar as tendências gerais que dirigem este processo.

Para Marini, a primazia da análise das condições brasileiras aparece justificada, não apenas pelas suas especiais condições objetivas – que resultarão na caracterização do subimperialismo – mas também pela preocupação com o destino das organizações da esquerda revolucionária no Brasil. Sua obra é característica não apenas de um pensador social, mas de um dirigente político.

Os textos de Bambirra, por sua vez, acabam traçando a sua preocupação primordial sobre a América Latina. É esta a afirmação do seu primeiro trabalho de maior expressão¹¹. Ali faz da construção de sua tipologia dos países latino-americanos um esforço para ir além da definição de modelos generalizantes que identifica nos estudos de Marini e Dos Santos¹². Para ela, apesar da relevância destes procedimentos, isso não dispensaria a necessidade de verificar com maior nitidez a diferença entre as estruturas mais ou menos desenvolvidas do capitalismo dependente. Ela assim descreve seu desafio

apesar das diferenças, A América Latina constitui uma unidade – no plano cultural, pela comum herança do período colonial; nos planos econômico e político, por ser região de atuação do imperialismo, pelas suas possibilidades integradoras; e finalmente, em função de suas perspectivas libertadoras e revolucionárias. Contudo, a condição para entender a América Latina como unidade surge da maior clareza possível, de suas diferenças internas. (BAMBIRRA, 2012, p. 128)

É interessante notar que nenhum dos três autores escreveu conjuntamente qualquer obra que se tenha constituído como um clássico no escopo da Teoria Marxista da Dependência. Também é curioso o fato de em seus textos haver muito poucas citações dos autores entre si¹³. Uma leitura atenta de seus trabalhos nos faz

¹¹ Bambirra (2012)

¹² Afirma Bambirra (2012, p. 128-129) que até “o momento [...] os esforços de analisar a fase histórica que se inaugura com o novo caráter da dependência em geral, não se orientaram no sentido de precisar as diferenças entre os tipos de estruturas dependentes. A maior parte desses esforços se dirige ao estudo de um país ou de um grupo de países e, mesmo nos casos em que se busca fazer generalizações para o subcontinente em seu conjunto, tais generalizações acabam tomando a situação dos países mais desenvolvidos como modelo.

¹³ Neste caso a exceção cabe à Bambirra que recorre a citações de Dos Santos e Marini em seu “Capitalismo Dependente Latinoamericano” (1972) e “Teoria de la dependencia: una anticritica” (1977). Organizou uma obra coletiva - “Diez años de insurrección em América Latina” (1971) que contou com um artigo de Marini. E este, por fim, também a cita no “Dialética da Dependência”

perceber que existiam diferenças entre eles e analisá-las, assim como a particularidade de cada uma das obras no seu conjunto, resultaria em um importante e rico esforço de pesquisa. Porém, da mesma forma, encontramos diversos e importantes nexos comuns. E o que é central: a trajetória intelectual de Dos Santos, Marini e Bamberger, percebidas suas singularidades, ilumina e completa, em parte, as trajetórias de um e de outro. Queremos com isso simplesmente afirmar que algumas questões que poderiam passar apressadamente demais em um texto, encontramos de maneira mais evidente no trabalho do outro autor. Da mesma forma, conceitos e preocupações que estão nos primeiros textos de um, aparecem incluídos em textos tardios do outro. Desta dinâmica, da qual resulta um diálogo contido, subjaz a afirmação de uma unidade que reflete a expectativa de construção de uma Teoria Marxista da Dependência. Este será um dos temas sobre os quais nos debruçaremos mais à frente.

O que dificulta qualquer esforço de pesquisa é a ainda pequena disponibilidade dos livros e artigos dos três autores no Brasil. O silêncio imposto a eles e à sua produção é notável no contexto das Ciências Sociais no país. O golpe militar e a repressão às organizações de esquerda durante os “anos de chumbo”, foram o seu primeiro momento. O estabelecimento do processo de transição democrática a partir do final dos anos 1970, ao invés de permitir o resgate da contribuição da TMD à produção do pensamento social brasileiro resultou que, na condução da institucionalização das ciências sociais, se constituísse um movimento de isolamento das correntes mais consequentes do marxismo no interior da academia¹⁴.

Um elemento que não podemos negar, mas sobre o qual não teremos condições de nos debruçar nesta ocasião, diz respeito ao posicionamento político de Bamberger, Theotônio e Marini, no regresso de cada um deles do exílio e o quanto isso pode ter influenciado em sua reinserção e ressocialização no contexto acadêmico brasileiro¹⁵.

(1973). Cabe lembrar o prólogo ao “La Revolución Cubana: una reinterpretación” de Bamberger que coube a Marini redigir. Entre Dos Santos e Marini o diálogo aberto demonstra-se muito menos evidente.

¹⁴ Ver Pécáut (1990) e Wagner (2005)

¹⁵ Os dois primeiros, envolvidos na construção do Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde 1979 enquanto Marini, sem qualquer vinculação partidária, volta ao Brasil em 1984 e trabalha no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, eleito dois anos antes. É preciso ainda mais informações para compreender este retorno tardio ao país e o seu não envolvimento partidário explícito.

De qualquer maneira, na trajetória da TMD no Brasil as portas lhe foram fechadas. Compreender este processo – bem como o contexto em que se deu – é contribuir para um balanço do que está em jogo, quando retomamos o texto de seus autores, nos espaços em que antes eram renegados e, na atualidade, as novas possibilidades de leitura da realidade brasileira e latino-americana. De toda forma, isso não é preliminar e pode acompanhar o esforço paralelo de recuperação da contribuição dos autores brasileiros da TMD, que ainda está pleno em andamento.

Tomando em particular a obra de Marini, observamos que ela está dispersa em um conjunto de artigos escritos para jornais e periódicos, intervenções em seminários e congressos, e pouca coisa – porém muito significativa – encontra-se em livros publicados por ele. É difícil estabelecer uma periodização ou uma classificação do seu trabalho. Podemos afirmar – assim como acontece com os textos que estudamos de Dos Santos e Bamberger – que desde a publicação de “Contradiciones y Conflictos en el Brasil Contemporáneo” (1965) até seus escritos do início dos anos 1980, é possível perceber um conjunto de questões e problemas que são enfrentados, cujas respostas refletem um amadurecimento construído a partir, não apenas do debate posto por companheiros e adversários em torno de suas ideias, como também do esforço em apreender os processos subjacentes à conjuntura do período. É seguro afirmar que o conhecimento da realidade brasileira e latino-americana, a partir da perspectiva marxista, se enriquece e aprofunda em Marini, exatamente quando ele se debruça sobre os momentos de agudização da crise engendrados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial e a forma que assumem na região¹⁶.

A partir de uma panorâmica sobre sua obra, concordamos que “Dialética de la Dependencia” (1973), marca um momento crucial. Como o próprio Marini diz, seu ensaio “[...] foi escrito com a preocupação de, a partir de uma atitude crítica frente ao ecletismo que tem caracterizado os estudos sobre a dependência, assentar algumas premissas para avançar em direção a esta teoria.” (MARINI, 1973, p. 35, livre tradução). Sua afirmação está circunscrita à defesa de que se deveria buscar na dependência como tema central das ciências sociais latino-americanas “a orientação capaz de dar lugar a uma teoria rigorosamente marxista das formações sociais

¹⁶ Esta é uma caracterização que poderíamos generalizar para Dos Santos e Bamberger. Se a TMD começa a se constituir no contexto de crise das correntes nacional-desenvolvimentistas, um novo marco de sua formulação pode ser definido a partir do seu esforço em apreender a crise mundial de 1974-75 e seus reflexos nos países latino-americanos, particularmente o Brasil.

capitalistas da América Latina e, em geral, do que se tem chamado, nas últimas décadas, “subdesenvolvimento” (*ibidem*)¹⁷.

No entanto, ele não funda ali a Teoria Marxista da Dependência nem a sua economia política. Naquele ensaio, o grau de abstração com que trabalha a dinâmica econômica da América Latina, objetiva um rigor mais apurado nas formulações no campo da TMD. Esta intenção é clara, assim como também o resultado parcial que consegue obter nesta direção. Textos que virão em seguida – notadamente o já citado “En torno a 'Dialectica de la Dependencia'” (1973), o artigo “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo” (1977), a resposta ao “Desventuras da Dialética da Dependência” (1978) de Cardoso e Serra¹⁸ e seu estudo “Plusvalia extraordinaria e acumulación de capital” (1979) – devem ser considerados complementos fundamentais à “Dialectica de la Dependencia”. A este agregam novas reflexões, dão precisão a determinadas noções e passagens, além de tornar mais nítida a sua leitura dos textos de Marx. É nesta direção que nos debruçamos sobre a contribuição de Marini à construção da problemática da TMD e sua originalidade no contexto do pensamento social brasileiro.

Metodologia e estrutura do trabalho

A tese foi desenvolvida tendo, como ponto de partida, a necessidade de pensar a TMD e, especialmente as contribuições de Marini, inseridas na totalidade histórica em que foram produzidas. Elas emergem como expressão da tradição do pensamento

¹⁷ Estas passagens foram extraídas do artigo “En torno a 'Dialectica de la Dependencia'” (1973) publicado na Revista da FLACSO. Originalmente saiu como post-scriptum na edição mexicana de 1973 do “Dialectica de la dependencia”. É deste as traduções no Brasil em MARINI (2000b, p. 151-165) e MARINI (2005b, p. 181-194). Por motivo que desconhecemos, estão ausentes, no posfácio do livro, um parágrafo e meio que é possível encontrar na introdução do artigo. Pedimos licença para citar estes trechos: “No hace más de cinco años que los estudios sobre la dependencia se pusieron de moda y, sin embargo, han entrado ya em crisis. Es probable que los dos fenómenos estén estrechamente relacionados. Pero sería un error dar por enterrada a la dependencia como tema central de la ciencia social latinoamericana, antes habría que buscar en ella la orientación capaz de dar lugar a una teoría rigurosamente marxista de las formaciones capitalistas de América Latina y, en general, de lo que se há llamado em las ultimas décadas “subdesarrollo”. En su estilo mordaz, es a lo que apunta André Gunder Frank, al exclamar: La dependencia ha muerto, viva la dependencia y la lucha de clases. Mi ensayo *Dialéctica de la Dependencia*, del cual sólo algunos capitulos han sido objeto de una divulgación más amplia, se escribió con la preocupación de, a partir de una actitud crítica hacia el eclecismo que há caracterizado a los estudios sobre la dependencia, sentar algunas premisas para avanzar em dirección a esa teoría. En si mismo, no era sino una introducción a la temática de investigación que me viene ocupando y las líneas generales que me orientam en esa labor.” (MARINI, 1973, p. 35, livre tradução)

¹⁸ Ver CARDOSO e SERRA (1978) e MARINI (2000c)

marxista no Brasil e na América Latina, inscritas na trajetória da luta de classes na região.

Isso significa, não somente apreender o contexto em que foram produzidas, mas tomar a obra em seu conjunto, estabelecer as conexões entre os diversos momentos do pensamento do autor, como também o diálogo entre ele e seus contemporâneos. Por fim, compreender o movimento imanente de seu pensamento ao mesmo tempo que podemos iluminá-lo inserindo-o na história em sua concreticidade.

Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental que almejou quatro objetivos secundários: a) compreender a conjuntura brasileira entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1980; b) estudar os textos de referência de autores e movimentos que marcaram o cenário político e intelectual deste período e foram considerados relevantes para o debate proposto pela Teoria Marxista da Dependência; c) estudar as principais publicações de Dos Santos, Bamberger e Marini – notadamente do período que compreende os anos de 1965 a 1979, quando a problemática da TMD está, a nosso ver, delimitada; d) analisar os textos de Marini que compõem o universo de pesquisa deste estudo a partir de autores clássicos da tradição do marxismo.

Em síntese, as respostas às nossas indagações iniciais passam, fundamentalmente, por três assertivas:

a) as obras de um pensador nada mais são do que a expressão de uma visão de mundo e, compreendê-la, significa captar a estrutura de seu conjunto, portanto, aquilo que tem de essencial, analisando cada obra como parte de um todo “dentro do qual ela tem uma função e uma importância precisa que é necessário estabelecer.” (GOLDMANN, 1967: 55)

b) a visão de mundo nos permite identificar o essencial e suas particularidades na obra de um pensador; conhecê-lo em sua totalidade e em sua própria estrutura, para que o procedimento da crítica imanente é primordial. Agora,

também é certo que a pesquisa de seus fundamentos sociais e econômicos permite melhor enxergar e compreender o próprio conteúdo do pensamento estudado, além de ajudar-nos a encontrar aí certo número de significados e detalhes que antes nos haviam escapado.” (GOLDMANN, 1967, p. 65)

c) por fim, é preciso apenas frisar que a sistematização da problemática de Marini que produzimos é em si limitada e parcial, como não poderia

deixar de ser em um trabalho como este. Como afirma ainda Goldmann (1967, p. 5-6)

nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos:[...] o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais.

Para desenvolver a discussão que propusemos fazer neste estudo, dividimos nossa tese em dois capítulos.

No primeiro, partimos da biografia e da visão geral sobre a obra de Marini para identificar aqueles autores e movimentos que teriam exercido influência sobre sua produção e, indiretamente, na definição mais geral da TMD. Descrevemos as matizes e as principais contribuições desses, como identificamos em que medida exercem sua influência. Logo no início apresentamos a Teoria do Subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, particularmente, a contribuição de Celso Furtado sistematizada em “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (1961) e “Pré-Revolução Brasileira” (1962), texto que sintetiza não apenas elementos fundamentais de sua obra, como é a expressão bem acabada de uma época histórica do pensamento social brasileiro.

Seguimos com as teses do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁹ acerca do caráter da revolução brasileira, observando especialmente as linhas aprovadas no IV e V Congressos, respectivamente em 1954 e 1960, além da “Declaração sobre a política do PCB” (1958) e a “Resolução Política dos Comunistas” (1962). Estes documentos resumem as posições do partido – que a época dirigia expressivos setores dos movimentos da classe trabalhadora urbana e era a grande expressão da esquerda de inspiração marxista no país, com influência sobre setores das camadas médias da sociedade - durante o período que compreende os governos de Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Passamos, em seguida, pelas formulações do nacional-desenvolvimentismo isebiano e, em particular, a noção de nacionalismo de Guerreiro Ramos, este que foi uma influência incontestada sobre Marini, Bamberger e Dos Santos.

No ponto seguinte, debruçamo-nos sobre a Teoria da Modernização, concentrando-nos em dois de seus momentos: as idéias de W.W. Rostow e, pela sua

¹⁹ Nomenclatura que seguiu até 1961 e que daí por diante nominou-se Partido Comunista Brasileiro.

importância na América Latina, a contribuição de Gino Germani. A ascendência do enfoque da modernização sobre as Ciências Sociais no continente americano e a motivação que fornece, do ponto de vista ideológico, para o programa de ajuda dos Estados Unidos²⁰, com todas as consequências que provocou na dinâmica da luta de classes nos países da região, permite-nos adiantar a importância que os teóricos marxistas da dependência dão ao seu enfrentamento.

No penúltimo ponto do capítulo trataremos das formulações da ORM-POLOP, especialmente, a discussão do caráter da revolução brasileira, o papel do partido e suas concepções táticas e estratégicas. Os documentos analisados são: a “Convocatória para o I Congresso” (1960), as “Resoluções do II Congresso” (1963) e o “Programa Socialista para o Brasil”, aprovado no IV Congresso da Organização, em 1967.

O último autor que passaremos em vista é Andre Gunder Frank e a noção de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Não apenas seus textos, mas sua convivência e, portanto, seu diálogo com Dos Santos, Marini e Bamberger, faz aparecer sua contribuição em diversas ocasiões. Tomaremos para fins de exposição os seus seguintes trabalhos “Capitalismo y subdesarrollo en America Latina”(1967) e “America Latina: subdesarrollo o revolución”(1969).

O segundo capítulo, que busca, centralmente, analisar a contribuição de Marini à Teoria Marxista da Dependência e a particularidade dos conceitos e noções que expõe em sua obra, divide-se em duas partes. A primeira pretende tratar da TMD propriamente dita. Defendemos a idéia de que não existem *Teorias da Dependência*. O que se logrou, durante um período, foi a realização de um conjunto de estudos sobre a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos por autores da tradição cepalina que contribuíram para popularizar a noção de dependência. No Brasil, o autor que se sobressaiu neste contexto foi Fernando Henrique Cardoso. Após a publicação de “Desenvolvimento e Dependência” (1969) com o sociólogo e historiador chileno Enzo Falleto, o próprio Cardoso, porém, esforça-se por desconstruir a idéia de que existia ou se estava gestando – e que seria pertinente fazê-lo -, uma *teoria geral sobre a dependência*. Em seu artigo “A Dependência Revisitada”²¹ - publicado originalmente no México em 1972 e, mais tarde no Brasil,

²⁰ Falamos aqui da “Aliança para o Progresso”, programa estruturado no governo de John F. Kennedy (1960-1963) com o objetivo de fomentar uma política de contra-insurgência no continente, fortalecendo a presença do capital norte-americano a partir de um discurso de retórica desenvolvimentista e modernizante.

²¹ Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, FLACSO, dez 1972.

apenas em 1980 - tratará do que chama de “estudos concretos de situações de dependência”²², relativizando o status teórico do conceito e criticando o uso que faziam dele os autores vinculados à tradição marxista. Buscamos estabelecer as bases que, a nosso ver e, apesar de diferenças entre Bamberger, Dos Santos e Marini, constituem elementos centrais da problemática geral da TMD. Começamos, então, na perspectiva comum aos três autores, pela crítica às teorias da modernização e nacional desenvolvimentistas, a definição da condição de dependência e seu caráter assumido no pós-guerra. Neste ponto, nos detivemos na caracterização que fazem do desenvolvimento capitalista mundial e a nova divisão internacional do trabalho que surge no contexto do neoimperialismo. Continuamos, demonstrando que há na raiz do pensamento dos três o enfrentamento sistemático pela apreensão de uma compreensão materialista e dialética da história, seja na afirmação dos textos de Marx, seja – o que mais nos interessa verificar - pela construção de uma interpretação da realidade brasileira e latino-americana, coerente com esse esforço. Na segunda parte, partimos da síntese das questões que Marini expõe no “Dialectica de la dependencia” e desenvolvemos nossa argumentação em três momentos, buscando analisar cada tema que identificamos a partir do texto à luz do conjunto do seu pensamento e de trabalhos importantes da tradição marxista. Discutimos na ordem, o intercâmbio desigual e a lei do valor; a superexploração do trabalho; o subimperialismo e o ciclo do capital dependente.

Ao final do trabalho, nossas considerações apontam para a necessidade de novas pesquisas, com a ampliação do universo bibliográfico e documental sobre os temas e questões aqui apresentados. É muito importante que se continue sistematizando novos autores e atualizando as discussões que envolvem o conjunto de problemáticas presentes no escopo da TMD, como uma expressão da tradição do marxismo no Brasil e na América Latina.

²² Ver CARDOSO (1980, p. 65-68)

1 INFLUXOS TEÓRICOS PARA DIÁLOGOS INCONTESTES

A trajetória pessoal e intelectual de Ruy Mauro Marini nos permite uma primeira aproximação com o período em que viveu, seu processo formativo, os debates que travou e, assim, localizar aquilo que escreveu.

Iniciamos nosso trabalho nesta direção a fim de apreender mais detalhadamente as influências que contribuíram direta e indiretamente para a construção de sua problemática. A seleção dos autores e correntes, nos permitem a formação de um quadro teórico e intelectual a partir do qual – no antagonismo ou na crítica dialógica - Marini elabora suas posições.

Do estudo que fizemos de seu percurso e escritos, identificamos que os conceitos fundamentais que descrevem sua contribuição particular à TMD aparecem em traços elementares ainda nos seus primeiros textos. Tomando por este ângulo e dada as limitações impostas à nossa pesquisa, o recorte que fizemos para este capítulo nos pareceu suficiente. Reconhecemos, porém, sua parcialidade e, portanto, presumimos sua provisoriedade²³. Novos estudos podem revelar outras fontes e influxos que tenham marcado a produção do autor²⁴.

1.1 Ruy Mauro Marini: intelectual e dirigente revolucionário

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, estado de Minas Gerais, em 1932. Tendo concluído o ginásio e o científico no Colégio Estadual de Barbacena, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1950, com a intenção de preparar seu ingresso na

²³ Como poderá ser observado, estão aqui apresentados autores e correntes com os quais Marini travou contato durante o período em que estava no Brasil. Toda sua relação com pensadores e organizações construída durante o exílio não foi arrolada pelas limitações dadas à nossa pesquisa.

²⁴ Não faria sentido, por motivos óbvios, tratar aqui da obra de Marx e dos clássicos do pensamento marxista. Tomamos aqueles autores ou movimentos que mediaram em um primeiro plano a aproximação de Marini a esta tradição. Há, por sua vez, dois pensadores contemporâneos a ele que mereceriam atenção à parte e que voltarão nos capítulos que se seguem: Ernest Mandel, notadamente com o seu “Tratado de Economia Marxista”(1962) e Nicos Poulantzas e sua discussão sobre o Estado.

Universidade. Passam-se três anos antes da sua matrícula na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Neste período, trabalhou como servidor público no recenseamento, na Central do Brasil e no Ministério da Aeronáutica até passar em um concurso para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e lá permanecer. Transferiu-se, sem concluir o bacharelado, para a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), recentemente criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Conseguiu liberação do trabalho para então poder concentrar-se nos estudos. Já no segundo ano do curso, começa a atuar como assistente do professor Alberto Guerreiro Ramos, “crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às ideias que se originavam de Bandung e da CEPAL” (MARINI, 1990, p. 3). Formado em 1957, recebe, no ano seguinte – sob a orientação e o apoio de Guerreiro Ramos - uma bolsa para seguir os estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris – França (SciencesPo), para onde foi em 1958. Os dois anos que lá passou, foram considerados por ele os complementos necessários à sua formação. (Marini, 1990, p. 4). Ali desenvolveu o estudo sistemático da obra de Marx e de outros autores da tradição marxista, como Lênin. Vivencia *in loco* as polêmicas geradas pelo processo de libertação das colônias francesas, o que motivou seu afastamento das doutrinas desenvolvimentistas “em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus [...] e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no após guerra pela descolonização”²⁵ (*ibidem*) ao mesmo tempo em que experimentava uma aproximação cada vez maior com o marxismo.

Ainda na França, toma contato com um grupo que edita no Brasil a revista “Movimento Socialista”, órgão da juventude do Partido Socialista. Este grupo, com base principalmente no Rio e outros agrupamentos em São Paulo e Belo Horizonte, formará mais tarde a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), “primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina” (*ibidem*).

Retorna ao Brasil, por volta de 1960, então com 28 anos. Além do trabalho no IAPI, torna-se correspondente da Prensa Latina – agência cubana de notícias – e liga-se ao movimento estudantil, contribuindo para a edição do jornal “O

²⁵ Marini trata sob o mesmo guarda chuva as teorias da modernização, de fato muito presentes na sociologia norte-americana e européia – com importância acadêmica também nas ciências sociais latino-americanas – e as teorias do desenvolvimento que tiveram na CEPAL sua maior expressão. Acharnos prudente a distinção entre ambas.

Metropolitano”, da União Metropolitana de Estudantes, que na época reunia estudantes secundaristas e universitários. Em 1962 trabalha como auxiliar de ensino na Universidade de Brasília, tornando-se assistente no ano seguinte. Leciona com Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro e Theotônio dos Santos as disciplinas de “Introdução à Ciência Política” e “Teoria Política” para a graduação e co-dirige o seminário de pós-graduação sobre “Ideologia Brasileira”. Na condição de aluno do doutorado, prepara sua tese sobre o bonapartismo no Brasil, questão que estará presente muito fortemente em seus escritos iniciais. É ainda neste período o primeiro contato com Andre Gunder Frank, que ali chega em 1963.

Em 1964 o golpe atinge duramente a UnB. Marini, junto com outros doze professores é demitido. Em julho é preso no Rio de Janeiro e levado ao Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR). Solto, graças a um *habeas corpus*, é preso de novo quase em seguida e levado de volta à Brasília. Em dezembro, finalmente consegue um novo *habeas corpus* e quase três meses depois, precisamente em março de 1965, segue para o México em seu primeiro exílio.

Lá chegando, foi lecionar no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México (CEI), ali permanecendo até 1969. Foi exatamente no ano de 1965 quando escreveu seus três primeiros artigos nos quais produz seus primeiros balanços sobre os eventos recém ocorridos no Brasil e que o tornaram conhecido entre a intelectualidade mexicana. O primeiro, “Contradicciones e conflictos em el Brasil Contemporáneo”, publicado na Revista Foro Internacional, periódico mantido pelo CEI, foi baseado em um relatório que apresentou na última reunião da direção nacional da POLOP que contou com sua participação – naquele mesmo ano - antes do exílio. O segundo, atendendo a uma sugestão de Gunder Frank – que também encontrava-se no México²⁶ - foi “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, publicado em Selecciones em Castellano de Monthly Review. Foi neste trabalho que levantou pela primeira vez a noção de subimperialismo, que viria a desenvolver em outros momentos de sua obra. O terceiro artigo, “La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño” que acabou publicado apenas em 1966 na Revista Cuadernos Americanos, é uma justaposição dos dois primeiros com a inclusão de uma parte em que discutirá o caráter da revolução brasileira²⁷.

²⁶ Dos Santos e Bambirra encontravam-se no Brasil e exilam-se no Chile em 1966.

²⁷ Encontramos a tradução em português destes três artigos em versão datilografada nos ARQUIVOS

Ao final de 1965 assume a cadeira História Diplomática da América Latina do curso de graduação do Colégio do México, única disciplina na instituição voltada para questões de política internacional na região. Foi como docente responsável por esta disciplina, que Marini que “não sabia muito sobre América Latina” (idem, p. 10), estudou a bibliografia disponível – além de clássicos mexicanos, textos de Germani e da CEPAL – e fez a “desagradável constatação de que os estudos latino-americanos provinham essencialmente dos países desenvolvidos – principalmente Estados Unidos, Inglaterra e França, nesta ordem.” (ibidem). A disciplina, então, que passou a se chamar Problemas Internacionais da América Latina, gerou ainda como resultado, a criação no ano seguinte de um seminário sobre América Latina em nível de pós-graduação.

O ano de 1967 constitui outro marco na construção de sua obra. Escreve e publica “Militarismo e Desnuclearización en América Latina” na Revista Foro Internacional²⁸, em que reflete sobre a política bélica e nuclear dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, como marco da ideologia expansionista em vigor na elite militar brasileira. Ao final daquele ano redige “Subdesarrollo y Revolución em América Latina”²⁹ na revista cubana Tricontinental, ensaio que afirma refletir o conjunto das investigações que vinha realizando desde 1965 e que se dedica a demonstrar que a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial e o primeiro é a forma particular que assume a região em seu processo de integração ao segundo.

Em 1968 assume no recém-criado Centro de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Filosofia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) a direção de um seminário para graduados e pós-graduados sobre América Latina e a cátedra da disciplina História do Brasil e seus antecedentes portugueses. Neste mesmo período realiza um seminário para o estudo do O Capital junto com professores e alunos do CEI e da UNAM. Este estudo mais sistemático do livro de Marx impacta, a nosso ver, a obra posterior de Marini.

Além destas atividades, desde 1966 atuava como educador junto ao Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (CONESCAL). Em 1969

PROEALC.

²⁸ Uma cópia do original encontra-se disponível nos ARQUIVOS PROEALC.

²⁹ A única edição que tivemos acesso foi publicada em 2012 no livro “Subdesenvolvimento e Revolução” pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) em parceria com a editora Insular.

começa a preparar a publicação do livro “Subdesarrollo y Revolución”, que incluía seus artigos anteriores e mais um outro sobre a situação da esquerda brasileira e o problema da luta armada. Este livro foi distribuído em diversos países com várias edições durante os anos 70. Seu sucesso, segundo Marini, deveu-se

em parte, à novidade do enfoque – inserido [...] na corrente das novas ideias que cristalizaram na teoria da dependência; em parte à metodologia, que buscava utilizar o marxismo de modo criador para a compreensão de um processo nacional latino-americano, e, finalmente, à sua audácia política, que rompia com o academicismo timorato e asséptico que primara, até então, nos estudos dessa natureza.” (MARINI, 1990, p. 15)

Com seu nome associado às mobilizações estudantis que se desenvolveram no período de 1967 e 1968, começa a ser vigiado pelo governo mexicano. Em 1969, com a vitória de Luís Echeverria nas eleições presidenciais – ele foi responsável pela repressão ao movimento nos anos anteriores –, decide sair do México. Tenta a França, que não permite que ele entre no país sem documentação, que lhe fôra negada tanto pelo governo mexicano quanto pelo brasileiro. Por esse motivo, decide ir para Santiago do Chile – que não fazia tal exigência.

Chegando ao Chile em novembro de 1969, leciona no Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción para o qual é selecionado por meio de concurso. Ali lecionou Sociologia Política, Sociologia da América Latina e Métodos e Técnicas de Estudo e Exposição. Em um ambiente de politização crescente tornava-se “difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política” (Marini, 1990, p.17). Paralelamente às obrigações docentes, desde sua chegada passa a atuar no Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) – o que lhe traz uma série de atividades dirigentes e de formação, como reuniões com militantes na universidade e cursos para membros da direção de sindicatos, do partido e operários de importantes distritos industriais do país.

Em 1970, com a eleição de Salvador Allende para a presidência da república, aceita o convite do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Ali ministra três cursos: Introdução às Ciências Sociais³⁰, Ciência Política e Teoria da Mudança. Coordenou o seminário “Teoria Marxista e realidade latinoamericana”, aproveitando-se da experiência no México, no qual começa com o estudo de O Capital. Para orientar a discussão prepara um texto-base que é publicado,

³⁰ Curso, cuja unidade introdutória resultou no artigo “Razon y sinrazon de la sociologia marxista”, publicado no primeiro número da revista Sociedad y Desarrollo, lançada pelo CESO em 1972. Encontramos uma cópia deste artigo nos ARQUIVOS PROEALC.

em versão ainda incompleta, no ano de 1972 com o título de *“Dialética de la dependencia: la economía exportadora”*. Tal como ficou, diz Marini (1990, p. 19), o texto era “inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana.”

Provocando reações imediatas que apontavam supostos erros e limitações no trabalho, Marini escreve uma resposta - “En torno a Dialectica de la Dependencia” - que saiu como um post-scriptum na edição mexicana de 1973 que já publicizava a versão integral do texto.

A divulgação internacional de “Dialectica de la Dependencia” foi feita a partir de dois eventos: a Conferência Afro-Latino-Americana que aconteceu em Dakar³¹, em setembro de 1972 – onde o apresentou na forma de um paper - e no seu retorno ao Chile, o Encontro de Economistas Latinoamericanos e Italianos³², no qual apresentou o texto “La Acumulación Capitalista Dependiente y la Superexplotacion del Trabajo”.

Sua produção entre 1970 e 1973 reúne também artigos em periódicos e capítulos de livro. Em 1971 escreveu “La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases”. Este artigo foi publicado a primeira vez em “Diez años de insurrección em America Latina”(1971), livro organizado por Bambirra. Entre o fim de 1971 e início de 1972 publica na Monthly Review o artigo “Brazilian Subimperialism”. Ambos os ensaios foram republicados, respectivamente, com os títulos “Lucha armada y lucha de clases” e “Subimperialismo Brasileño”, na quinta edição, revista e ampliada, de “Subdesarrollo y Revolución” em 1974³³.

Em 1973 seus escritos tratam, fundamentalmente, da situação chilena. O primeiro, “Transición o Revolución?” foi apresentado no início de 1973 em um seminário organizado pelo Centro de Estudios da Realidade Nacional (CEREN) da Universidade Católica em conjunto com o CESO, em que discutia o caráter de classe do governo da Unidad Popular³⁴. Ainda naquele ano, na Revista Marxismo y

³¹ Sob o patrocínio do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Planificação (IDEP), órgão da ONU coordenado por Samir Amin.

³² Organizado pelo Instituto de Estudos da Sociedade Contemporânea (ISSOCO), coordenado por Lelio Basso.

³³ Esta foi a edição que ganhou uma tradução para o português e foi lançada no ano de 2012 pelo IELA/Insular.

³⁴ Este texto foi publicado posteriormente na revista *Passado y Presente*, em Buenos Aires, com o título sob o qual ficou definitivamente conhecido: “La Pequeña Burguesia y el problema del poder”.

Revolución, dirigida por Marini, publicou dois artigos. Em “El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación”, analisa a cisão da burguesia chilena nas eleições de 1970 que abriu o caminho para a vitória da UP. No segundo, “La política económica de la 'via chilena'”, escrito em conjunto com Cristián Sepúlveda, “examinava as motivações de classe da política econômica da UP e suas implicações” (MARINI, 1990, p. 22). Seu último escrito durante o exílio no Chile foi o prefácio ao livro de Bambirra, “La revolución cubana: una reinterpretación”, em que faz a discussão acerca do problema do poder em Cuba, buscando reelaborar os conceitos de revolução democrática e revolução socialista, colocando em debate os rumos do processo chileno.

Com o golpe militar no dia 11 de setembro, ele e outros exilados brasileiros tomam o caminho do Panamá, lá ficando até fins de janeiro de 1974. Ali ainda encontrou as condições para escrever o artigo “Chile: The Political Economy of Military Fascism”, que, posteriormente foi republicado sob o título “Economia política de un golpe militar”³⁵. No final daquele mês, rumou para a Alemanha, aceitando o convite do Instituto Max-Planck, de Starnberg. Ali redigiu “Dos estrategias en el proceso chileno”, publicado no primeiro número do Cuadernos Políticos, que viria a se tornar um importante periódico entre a intelectualidade mexicana³⁶. Nele, Marini intencionava responder à crítica corrente entre vastos setores da esquerda pelo mundo, que culpabilizavam a atuação do MIR pelo golpe³⁷. Seu tempo, durante os anos que se seguirão, estará bastante dedicado ao movimento internacional de solidariedade à resistência chilena.

Em setembro do mesmo ano viaja ao México, e lá assume o condição de professor visitante na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM. Durante algum tempo divide suas atividades entre o México e a Alemanha, até que em 1976 radica-se no primeiro. No México, participa do Conselho Editorial do periódico Cuadernos Políticos e oferece na FCPyS, em cursos de graduação e pós-graduação,

³⁵ A substituição do título não foi em vão como afirma Marini. Ali estava posto uma revisão que viria a acompanhá-lo por todo percurso de sua obra a frente: a caracterização dos regimes ditatoriais latino-americanos e a discussão em torno do papel do Estado. Esta é uma das principais diferenças que tem em relação às posições de Dos Santos e Bambirra.

³⁶ Uma versão em português foi publicada pelo Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, em 1995. Há uma cópia desta edição nos ARQUIVOS PROEALC.

³⁷ Este e os demais artigos sobre o Chile foram reunidos, posteriormente, no livro “El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile”, publicado em 1976 pela editora Era. Uma cópia deste livro encontra-se nos ARQUIVOS PROEALC.

disciplinas e seminários sobre economia e política na América Latina, história mundial e teoria marxista. Retoma, desde o ano anterior, também sua atividade jornalística, escrevendo artigos para o jornal Excelsior. Sai deste para escrever no El Sol de México, destacando a publicação de três artigos sobre a política dos Estados Unidos para a América Latina que se anunciava com a posse do presidente Jimmy Carter, em 1976. Estes, compilados, foram publicados pelo North American Congress on Latin America (NACLA), sob o título “A new face for counterrevolution”, em que previa a substituição das ditaduras militares e os processos de redemocratização, a partir da constituição de um Estado de quatro poderes, com um poder tutelar exercido pelas Forças Armadas³⁸.

O ano de 1977 é particularmente intenso para Marini. Funda com Cláudio Colombani o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário na América Latina (CIDAMO), a partir do qual desenvolverá um conjunto de pesquisas que pautarão suas publicações futuras. É neste ambiente que aprofundará sua tese do Estado de quatro poderes, que volta a ser trabalhada durante uma mesa redonda patrocinada pelo Núcleo de Estudos de América Latina e Caribe (NECLA), no México, em que participaram Augustin Cueva, Theotônio dos Santos e Pio Garcia. O resultado deste debate foi publicado, naquele, no Cuadernos Politicos sob o título “La cuestión del Fascismo en America Latina”³⁹. Publicará no mesmo periódico naquele ano “Estado y crisis en Brasil”, analisando o impacto da crise de 74-75 na conjuntura brasileira. Incursiona em discussões sobre o ensino superior, publicando “La universidad brasileña” na Revista de Educación Superior⁴⁰.

Terminado o período como professor visitante na FCPyS, prestou concurso para Titular, cabendo-lhe elaborar uma dissertação que intitulou-se “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, que acabou publicada naquele mesmo ano no Cuadernos Politicos. Nesta artigo, Marini aprofunda e apresenta novos elementos para subsidiar a discussão em torno do subimperialismo brasileiro. Naquele mesmo ano assume, também, um cargo de professor visitante na Escola Nacional de Economía da UNAM (ENE).

³⁸ Uma cópia deste artigo encontra-se nos ARQUIVOS PROEALC.

³⁹ Ainda sobre este tema apresentará o ensaio “La cuestion del Estado en las luchas de clases en America Latina”(1979) e “Strategies for the Class Struggle in Latin America”(1981). Uma cópia do primeiro encontra-se nos ARQUIVOS PROEALC.

⁴⁰ Uma cópia deste artigo encontra-se nos ARQUIVOS PROEALC.

No México chega ainda a produzir alguns de seus mais importantes escritos. Podemos citar a resposta a Cardoso e Serra, “Las Razones del neodesarrollismo” (1978), publicada na Revista Mexicana de Sociologia e, aquele que Marini considera “um complemento indispensável a **Dialética de la Dependencia** [...]” (MARINI, 1990, p. 35), “Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital” (1979), apresentado a princípio como dissertação à banca de concurso para Professor Titular da ENE e publicado, posteriormente, também no *Cuadernos Políticos*.

Seu trabalho no CIDAMO pautará, além dos estudos em torno do desenvolvimento do capitalismo dependente - especialmente no Chile, México e Brasil - a crítica às correntes neo-desenvolvimentistas e endogenistas⁴¹ e a crise do socialismo. Estes são os focos que mantém ainda depois de sua volta ao Brasil.

Com a Anistia em 1979 vem ao Brasil, mas continua vinculado ao México, de onde sai definitivamente em 1984. Entre 1982 e 86 contribuiu com o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, atuando especialmente na Fundação Escola de Serviço Público (FESP), que contava com Theotônio dos Santos em sua direção.

Em 1984 assume com Neiva Moreira a direção do Jornal do País, encerrado após oito edições. Em 1985 e 1986 editam a revista trimestral Terra Firme, da qual saíram apenas dois números.

Em 1987, é readmitido na UnB e se torna docente do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais. Ministrou disciplinas na graduação e pós-graduação, tais como: Metodologia Marxista, Teoria Política do Estado e Elites e Sociedade. Coordenou também o Programa de Doutorado em América Latina patrocinado em conjunto pela Universidade e pela FLACSO.

Em todo este período, busca dar conta das demandas institucionais que lhe são feitas, organizando seminários sobre a situação latino-americana, as lutas por democracia e o novo momento da luta de classes nos países da região e a crise dos

⁴¹ As correntes endogenistas são aquelas que afirmavam a “necessidade de considerar o desenvolvimento do capitalismo latino-americano em si, pondo de lado – pelo menos num primeiro momento, a questão do imperialismo. Nessa perspectiva, para a análise da formação social latino-americana, seria preciso ater-se rigorosamente ao marco de referências estabelecidos por Marx para o estudo do modo de produção capitalista. O ponto de partida para o endogenismo, pois, é a acumulação primitiva do capital nessas economias, a que devem seguir-se, de acordo com o esquema de Marx, as fases manufatureira e fabril, num processo que se entrelaça e se articula com outros modos de produção, que preexistem ao capitalismo. O imperialismo seria uma variável incluída *ex-post*, uma vez entendida a peculiaridade da formação estudada.” (MARINI, 1992, p. 93) São considerados representantes desta corrente, Augustín Cueva, Ciro Flamarion Cardoso, entre outros. Para uma aproximação a este debate, ver Cueva (2008) e Bambirra (1978, p. 15-74). Apesar da importância para a história do pensamento social latino-americano, não incorporamos esta discussão na tese, pois acabaríamos fugindo dos seus objetivos.

países do leste europeu. Entre 1986 e 1989, envolve-se, também, em três projetos de pesquisa: “Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e movimentos sociais no Brasil”, patrocinado pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES); “Crise e Reversão da Indústria Automobilística Mundial”, financiada pelo CNPQ e que se desenvolveu ao longo dos quatro anos⁴²; a terceira pesquisa, solicitada pelo ILDES, tratou de realizar um amplo estudo sobre o déficit público brasileiro, que resultou em um relatório parcial “A política de promoção às exportações e o déficit público no Brasil”, em 1988 e um outro “Estado, grupos econômicos e projetos políticos no Brasil – 1945-1988”, apresentado em 1989⁴³.

Em 1992 publica no Brasil seu primeiro livro, “América Latina: Dependência e Integração”, reunindo ensaios dos últimos anos em que discute a luta pela democracia na região, o processo de formação dos blocos econômicos e a globalização, a crise teórica e intelectual nas ciências sociais latino-americanas e a integração regional. No ano de 1994, co-organiza duas coletâneas divididas em quatro volumes cada, intituladas “La Teoria Social Latinoamericana” e “La Teoria Social Latinoamericana: Textos Escogidos”. A primeira reúne professores e pesquisadores da UNAM que escrevem artigos sobre o pensamento social latino-americano. A segunda, reúne textos clássicos de autores consagrados nas ciências sociais da região⁴⁴.

Ruy Mauro Marini vem a falecer em 1997. Esta breve retrospectiva não esgota toda sua contribuição, que pode ser apreciada nas orientações de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Seminários e Congressos que não foram por nós relatados e tantas outras publicações que não foram por nós mencionadas: para fazermos plena justiça ao dirigente revolucionário deveríamos ter listado seus escritos na POLOP e no MIR. Por fugir ao escopo geral do trabalho e pela dificuldade de acesso à esses documentos, essa é uma dívida que esperamos poder debitar no futuro.

⁴² Cópia do relatório parcial da pesquisa encontra-se disponível nos ARQUIVOS PROEALC.

⁴³ Cópia deste relatório encontra-se disponível nos ARQUIVOS PROEALC.

⁴⁴ Cópia dos oito volumes encontram-se disponíveis nos ARQUIVOS PROEALC.

1.2 A CEPAL e a Teoria do Subdesenvolvimento⁴⁵

Terminada a Segunda Guerra Mundial, as ciências sociais passam a debater insistentemente a temática do desenvolvimento. As antigas colônias européias, então em processo de libertação, e as economias latino-americanas estavam vivendo uma fase de grandes transformações estruturais. Havia um ressentimento expresso pelos governos da região, que reclamavam do fato de não terem acesso aos recursos provenientes do Plano Marshall e viam na falta das condições financeiras um fator de contenção do processo de industrialização que, de certa forma, se fazia acontecer. Os principais problemas levantados giravam em torno da seguinte questão: como explicar ou justificar, naquele cenário, a existência de países com graus de desenvolvimento tão díspares, ou seja, desenvolvidos e subdesenvolvidos – segundo a classificação binária então dominante - e que medidas deveriam ser tomadas para mudar este quadro.

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Havia para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. (BIELCHOWSKY, 2000, p. 24)

Criada em 1948, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), como parte integrante das Organizações das Nações Unidas (ONU), tinha como objetivo promover uma reflexão sobre políticas públicas que viabilizassem o desenvolvimento na região, assessorando os governos dos países latino-americanos. A entidade tinha a sua frente o economista argentino Raúl Prebisch, principal artífice dos estudos que fundam o pensamento cepalino⁴⁶. Dos desafios postos, é ele próprio quem afirma:

Difícilmente se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, empenhados em gravíssimos problemas próprios, viessem a dedicar sua atenção preferencialmente ao estudo dos nossos. Compete

⁴⁵ Em sua Mémória, Marini (1990, p. 6) afirma que a “teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda [...] elaborou para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas [...] se apoiaram nas teses cepalinas [...]”.

⁴⁶ São eles, “El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas”, publicado em 1949, “Estudio económico de América Latina”, de 1951 e “Problemas teóricos y prácticos de crecimiento económico”, de 1952.

primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática. (PREBISH, 2000a, p. 80)

Nessa época, encontrava-se em voga a ideia de que a solução dos problemas para os países empobrecidos estava na aplicação da teoria clássica do comércio internacional, conhecida como a “Teoria das Vantagens Comparativas”. Tal teoria traduzia a idéia de que cada país deveria se especializar na produção de mercadorias em que tivesse maiores vantagens relativas. Quanto maior a vantagem, menor seria o custo da mercadoria. Vantagem que poderia ser natural ou adquirida. No primeiro caso levaria-se em consideração aspectos como clima, solo, relevo, etc. No segundo a vantagem provém da especialização em determinada linha de produção, à qual permitia que a força de trabalho de um determinado país adquirisse o domínio da técnica obtendo, em função disso, custos mais baixos em relação àqueles países aonde isso não acontecia.

Assim sendo, se o comércio internacional não fosse obstaculizado por influências governamentais, o mercado, por meio da competição mundial, faria com que cada país se especializasse nas linhas de produção em que tivessem mais vantagens comparativas. Disso resultaria que todas as mercadorias seriam obtidas pelo seu valor mais baixo. O que traria, então, compensações para todos (Singer, 1989). Para as linhas de produção em que um país se especializasse haveria uma demanda externa ampla o suficiente para que este pudesse adquirir em troca todas aquelas mercadorias de que fizesse necessidade. Isso significava, na prática, a afirmação de uma divisão internacional do trabalho em que caberia aos países da periferia produzir alimentos e matérias-primas para os centros industriais. Como afirma Prebisch (2000a, p. 71-72) pressupõe-se que o

fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.

A CEPAL parte de um outro ponto de vista. Ela faz a constatação de que os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não alcançaram os países da periferia. Isso se reflete nas discrepância entre as condições de vida nos países desenvolvidos e periféricos, além das imensas dificuldades que estes tem em formar mecanismos de capitalização, que dependem fundamentalmente do ganho de

produtividade. Neste contexto, a industrialização dos novos países impõe-se como o único meio para que possam obter uma parte dos benefícios do progresso técnico e elevar o nível de vida de suas populações.

A tarefa da Comissão consistiria no enfrentamento deste problema geral, buscando “expor com clareza a situação dos países latino-americanos, a fim de que seus interesses, aspirações e possibilidades, ressalvadas desde já as diferenças e modalidades específicas, se integrem adequadamente em fórmulas gerais de cooperação econômica internacional.” (PREBISCH, 2000a, p. 73)

Ora, a questão estava posta na recusa do lugar estabelecido para os países da região naquela divisão internacional do trabalho. Se antes da crise de 1929, os países da América Latina cresceram “de fora para dentro” dado o impulso constante das exportações, não haveria mais espaço para esta possibilidade. Crescer “para dentro” através da industrialização deveria ser o principal fator de crescimento.

Prebisch, porém, ao mesmo tempo afirma que a industrialização não seria incompatível com o desenvolvimento da produção primária. A aquisição de máquinas, instrumentos e sua renovação sistemática implicaria na importação crescente destes recursos. Doravante, isso significaria a necessidade de exportação crescente de produtos primários para se alcançar este fim.

Os países da América Latina experimentavam, porém, um conjunto de fatores limitantes ao desenvolvimento deste processo.

Em primeiro lugar, o aumento da população empregada após a 2ª guerra, fez aumentar o consumo e, conseqüentemente, o aumento das importações de bens duráveis e não duráveis, assim como bens de capital. Essa demanda esbarrou na falta de recursos que não conseguiram ser obtidos a contento com a exportação. Este fator seria agravado, ainda, pela saída de dólares motivados pelo pagamento de serviços financeiros, associados a investimentos estrangeiro que não contribuíam para o aumento da produtividade total. A escassez de dólares na economia foi contraposta com o aumento da moeda circulante que, em muitos casos acentuou a pressão sobre a balança de pagamentos, fazendo com que as divisas fossem empregadas de maneira a não atenderem as necessidades do desenvolvimento econômico. O aumento da inflação provocou uma concentração de renda em determinados setores sem gerar a poupança necessária à formação de capitais.

Em segundo, o processo de formação de capitais – que poderia contar com “investimentos estrangeiros bem encaminhados” (PREBISCH, 2000a, p. 77) –

esbarrava também no padrão de consumo de certos setores sociais e em despesas fiscais que não aumentam a produtividade nacional. Como afirma Prebisch:

Essa, no final das contas, é uma manifestação do conflito latente entre o propósito de assimilar às pressas certos estilos de vida que os países de técnica mais avançada foram alcançando progressivamente, graças ao aumento da sua produtividade e as exigências de uma capitalização sem a qual não nos será possível conseguir um aumento semelhante. (PREBISCH, 2000a, p. 77)

Dada a escassez de capital e perseguindo o objetivo de garantir o bem-estar das massas seria necessário perseguir um critério de “rigorosa eficácia” para os investimentos. Com o aumento do progresso técnico e da eficácia produtiva, associados ao incremento da industrialização e a criação de uma legislação social que promova o aumento do salário real, seria possível corrigir o desequilíbrio da renda entre os países do centro e da periferia.

Além destes limites para a industrialização da periferia, haveria um outro fator fundamental que impediria a formação da poupança necessária para se promover o processo de forma auto-sustentada: um relatório de 1949 indicava que entre 1876 e 1947 – período sobre o qual foi feito o estudo – uma deterioração crescente nos termos de troca entre os países industrializados e os de produção primária. O documento mostra que em 1946-47 comprava-se 31,3% menos produtos industriais com um determinado volume de produtos primários se comparados com o que se podia obter em 1876-1880 com a mesma quantidade. A CEPAL concluía que a despeito do aumento da produtividade nos países centrais, isto não produzia o barateamento nos preços dos produtos finais industriais conforme seria suposto. Ao contrário, “a relação de preços [...] moveu-se de forma adversa à periferia [...]. Enquanto o centro preservava o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico.” (PREBISCH, 2000a, p. 82-83)

Como explicar esse processo e quais seriam seus fatores determinantes? Para a CEPAL, essa situação explicava-se por dois elementos fundamentais: a diferença do comportamento da demanda em relação aos produtos primários comparados aquele relacionado à demanda de bens manufaturados; em segundo lugar, as diferenças no mercado de trabalho e a organização sindical nos países do centro e da periferia.

No que diz respeito ao consumo, a CEPAL acreditava que a demanda de bens manufaturados crescia muito mais rapidamente do que a demanda de bens primários,

na lógica de que os primeiros teriam uma maior elasticidade-renda do que os segundos. Ou seja, na medida em que a renda aumenta não se consome mais bens primários do que se consumia. Esta diferença de ganho vai normalmente para a aquisição de bens manufaturados, notadamente os bens de consumo duráveis. A essa tendência ao lento aumento de demanda por produtos primários, deve-se acrescentar a diminuição do uso de certas matérias primas na produção das mercadorias, seja pela sua substituição por produtos sintéticos, seja pelo maior aproveitamento das obtidas, em função de alguma inovação tecnológica. Ao final, ainda existe a política protecionista dos países desenvolvidos dificultando a entrada de produtos primários em seus mercados, seja através de taxações especiais, seja por uma política de subsídio da sua produção interna (ou uma combinação dos dois).

No que tange ao mercado de trabalho e à organização sindical, a CEPAL afirmava que, nos países centrais, combinando uma menor oferta de força de trabalho com um grau mais acentuado de organização sindical, os trabalhadores ficariam em condições ideais para “arrancar” salários mais altos. Isso obrigaria os empresários a aumentarem o preço de seus produtos buscando manter estáveis as taxas de lucro. Já na periferia, aconteceria justamente o oposto: a abundância da força de trabalho associada à fraca organização sindical eram os componentes que geravam os baixos salários e, conseqüentemente, como são eles que determinam os valores monetários das mercadorias, os bens primários teriam seus preços ainda mais reduzidos, transferindo para os países centrais os aumentos de produtividade que poderiam beneficiar a economia da região e os próprios salários dos trabalhadores.

Ao observar os ciclos econômicos a fim de explicar a relação entre salários e preços, Prebisch (2000a, p. 87) afirma que durante

a fase ascendente, uma parte dos lucros vai-se transformando em aumento de salários, em virtude da concorrência dos empresários entre si e da pressão exercida em todos eles pelas organizações trabalhistas. Quando, na fase descendente, o lucro tem de se contrair, a parte que se transformou nos citados aumentos perde sua liquidez no centro, em virtude da conhecida resistência à queda dos salários. A pressão desloca-se então para a periferia, com força maior do que a naturalmente exercível, pelo fato de não serem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia.

A desorganização característica das massas trabalhadoras na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-as de conseguirem aumentos salariais comparáveis com os que vigoram nos países industrializados, ou de mantê-los com amplitude similar. A contração da renda – seja ela sob a forma de lucros ou salários -, portanto, é menos difícil na periferia.

Em outras palavras, colocado o sistema em movimento, nos períodos ascendentes, nos quais ocorre o incremento do processo de acumulação, uma parte dos lucros dos países centrais é absorvida pelos salários, graças à capacidade organizativa dos trabalhadores. Isso faz com que os preços, quando o ciclo entra em seu período de baixa, caiam menos nesses países do que na periferia do sistema. Nos países agrário-exportadores a baixa organização sindical e a abundância de força-de-trabalho deixam os preços dos produtos primários declinarem em períodos de redução das atividades econômicas. No final, há sempre transferência de renda da periferia para o centro do sistema.

Deixadas à sorte do mercado, as nações periféricas nunca encontrariam o caminho do desenvolvimento. Qual seria, então, a solução apontada pela CEPAL? A saída seria a implementação de uma política de industrialização que também promovesse o aumento da produtividade técnica agrícola, melhorasse a alocação de recursos e, assim, impedisse aquela transferência da produtividade para os países centrais.

A industrialização é vista como meio para aumentar a renda e a produtividade, revertendo a tendência à deterioração dos preços dos produtos vendidos pelos países periféricos, permitindo, assim, que estes países detenham para si o progresso técnico bem como os aumentos de produtividade que deles advêm. Isso permitiria o coroamento de uma economia sólida, autônoma e com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população, graças ao efeito distributivo da aplicação dessas políticas.

Para tornar isso possível, a CEPAL defendia a centralidade da participação do Estado na economia, como promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações necessárias. Como agente principal do processo, caberia ao Estado resolver os problemas de infra-estrutura que “engargalavam” a industrialização, bem como garantir às novas atividades os recursos que lhes seriam necessários. Uma interpretação do papel do Estado no esquema cepalino pode ser encontrada em Rodriguez, que afirma:

[...] pode ser dito que eles concebem o Estado como uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de atendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível de atingir. [...] sob sua tutela é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão, nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas.⁴⁷

Essas medidas tinham como objetivo também reforçar as economias locais e dar-lhes maior capacidade de negociação junto aos banqueiros internacionais e representantes do capital comercial internacional, que tiravam proveito da antiga situação de fragilidade que as acometia.

A política da CEPAL, em defesa da criação de mecanismos anticíclicos, afirmava a existência de uma interdependência que alinharia os países desenvolvidos e periféricos. O capital internacional cumpriria, do seu lado, um papel importante no processo de industrialização. Para poder levá-lo adiante, seria necessário aumentar a massa de capital investido em cada país, o que por sua vez, era muito difícil de se obter levando em conta a capacidade produtiva da periferia. Pensar em gerar poupança interna reprimindo ainda mais o já reprimido consumo das populações da região era algo impensável.

A idéia, portanto, era a de conseguir trazer um capital que ajudasse a consolidar o projeto por uma economia nacional autocentrada, constituindo para isso um parque industrial amplo composto por uma indústria de base, de insumos e de bens de consumo.

Dentro da lógica da política anticíclica da CEPAL, na fase descendente o papel dos países centrais não se restringiria ao crédito ou ao investimento direto. A compra do excedente dos produtos primários seria um meio eficaz para se combater a depressão na periferia, o que permitiria um crescimento exponencialmente maior das importações de bens de capital e matérias-primas do centro na fase de recuperação do crescimento.

A CEPAL pôde ter no Brasil um dos seus grandes laboratórios. Viu sua política refletida no país durante a década de 50 e no início dos anos 60 através das orientações das comissões mistas Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e BNDE-CEPAL (1953/1955) e finalmente implementadas através do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961).

⁴⁷ Rodriguez (1981) apud Goldenstein (1994, p.27). No livro, a autora não dá a referência das páginas de onde extraiu a citação.

Para compreendermos a experiência brasileira do modelo nacional-desenvolvimentista no paradigma cepalino, precisamos compreender as idéias de Celso Furtado, o economista que foi o principal responsável pela sua introdução e execução no Brasil.

1.2.1 A teoria do subdesenvolvimento em Celso Furtado

O paraibano Celso Furtado (1920 – 2005), formado em Direito pela Universidade do Brasil em 1944 e doutor em Economia pela Universidade de Paris em 48, fez parte dos quadros da então recém criada CEPAL, sediada em Santiago do Chile, a partir de 1949. Entre 1954 e 1955, de volta ao Brasil, chefiou o grupo misto CEPAL-BNDE, responsável pela formulação de um plano de desenvolvimento para o período de 1955-62. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955 – 1960), ocupou uma diretoria especial no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), responsável pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, posteriormente, assumiu a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), lá permanecendo entre 1959 e 1962. No governo de João Goulart (1961 – 1964) torna-se Ministro do Planejamento, entre os anos de 1962 e 1963, responsável pela formulação do Plano Trienal⁴⁸. Pela sua importante inserção no planejamento público e pela sua contribuição ao pensamento da CEPAL, assim como pela influência que exerce sobre o pensamento econômico e os economistas no Brasil durante todo este período, torna-se imprescindível, ainda que de forma sucinta, mapear algumas de suas idéias básicas.

Furtado tomará as economias e sociedades subdesenvolvidas como seu objeto de estudo. Coerente com o método estruturalista da CEPAL, o rigor da sua contribuição reside justamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas sociedades. A respeito afirma o próprio Furtado

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em

⁴⁸ O Plano Trienal consistiu em uma tentativa do Governo João Goulart em contornar a crise econômica, agudizada em 1962, com uma política de combate à inflação com elementos que apontavam para a retomada do crescimento da renda nacional. Seu fracasso levou à saída de Furtado do Ministério no ano seguinte.

estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios.(...)

Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta deste esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1961, p. 191-193)

É em seu livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961), que Furtado desenvolve, de forma mais acabada o núcleo central de suas idéias sobre as sociedades periféricas.

Para o autor, no desenvolvimento capitalista clássico o avanço tecnológico permite aumentos sucessivos de produtividade, que resulta no aumento exponencial do excedente o que, por sua vez, possibilita maiores investimentos e amplificação do processo de acumulação. A imagem é a de um movimento espiralado ascendente. Ele começa com a transformação das oficinas artesanais em fábricas capitalistas. À medida que novas técnicas vão surgindo e sendo incorporadas ao processo produtivo, vão permitindo a oferta de cada vez mais mercadorias a menores preços, levando à falência todo setor de pequenos produtores que se vêem obrigados a buscar a sobrevivência como trabalhadores fabris. Essas foram algumas das transformações estruturais que marcaram o início da industrialização europeia que também se beneficiou da grande oferta de força de trabalho existente para diminuir o poder de negociação dos trabalhadores, concentrando cada vez mais nos grandes capitalistas a possibilidade de investimento em novas técnicas e tecnologias de produção.

Porém, como a velocidade do processo de acumulação era maior do que o aumento da oferta de força de trabalho, isso provocou uma importante mudança, concedendo aos trabalhadores um maior poder de barganha. Daí pra frente é a pressão da classe trabalhadora que provoca a dinamização do processo de acumulação. Isso acontece, pois na medida em que aumenta o poder de pressão dos sindicatos, os empresários passam a introduzir novas tecnologias com o objetivo de aumentar a produtividade, conseqüentemente as vendas, e assim, atender as reivindicações dos sindicatos preservando sua margem de lucro.

Sendo esta a descrição para o desenvolvimento do capitalismo nos casos clássicos, como se daria o processo de industrialização nos países da periferia?

Segundo Furtado, estes seriam, como já dissemos, bastante diferentes dos anteriores. Em primeiro lugar porque já existia um sistema capitalista mundial em estágio bastante avançado quando da implantação de relações de produção

capitalistas na periferia. Em segundo lugar, pela forte dependência da periferia das atividades agro-exportadoras, que lhe forneciam capital e mercado. O que caracterizaria a situação de subdesenvolvimento, a princípio, seria o “impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas” dos países periféricos, cuja resultante foi “quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 180). Este tema será inicialmente desenvolvido em “Formação Econômica do Brasil” (1959) livro que, anterior ao citado “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, marca a fundação do pensamento furtadiano. Para Furtado, a industrialização do Brasil só sofreu seu impulso decisivo com a crise mundial de 1929, cujas conseqüências para a economia cafeeira se arrastaram durante toda a década de 30. Somente após este período, parecia que o setor industrial conseguiria reunir os meios para deslanchar um processo de desenvolvimento auto-sustentado.

A indústria brasileira havia crescido à sombra do setor cafeeiro. Fôra ele quem, pela sua demanda de manufaturados, havia dado o empurrão inicial na industrialização do país. Isso teria acontecido em fins do século XIX com a introdução da relação de assalariamento em substituição ao trabalho escravo; relação na qual dotou-se os trabalhadores com recursos que os permitiam adquirir bens de consumo. Começava a surgir um mercado interno de mercadorias, no início importadas, mas pouco a pouco substituídas por uma produção local.

Quanto melhor fosse a situação do café no mercado internacional, maior seria o fluxo de renda que passaria ao setor industrial através do sistema financeiro. Mas uma vez atingido um certo patamar de acumulação, a indústria passa a se desenvolver não mais em função do crescimento do setor de exportação, mas sim das suas crises. Este foi o quadro da década de 30 assim sintetizado por Furtado:

Dois fatores, em síntese, atuaram de forma convergente: (a) a redução do coeficiente de importações das classes médias e altas rendas. e (b) a impossibilidade de continuarem no mesmo ritmo as inversões no setor de economia colonial. O choque causado pela crise externa deu, assim, à economia brasileira oportunidade de desenvolver seu mercado interno. (FURTADO, 1950, p. 28 apud BIELCHOWSKY, 2000, p. 141)

Porém, para que houvesse um deslocamento real do eixo central da economia de um processo “para fora” para um outro “para dentro”, era necessário que o processo de industrialização se desenvolvesse muito além do que se conseguiu fazer,

ficando apenas no que Furtado chamou de um modelo de “substituição de importações”.

À medida que o modelo de industrialização brasileira seguisse sendo o de substituição de importações, o processo era pautado pela produção de mercadorias semelhantes às aquelas originárias dos países centrais e adequadas aos recursos, técnicas e tecnologias ali existentes. Isso conduziria o Brasil a uma má utilização dos seus recursos econômicos. Aqui reside um dos problemas considerados centrais do subdesenvolvimento. Ao basear-se em procedimentos e tecnologias poupadores de força de trabalho e com alta densidade de capital, que seriam adequadas aos países centrais, a industrialização nacional encontraria enormes dificuldades para a consolidação de um mercado interno já que em uma economia como a nossa o resultado seria a baixa geração de empregos a uma reduzida remuneração.

O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção de subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia, onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos, apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte da sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento. (FURTADO, 1961, p. 192-193)

A orientação das inversões no mercado interno compõe um problema a mais, notadamente para o setor de substituição de importações. Dada a concorrência externa, o investimento neste deve ser particularmente superior aquele já tradicional. Aumentando o capital disponível, Furtado identifica, porém, uma tendência do empresariado em investir na indústria já tradicionalmente estabelecida, visto os maiores riscos no primeiro. Isso gera uma significativa distorção com o excesso de capacidade produtiva em alguns setores e a insuficiência em outros. A repercussão disso é identificada pelo autor na forma de um desequilíbrio na balança de pagamentos ou na elevação dos preços internos.

Ao lado dos fatores considerados, havia ainda a característica da estrutura agrária no Brasil e seus reflexos para o processo de desenvolvimento. A industrialização e a urbanização que experimentou a sociedade brasileira em trinta anos não alcançou a maior parte de sua população. Desde muito cedo criou-se o latifúndio como forma típica da empresa agrícola. A característica, como vimos, do processo de crescimento industrial - poupador de mão de obra - e a grande oferta de trabalhadores e de terras permitiu manter intocada a estrutura agrária brasileira. Os latifundiários eram tidos, pelo pensamento cepalino-furtadiano, como a expressão

maior do nosso atraso. As grandes propriedades de caráter semifeudais tornavam-se um obstáculo para a modernização na medida em que, por um lado, não criavam mercado interno e por outro, não atendiam aos requisitos da demanda de gêneros alimentícios. Ao elevar os preços dos alimentos, forçava-se o aumento dos salários no setor moderno e, por essa razão, constituía-se um obstáculo para o seu florescimento. (OLIVEIRA, 1984)

A partir deste diagnóstico Furtado (1961, p. 243) indica que a “superação da estrutura colonial pode ser observada de dois ângulos: o do deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial e o da mudança dos centros de decisão.” Se nos anos 30 o Brasil veio a dar seus primeiros passos, de fato, na constituição de um pólo dinâmico industrial, os anos 50 foram marcados pela ampliação e consolidação de uma indústria de bens de capital que permitiria o crescimento auto-sustentado da indústria nacional. O deslocamento dos centros de decisão significava a superação da “economia reflexa”, pois rompia com aquela dependência ao “comando internacional” típica dos grupos ligados à atividade exportadora em países periféricos. Surgia a “ideologia do desenvolvimento nacional” e ao Estado era atribuído um papel fundamental. Nas palavras de Furtado,

A sincronia entre os verdadeiros interesses do desenvolvimento e as decisões tem como pré-requisito a superação da economia “reflexa”, isto é, exige a individualização do sistema econômico. Essa ideologia transformou a conquista dos centros de decisão em objetivo fundamental. E, como o principal centro de decisões é o Estado, atribui a este papel básico na consecução do desenvolvimento.[...] Sem embargo, constitui uma constante na nova ideologia do ‘desenvolvimento nacional’ que se deve reduzir ao mínimo a possibilidade de que o desenvolvimento do país seja entorpecido por decisões tomadas de fora por grupos cujo interesses possam conflitar com os da economia nacional.(FURTADO, p. 246-247)

Daí, a solução para os males do subdesenvolvimento ser a promoção de uma industrialização baseada em processos que maximizassem o uso de força de trabalho, pagando mais salários e aumentando assim o mercado interno. Além disso, a transformação da estrutura agrária, de forma a aumentar sua produtividade, a orientação das inversões cuidando para a consecução da poupança e o controle sobre o ingresso e a ação do capital estrangeiro. O Estado seria o agente impulsionador e organizador da modernização.

Essas medidas são necessárias para Furtado, pois somente através delas é que se viabilizaria o desenvolvimento econômico. Aqui é importante ressaltar que para o autor, isso não quer dizer simplesmente acumulação de capital. Há, permeando a sua obra, uma tensão gerada pelo fim ético ao qual todo o desenvolvimento deve estar

subordinado: a idéia de que o progresso econômico deveria alcançar a grande maioria da população.

O importante é que a sociedade consiga gerar um excedente grande o suficiente para poder ampliar os investimentos, expandir a capacidade produtiva e assim, aumentar a produtividade e o consumo. Contudo, essa espiral ascendente do progresso só será possível na medida em que ela for, paulatinamente, envolvendo cada vez mais uma parte maior da população ao mesmo tempo que muda o conjunto das instituições nacionais.

Em 1962 no livro-manifesto “A Pré-Revolução Brasileira”, Furtado faz um balanço dos processos que se desenvolveram entre os anos 50 e 60, sintetizando as tarefas postas para o “desenvolvimentismo nacionalista”. Assim ele indica que a

tarefa básica no momento presente consiste [...] em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura das nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo. (FURTADO, 1962, p. 31-32)

1.3 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

A industrialização que se inicia nos anos 30 provoca um conjunto de mudanças na formação social brasileira e no debate intelectual a partir daquele período. Na segunda metade dos anos 40, estava em ascensão um conjunto de iniciativas e manifestações que reivindicavam a liberalização econômica nacional. Parecia uma resposta ao Estado Novo vigente até então. Porém, àquela época, o “clima liberalizante é contudo, apenas metade da história do pensamento imediato após-guerra. A outra é dada pela forma como a ideologia desenvolvimentista sobre o futuro do Brasil, originada no período anterior, resistiu a esse clima[...].”

(BIELCHOWSKY, 2007, p. 267). Firmava-se a disputa entre “neoliberais” e “desenvolvimentistas” que compõe o contexto no qual surgiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

A história do ISEB começa ainda em 1952 quando um grupo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro e em São Paulo passam a se encontrar na sede do Parque Nacional de Itatiaia com o objetivo de pensar as condições para o desenvolvimento nacional e contribuir com a apresentação de medidas e projetos em assessorias e consultorias aos órgãos governamentais. Como forma de conseguir melhores condições para as suas atividades o grupo resolve institucionalizar-se e cria, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que tem nos *Cadernos do Nosso Tempo* seu principal instrumento de divulgação. Mantido financeiramente e dirigido em condições precárias por Hélio Jaguaribe, integravam o Instituto além deste e de outros, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodr e e Roland Corbusier.

Dadas as dificuldades, surgiu um movimento pela transformação do Instituto em instituição pública. Com o suicídio de Vargas este projeto vive um impasse até que Cândido Motta Filho, Ministro da Educação, aprova a ideia de criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado em julho de 1955, por meio do decreto assinado pelo então presidente João Café Filho.

Na sua criação o ISEB era estruturado em quatro instâncias básicas: o Conselho Consultivo, o Conselho Curador, a Diretoria Executiva e os Departamentos. O primeiro era formado por cinquenta renomados intelectuais das mais variadas tradições e matizes, designados pelo Ministro da Educação e Cultura entre “cidadãos representativos dos diversos ramos do saber ou da ação, relacionados com os estudos ou as atividades sociais, econômicas e políticas do país.” (TOLEDO, 1977, p. 185). O segundo era constituído por oito membros “igualmente designados pelo Ministro da Educação e Cultura 'dentre cidadãos de de notória competência nos assuntos que constituem objeto das atividades do ISEB’” (ibidem). A Diretoria Executiva ficava a cargo de um eleito entre os membros do Conselho Curador e tinha como responsabilidade executar suas decisões. Os Departamentos eram em 5 e ficavam responsáveis pelas atividades patrocinadas pela instituição.

No momento de sua fundação o Conselho Curador era formado por Roland Corbusier, Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe, Themistocles Brandão Cavalcanti, Adroaldo Junqueira Aires e Roberto de

Oliveira Campos. A direção executiva foi exercida pelo primeiro e os departamentos foram assim divididos: a) Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; b) História – Cândido Mendes; c) Ciência Política – Hélio Jaguaribe; d) Sociologia – Guerreiro Ramos; e) Economia – Ewaldo Corrêa Lima⁴⁹.

A história inicial do ISEB é marcada por um largo ecletismo nas ideias e no posicionamento de seus membros. Demonstração disto, como afirma Toledo, é o curso extraordinário de “Introdução aos Problemas do Brasil” ocorrido no segundo semestre de 1955 e publicado em forma de coletânea em 1956. Desde nacionalistas a antiestatistas, todos far-se-ão presentes na publicação. De qualquer forma, ali também está posto o objetivo do Instituto que afirma ser aquelas conferências a representação da

primeira contribuição do ISEB ao esforço urgente pelo qual a inteligência brasileira procura tomar clara consciência da realidade nacional. Essa tarefa, em função da qual foi criado o ISEB parece-nos o pressuposto indispensável à elaboração de uma ideologia do nosso desenvolvimento. Contribuindo para a formação dessa ideologia, acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil. (ISEB, 1956, p. IX)⁵⁰

Durante a campanha presidencial de 1955 seus membros aproximaram-se da campanha de Juscelino Kubitschek e alguns passaram a ser assessores. Da posse do novo presidente, inaugura-se uma nova fase no desenvolvimento das atividades do ISEB. É nesse período que torna-se hegemônica a formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista e se faz publicar pelos “isebianos históricos” as obras que marcam o momento áureo do Instituto.

Essa fase seguirá até o ano de 1958 quando uma polêmica acerca do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, escrito por Jaguaribe, é levantada junto ao Conselho Curador do ISEB. A discussão dava-se em torno da compreensão do nacionalismo no contexto brasileiro da época. Falando a favor de um “nacionalismo de fins” e contra um “nacionalismo de meios”, argumenta que 'sendo o desenvolvimento o objetivo reclamado socialmente, dever-se-iam utilizar todos os meios apropriados para a realização de tal finalidade, 'seja qual for a origem dos agentes, desde que, nas condições concretas, se revelem os mais eficazes’’. (TOLEDO, 1977, p. 135). Essa

⁴⁹ ISEB (1956, p. IV)

⁵⁰ Ou como disse Sodré (1978, p. 15): “Essa composição ampla e heterogênea refletia o desejo do Grupo de Itatiaia de realizar a mobilização da *intelligentsia* brasileira, ou daquilo que se supunha vir a ser tal, para sob sua direção, formular um pensamento político a que na falta de melhor nome, se batizou então de ‘ideologia do desenvolvimento’”. A afirmação de que foi “na falta de melhor nome” reflete aqui diferenças que existiam mesmo entre os nacionalistas.

posição permitiria flexibilizar algumas bandeiras – naquele momento em voga o monopólio do petróleo e a participação na economia do capital estrangeiro - que para outros membros do Instituto era inaceitável⁵¹. Em dezembro daquele ano, o Conselho reunia-se e fazia aprovar uma moção que afirmava a liberdade de cátedra no âmbito do ISEB. Esta decisão motivou a saída de Guerreiro Ramos. As consequências daquele debate acabaram levando Jaguaribe a se retirar dos quadros da instituição em março do ano seguinte. O ISEB entrava, assim, em uma nova fase que seguiria até seu fechamento em 1964.

Focamos nossa descrição das formulações isebianas, particularmente no que foi publicado entre os anos da sua formação até o final do período juscelinista. Para nós, este é o período que descreve o ISEB que tornou-se clássico no âmbito das ciências sociais no Brasil. Isso não quer dizer que tenha menos importância a produção dos anos seguintes. A “História Nova”, os “Cadernos do Povo Brasileiro” (editado pela Civilização Brasileira com participação privilegiada dos membros do ISEB), o envolvimento nas lutas pelas reformas de base, são todas importantes manifestações de um engajamento, fruto de uma determinada apreciação política e intelectual. Apenas notamos que ali já há um distanciamento do que foi concebido originalmente para o Instituto, resultado de um certo deslocamento a partir da crítica que passou a ser exercida por alguns de seus membros ao governo Kubitschek. Não foi por outro motivo que ao final do seu governo o ISEB ficou sem dotação orçamentária para o ano seguinte.

Estabelecida esta limitação, podemos aferir que se é verdade que mesmo entre os nacionalistas – aqui falamos de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Jaguaribe, Sodré e Corbusier - havia diferenças importantes, é possível afirmar a existência de marcos comuns naquelas suas formulações. O que é central, portanto, na construção da “ideologia do desenvolvimento” dos intelectuais isebianos?

Para estes autores, as transformações experimentadas pela sociedade brasileira possibilitaram o desenlace de uma consciência crítica que expressaria as condições para a elaboração de uma ideologia que permitiria que tais transformações

assumam a feição de processo (onde haja clareza e precisão das metas e fins visados), conduzindo, promovendo e incentivando um desenvolvimento nacional integrado, harmonioso e sem grandes disparidades internas. Sem ideologia do desenvolvimento poderá haver, quando muito, mero crescimento quantitativo, mas que não beneficiará a Nação como uma totalidade. (Toledo, 1977, p. 38)

⁵¹ Para maiores detalhes ver Toledo (1977, p. 134-140); idem (idem, p. 188-189); Sodré (1978, p.33-52); Jaguaribe (2005, 36-37)

A estrutura subdesenvolvida ou semicolonial teria na consciência ingênua, com suas ideologias imobilistas e retrógradas uma de suas marcas fundamentais. A nova estrutura, gerada pelo desenvolvimento, permitira a superação da alienação com o advento da consciência crítica e a garantia da autonomia nacional. No seio do problema encontra-se para os isebianos a “dependência nacional” como expressão desse “ser alienado” - material, política e culturalmente - cuja superação far-se-ia no processo do próprio desenvolvimento econômico que estaria diretamente associado à industrialização.

Quem seriam, no âmbito da Nação, os responsáveis pelo desencadeamento e sustentação da ideologia do desenvolvimento ou pelo seu contingenciamento? No conflito nação x antinação, os setores ditos produtivos da burguesia (descritos como burguesia nacional, autóctone ou industrial), das classes médias (ou também pequena burguesia) e do proletariado estariam reunidos no primeiro pólo, enquanto a representação dos setores improdutivos, decadentes ou alienados destas mesmas classes estariam no pólo oposto (incluem-se aí o latifúndio, a burguesia mercantil, a classe média cartorial e mesmo setores da grande burguesia industrial e das classes trabalhadoras do campo e da cidade). Quanto ao imperialismo, Vieira Pinto, Corbusier e Sodré teriam nele o principal agente de obstaculização do desenvolvimento. Guerreiro Ramos e Cândido Mendes falam nos centro dominantes como “forças opostas” mas sem usar o conceito de imperialismo, enquanto Jaguaribe não o faz por não entendê-lo como força antagônica⁵².

O Estado, por sua vez, seria aquele ente “racional, baseado na consciência crítica [...] o centro, o motor, o demiurgo de todo o processo de transformação econômica, social e política da sociedade brasileira.” (MIGLIOLI, 2005, p. 68-69).

Um importante ponto comum entre esses autores é a colocação da contradição capital x trabalho em um segundo plano analítico. Para eles, esta

somente alcançará seu caráter de dominância, dentro da formação social, quando esta atingir o estágio dito desenvolvido; ou seja, a implantação do capitalismo avançado implicará na dominação daquela contradição originária do próprio sistema. Enquanto tal não ocorrer, será alienada toda e qualquer posição política que privilegie esta segunda contradição como a principal no todo social. Implícita também está nestas considerações a afirmação do desenvolvimento, em termos capitalistas, como a via possível e verdadeiramente superadora da contradição nação x antinação. (TOLEDO, 1977, p. 123)

⁵² Veja Toledo (1977, p. 130-131)

Na denúncia da alienação cultural, a obra isebiana procurava mostrar o caráter idealista, pouco rigoroso e 'não científico' de certas 'interpretações do Brasil' vigentes no contexto do pensamento nacional, assim como denunciar o caráter nitidamente mistificador que assumia a cultura como subproduto da cultura metropolitana. Neste ponto cabe ressaltar a importância que tem a *demárche* faseológica presente nas obras dos isebianos. Ela guarda a idéia de um processo de desenvolvimento que precisa cumprir etapas universais para o conjunto das sociedades⁵³. Uma atitude intelectual reflexa estaria notadamente em descompasso com as necessidades e os desafios postos para o período concreto da história nacional, prendendo-nos a uma condição de atraso.

A resposta a esta situação viria com a afirmação, por parte de uma *intelligentzia autóctone*, de um ponto vista e um instrumental que se debruçasse e contemplasse as necessidades da Nação.

O nacionalismo - a afirmação da ideologia nacionalista - é uma das marcas do ISEB. Sua defesa, porém, não se deu da mesma forma, nem com a mesma intensidade nos diversos textos dos seus integrantes. Não é nossa intenção nos aprofundarmos neste debate. Mas, tendo em vista os objetivos do trabalho, não podemos escapar de oferecer uma visão geral desta questão no que concerne à obra de Alberto Guerreiro Ramos.

1.3.1 O nacionalismo de Guerreiro Ramos⁵⁴

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 1915 na cidade de Santo Amaro da Purificação, no estado da Bahia. Já em Salvador, aproxima-se do movimento integralista ao qual se vincula formalmente. Em 1938 foi indicado como assistente da Secretaria de Educação no governo de Landolfo Alves (1938-1942). Inicia o curso de Direito, interrompendo-o para gozar uma bolsa de estudos que permitiu sua formação

⁵³ No sentido da apreciação histórica do desenvolvimento o ISEB guarda uma diferença em relação ao pensamento cepalino por uma clara influência do *evolucionismo*.

⁵⁴ Na sua Memória, Marini ao falar de sua passagem como aluno da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) diz de Guerreiro Ramos: "professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas ideias de Bandung e da CEPAL: sua influência sobre mim naqueles anos foi absoluta". (MARINI, 1990, p. 3)

em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1942 e a conclusão do curso de Direito naquela mesma Universidade no ano seguinte. Militante integralista na juventude, teve o início de sua trajetória intelectual profundamente marcada pelo pensamento católico, particularmente o tomismo de Jacques Maritain e o personalismo de Emmanuel Mounier.

Em 1943 é nomeado para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e passa a atuar na assessoria a alguns órgãos do governo de Getúlio Vargas. Em 1952 integra a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) onde assume a disciplina de Sociologia. Neste mesmo período participa da constituição do IBESP e da fundação do ISEB do qual sairá, como vimos, em 1958. Em 1962 candidata-se à Câmara dos Deputados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ficando na primeira suplência. No ano seguinte, com a posse de Leonel Brizola no governo do estado do Rio Grande do Sul, assume a titularidade que manterá até ser cassado pelo Ato Institucional nº 1. Exila-se nos Estados Unidos, onde acabou por se integrar os quadros da Escola Administração da Universidade do Sul da Califórnia. Ali veio a falecer em março de 1982.

O período que compreende a atuação de Guerreiro Ramos no ISEB até a publicação de “A crise do poder no Brasil” (1961), define, fundamentalmente seu pensamento⁵⁵. Erudito, em seus textos temos citações aos mais variados autores: desde Marx, Luckacs, Rosa Luxemburgo, Lênin, Henri Lefebvre, Marcuse, Ernst Bloch, Weber, Durkheim, Mauss, Gurvich, Freyer, Herman Heller, Mannheim, Jaspers, Heidegger, Pareto, Sorokin, Toynbee, Balandier, Comte e outros até uma constelação de autores nacionais. Suas críticas são dirigidas às mais variadas direções e são múltiplos os diálogos que produz.

O pensamento de Guerreiro Ramos está orientado para a produção de uma sociologia nacional que se pretende “fazer consistir direta ou indiretamente em trabalhos de organização social da coletividade [...]” e ser um “[...] instrumento da organização da sociedade brasileira.” (RAMOS, 1960, p. XIII-XIV) Essa ciência “somente a partir de certo nível de desenvolvimento [...] adquire relevante eficácia social. No Brasil de hoje”, diz o autor, “os sociólogos começam já a encontrar tarefas concretas de sentido comunitário e êste fato é o suporte mesmo de uma atividade

⁵⁵ Não é nossa intenção fazermos um estudo da trajetória do pensamento de Guerreiro Ramos, mas sim situar aquelas noções que teriam influenciado o debate sociológico de um período da história do pensamento social no Brasil, marcado notadamente pela obra iseibiana. Consideramos, neste sentido, este intervalo como aquele de maior significância.

fundadora no âmbito da disciplina.” (idem, p. XI-XII)

Esta sociologia, fundada na práxis e em contraste com o positivismo e o empirismo, deve exprimir “no plano categorial, a consciência militante de determinada época e de certa sociedade”. O sociólogo, “para quem não há outro meio de conhecer a realidade social senão participando dela”, deve “assim referir a sua especulação a um engajamento efetivo. O puro labor acadêmico, no domínio da sociologia, é estéril”. (RAMOS, 1956, p. 18-19)⁵⁶

Mas, para Guerreiro Ramos, sobre qual realidade se debruçaria o sociólogo brasileiro? O Brasil, responde, formado por colonização, estaria tensionado desde os anos 30, por duas forças que provocavam um impasse e um cisma que resultavam na configuração de duas sociedades distintas: “uma velha, com todos os seus compromissos com o passado; outra recente, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda.” (idem, p. 21) O Brasil seria e não seria ao mesmo tempo aquela velha sociedade. Traz consigo marcas desta como abre-se para o florescimento daquela nova. O que portanto configuraria esta nossa condição? Ele responde: a duplicidade⁵⁷, a heteronomia, a alienação o amorfismo e a inautenticidade.

A duplicidade, traduziria a forma como o país se apresentava em termos externos e em termos internos.

Nas relações com os demais países somos forçados a nos revestir da forma dominante na esfera internacional. Essa forma, no entanto, tem sido sempre, do ponto de vista faseológico, superior a que o País apresenta internamente. O Brasil é uma coisa quando visto do exterior e outra, visto de dentro. Essa dualidade é uma lei básica de nossa formação, historicamente inevitável. (RAMOS, 1956, p. 22)

Esta noção pretende descrever a dupla condição da economia brasileira: uma quanto às relações externas de produção e outra quanto às relações internas. Visto de fora, o capitalismo brasileiro já teria consagrado aquela etapa do capitalismo de

⁵⁶ Na contracapa do “O Problema Nacional do Brasil” (1960), uma das saudações ao autor é escrita por Marini que, exatamente, sobre este, ponto afirma: “O mérito maior do sr. Guerreiro Ramos está, pois, essencialmente, em ter sido sensível a esta imposição da hora atual brasileira e em ter a ela respondido de maneira eficaz, apresentando uma metodologia que, ao mesmo tempo em que lança as bases de uma sociologia nacional, oferece aos demais setores do pensamento patricio uma arma, uma ferramenta de trabalho capaz de libertá-los definitivamente da atitude subalterna que o viciava.”

⁵⁷ Neste mesmo ensaio - “A problemática nacional brasileira” (1956) - mas republicado em “O Problema Nacional do Brasil” (1960), Guerreiro Ramos usa a noção de *dualidade*. Parece assim querer aproximar-se da nomenclatura usada pelos cepalinos, mas mantém o conceito com um significado diferente.

Estado – em que o mercado internacional passou a ser essencialmente público e monopolista – enquanto no interior o capitalismo nacional se desenvolveria em marcos privados e liberais. É esta duplicidade – bem como a dependência – que explicam o caráter transplantado das instituições brasileiras, que mesmo após a Independência, obedeceu “a um imperativo histórico ao revestir-se de forma nacional, ainda que esta forma, naquela data, fôsse fictícia” (idem, p. 24)

A heteronomia está associada à ideia de mimesis, quer dizer, “a adesão aos moldes culturais e tecnológicos de mais prestígio” (idem, p. 25) presentes nos países metropolitanos, amortecendo a capacidade de crítica aos produtos culturais e tecnológicos importados.

Este mecanismo estaria posto de forma obrigatória para os países formados por colonização, dado a ascendência que sobre eles tinham as metrópoles e o prestígio que a elas seria próprio. Não haveria, em tais condições, outras opções. Não seria dado “ao país colonizado fazer opções, nem lhe pode ocorrer a ideia de opção, senão a partir da possibilidade real de liquidar sua dependência” (idem, p. 24). Esta não seria uma possibilidade à priori, mas requereria certas transformações estruturais. A afirmação do caráter nacional de um povo estaria determinado diretamente pelos fatores que o constituem e, portanto, do contexto no qual se encontraria imerso.

Refletindo sobre estas determinações estruturais e buscando perceber as nuances da realidade nacional, Guerreiro Ramos avança afirmando que no

complexo institucional do Brasil, é evidente a heteronomia. Os critérios aqui vigentes não são induzidos, grosso modo, da realidade nacional. São induzidos da realidade de outros países. Há uma constante simetria entre nossas instituições e as dos países europeus ou dos Estados Unidos.[...]
No domínio econômico, é significativo o desgaste que representa para os nossos recursos a vigência de certos hábitos de consumo imitados. Parcela considerável de nossas divisas é gasta nas importações de bens suntuários ou supérfluos por força da heteronomia do gosto e dos hábitos da população brasileira. (RAMOS, 1956, p. 25)

A sociedade brasileira, heteronômica, padecia também da alienação. Incapaz de se autodeterminar, assim como acontece com outros povos que “têm sido proletariado externo dos países do centro econômico” (idem, p. 26), não estaria ao seu alcance a manipulação dos fatores para o seu desenvolvimento. Pela alienação a sociedade é induzida a perceber-se sob a ótica de um outro, modelando-se de acordo com uma imagem da qual não seria sujeito. No plano econômico é a expressão de uma situação que se explica pelo fato de o país não ter completado

o elenco de transformações de sua estrutura interna, de modo tal que lhe permita plasticidade na adaptação às ocorrências externas. A nossa capacidade de adaptação a conjunturas externas é rigidamente condicionada por um centro cujo dinamismo permanece alheio à nossa interferência imediata. (idem, p. 27)

A falta de pautas consistentes que permitam catalisar o esforço coletivo em uma determinada época ou geração e que assegurem um “continuum vital” de uma verdadeira evolução social em processos descritos como de “forma a forma” - que se relacionariam tal qual as leis da mecânica dos movimentos – é o que faz para Guerreiro Ramos, o amorfismo da sociedade brasileira. Com a chegada dos europeus à América, o que se produziu foi a adaptação ou deformação de formas europeias transplantadas. Disso decorreria a inexistência de uma “forma latino-americana” ou nacional brasileira.

Alienada e amorfa a sociedade, o País pauta-se “econômica, política, social e culturalmente, por normas que não permitem a atualização de suas possibilidades e que vigoram à custa de contínuo déficit de seu ser” (idem, p. 29-30). Porém, a incompatibilidade da superestrutura normativa e modeladora com a perspectiva do vir-a-ser da sociedade brasileira abria momentos em que se materializa uma consciência crítica que, em meados da década de 1950, para Guerreiro Ramos, começava-se a generalizar-se. A nação, disse ele, “já possui as condições que lhe permitem apoderar-se do seu destino.” (idem, p. 31)

O sociólogo, diante deste quadro da realidade nacional, deve assumir a nação como premissa e tomar para si o ponto-de-vista do povo, afirma Guerreiro Ramos. O nacionalismo – ideologia dos povos periféricos – deve ser alçado à condição de ciência. Para ele, bastante influenciado pela sociologia do conhecimento, isso não significa a renúncia da ideologia, mas o alcance de uma perspectiva mais universal. Como diz nosso autor:

É fácil compreender que, mais do que os povos desenvolvidos, os atuais povos periféricos são portadores de ponto-de-vista da comunidade humana universal. A ciência é atividade realizada à luz desta perspectiva. O máximo de consciência universal está hoje naturalmente à disposição dos povos periféricos e por isso, podem ter uma ciência mais avançada do que a dos povos metropolitanos⁵⁸. O nacionalismo, como ideologia básica desses povos, adquire assim atributo de verdadeira ciência. (RAMOS, 1960, p. 254)

O nacionalismo brasileiro, por sua vez, começava a se materializar a partir da década de 1930 e ali, no início dos anos 1960, experimentava um novo momento.

⁵⁸ Em contraste com o ponto-de-vista dos povos periféricos, o universalismo aparente na perspectiva dos povos dominantes seria a-histórico por não visualizar a transformação do mundo pelas ações humanas e pretender cristalizar a ordem e manter o *status quo*.

As populações brasileiras, de norte a sul, de leste a oeste, estão unificadas ideologicamente por um projeto coerente em suas grandes linhas de constituir para si mesmas, no espaço que habitam, um sistema econômico, social, político e cultural. (idem, p. 227)

A partir daquele momento seríamos um país com “povo”. Um que se assume sujeito e dirigente do processo histórico-social e que através de avanços e aproximações sucessivas vai formando seu entendimento sobre as coisas e agindo no sentido da construção da nação.

Na fase capitalista do desenvolvimento econômico e social, diz Guerreiro Ramos, os povos só se formam ao constituírem um mercado interno.

Só no decorrer das últimas três décadas se estabeleceram no País condições tais como intercâmbio econômico entre regiões antes insuladas, sistema nacional de transportes e comunicações, prática intensiva e extensiva de pagamentos a fatores que diminuindo crescentemente o setor interno da economia natural e incorporando cada vez mais a população camponesa no circuito monetário, estão propiciando a efetiva configuração do povo brasileiro como ente político, apto a reivindicar e a exercer as prerrogativas típicas de uma adulta personalidade histórica. (RAMOS, 1960, p. 228-229)

As condições em que se processou o desenvolvimento nacional trouxe algumas particularidades que são ressaltadas em sua obra. Em primeiro lugar, o Estado estaria escapando do controle da sociedade e o planejamento econômico exercido segundo critérios privados justificados por uma ciência econômica inacessível aos não iniciados. Dessa forma não se conseguiria “mobilizar plenamente a capacidade produtiva interna da comunidade brasileira” e a equação programática do desenvolvimento permaneceria “viciada por um universalismo equívoco em que não se distinguem claramente as fronteiras que separam o sistema econômico interno do aparelho capitalista externo.” (RAMOS, 1960, p.235) Em segundo lugar, tomando as classes sociais, Guerreiro Ramos identifica nos interesses latifundiários e mercantis a expressão consciente mais sólida até aquele momento no país. Quanto à burguesia, ele afirmava termos uma burguesia industrial que

não se delineia de modo claro, uma vez que os empresários pioneiros são estorvados e inibidos na formação de sua consciência de classe, sem a qual não podem ser verdadeiros dirigentes do processo. *Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter a iniciativa de uma revolução nacional.* Ao contrário do que se registrou no Ocidente Europeu e nos Estados Unidos, nossa burguesia não está apta para levar a efeito êsse cometimento. (idem, p. 237, grifos nossos)

A classe média, por sua vez, acomodada às situações parasitárias, teme e combate as inovações que o desenvolvimento viabilizaria. Porém, uma de suas expressivas frações, tendo mantido estreita relação com o povo, manifestaria

tendências progressistas e seria uma aliada natural dos trabalhadores. Inicialmente absorvida em sua maioria nas atividades do serviço público, começavam a surgir novos quadros pequenos-burgueses com qualificações e habilidades técnicas para as atividades produtivas. Estes seriam, de acordo com Guerreiro Ramos, elementos destinados a um importante papel de vanguarda nas lutas sociais. Quanto aos trabalhadores – notadamente os da cidade⁵⁹ – são eles “a classe mais avançada, porque portadora de mais vigorosa consciência dos seus interesses do que as outras. [...] Transformando diretamente pelo trabalho a realidade material do País, educa-se e habilita-se oferecer os apoios de que carece o movimento emancipador brasileiro.” (RAMOS, 1960, p. 238)

Que é, então, o povo brasileiro? Guerreiro Ramos responde à pergunta alinhavando 4 princípios:

- 1) O povo é o principal empresário do processo econômico brasileiro. Pelo seu trabalho, criam-se as riquezas, combinam-se os fatores e se transformam em bens e serviços. Exerce o principal papel na realização das atividades produtoras, cabendo-lhe, portanto o controle ideológico da programação global da economia.
- 2) O povo é uma realidade social englobante que trapassa o âmbito exclusivo de toda classe. É constituído majoritariamente de trabalhadores, mas se compõe também de elementos oriundos de outras classes e categorias.
- 3) O povo é o dirigente político do processo histórico-social. Exerce esta função, extraordinariamente, de modo direto; normalmente de modo indireto, por intermédio de sua vanguarda⁶⁰.
- 4) O povo é o verdadeiro gênio da cultura nacional. Só existe cultura e ciência nacionais, do ponto-de-vista do povo. (idem, p. 244)

Por fim, ressaltaríamos a expectativa que Guerreiro Ramos tinha sobre os princípios que deveriam nortear os trabalhadores como expressão majoritária e sujeito principal na construção e manifestação da vontade popular. Esta exposição é muito significativa para a definição do lugar do nacionalismo e na caracterização dos limites postos para a transformação da sociedade brasileira. Para o autor, seriam 5 os pontos

⁵⁹ Os trabalhadores do campo – cidadãos pouco iniciados e eleitores conduzidos - funcionariam como um contrapeso às lutas trabalhistas da cidade e serviriam como base para sustentação das frações capitalistas agrárias e mercantis. A modernização do campo promoveria uma mudança qualitativa nesta situação, não apenas no ponto de vista da consciência, mas ao provocar o êxodo rural, fortaleceria o papel das massas urbanas.

⁶⁰ A vanguarda popular é quem ordinariamente agirá como a consciência militante do povo. Ela possui a visão sistemática, geral e de conjunto que não está de posse do povo nas condições vigentes. A vanguarda é “miniatura do povo. Compõe-se majoritária, porém não exclusivamente, de trabalhadores. É constituída, ademais, de elementos oriundos de outras classes e categorias. Assim é que, para constituí-la em nosso país socorrer-se-á, naturalmente, de trabalhadores de diferentes categorias, de empresários industriais, comerciais e agrícolas, de quadros técnicos profissionais e de outros elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais.” (idem, p. 246). Esta vanguarda seria, ao nosso ver, a intelligentsia nacionalista.

que devem orientar a ação dos trabalhadores:

- 1) Os trabalhadores são sócios do desenvolvimento nacional. Têm, portanto, não apenas direito de reajustar periodicamente os seus salários, mas também de participar do aumento do produto nacional.
- 2) Os trabalhadores são uma força política sem o apoio da qual o Governo não pode constituir-se. Por consequência, os trabalhadores, por meio dos órgãos que representam os seus interesses, têm direito de participar do exercício de funções governamentais.
- 3) Os programadores das atividades econômicas e financeiras do Estado são funcionários dos interesses gerais da coletividade e, portanto, devem ser ideologicamente controlados pelos representantes legítimos desses interesses, inclusive pelos representantes dos trabalhadores.
- 4) Os trabalhadores condenam toda forma de sectarismo e reconhecem que, nas condições atuais do Brasil, sem prejuízo da luta contínua pelos seus ideais específicos, devem ajustar as suas reivindicações aos imperativos da emancipação nacional.
- 5) Os trabalhadores brasileiros só apóiam soluções nacionais para problemas nacionais. (RAMOS, 1960, p. 261-262)

A sociologia de Guerreiro Ramos, tendo a nação como premissa, o ponto de vista do povo como perspectiva e a lei das fases⁶¹ como pressuposto metodológico, vislumbra, no capitalismo desenvolvido, o horizonte a alcançar.

1.4 O PCB e o caráter da revolução brasileira

Em 1924 a Internacional Comunista (IC) realizava seu V Congresso cujo foco foi deslocado especialmente para os processos de lutas nacionais em desenvolvimento no continente europeu. Mesmo afirmando a importância da luta antiimperialista nos países coloniais, a questão oriental fôra relegada para um segundo plano e não havia ainda no Komintern sequer um debate sobre a situação dos países latino-americanos. Nas discussões produzidas e na resolução final daquele encontro ficou um conjunto de apontamentos que indicavam uma nova orientação para a intervenção dos PCs na perspectiva da construção do socialismo que, segundo Mazzeo (1999, p. 43), “acaba por cair em análises esquemáticas diretamente relacionadas aos problemas do Estado soviético, ligando-os automaticamente à realização da revolução mundial. No esteio da disputa interna do

⁶¹ A faseologia, associada aos critérios de avaliação do desenvolvimento, permitiria apreender o estágio evolutivo de uma determinada sociedade possibilitando a elaboração de instrumentos apropriados para interferir no seu vir-a-ser. Ver Ramos (1965, 138-164).

Partido Comunista Russo e o combate à “Teoria da Revolução Permanente⁶²” de Trotsky, desenvolve-se uma visão etapista dos processos revolucionários nos países semicoloniais alicerçada em uma estratégia frentista resumida no “bloco das quatro classes” – formado pelo proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

Depois do Congresso foi formado o Secretariado Sul Americano (SSA) com a responsabilidade de implementar e acompanhar a execução das diretrizes do Komintern na região. Seguiu-se, neste mesmo período, uma fase de *bolchevização* dos partidos comunistas cujo objetivo era homogeneizar suas estruturas organizativas e seu enquadramento nas linhas gerais estabelecidas pela Internacional.

Em 1928, acontece o VI Congresso da IC, marcado pela derrota dos comunistas chineses e que faz aprofundar o debate sobre a construção do socialismo e o papel das classes sociais no processo revolucionário. As suas resoluções terminam por institucionalizar a perspectiva etapista e o lugar da frente única, da maneira como nos descreve Mazzeo (1999, p. 46-47).

O programa do VI Congresso da IC, em seu item 8^o assim descreve as etapas da revolução mundial: 'A revolução mundial do proletariado é resultado de processos de natureza diversas, que se efetuam em períodos distintos: revoluções proletárias, propriamente ditas; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras nacionais de libertação; revoluções coloniais', caracterizados em três tipos fundamentais de revolução: a) *países de capitalismo de tipo superior* [...] com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada, com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nesses países a passagem à ditadura do proletariado é direta [...]; b) *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo* [...] onde permanecem importantes vestígios de relações semifeudais na economia agrária, com o mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto. Em alguns desses países é possível a transformação, mais ou menos rápida, da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Em outros, pode ser desencadeada uma revolução proletária com grande contingente de objetivos de caráter democrático-burguês. [...] c) *países coloniais ou semicoloniais*, como China e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nesses países predominam relações de modo de produção asiático ou relações *feudal-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontram-se em mãos de grupos imperialistas [...]. Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos consequentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. (MAZZEO, 1999, p. 46-47, grifos do autor)

⁶² Sobre a Revolução Permanente sugerimos a leitura de Trotsky (2007) e Mandel (1981, p. 68-93).

Em 1935, o VII Congresso da IC, dado o perigo que representava o fascismo, promove uma viragem no aspecto tático de organização dos comunistas e orienta o Movimento Internacional à uma posição defensiva com o lançamento de frentes amplas anti-fascistas. Superava-se, assim, a orientação preexistente que marcou o então denominado “Terceiro Período”.

Em 1946, conquistada legalização no ano anterior, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se consolida como uma força de significativa expressão⁶³. Com uma bancada de 14 deputados federais, 1 senador e representação em diversas Assembléias Estaduais, tornara-se a terceira força eleitoral do país⁶⁴. Contava ainda com 200 mil filiados e uma projeção cada vez maior no movimento sindical⁶⁵.

A política daquele período – que começa a ser articulada ainda em 1943 na Conferência da Mantiqueira⁶⁶ – tinha como orientação geral as resoluções do VII Congresso da IC e reposicionava o partido em relação à intervenção anterior. Essa

nova diretriz tinha por norte a política das frentes populares, que punha de lado a tese da classe contra classe, apontando para unidades políticas de carácter pluriclassistas dentro de um largo leque, chamados “setores democráticos” da sociedade, no qual situava-se a burguesia 'nacional'. Esses aspectos eram tidos como fundamentais, dentro da concepção tática para a construção da primeira 'etapa' da revolução, cujo carácter seria 'nacional democrático-burguês', momento em que o proletariado não deveria ter a hegemonia política [...]. O elemento fundamental dessa nova política era a *idéia de que o proletariado deveria colaborar com a construção do capitalismo nacional*. (MAZZEO, 1999, p. 71, grifos do autor)

Essa política perdurará ainda até metade do governo Dutra – tendo atravessado a queda de Getúlio Vargas em 1945 e a presidência de José Linhares –

⁶³ Apenas para lembrar que após o fracasso do movimento de 1935 o partido fora colocado na ilegalidade e duramente reprimido pelo Estado Novo, desarticulando-se quase completamente.

⁶⁴ A eleição ocorrera em dezembro de 1945 e a posse foi dada em janeiro de 1946.

⁶⁵ Mazzeo (1999)

⁶⁶ A Conferência da Mantiqueira - ou II Conferência Nacional do PCB - realizou-se em agosto de 1943 “num lugar do Vale do Paraíba [...]” onde “reúnem-se quase duas dezenas de militantes, que atingem o local secreto por diversos meios, e discutem a linha a ser adotada.” O debate ali “resulta na afirmação da União Nacional externa e interna: a guerra mundial é vista como 'guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo', e 'guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista'; o governo de Getúlio não é fascista pois dele participam ao mesmo tempo reacionários e homens que lutam pela democracia, daí a razão da 'União Nacional em torno do governo', do 'apoio irrestrito à política de guerra e ao Governo que a realiza’”. (CARONE, 1982, p. 3) Do ponto de vista organizativo, o fato mais relevante foi a escolha de um Comitê Central provisório que, oficializado em agosto de 1945, passaria a dar nova dinâmica à atuação do PCB.

persistindo o PCB em reforçar a imagem de partido da “ordem e da tranquilidade”, ratificado na III Conferência Nacional, em julho de 1946. Nas resoluções aprovadas podemos encontrar as seguintes passagens:

5 – A solução imediata dos problemas da carestia, da fome e da miséria, exige cada vez mais o reforçamento da luta pela União Nacional [...].

A política de União Nacional defendida pelo nosso Partido visa conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista, que sentem a pressão do imperialismo e desejam o desenvolvimento do país. O processo de União Nacional pode e precisa ser implantado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia [...].

6 – A III Conferência Nacional reafirma a posição assumida pelo PCB em face ao governo de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso. (PCB, 1982a, 67-68)⁶⁷

Em 1947, refletindo, em parte, uma mudança na conjuntura internacional com o fim da “coexistência pacífica” preconizada por Stalin – que em 1943 levou-o a dissolver a IC como um sinal de suas intenções para com os países do bloco ocidental – e o início da Guerra Fria⁶⁸, associado ao temor com o crescimento da inserção social e a multiplicação das atividades e frentes de atuação do comunismo brasileiro, o governo Dutra põe o PCB mais uma vez na ilegalidade. Esses fatos e a perseguição sofrida pelos comunistas levam o partido a uma nova viragem em sua política. Em janeiro de 1948 lançam um manifesto apresentando um novo balanço do período e suas prioridades.

Para Mazzeo, o que poderia ser caracterizado como fundamental naquele momento – a despeito da manutenção da revolução por “etapas” - “é a procura de uma intervenção política realizada dentro de uma concepção de frente única que havia sido definida no IV Congresso da IC. Essa nova formulação, objetivamente, alterava o leque de alianças que deixava de ser tão amplo”. (MAZZEO, 1999, 75) O Partido voltava-se, então, para uma composição privilegiada entre proletários, camponeses e setores da pequena burguesia.

⁶⁷ É importante salientar que mesmo defendendo, no final da resolução da Conferência, ser necessário um “Partido capaz de lutar conscientemente pela União Nacional, a mais ampla e sólida que reclamam os reais interesses de nosso povo, união sob hegemonia do proletariado” (PCB, 1982a, pg. 71), toda a política desenvolvida pelo PCB, no período, era levada mais pela prioridade à garantia da “ordem e da tranquilidade”, em detrimento das conquistas para a criação, de fato, da hegemonia proletária.

⁶⁸ Este processo está diretamente associado ao surgimento do Kominform em 1947 como uma resposta do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) ao Plano Marshall na Europa e a ameaça com a perda de influência no continente.

Refletindo a busca por uma ação com mais independência de classe, em 1950 o PCB lançou a Frente Democrática de Libertação Nacional, que obteve fracos resultados eleitorais. O isolamento do Partido no contexto nacional e a morte de Getúlio Vargas em 1954 acabaram por abrir o caminho para a rediscussão daquelas diretrizes e um novo direcionamento tático⁶⁹, na verdade um retorno às teses formuladas entre 1943-46.

Essa nova viragem começa com uma revisão da política de alianças, chamando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a uma composição nas eleições de 1955. O marco elaborativo mais importante neste momento - catalisando o que seria a linha política do PCB até o golpe de 1964 – foi o IV Congresso do Partido em fins de 1954 e início de 1955. O que se observa é uma apropriação pelos comunistas de elementos da ideologia nacional-desenvolvimentista presentes nas construções cepalinas e isebianas. O eixo desloca-se da “libertação nacional” para a questão do “desenvolvimento nacional”, passando este a compor o substrato do argumento em defesa da etapa democrático-burguesa da revolução brasileira e seu consequente campo de alianças. Em suas resoluções é possível ler que

[...] as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria da esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro.

Estão, assim, nos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais os principais inimigos do progresso do Brasil, da vida e da segurança da grande maioria da nação brasileira. É indispensável, por isso, libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e realizar no país transformações democráticas radicais que ponham fim à opressão causada pelos restos feudais e pelo latifúndio. [...]

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho antiimperialista e agrária anti-feudal.[...]

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional.[...]

A burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo estrangeiros, particularmente norte-americanos.[...] O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo Programa com acerto de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional.[...]

As objeções que sejam porventura levantadas a respeito da possibilidade de ser efetivamente ganha a burguesia nacional para o campo das forças revolucionárias traduzem desconhecimento da realidade brasileira e da correlação de classes no país nas atuais condições. (PCB, 1982d, 128-133)

⁶⁹ Ver Mazzeo (1999, p. 74-82), Carone (1982, p. 6-7), PCB (1982b, p. 72-89), PCB (1982d, p. 114-122)

Esta diretiva ganhará novos contornos com a crise aberta pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no qual foram denunciados, por Nikita Krushev, os crimes de Stalin. O impacto sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI) da desestalinização iniciada a partir daí, dá-se de forma a acentuar os paradoxos e as dificuldades então existentes. A dissolução do Kominform naquele mesmo ano faz com que a gravitação dos PCs em torno da URSS seja

realizada sem as intermediações de um organismo político de ação internacional dos comunistas, o que irá apenas concluir um melancólico processo, iniciado com a hegemonização do grupo stalinista na IC, que em última instância acaba transformando a maioria dos partidos comunistas em instrumentos auxiliares da política externa soviética de 'coexistência pacífica' (MAZZEO, 1999, p. 86)

A disputa interna aglutina um novo grupo dirigente que aprofundará aquelas formulações na “Declaração sobre a política do PCB”, publicada em março de 1958. Para além de uma autocrítica às posições anteriores, consideradas “sectárias” e um chamado à democratização do funcionamento partidário, o texto faz aprofundar a perspectiva etapista da revolução brasileira e reforça o restabelecimento de uma frente ampla, agora em nome do desenvolvimento nacional. Em um mundo polarizado entre o “imperialismo” e a “paz”, a tese defendida pelo documento é o da construção de um caminho pacífico para a revolução brasileira e a afirmação nacional no contexto de uma política exterior de

relações amistosas com todos os países, acima das diferenças de regime social, na base do respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, de não agressão, da não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas.” (PCB, 1982e, p. 189)⁷⁰.

Sobre o caráter da revolução brasileira o texto é explícito em afirmar que

A revolução no Brasil [...] não é ainda socialista mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política.(PCB, 1982e, p. 184)

Desdobrando a questão, ao tratar do caminho pacífico para a revolução brasileira, a Declaração afirma que os

⁷⁰ “A luta pela paz – tarefa primordial de todos os povos – tem condições para ser plenamente vitoriosa. A política de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais povos, desfaz as manobras da 'guerra fria' e consegue resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional.” (PCB, 1982e, p. 182)

comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com formas legais de luta e de organização de massas. [...] (PCB, 1982e, p. 192)⁷¹.

Para o sucesso desta aplicação tática é preciso que os comunistas busquem “formar amplas coligações eleitorais, que tenham força para levar à vitória os candidatos da frente única”. Neste sentido, “apóiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os partidos”. (PCB, 1982e, p. 194)

Por maiores aproximações que as posições do PCB tenham com as teses correntes da CEPAL e do ISEB, guardam importantes diferenças. São elas, a afirmação da perspectiva socialista – ainda que condicionada ao pleno florescimento do capitalismo como a primeira etapa do processo para a sua conquista – e a proclamação das diferenças entre o proletariado e a burguesia. Esse paradoxo, podemos, por exemplo, observar nesta passagem retirada da Declaração de Março de 1958:

Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios. (PCB, 1982e, p. 187)

O V Congresso do PCB ratificou estas posições e manteve a orientação geral do Partido durante o início dos anos 1960. Gorender (1982, p. 228) situa esta diretriz como resultante

de longa prática vivida intensamente e da luta interna, do confronto de opiniões que, desde 1956, após o XX Congresso do PCUS, estimulou de modo imperativo o pensamento marxista brasileiro. A elaboração da nova linha política representou, em seus aspectos essenciais, a superação tanto de um estilo dogmático de raciocínio como das tendências à revisão dos princípios marxistas, sob pressão ideológica da pequena burguesia e da burguesia.

⁷¹ O PCB incorporaria o processo de descolonização no pós-guerra às suas análises da conjuntura internacional ainda em 1956 como parte do balanço dos desdobramentos entorno do XX Congresso do PCUS.

Apesar do tom autocrítico – presente também na caracterização crítica do governo Juscelino Kubitschek a partir de 1958 – o debate não produziu nenhuma alteração nas grandes questões que permeavam a intervenção dos comunistas na conjuntura nacional. O apoio a João Goulart e às reformas de base foi embasado, exatamente, na mesma fórmula que definia o caráter da revolução brasileira e os marcos da luta primeira contra o imperialismo e a estrutura feudal do campo.

1.5 A Teoria da Modernização

O pós-guerra não foi marcado, apenas, pela questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, pautado pelas idéias cepalinas. Nos Estados Unidos, esse mesmo debate também aconteceu, ganhando maior impulso a partir da percepção de que, nos países pobres, movimentos ou partidos de inspiração marxista cresciam e se consolidavam como alternativa real de poder.

Para enfrentar a complexidade da questão, numa ótica norte-americana, foram formados centros de pesquisas e análises, como o Centro de Estudos Internacionais do Instituto de Tecnologia de Massachusets – CIS/MIT. Centros que muito produziram, não apenas no campo da reflexão sociológica, histórica, econômica e política, mas também no subsídio à ação propriamente dita. Queremos dizer com isso que Centros, como o citado, embasaram a ação do governo norte-americano no campo da política externa, sendo que alguns ilustres membros desses Centros tinham assento em esferas importantes para definição de políticas do mais poderoso Estado do mundo.

Dominado por postulados positivistas e funcionalistas, partindo em grande medida da sociologia parsoniana e do seu modelo dicotômico do tradicional/moderno, o pensamento elaborado em tais Centros buscava criar um modelo capaz de normatizar o processo de desenvolvimento dos países considerados em atraso, se comparados com aqueles do hemisfério norte; particularmente os Estados Unidos. Esta escola de pensamento ficou conhecida como a autora da chamada “teoria da modernização”.

O mais famoso expoente da teoria da modernização foi sem sombra de dúvidas

W. W. Rostow. A crítica à sua noção de desenvolvimento econômico como produto da sucessão de etapas será ponto comum aos teóricos da dependência⁷².

Com diferenças, mas partindo de uma *démarche* semelhante a de Rostow, alguns cientistas sociais latino-americanos incorporaram, no mesmo período, uma concepção similar a dele e também com base em análise tipológica das sociedades. Tais cientistas são praticantes daquilo que se convencionou chamar de “sociologia da modernização”. Eles também compõem uma peça importante do nosso quadro referencial. Dentre seus autores, o mais significativo para a América Latina é Gino Germani⁷³.

Tendo em vista o exposto, apresentamos em seguida, os conceitos fundamentais, o método, bem como algumas conclusões a que chegaram os dois autores destacados: Rostow e Germani.

1.5.1 W.W. Rostow e as etapas do desenvolvimento econômico

Rostow tornou-se muito conhecido nas ciências sociais, mormente em função do seu livro “As Etapas do Desenvolvimento Econômico”. Professor universitário, desenvolveu grande parte de sua carreira no MIT, como pesquisador do CIS. Também desempenhou importantes funções no aparelho de Estado e na política norte-americana, notadamente entre os anos de 1961 a 1966. Neste período foi assessor de Segurança Nacional no governo Kennedy, passando a Conselheiro do Departamento de Estado e a presidente do seu Comitê de Planejamento, mantendo-se ali mesmo após a morte do presidente.

Sua importância não se deve apenas ao fato de ter sintetizado, na forma mais acabada, uma teoria – a nosso ver, mais ideologia do que ciência - do desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento. O impacto do seu texto deve ser observado, também, através da aplicação nos países latino-americanos das premissas do projeto gestado durante o governo Kennedy, conhecido como “Aliança para o Progresso”. Aqui reside, segundo acreditamos, sua maior relevância.

⁷² Ver Santos (1991, p. 45)

⁷³ Ver Cardoso e Faletto (1981, p. 16-17) e Bamberger (2012, p.43)

O livro “As Etapas do Desenvolvimento Econômico” foi escrito no final da década de 1950 e a pretensão do seu autor era produzir “uma teoria sobre o desenvolvimento econômico e uma teoria mais geral, se bem que ainda muito parcial, sobre a história moderna como um todo”. (Rostow, 1978, p. IX) A forma como concebe essa generalização histórica é de um conjunto de etapas de desenvolvimento. Ele estará particularmente interessado por certos fatores que parecem ser constantes através da história do mundo, desde 1700.

Qual é o conjunto de problemáticas que devem ser enfrentadas pelas etapas do desenvolvimento? Para Rostow, este conjunto consistiria em uma faixa bastante ampla de questões como,

Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento automático e determinaram a sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade se expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a irrupção de guerras? E por fim, para onde estão nos levando os juros compostos? (ROSTOW, 1978, p.14)⁷⁴

De forma geral Rostow toma como referência as sociedades consideradas por ele desenvolvidas - as nações capitalistas do norte – e extrai uma série de fatores que seriam explicativos para o desenvolvimento. Buscará na história exemplos que confirmam estas passagens e através de comparação definirá o estágio em que se encontram aquelas sociedades consideradas ainda em desenvolvimento. No seu método, ele toma ‘aquilo que foi’ por ‘aquilo que deve ser’, sem deixar alternativa para outros modelos ou caminhos possíveis.

Não é nossa intenção, nessa parte do trabalho, desenvolver uma análise crítica das etapas do desenvolvimento. Relembrado o essencial do método, vamos agora descer um pouco mais em detalhes na formulação de Rostow.

Quais são, para ele, as etapas que conduzem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento? Para o autor, é possível enquadrar qualquer sociedade, em suas dimensões econômicas, em alguma das seguintes cinco categorias: sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.

⁷⁴ A expressão “juros compostos”, recorrente em todo o texto, é sugerida pelo autor para expressar o desenvolvimento como uma variável que se amplifica em progressão geométrica quando esse desenvolvimento alcança a situação auto-sustentada.

Sobre a sociedade tradicional, observou:

Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e uma tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é tomado aqui como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passam a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva. (Rostow, 1978, p. 16)

Por esta definição, o domínio da técnica e da ciência moderna pode ser considerado o primeiro critério para se distinguir uma sociedade tradicional de uma moderna. Para Rostow, porém, esse critério deve ser aplicado com algum cuidado, dado que o fato central é que na primeira, poderiam ser feitas inovações, mas “existia um teto no nível alcançável do volume de produção *per capita*” (Rostow, 1978:16). Este teto seria decorrência do fato destas inovações ainda não estarem disponíveis a todos ou não serem sistematicamente utilizadas.

O trabalho nas sociedades tradicionais, em função dessa limitação técnica que, ocasionava uma baixa produtividade, seria voltado essencialmente para a agricultura. Desse sistema agrícola, ergue-se uma estrutura social hierarquizada, com pouquíssimas possibilidades de mobilidade vertical. Nessas organizações sociais, os vínculos familiares e de clãs desempenham um papel fundamental.

Os destinos das pessoas estariam amarrados a um fatalismo em longo prazo:

com a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente, seria a mesma que existiria para nossos avós. Contudo, aquele fatalismo a longo prazo não excluía a opção a curto prazo de, dentro de amplos limites, ser perfeitamente lícito e possível ao indivíduo esforçar-se por melhorar sua sina, ainda em sua vida. (idem, 1978, p. 17)

E aqui, podemos encontrar um elemento que permeia todo o texto de Rostow e que será um critério importante quando ele for falar no “arranco”: a mudança de atitude individual e social em relação às mudanças. É claro que nas sociedades tradicionais, como já dissemos, esse campo de transformações ainda é muito limitado, porém, não é inexistente. E a ação das pessoas na direção destas, parece ser o diferencial entre o permanecer ou não na condição subdesenvolvida.

Em relação ao poder político, o que caracteriza essas sociedades é que este é exercido pelos proprietários da terra, o bem mais importante para a sobrevivência daquela organização social.

Que sociedades, por fim, Rostow classifica nessa etapa? Aqui ele diz,

Em termos de História, pois, com o nome de ‘sociedade tradicional’ nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano; as dinastias da China; a

civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa Medieval. E ainda adicionamos as sociedades pós-newtonianas que, por certo tempo, permaneceram inatas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico (ROSTOW, 1978, p. 18)

Ora, como é possível colocar todas essas sociedades em uma mesma etapa? O critério que as articula é o fato de que todas compartilham o mesmo teto de produtividade. O desenvolvimento, porém, só será alcançado quando forem alteradas todas as suas principais características, sejam elas sua política, sua estrutura social, seus valores, assim como sua economia.

A segunda etapa do desenvolvimento já envolve sociedades em processo de transição. Na verdade, essa é uma característica de todas as etapas até aquela chamada de consumo de massa. São etapas de transição nas quais a sociedade vai buscando sua adaptação ao desenvolvimento da técnica e da ciência moderna, como se se processasse inexorável e automaticamente.

Esta etapa teria se desenvolvido a primeira vez na Europa Ocidental do fim do século XVII e início do século XVIII, “à medida em que as concepções de ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais⁷⁵ e pela concorrência internacional por estes.” (Rostow, 1978:18) O caso mais geral da história moderna, porém, viu esta fase surgir na maioria dos lugares como resultado de intromissões externas.

Estas invasões – literais ou figuradas – abalaram a sociedade tradicional e iniciaram seu desmoronamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento idéias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura. (ROSTOW, 1978, p.19)

Nessas sociedades, o progresso econômico abre uma série de novas possibilidades, limitadas, porém, por métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos valores ainda em vigência, assim como pelas instituições políticas regionais que permaneceram inalteradas. O que marcaria essa fase de transição para o arranco, de uma forma geral, seria o surgimento do Estado Moderno, em contraposição aos interesses agrários e suas instituições regionais.

Os casos gerais de que trata Rostow nesta etapa diriam respeito à evolução da maior parte do continente europeu, da Ásia, do Oriente Médio e da África. Vamos

⁷⁵ Essa expansão paralela promoveria um efeito de ampliação do mercado, produzindo novos tipos de especialização e interdependência (ROSTOW, 1978, p.48)

apresentar, na visão do autor, o que seria necessário para caracterizar a ocorrência da transição de uma sociedade do tipo tradicional para uma outra, moderna.

A sociedade predominantemente agrícola [...] deve passar para um predomínio da indústria, das comunicações, do comércio e dos serviços. A sociedade cujo dispositivo econômico, social e político gira em torno da vida das regiões relativamente pequenas – sobretudo auto-suficientes – tem de orientar seu comércio e suas idéias para a nação e para um ambiente internacional ainda mais amplo.

O ponto de vista acerca da procriação [...] tem de modificar-se de forma a acabar ocasionando um declínio da taxa de natalidade, à proporção que a possibilidade de progresso e a redução da necessidade de mão-de-obra rural não especializada criam um novo modo de encarar as coisas.

A renda acima dos níveis mínimos de consumo, grandemente concentrada nas mãos dos que detêm a posse de terras, há que passar às mãos dos que a gastarão em estrada de rodagem e de ferro, escolas e fábricas⁷⁶, ao invés de casa de campo e empregados, adereços pessoais e templos.

Os homens devem passar a ser estimados na sociedade não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas.

E, acima de tudo, deve ser difundido o conceito de que o homem não precisa olhar seu meio físico como fator praticamente dado pela natureza e pela providência, porém, como um mundo ordenado que, se racionalmente compreendido, pode ser manejado de sorte a dar lugar a mudanças produtivas e, pelo menos, em uma direção, progresso. (Rostow, 1978, p. 33-34)

Para Rostow, satisfeitas essas condições, a sociedade terminou por superar todas as obstruções para o a próxima etapa, o arranco. Nela, o desenvolvimento passa a ser a situação normal, aquela de que falamos mais acima aonde os “juros compostos” se integram aos hábitos às instituições sociais.

De uma forma geral, o arranco é definido a partir do momento em que se cumprem – tendo em vista as condições apresentadas anteriormente – três outras condições: o aumento da taxa de investimento de 5% para 10% da renda nacional; expansão do setor industrial com altas taxas de crescimento, reinvestindo seu lucro no processo de produção; por último, o surgimento de instituições sociais, políticas e culturais que reflitam este impulso expansivo, dando a ele um caráter permanente e regular.

O momento do arranco pode originar-se de uma inovação tecnológica, de uma revolução política ou pode ocorrer em resposta a uma situação desfavorável internacionalmente, como uma queda brusca nas relações de troca. O que importa, no final, é que as condições criadas durante a etapa anterior, agora se convertem em

⁷⁶ A exceção das fábricas, Rostow vai nominar os investimentos nas áreas de transporte, energia, educação, etc. como de investimento em capital social fixo. Estes são realizados normalmente pelo Estado, em função das suas características especiais: longos períodos de gestação e remuneração, grandes volumes e as vias indiretas de retorno do investimento.

reação positiva e regular, fortalecendo-se a si mesma de forma recorrente.

Os recursos financeiros para o arranco, poderiam ser conseguidos pelo confisco praticado contra os proprietários de terra, cumprindo aquela condição de investir nos setores modernizantes; poderia ser obtido através da reforma agrária, utilizando o recurso que agora se encontrava nas mãos dos camponeses para financiar as atividades que estimulavam o desenvolvimento econômico; poderiam ser obtidos através do comércio exterior, estimulando o setor exportador e garantindo que estes recursos chegassem ao setor industrial; poderiam ser conseguidos, permitindo o desenvolvimento da industrialização nacional, através do setor de produção de bens de consumo, que reverteriam aos “homens de empresa” proporções crescentes de renda, estimulando-os a amplificar a capacidade produtiva de suas indústrias. Por fim, o último elemento para a oferta de recursos financeiros, seria a própria importação de capital.

Para concluirmos essa descrição do arranco, devemos aqui ressaltar aqueles aspectos ditos não econômicos, mas nem por isso, no transcurso das etapas, menos decisivos. Para Rostow, é “evidente que o arranco exige a existência e a atividade bem sucedida de um grupo da sociedade que esteja preparado para aceitar inovações” (Rostow, 1978, p. 69).

Impelido por determinada motivação humana, um grupo tem de aperceber-se de que não é só possível como útil realizar investimentos de capitais, e que, para seus esforços serem aceitavelmente bem sucedidos, devem agir com certa racionalidade ao escolher as direções em que lançar suas iniciativas. [...] podemos dizer, numa primeira aproximação, que deve surgir um grupo vitorioso que se porte como se fosse impelido pela motivação do lucro, numa economia dinâmica com funções de produção sempre mutáveis (ibidem).

Este novo grupo, esta elite, além de um sistema de valores compatíveis com a nova situação, deve sentir-se impedida de conseguir prestígio e poder pelas vias convencionais existentes na sociedade e esta, por sua vez, como resultado das transformações em andamento, deve mostrar-se flexível o suficiente para permitir que seus membros busquem o progresso material e político como forma de ascensão. Rostow chega a afirmar que, “o fenômeno central do mundo das sociedades pós-tradicionais não é a economia [...] sim o critério global com que são feitas as escolhas.” (idem, 1978, p. 179) Estas são feitas dentro de um

arcabouço permitido pelo panorama mutável da sociedade, panorama esse que é, por sua vez, o produto tanto das condições reais objetivas quanto de opções prévias feitas pelos homens e que auxiliam a determinar o ambiente com que os homens se defrontam no momento. (idem, 1978, p.178)

Essa elite formada no processo de transição é a principal responsável por levar o arranco adiante, aparentemente o único caminho correto a se tomar, como se a vida conspirasse sempre em uma mesma direção e o que ontem fizemos compromettesse necessariamente o nosso amanhã, apresentando a história como uma estrutura acumulativa e linear de acontecimentos.

O que se segue ao arranco é a marcha para a maturidade. Ela ocorreria 60 anos após o início do primeiro, chegando a uma etapa onde a tecnologia moderna estaria estendida para toda atividade econômica e aonde os recursos investidos pulariam de 10% a 20% da renda nacional, permitindo em muito ultrapassar as necessidades da população.

Assim chega-se a etapa do consumo em massa. “uma fase em que os americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.” (Rostow, 1978, p.23). Isso vai acontecendo na medida em que a renda real de cada vez mais pessoas aumenta a um ponto em que elas podem dispor de uma parte para adquirir bens que não os de subsistência; assim como a organização do trabalho muda, reforçando a produção da população urbana, desejosa de obter as benesses do consumo.

Devemos indagar quem é o homem que emerge nessa etapa? Para Rostow, esse homem é o que se preocupa “não apenas com a vantagem econômica, mas também com o poder, o lazer, a aventura, a continuidade da experiência e a segurança; preocupa-se com a família, com os valores familiares de sua cultura regional e nacional, e mesmo com um pouco de divertimento lá onde vive” (idem, 1978, p. 178). Arriscaríamos dizer que ele está tratando aqui do homem norte-americano.

A partir desse ponto ele entra em discussão com o marxismo, contrapondo alguns de seus conceitos e idéias, tomando como pano-de-fundo sua própria leitura da experiência estadunidense. É importante dizer que ele argumentará em função de uma ótica muito particular que tem do próprio Marx em primeiro lugar, e de Lênin em segundo.

Destas idéias, achamos que valeria a pena comentar algumas. A primeira, a idéia de que a população não cresceu de maneira a expandir o exército industrial de reserva e, assim, que as atividades do capitalismo competitivo deram lugar a salários cada vez maiores. Ele diz que quando a sociedade alcança aquele estado de

desenvolvimento auto-sustentado, “o progresso foi partilhado pelo capital e pelo trabalho, a luta de classes foi mitigada, e ao ser alcançada a maturidade eles não defrontaram com um impasse cataclísmico. Defrontaram-se, unicamente, com um novo conjunto de opções [...]” (Rostow, 1978, p.183). A segunda, a partir da apresentação da “questão leninista”⁷⁷, ele afirma que não houve concentração de capital nos Estados Unidos durante a década de 50. Diz também que a crise de 29 se deu porque a Europa não foi feliz em levar as suas sociedades nacionais para a era do consumo em massa. Argumento parecido é utilizado para explicar a crise de 30 nos EUA. Não há para Rostow nada que confirme a “lei dos rendimentos decrescentes”. Ele resolve a questão com uma solução bastante original: “as sociedades têm a sua disposição, caso queiram continuar a vida laboriosa, a possibilidade de seguir o exemplo norte-americano e reimpôr um surto malthusiano da população, quando ficarem enjoadas de aparelhos e engenhocas.” (idem, 1978. p. 185). Ou seja, resolvem-se os problemas de superprodução gerando mais consumidores.

Por outro ângulo, Rostow comenta que se há dificuldades econômicas com as sociedades capitalistas, isso se deve ao fato delas não darem a devida atenção às sociedades subdesenvolvidas. A procura interna em suas economias é por demais intensa para que lhes permitam mobilizar recursos destinados ao exterior. Nesse ponto Rostow demonstra preocupação com as sociedades subdesenvolvidas e a defesa do papel interventor das sociedades modernas no sentido de auxiliá-las na transição. Seu medo é que, caso isso não se dê, haja o “avanço” do comunismo.

Para ele, o comunismo é “uma espécie de doença, que pode afetar uma sociedade em transição, caso esta não consiga organizar efetivamente seus elementos preparados para levar adiante a tarefa da modernização” (idem, p. 195) Através dele, se cria um sistema de Estado moderno, dominado por uma elite que impõe uma ditadura sobre a maioria, uma forma “particularmente desumana de organização política” (idem, p. 194), mas capaz de sustentar o processo de desenvolvimento em sociedades que não lograram produzir uma classe média comercial empreendedora, nem tampouco o consenso necessário entre seus líderes para viabilizar o desenvolvimento. O grande desafio da sua época seria, então,

Para aqueles que prefeririam ver as sociedades em ascensão no mundo não adotarem este caminho especial para a modernização [...] os historiadores julgarão ser o desafio decisivo de nossa época [...] criar, em associação com os políticos e povos não comunistas das áreas que se encontram nas

⁷⁷ Ver Rostow (1978, p. 184)

precondições e no início do arranco, uma parceria que os auxiliará a alcançar o desenvolvimento autônomo numa base social e política que mantenha abertas as possibilidades de desenvolvimento progressista e democrático. (ROSTOW, 1978, p. 194)

E continua em tom apaixonado, convencido de que o comunismo, como uma doença, atenta à evolução sadia do desenvolvimento, pois é certo para ele que o credo democrático é “o que a maioria dos seres humanos escolheria, se lhes fosse dado o direito de escolha” (idem, 1978, p. 196). Por isso, o Norte democrático deve se preocupar com os dilemas e problemas dos homens dos países subdesenvolvidos.

Pois o destino de todos nós que vivemos a etapa do consumo de massa vai ser em grande parte determinado pela natureza do processo das condições e do arranco de nações distantes, processos esses que nossas sociedades experimentam há bem mais de um século, por formas menos angustiantes e difíceis. (idem, p. 197)

No final do seu livro, Rostow é taxativamente dramático quando diz,

Talvez não reste muito da civilização pra salvar a menos que nós do Norte enfrentemos e lidemos com o desafio implícito nas etapas do desenvolvimento, tal como se encontram agora no mundo, com todas as forças do nosso devotamento moral, de nossa energia e de nossos recursos (idem, p. 198).

Escrito, como dissemos, em fins da década de 1950, ousamos inferir que as idéias do autor de “Etapas do Desenvolvimento Econômico” foram materializadas através da “Aliança para o Progresso”, lançado pelo governo Kennedy em 1961.

À guisa de uma breve conclusão da apresentação do pensamento rostowiano, vamos lançar um rápido olhar sobre o projeto da “Aliança”, seus objetivos, seus métodos e seu alcance. Esse esforço intenta, também, descrever um importante componente da conjuntura internacional do período.

1.5.2 Gino Germani e a modernização da América Latina

Gino Germani, italiano de nascimento, radicou-se na Argentina em 1934. Formou-se em filosofia na Universidade de Buenos Aires e, em 1957, participou da fundação e dirigiu o curso de Sociologia e o Instituto de Investigações da citada Universidade. Lecionou também em Harvard (EUA), instituição da qual se tornou professor efetivo em 1966. Herdeiro da tradição parsoniana, toda sua elaboração se desenvolverá dentro da lógica dicotômica do tradicional e do moderno presente na

sociologia de Parsons. Distintamente de Rostow, porém, trabalhará com outras dimensões deste tipo de análise. Particularmente lidará com a problemática da modernização política e a distinção que faz entre a modernização econômica e a social.

Inicialmente, vale identificar o que Germani entende, em linhas gerais, por modernização:

Concebemos a modernização como um processo global no qual, entretanto, é necessário distinguir uma série de processos componentes. Em cada país, a peculiaridade da transição resulta, em grande parte, do fato de que a seqüência, assim como a velocidade, em que ocorrem tais processos componentes, variam consideravelmente de país para país, por causa das circunstâncias históricas diferentes, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional. Essa variação em taxas e seqüências é o que diferencia a transição dos países do Terceiro Mundo da transição dos países atualmente avançados, que se realizou, por sua vez, em épocas históricas distintas. (Germani, 1974, p. 8)

De acordo com Germani há, portanto, diferenças de ritmo (aceleração e desaceleração) e seqüências (atrasos e adiantamentos) que influenciam a transição vivida pelos países. Essas variações, como podemos observar, devem ser compreendidas imersas nas condições contextuais – econômicas, sociais, culturais e políticas – tanto nacionais como internacionais. Observando os países latino-americanos e comparando-os aos mais avançados, cujas transições se deram em épocas históricas distintas, Germani afirma que poderíamos notar uma variação de ritmo e seqüência nas seguintes variáveis e processos: população e taxas vitais; grau de concentração urbana; persistência de padrões arcaicos nas estruturas econômicas, sociais e culturais das áreas rurais; persistência de uma forte anteposição entre as áreas modernizadas e as atrasadas no interior de cada país; persistência da marginalidade (econômica, social, cultural e política), tanto nas áreas rurais como nas urbanas; crescimento do setor terciário proporcionalmente superior àquelas dos países avançados em estágios similares de desenvolvimento; aspirações de consumo “modernas” dentro de uma estrutura de produção relativamente “atrasada”; atraso no surgimento de atitudes “modernas” adequadas, concernentes aos novos padrões de desenvolvimento da ciência e da tecnologia; grau de mobilização política e social; persistência do padrão da intervenção militar, em condições já modernizadas de participação política. (GERMANI, 1974, p. 9-10).

Germani cita quatro características que distinguem a América Latina das demais áreas menos desenvolvidas:

1. a América Latina se diferenciaria porque possui fortes raízes na

cultura ocidental. Independente de qualquer influência das populações originais da região, o impacto de quatro séculos de domínio ocidental e a origem cultural européia de grande parte da sua população a distinguiria dos países do continente Asiático e Africano;

2. as diferenças étnicas na América Latina seriam muito mais de base econômico-social e cultural do que propriamente “racial”, o que ajudaria a promover maiores possibilidades de integração nacional;
3. as nações latino-americanas, se comparadas a outras do Terceiro Mundo, teriam alcançado estágios mais avançados no que concerne a sua integração e organização como Estado Nacional;
4. os países mais populosos da América Latina devem ser considerados não mais países subdesenvolvidos, mas sim como nações de “classe média” dentro da escala internacional em termos de modernização. Estes países estariam, portanto, em uma posição intermediária, mais precisamente, na sua metade superior (GERMANI, 1974, p. 10-12).

Quando fala em escala, qual o seu referencial? Vejamos:

o ponto de partida é a definição da sociedade industrial moderna como categoria genérica que engloba diferentes tipos de sociedades industriais, que são em parte semelhantes (o que justifica sua classificação dentro de uma mesma categoria) e em parte divergentes (o que requer a distinção em diferentes tipos). (idem, p. 15)

E o que define uma sociedade industrial moderna? Para Germani, o requisito mínimo para a existência de qualquer sociedade industrial moderna consistia “na ‘secularização’ do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, de tal modo que levem ao emprego cada vez maior de fontes energéticas de alto potencial e à maximização da eficiência na produção de bens e serviços” (idem, p. 16). A secularização é o processo que sintetiza os pré-requisitos mais importantes – porém não os únicos – da formação das sociedades industriais. Neste se verificam três mudanças essenciais na estrutura social:

- a) o tipo de ação social deixa de ser prescritivo para tornar-se eletivo; b)
- a institucionalização da tradição dá lugar à institucionalização da mudança;

c) a especialização institucional, que resulta em uma maior diferenciação e complexificação institucional, deixando para trás o padrão até então vigente de um conjunto de instituições relativamente indiferenciadas. (Germani, 1992, p.73).

De inspiração na sociologia funcionalista de Parsons, como já comentamos, essas transformações operam em diversos níveis e processos, mas fundamentalmente, no normativo e no que se refere na personalidade. Das três transformações citadas acima, aquela cuja importância é maior, diz respeito à mudança do tipo de ação⁷⁸.

O aumento da racionalidade deve ser considerado como uma das principais características da secularização. Isso significaria uma mudança da ação de tipo “tradicional” para uma outra, “racional”, em muitas áreas de conduta.

A ação prescritiva se produz dentro de um sistema normativo rígido, que limita a margem de variação possível do ator. Como o próprio nome sugere, algo que não só não passa por uma escolha explícita do sujeito, mas que lhe é “ordenada” pela tradição. O ator é portador de normas, valores e interesses do grupo, em lugar de suas próprias. Na ação eletiva, o sistema de normas continua existindo e regulando os fins e os meios da ação, mas concede ao sujeito uma certa capacidade de escolha, ainda que ela esteja prescrita por certos critérios. O sistema de ação eletiva é caracterizado, enfim, pela possibilidade de escolha como regra e a afirmação da liberdade individual como um dado da cultura (o individualismo). (Germani, 1992, p. 75-77) A ação racional é um tipo de ação eletiva, cujos critérios de escolha se baseiam na racionalidade⁷⁹. Para além de um pleonasma, o que Germani faz é reforçar o papel central, como já comentamos, do conhecimento científico e tecnológico na passagem da sociedade tradicional para a moderna.

O conceito de ação social e a passagem de um sistema normativo de ação

⁷⁸ Por ação devemos compreender o modo de relação entre um “ator” – entendido aqui como um sujeito ou coletividade socialmente organizada – e um conjunto de objetos – dos quais os mais importantes são outros “atores” - em uma situação dada. Esta relação entre o ator e a situação assume um certo aspecto motivacional, no qual ele buscará sempre empreender seus esforços para obter satisfação e evitar sofrimento ou privação. A motivação está relacionada diretamente a um sistema normativo (mais ou menos rígidos) que reflete a etapa (tradicional ou moderna) em que se encontra uma determinada sociedade, no qual o ator cria um campo de expectativas em relação a situação propriamente dita. (Parsons, 1966b)

⁷⁹ Quando Germani fala da racionalidade como uma das principais características da secularização, ele está tratando, fundamentalmente, da racionalidade instrumental ou técnico-científica (Germani, 1992, p. 80)

prescritiva para um outro caracterizado pela preponderância da ação eletiva traz a tona uma série de outras questões que estão colocadas para além do objetivo deste trabalho. Poderíamos discutir aqui, por exemplo, a ação eletiva movida pelo hábito ou a persistência de áreas ainda existentes sob a vigência de sistemas prescritivos em países industrializados. Mas para os fins pretendidos, consideramos suficiente a exposição acima.

A segunda característica da secularização é a institucionalização da mudança em lugar da institucionalização da tradição⁸⁰.

A sociedade tradicional é aquela que se encontra presa ao passado, que nega veementemente tudo o que representa o novo e reafirma sempre pautas preestabelecidas. Em sociedades deste tipo, toda mudança é considerada uma anormalidade e de certa forma algo como uma “violação das regras”. (Germani, 1992, p.81) Na sociedade industrial, por outro lado, a mudança é tida como um fenômeno normal e institucionalizado.

O terceiro aspecto é o da especialização institucional. Enquanto a sociedade pré-industrial tem um tipo de organização social praticamente indiferenciada para o cumprimento de suas funções, na sociedade industrial o que se dá é justamente o contrário. Ali cada função tende a estar especializada, gerando estruturas cada vez mais específicas nas quais se desenvolvem tarefas claramente delimitadas.

Germani desenvolve essa idéia ao demonstrar o papel da família nas sociedades tradicionais. Neste tipo de sociedade, a família, a comunidade local e a religião estão muito ligadas e abarcariam a maior parte de todas as atividades humanas. Quanto às sociedades modernas, estas desenvolveriam uma diferenciação de funções cada vez maior, com a economia desempenhando um papel central. Além desta, todas as demais áreas criam suas próprias instituições: a educação, a atividade política, a recreativa, etc. Esse processo de especialização institucional vai criando na sociedade uma pluralidade de sistemas valorativos, sem que isso vá, portanto, afetar a interdependência dessas áreas, pois haveria a permanência de um conjunto de valores subjacentes, garantindo assim a sua existência como um sistema social. (Germani, 1992, p. 82-83). Vistas as principais características da secularização e o lugar que ela ocupa no seu arcabouço teórico, vamos tratar agora da maneira como

⁸⁰ Tomamos aqui a idéia de institucionalização como interiorização, algo que comporá a essência de um determinado sistema social, em analogia ao que ocorreria com a personalidade de um indivíduo. Ver Parsons (1966a, p.51)

Germani descreve as etapas do processo de modernização de uma forma geral e mais especificamente da América Latina.

Como vimos acima, a secularização é um quesito fundamental na passagem de sociedades tradicionais para modernas, mas ela sozinha não a explica. Para compreender o que chamou de a “grande transformação”⁸¹, Germani sugere que se distinga seus três componentes mais importantes: o desenvolvimento econômico, a modernização social e a modernização política. A transição propriamente dita é um processo cumulativo no qual os resultados da etapa anterior se fazem desdobrar naquela que se segue, perseguindo o caminho que necessariamente chegaria a sociedade industrial⁸².

O desenvolvimento econômico se define como uma mudança estrutural através da qual os mecanismos necessários para o crescimento autônomo se incorporam permanentemente ao funcionamento da sociedade. O “tipo ideal” de uma economia desenvolvida pode-se caracterizar pela existência de uma série de subprocessos ou características principais:

- a) o emprego de fontes de energia de alto potencial e de tecnologia de alta eficiência em todos os setores da atividade econômica;
- b) existência de mecanismos apropriados - institucionais e humanos – para a criação ou absorção de inovações tecnológicas ou organizacionais;
- c) diversificação da produção;
- d) predomínio da produção industrial sobre a agrícola;
- e) proporção apropriada entre indústrias de bem de consumo e de produção;
- f) maior taxa de inversão em relação ao produto nacional;
- g) alta produtividade *per capita*;
- h)predomínio das atividades intensivas de capital frente as intensivas de trabalho;
- i) menor dependência da economia ao comércio exterior;
- j) uma distribuição igualitária do Produto Interno Bruto. (Germani, 1974,

⁸¹ Aqui, Germani usa o termo tal como foi empregado por Polanyi para descrever as condições em que se dá o surgimento da sociedade industrial (Germani, 1974, p.16)

⁸² Lembrando que Germani, como todos os autores da tradição funcionalista, ao nomearem uma sociedade, a estão tipificando, compreendendo a noção como um “tipo ideal”

p. 18-19)

O desenvolvimento político pode ser caracterizado pela averiguação das seguintes variáveis:

- a) “organização racional do Estado”, incluindo maior eficiência em funções estatais cada vez mais diversificadas, especializadas ou centralizadas;
- b) capacidade de originar e absorver as mudanças estruturais nas esferas econômica, política e social, mantendo ao mesmo tempo um mínimo de integração;
- c) algum tipo de participação política de toda ou da maior parte da população adulta. (Germani, 1974, p.20)

Germani descreve como subprocessos que compõem a modernização social:

- a) a “mobilização social”⁸³ de uma crescente proporção da população;
- b) concentração crescente da população em áreas urbanas;
- c) mudanças demográficas, tais como diminuição da taxa de mortalidade e natalidade;
- d) mudanças na estrutura familiar e nas relações de parentesco; mudanças no perfil do sistema de estratificação com a redução dos setores tradicionais e aumento da mobilidade social;
- e) mudanças nas formas e no alcance da participação, com expansão dos direitos civis, de acesso à educação, do consumo, criando assim um sentimento de pertencimento a sociedade nacional por parte de todos os setores. (idem, p. 21-22)

Estabelecidos os subprocessos e processos que caracterizam a sociedade moderna, Germani buscará conceber uma “teoria das etapas da modernização”. Ele sugere que para identificar as etapas podem ser utilizados dois critérios principais:

- 1) a ocorrência de uma configuração de características (na estrutura econômica, social e política) dotadas de um certo grau de estabilidade e duração, e claramente diferenciadas das configurações estruturais precedentes e seguintes; 2) a importância causal da configuração para dar forma ao futuro curso da transição. (GERMANI, 1974, p. 30)

⁸³ Germani entende que no processo de modernização social, no decorrer da desintegração da estrutura social preexistente, há uma redefinição do conjunto de possibilidades colocadas ao indivíduo, a partir da alteração do conjunto de status e de papéis sociais correspondentes. Essas mudanças envolveriam a parcela majoritária da população que “lutaria” por uma nova colocação social.

Com o mesmo objetivo, Germani também sugere a idéia de que uma etapa representa um “ponto de decisão” na transição. Na sua definição,

um ‘ponto de partida’ pode ser definido como um momento particular [...] no qual pode produzir-se (ou não) uma reorientação. Sua ocorrência real, assim como seu caráter – positivo ou negativo – a partir do ponto de vista da modernização e do desenvolvimento econômico alcançados, estarão determinados pela inter-relação particular dos processos sociais e econômicos, isto é, pela configuração particular das características estruturais originadas no curso prévio da transição, e as ‘decisões’ adotadas pelos atores sociais (indivíduos e grupos em posições chaves). (Germani, 1974, p. 21)

Para fechar o quadro, é importante lembrar que para ele, essas características são formadas pela estrutura interna da sociedade, como também pela situação externa. Essas características colocarão diante dos atores um campo de possibilidades a partir das quais estes poderão tomar suas decisões.

A América Latina parecia apresentar, para Germani, as condições necessárias para uma aplicação empírica do esquema de análise das etapas da modernização. “a) ambientes culturais, sociais e econômicos relativamente semelhantes no começo da transição, e b) circunstâncias históricas externas e internas semelhantes durante o processo.” (idem, p. 32)

Em 1969, ano que sai a primeira edição de “Sociologia da Modernização”, Germani divide a história da região em quatro etapas: sociedade tradicional; começo da dissolução da sociedade tradicional; sociedade dual e “expansão para fora”; e por fim, mobilização social de massas. Será preponderante para a constituição delas os fatores externos, que pelo seu caráter comum e simultaneidade emprestarão a cada etapa as características similares ou equivalentes que possuem. Os impactos externos, porém, têm o efeito não apenas de criar homogeneidade entre as nações, mas descontinuidades internas. É isso que explica, para Germani, a economia dual como veremos a seguir.

O efeito conjunto dos fatores internos e externos - descreve Germani - são muito conhecidos na terceira etapa.

Expansão econômica fundamentada na economia de exportação primária e, por conseguinte, estímulo aos efeitos limitados de modernização, nas ordens social e política. O alcance do efeito modernizador se deu em função de três variáveis principais: 1) o tipo de economia de exportação primária; 2) o grau de sucesso que esta conseguiu ao fomentar a ‘expansão econômica’ e 3) a existência de elites modernizadoras internas e seu nível de eficiência”. É o tipo de economia de exportação primária que determinou, em grande medida, a variedade e alcance das repercussões sobre o restante da estrutura social. Novamente, no entanto, tais repercussões estavam limitadas ou expandidas, retardadas ou aceleradas pela ação e orientação das elites (Germani, 1974, p.41-42)

A expansão econômica, característica dessa etapa exigia a mobilização de uma reduzida parte da população e constituía áreas que representavam “enclaves” dependentes do estrangeiro. Surgia, assim, a economia dual, cindida entre setores tradicionais e modernizados. Um elemento central do pensamento de Germani, como o de todos os sociólogos da modernização, era o papel desempenhado pelas elites, neste caso em questão, as elites latino-americanas. Esta dualidade poderia ser verificada de formas diversas – ou mais ou menos acentuadas, na medida em que o comportamento das elites promovesse o crescimento ou não dos setores modernizantes da economia e da sociedade.

Na quarta etapa – a da mobilização social das massas – o principal fator externo teria sido a Depressão de 1929, impulsionando a industrialização de toda a região latino-americana. Isso se intensificou com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

Caminhando *na direção do* crescimento do setor industrial, outra característica desta etapa foi a urbanização, resultado da explosão demográfica que teria tido sua origem na melhoria das condições sanitárias e da medicina, graças às inovações inauguradas na etapa anterior; por outro lado, também devem ser considerados seus fatores causais a crise da economia agrário-exportadora associada a uma alta concentração das terras nas mãos das oligarquias rurais, o que inviabilizava a permanência de boa parte da população nas áreas rurais. Junto à explosão urbana, um fator importante de modernização política se desenvolveu, com um incremento na participação política de parcelas cada vez maiores da população. Este processo, porém, acabou encontrando resistência, segundo Germani, na atuação de alguns setores das classes médias que se durante a etapa anterior punham-se na defesa da extensão dos direitos políticos aos novos atores recém emergidos – notadamente o proletariado urbano – que, a partir de 1930, passam a se opor a isto. Mas não apenas. Acrescenta Germani:

Também intervieram outros fatores, exógenos e endógenos, que complicaram singularmente a situação, agregando novas inflexibilidades e levando em muitos casos à interrupção ou à regressão no desenvolvimento econômico e na modernização política. Entre os fatores devemos mencionar: a) os resíduos sobreviventes, mas ainda ativos, das antigas estruturas de poder, tais como a elite latifundiária e certos segmentos da Igreja (a igreja ‘pré-conciliar’ como foi chamada) e grupos das forças armadas; b) as limitações (de ordem psicocultural em parte, mas sobretudo *originadas em fatores estruturais internos e externos*) das “burguesias nacionais” no exercício de uma ação coerente e eficaz em favor do desenvolvimento econômico; c) a persistência do intervencionismo militar. Esse fenômeno deve ser considerado como uma característica intrínseca da

“cultura política” latino-americana que se viu muito reforçada por fatores exógenos. [...] d) dentre os fatores exógenos operantes em todos os aspectos, desde 1930, os mais importantes foram, sem dúvida, as tensões criadas pela guerra-fria e pelo poder hegemônico dos Estados Unidos. Embora a ação deste país esteja muito longe de representar um fator monolítico operante de maneira coerente em uma só direção, é difícil pôr em dúvida que setores poderosos da sociedade norte-americana tenderam a reforçar a rigidez mantida por fatores internos, em oposição às forças favoráveis à introdução de reformas realmente significativas. (Germani, 1974, p.45-46)

Em forma de síntese, Germani conclui que na quarta etapa - então em curso durante os anos 60-70 – produziram-se, na interação entre os fatores internos e externos, não só efeitos modernizantes, mas também processos de estabilização e de resistência, que agiam, portanto, como elementos de atraso da transição para uma sociedade moderna.

Mas o que estaria na origem deste impasse? Para o autor, a industrialização dos países latino-americanos, que teria sido resultado de um impulso externo, levou a situação a um “ponto de decisão”: ou dava-se prosseguimento de forma planejada a modernização econômica ou simplesmente continuava-se no caminho do “crescimento para fora”.

Para ele, a explicação encontrava-se no fato de que os fatores dinâmicos não eram fortes o suficiente para promover o conjunto de mudanças necessárias a fim de construir um novo caminho efetivo para a modernização. Um outro dado a ser incluído, o comportamento tendente à estabilização, de todo um conjunto de setores que durante a quarta etapa havia sido incorporado aos novos padrões de consumo e outros aspectos comportamentais introduzidos ainda durante o período de “crescimento para fora”. Estes atores passariam a agir, em função dos seus novos interesses, no sentido da manutenção do *status quo*. A produção de uma certa modernização social antes da introdução de outras modificações acabou produzindo, indiretamente, dificuldades para o processo de conjunto. Aqui, como nos referimos há pouco, sobressai o papel preponderante das classes médias urbanas.

Além destes, Germani cita como elementos estabilizadores a migração interna - que por um lado diminui a pressão no campo, por outro também, com o desemprego nas cidades, ajuda a aplainar um possível ímpeto reivindicatório dos setores marginalizados – e a mobilidade social que contribui na incorporação a ordem dos setores mais baixos da população, visto que a possibilidade de ascensão social é uma realidade a ele sempre apresentada.

Esta é a descrição do que consideramos as principais características das idéias

de Germani sobre as etapas da modernização latino-americana. Para os fins do nosso trabalho, nos restringimos a exposição dos elementos constitutivos da terceira e quarta etapas, o que não nos impediu de apresentar os marcos analíticos centrais do seu pensamento. Nossa intenção foi a de nos concentrarmos na compreensão de um período da história que fornecerá a base do surgimento da teoria marxista da dependência.

1.6 Na contramão do reformismo: as teses da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP)⁸⁴

Em 1958, cumprido já metade do mandato de Juscelino Kubitschek, a política econômica embalada pelo “Plano de Metas” dava claros sinais de esgotamento. A pauta de produtos exportados pelo país encontrava-se em franco declínio no mercado internacional e os recursos que ingressavam – mesmo com o aporte de investimentos diretos de capital estrangeiro – não era suficiente para cobrir o déficit da balança de pagamentos. A inflação, que até então era contida pelo bloqueio da reposição de perdas e aumentos salariais - deteriorando as condições de vida dos trabalhadores e das classes médias assalariadas dos centros urbanos - aumentou significativamente naquele ano⁸⁵. As condições no campo permaneciam inalteradas, preservadas a perversa estrutura fundiária e a ausência de direitos ao trabalhador rural.

Esta situação gerou – entre 58 e 59 – a confluência da insatisfação de um

⁸⁴ A passagem de Marini pela POLOP e a relação com um de seus mais destacados e importantes dirigentes – Erich Sachs - marcou decisivamente seu pensamento. É possível observar um profundo diálogo entre seus textos e os debates internos da organização em diversos momentos. Esta relação se desenvolverá, mais claramente, até o ano de 1979 quando a POLOP – agora nominada Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-PO) – publiciza uma crítica às teses de Marini a partir da polêmica que se instala na sua 4ª Conferência, em 1977, acerca do caráter da ditadura militar e a condição salarial dos trabalhadores brasileiros. A influência das posições de Marini – ainda que precisem ser mais detalhadamente pesquisadas – podem ser aferidas, por exemplo, quando observada a bibliografia básica destinada aos cursos de formação da organização, em 70 e 77, publicadas pelo Centro de Estudos Victor Mayer (CVM). Sobre as críticas às posições de Marini, ver OCML-PO (1978). Sobre o curso básico de formação da organização ORM-PO(2010).

⁸⁵ De 24,4% em 1956 reduz-se para 7% em 1957, elevando-se em 1958 – de acordo com o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas - para 24,3% e, no ano seguinte, indo à 39,5%. Ver Bielschowsky (2007, p. 402-403)

conjunto de categorias que resultou em movimentos de greve nas maiores cidades, onde se concentravam os setores mais expressivos do operariado. É deste período, também, o surgimento da primeira Liga Camponesa (no Engenho Galiléia, em Pernambuco) e o início da organização do campesinato brasileiro que avançaria significativamente nos quatro anos seguintes⁸⁶.

Dos problemas econômicos à crise política. As eleições de 1960, a renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart e o golpe militar constituem desdobramentos de um mesmo processo. Arrolados em um mesmo campo estavam os partidos comprometidos com o projeto nacional-desenvolvimentista e que compunham a base de sustentação de JK, envolveram-se na candidatura de Teixeira Lott e, posteriormente, no apoio à Goulart. PCB, PTB e PSB representavam cada qual uma base social constituída, majoritariamente, por setores das classes trabalhadoras urbanas e rurais e da pequena burguesia.

Dos três, era incontestável – ali no início dos anos 1960 – a supremacia dos comunistas no movimento sindical operário e camponês, além de uma importante intervenção no seio do movimento estudantil. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) estavam sob influência direta do PCB. Na base da Confederação dos Trabalhadores do Comércio (CNTC) – sob controle direto do Ministério do Trabalho – metade das federações estaduais eram dirigidas por militantes do partido. Ainda observava-se a importante presença entre os ferroviários e estivadores⁸⁷.

Foi exatamente neste período que se materializou uma alternativa à política reformista, hegemônica na esquerda brasileira, com um alcance que as organizações

⁸⁶ Naquele quadro de instabilidade econômica e política é importante mencionar a tentativa, ainda em 1958, de implementar uma política de estabilização monetária através do Programa de Estabilização Monetária (PEM), formulado pelo ministro Lucas Lopes e Roberto Campos, então na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Visando obter melhores condições para uma negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) esta iniciativa, junto ao lançamento da Operação Pan-Americana, fez abrir um conflito com os setores nacionalistas presentes na base de sustentação do governo. O abandono do PEM, o rompimento com o FMI e a substituição do titular da Fazenda, permitiu a recomposição deste apoio, em um contexto de dificuldades crescentes.

⁸⁷ Chilcote (1982)

anarquistas e trotskistas existentes naquele momento não lograram obter⁸⁸.

Entre 16 e 21 de janeiro de 1961, militantes oriundos da Juventude Socialista do Rio de Janeiro⁸⁹, da Liga Socialista – pequeno grupo de tradição luxemburguista – de São Paulo e da Juventude Trabalhista de Minas Gerais fundavam a ORM-POLOP. Iniciava-se, com ela, a trajetória da “nova esquerda” brasileira⁹⁰.

De seu I Congresso não existe nenhuma memória escrita. O primeiro número do seu jornal, – Política Operária – lançado em janeiro de 1962 traz, porém, em pequena matéria, uma breve síntese dos princípios que orientam aquela nova organização. O ponto de partida era uma declaração do esgotamento da tradição da esquerda brasileira, uma “velha esquerda que já teve um papel significativo nas lutas do passado” e que “desgastou-se e mostrou-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento de que tanto fala.” (ORM-POLOP, 1962, p. 1). A sua renovação no país

só poderá se dar quando for apoiada conscientemente, na classe operária.[...] É esta que fornece o campo de ação e os objetivos de luta a milhares de jovens do movimento estudantil que hoje procuram imprimir novos rumos para a política nacional. É ela capaz de agrupar em torno de si os milhões de camponeses que despertam para a vida política, e dar consciência à sua luta. É igualmente o movimento operário o único capaz de mobilizar as camadas mais radicais da pequena burguesia[...]. (ibidem)

A afirmação de uma política operária passa, fundamentalmente, pela constituição da ação consciente e independente do proletariado urbano que articularia em uma frente as outras classes oprimidas da sociedade brasileira. Os desafios para

⁸⁸ Há uma bibliografia considerável sobre a trajetória da POLOP. Para o nosso balanço, além dos documentos da organização, nos referenciamos em (2009); Stotz (2009). Ver também Gorender (2003), Filho e Sá (2006) e Mattos (2002). Do texto de Mattos, chamou-nos a atenção a exposição de um argumento que associa, as teses da POLOP, à uma “teoria da dependência estagnacionista”. Diz ele: “Tomadas em conjunto, tais propostas interpretativas constituem o corpo central do que se convencionou chamar de ‘teoria da dependência’. Tal expressão foi usada, segundo Ridenti, para definir a posição de autores que “não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países ‘dependentes só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras” Mattos (2002, p.207-208). Esta passagem, extraída de Ridenti (2010) está em uma nota de rodapé. Lá pode se ler: “Fala-se aqui em ‘teoria da dependência’ no sentido em que a expressão foi empregada por Weffort (1978, p. 180), englobando autores como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos [...] Não confundir esta escola com a ‘teoria da dependência’ a que se refere Guido Mantega, teoria que negava as teses de estagnação [...]” (RIDENTI, 2010, pg. 35). Ver Mantega (1984) e Weffort (1978). Essa questão será trabalhada no capítulo 2. Alguns dos seus elementos, porém, já serão tratados, ainda neste capítulo, quando da exposição do pensamento de André Gunder Frank.

⁸⁹ Este grupo publicou em 1959 (não há confirmação de números posteriores) a revista Movimento Socialista, que serviu como catalisadora para a aproximação dos demais ao debate que culminou com a fundação da POLOP.

⁹⁰ Ver Filho e Sá (2006, p. 19-20)

que esse pudesse se tornar o sujeito do processo de transformações sociais ainda resvalariam em um conjunto de dificuldades.

O movimento operário brasileiro já tem suas bases materiais criadas. Entretanto, permanece amarrado por uma legislação sindical herdada do Estado Novo, e sem um partido da classe. Jovem, fortalecido com a industrialização, continua ele a crescer com o fluxo do campo, mas não atua como classe independente no cenário nacional, com uma política oposta à burguesa. [...] a tendência predominante no movimento operário, como o conhecemos, ainda é o voto no candidato burguês menos ruim, e o apoio à política menos reacionária. O processo de afirmação da classe operária depende do ritmo da tomada de consciência da sociedade, do ritmo em que cresce a confiança nas suas próprias forças e na ação da sua classe. Esse processo [...] só será vitorioso se houver uma integração da teoria socialista na luta diária; se os jovens que hoje estudam os problemas teóricos se encontrarem com os operários industriais e rurais em um mesmo partido. (ORM-POLOP, 1962, p.1-2)

A integração da teoria socialista na prática diária da militância deveria ser alcançada com a aplicação do método marxista “naquilo que comumente se chama de realidade brasileira.” (idem, p. 2). Não poderia ser o resultado de um olhar imitativo das experiências consagradas em outros lugares – o “caminho russo”, “chinês”, “iugoslavo” ou “cubano” - cujos exemplos ensinam, mas não isentam a classe operária brasileira de “cavar o seu caminho. [...] O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes criador” (ORM-POLOP, 1962, p. 2). A ausência de uma

aplicação construtiva do marxismo e das experiências do movimento internacional à realidade do país fez com que a esquerda, finalmente, se limitasse a desempenhar suas atividades não em função da sua classe operária e dos seus objetivos históricos, mas sim como apêndices da política externa de países que já realizaram suas revoluções. A estratégia e tática da esquerda não mais foram determinadas pelos interesses e necessidades do proletariado brasileiro e foi esse fenômeno que atrasou a formação do nosso movimento operário. (ibidem)

A conclusão daquela síntese programática terminava por afirmar que um movimento operário que não se submete à tutela “interna e externa não pode deixar de desfraldar a bandeira da luta pelo socialismo [...]” e que em uma país como o Brasil, “a luta aberta e indisfarçada pelo socialismo é uma condição indispensável para a elaboração de uma estratégia e uma tática [...]” e a “[...] própria premissa da tomada de consciência de seu proletariado. (ORM-POLOP, 1962, p. 10)

A carta de convocação ao I Congresso – escrita por Erich Sachs - que circulara em 1960 sistematizando a pauta dos debates, deixou a entrever os pontos que acabaram expostos no jornal, mas também levantava outras questões que nortearam a construção da organização dali pra frente.

A primeira e mais importante delas, a construção de um programa para o

partido revolucionário. Este trabalho não deveria ser, como afirma Sachs (2009), a simples elaboração de um documento, mas o resultado da interpretação da realidade brasileira e da situação internacional sob a perspectiva do marxismo revolucionário. Este esforço estaria a serviço e ao mesmo tempo seria completado pela experimentação, por parte da organização, das lutas quotidianas do proletariado brasileiro, enfrentando seus problemas diários e estabelecendo metas mais precisas e claras sem perder de vista o objetivo final.

A partir deste esforço inicial estavam postos o conjunto de problemas sobre os quais os militantes da POLOP se debruçariam dali pra frente: o caráter e a estratégia da revolução brasileira; a concepção de partido revolucionário; a situação das classes sociais no Brasil; o programa partidário e os aspectos táticos da intervenção da organização na conjuntura.

A apreensão de uma perspectiva não dogmática do pensamento marxista e a intenção de identificar as especificidades da realidade concreta – brasileira e latino-americana - em suas particularidades históricas no contexto do desenvolvimento do capitalismo mundial, está na raiz das formulações da POLOP⁹¹. Herança de múltiplas influências como Rosa Luxemburgo, Bukharin e Trotsky, será nos textos do próprio Marx, nos de Lenin e Talheimer que encontrarão suas maiores inspirações. No decurso de sua trajetória vão incorporar a contribuição de autores contemporâneos como Gunder Frank e Manuel Agustín Aguirre, além de assimilar, como não havia sido feito antes por nenhum outro coletivo, a experiência cubana como um marco referencial para pensar o processo revolucionário no continente. Este movimento sintético permitiu a construção de uma interpretação original acerca do (sub)desenvolvimento capitalista brasileiro. Este processo, porém, não foi imediato e seguiu um itinerário de pelo menos seis anos – entre o I e o IV Congresso – quando foi aprovado o documento “Programa Socialista para o Brasil” que expressa, na forma mais acabada, as concepções da POLOP⁹².

⁹¹ Acreditamos que este aspecto é de grande importância, inclusive como um dos fatores para explicar a integração de Marini aos quadros da organização. A busca por um olhar original – e não reflexo ou tutelado - da realidade brasileira era uma característica da sua formação desde a convivência com Guerreiro Ramos – para quem, como vimos, este seria o ponto de partida para a consecução de uma sociologia nacional.

⁹² O “Programa Socialista para o Brasil” - que também passaremos a nominar pela abreviação PSPB – aprovado no IV Congresso da ORM-POLOP, em 1967, foi confirmado em outras duas ocasiões diferentes: no Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista (POC), resultado da fusão da POLOP com a Dissidência – racha do PCB - do Rio Grande do Sul, em 1968 e na reunião de fundação da OCML-PO, resultado da saída de um conjunto de militantes do POC e que oriundos

O alongamento das discussões, por um lado, respeitava a ideia, como podemos aferir nas “Resoluções do 2º Congresso da POLOP” (1963), de que o partido revolucionário

não surgirá de vez, mas se formará, organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe – e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido. (ORM-POLOP, 2009a, p. 34).

Este argumento reforçava-se com a leitura de que se instalava um refluxo do movimento de massas - que havia experimentado um ascenso importante em a partir de 1959 e, especialmente, em 1961 - resultado da política de estabilização econômica do governo Jango. Este cenário agravava-se com a hegemonia reformista no movimento operário que o colocava a reboque dos projetos governistas e em, em última instância, dos interesses de classe da burguesia. A fim de superar aquela conjuntura, para a POLOP é necessária a

interpretação científica das condições em que se desenvolve a luta de classes; a propaganda e a agitação revolucionária no seio das massas; e a organização destas em uma frente de classes, suporte de um autêntico Partido Revolucionário – partido que não constitui uma tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas resulta de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças. (ORM-POLOP, 2009a, p. 37)

E, por fim, conclui afirmando que o

atual refluxo do movimento de massas supõe que tais tarefas sejam cumpridas com a consciência de que seus frutos só serão colhidos a longo prazo e determina que em seu trabalho de massa, as esquerdas desenvolvam atividades constantes e persistentes, articuladas, porém em um plano sistemático. (ORM-POLOP, 2009a, p. 37)

O 3o Congresso da POLOP, realizado em março de 1964, parece ter relativizado a condição de refluxo do movimento de massas, situando mais especificamente as dificuldades da esquerda revolucionária com seu isolamento no interior do movimento operário, hegemonizado pelo PCB. Como parte do esforço para superar este quadro e aproveitar o crescimento sentido com o trabalho mais geral da Organização, se buscou a elaboração de um programa que pudesse fazer avançar a tarefa da construção do Partido Revolucionário. Porém, as “discussões revelaram a insuficiência teórica” que ainda impedia a conclusão de uma versão final para publicização, conforme relato posterior da sua direção nacional (ORM-POLOP, 1967, p. 1). O texto voltaria para a base de militantes que deveria preparar o debate para um

Congresso Extraordinário em julho daquele mesmo ano.

O golpe militar de 1964, pouco tempo depois do retorno dos militantes para seus estados, interrompeu o fluxo da construção do programa. A organização experimentou um período de desarticulação que, só relativamente, seria superado no ano seguinte.

A pauta interna gira em função da necessidade de construir a resistência ao golpe e este será o foco dos debates a partir de então. O tempo dilatado para a construção do partido revolucionário parece ter chegado ao fim. A urgência do momento recolocava algumas das antigas tarefas e apontava para outras novas.

Um documento significativo do intervalo entre os anos 1965-1967 são as “Teses de Tiradentes”, aprovadas em uma reunião ampliada da direção nacional da POLOP em abril de 1966. Lá estão a crítica ao reformismo e ao populismo que teria resultado na incapacidade do movimento operário em resistir ao golpe de 64; a reafirmação da formação de uma frente hegemônica pelo proletariado em aliança com camponeses e assalariados da pequena burguesia; a preconização da luta pelo socialismo como alternativa à sociedade burguesa-latifundiária; a necessidade de se construir o Partido da classe operária e, neste sentido, privilegiar – o que passou a ser um foco da política da POLOP – o esforço em potencializar as dissensões na base do PCB - e mesmo de outras organizações - promovendo o deslocamento destas dissidências para a composição da Frente de Esquerda Revolucionária.

O elemento novo que se fazia apresentar era o reconhecimento da insuficiência dos termos nos quais a esquerda participava da luta de classes. O documento então expõe a seguinte formulação:

É preciso o exemplo da luta aberta contra a ditadura e o regime. Uma das formas de ação que se impõe no nosso país e que, conforme as circunstâncias pode se tornar predominante é a luta de guerrilha. Depois do golpe militar e o esgotamento das possibilidades de atuação política legal, por parte do proletariado e de seus aliados no campo, a guerrilha, quando enquadrada numa estratégia de luta revolucionária, torna-se o catalisador da classe operária e o instrumento prático da aliança operário-camponesa no país. [...] (ORM-POLOP, 1966, p. 3)

A leitura de que havia se esgotado os meios de atuação legais nas condições impostas pelo regime militar, já havia produzido – ainda mesmo em 64 – um deslocamento na atuação da POLOP no que tange a preparação para a guerrilha rural. Sempre houve, porém, um contrapeso nesta lógica, que era a ideia de que a revolução dependia da ação da vanguarda junto à classe operária, condição necessária para a constituição de um movimento de massas que culminaria na

insurreição popular. A guerrilha, nas “Teses de Tiradentes”, aparece como um elemento tático para ratificar a autoridade da vanguarda revolucionária e ir ao encontro dos interesses e do fortalecimento dos camponeses, buscando “se identificar politicamente com o movimento proletário das cidades, cujo despertar é indispensável para o processo revolucionário.”(ibidem) De acordo com Sader, então dirigente nacional da POLOP, esta relação entre guerrilha e luta operária, bem como o papel de cada uma na deflagração do processo revolucionário era assim concebida:

A guerrilha no Brasil mobilizará os trabalhadores do campo e garantirá, assim, um potencial para uma guerra prolongada. Mas o destino da revolução será jogado nas cidades, a revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução. Por isso o foco guerrilheiro não substituirá o Partido, será uma parte dele. Ele terá de se dirigir ao proletariado como um todo e a tarefa do proletariado não poderá ser simplesmente a de dar apoio à guerrilha; terá de ser principalmente a de travar a luta no seu campo e com seus métodos. Nesse aspecto a guerrilha, à medida em que se trava a luta contra os exércitos da burguesia, é um estímulo para o desenvolvimento da luta operária contra as mesmas forças. (SADER, 1968, p. 5)

1.6.1 O “Programa Socialista para o Brasil” e o caráter da revolução brasileira

Entre 1966 e 1967 a POLOP se volta para um intenso debate que culmina no seu 4^o Congresso. Ali, a aprovação do “Programa Socialista para o Brasil” significou um salto de qualidade na sua construção, com a sistematização de um conjunto de princípios, noções, caracterizações e orientações que permitiam definir mais claramente o perfil da Organização e, com isso, gerar-lhe maior organicidade.

Quanto às grandes questões que permearam a trajetória da POLOP desde a sua fundação e aquelas outras que surgiram a partir do golpe, podemos dizer que o PSPB busca responder-lhes todas, ratificando ou buscando corrigir seus rumos a partir do acúmulo da experiência vivida.

No texto, a leitura da situação internacional estabelece-se sobre dois marcos fundamentais: o primeiro, a ideia de que se estaria vivendo na época do confronto final entre o capitalismo e o socialismo como expressão política da contradição ente capital e trabalho em escala mundial. Em segundo lugar, em um cenário de expansão do movimento revolucionário e de libertação das antigas colônias, o imperialismo em declínio, “entrou na fase da cooperação antagônica. Trata-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de

centralização de capital, e que não elimina os antagonismos inerente ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos.” (ORM-POLOP, 2009b, p. 101)⁹³.

O processo de libertação do jugo imperialista havia chegado à América Latina através da revolução cubana. Sua experiência mostrou a necessidade da revolução socialista como forma de garantir o fim de toda opressão nacional.

De acordo com o PSPB, os países da região – inseridos no mundo subdesenvolvido - possuem um passado comum “criado pelo domínio colonial ibérico, que deixou uma herança de problemas sociais parecidos, principalmente no campo” (ORM-POLOP, 2009b, p. 107) mas desenvolveram, em sua história recente, diferenças significativas. Alguns, ainda vivendo praticamente da monocultura, enquanto outros experimentavam graus variados de industrialização. Esta pluralidade de situações não permitiria a adoção de um caminho único para a superação da exploração imperialista, exigindo dos revolucionários “aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas criadas e elaborar uma estratégia e uma tática apropriadas para alcançar um objetivo comum: a revolução socialista.” (ibidem).

No interior desta diversidade o Brasil é descrito como “um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado [...] pelas condições históricas em que se formou o sistema” (idem, p. 107-108), notadamente a estrutura agrária e a exploração latifundiária, marcos de uma herança colonial⁹⁴.

A concentração da terra obrigaria a massa camponesa a se sujeitar às piores

⁹³ Concebido originalmente por August Thalheimer e divulgado no ensaio “Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional após a II Guerra Mundial” (1946), a noção de “cooperação antagônica” buscava descrever o novo momento da economia capitalista mundial em que, independente da dinâmica de seu desenvolvimento e a necessidade expansionista da acumulação de capital, não estariam mais dadas as condições para um novo conflito armado interimperialista, visto a subordinação inglesa aos Estados Unidos e dos países imperialistas secundários à Inglaterra, em função da supermacia econômica e militar estadunidense em primeiro lugar e inglesa em segundo. Ver Thalheimer (1946).

⁹⁴ Ridenti, ao discutir o caráter da revolução brasileira para as organizações da “nova esquerda” formadas no contexto do golpe militar, traça um paralelo entre estas e a perspectiva tradicional do PCB, indicando a existência de similitudes. Diz ele: “Como se vê, não havia tanta distância entre os dois modelos de revolução; ambos colocavam o 'imperialismo' e o 'latifúndio' como fatores de estagnação da economia, como bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas[...]” (RIDENTI, 2010, p. 37). Como exemplo, cita duas passagens do PSPB nas quais reproduz exatamente o que estamos a descrever. O problema, nos parece, que o autor faz uma confusão entre identificar os fatores que deprimem o desenvolvimento – e portanto haveria aí uma identidade no que tange a compreensão do caráter deste – e não do que se definiria pela descrição do processo revolucionário.

condições de trabalho, desestimulando a implementação de inovações técnicas na agricultura e o uso mais intensivo do solo, tornando a atividade agrícola muito pouco produtiva. Por seu lado, a integração brasileira ao sistema imperialista havia produzido no país um alto grau de monopolização, resultado da penetração das empresas estrangeiras no mercado nacional. A introdução, por estas, de técnicas avançadas de produção, diminuem a demanda por força de trabalho agravando a situação do desemprego e aumentando o exército industrial de reserva. Esta situação permitia a compressão dos salários reais através do mecanismo da inflação. Citando o período de 1955-1959, descreve um aumento na produtividade do trabalho em 37%, correspondendo a ele um aumento no lucro bruto do empresariado na ordem de 76% e a elevação do salário real por volta de 15%.

Se sobre a exploração latifundiária é dito que ela amortece o desenvolvimento capitalista no Brasil, há o reconhecimento, no PSPB, de haver entre a burguesia industrial e o latifúndio uma relação de complementaridade, que remontaria a origem do desenvolvimento industrial no Brasil, promovido a partir dos recursos obtidos da atividade de exportação. Como diz o texto:

Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias foram alimentadas pela exploração latifundiária.(ORM-POLOP, 2009b, p. 109)

No plano da integração ao capitalismo mundial, reconhece-se, no Programa, que o imperialismo não “penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista. Os choques entre eles – que também configuram uma relação de 'cooperação antagônica' – não se sobrepõem ao interesse maior de explorar a mais-valia nacional.” (idem, p. 115)

O crescimento econômico brasileiro experimentava nos anos 60 uma crise cujos fatores responderiam, exatamente, às contradições criadas pelas particularidades do processo de seu desenvolvimento ou “as contradições entre as possibilidades de desenvolvimento econômico criadas e o modo de produção que as subordina”. As consequências trazidas pelo modo de produção capitalista no Brasil eram, naturalmente, “a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a

sangria de capitais⁹⁵, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras.” (ORM-POLOP, 2009b, p. 113)

O desenvolvimento tardio do sistema capitalista no Brasil, resultado da sua integração na qualidade de país dependente e que se fez harmonicamente com a herança colonial, não permitiria que aqui se reproduzisse o mesmo processo experimentado pelas nações de capitalismo avançado. Dessa forma, o latifúndio não seria feudal – pois “desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois pelo lucro” (ibidem) – e a burguesia industrial, já não seria uma classe marginalizada no espectro político. Pelo contrário, “o poder real da sociedade brasileira está sendo exercido mais e mais pela classe capitalista – a burguesia.” (idem, p. 115).

O caráter da revolução brasileira deveria corresponder, portanto, à solução da contradição primordial entre capital e trabalho e, assim, só poderia ser socialista. Mas esta não poderia se concluir no Brasil independentemente da revolução mundial. Para que os trabalhadores brasileiros possam usufruir livremente dos frutos de seu trabalho seria necessário o fim da ameaça imperialista e a exploração capitalista sobre os povos.

1.6.2 A ditadura militar e a construção do partido revolucionário

Desde antes de 1964 o país viveria uma ditadura de fato da burguesia. A diferença era que se antes do golpe a burguesia exercia uma ditadura direta e velada:

Essa ditadura de classe foi velada durante muito tempo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o golpe de abril de 64, realizavam-se eleições e respeitavam-se outras normas – ‘a harmonia dos três poderes’, soberania do poder civil, relativa liberdade de organização e manifestações – visavam dar ao regime um aspecto democrático. No fundo, o monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico e representativo por intermédio de rádios, TV, jornais, etc., e a ajuda do voto de cabresto fornecido pelos latifundiários, permitiu sempre às classes dominantes eleger seu Congresso, dócil aos seus interesses e hostil às aspirações das massas trabalhadoras.

⁹⁵ Na atividade industrial, em 1960, 90% da indústria automobilística, 82% do setor de eletricidade, 70% da produção farmacêutica e de maquinário estava sob controle das empresas estrangeiras e eram mercados tipicamente monopolizados. A manipulação dos preços nestes setores permitiam lucros extraordinários que, em grande parte eram remetidos para suas matrizes no exterior. O PSPB fala que entre 1947 e 1960, a diferença entre entradas e saídas de dólares ficaram em um déficit de US\$ 1,100 milhões.

Além disso [...] a democracia burguesa foi sempre uma democracia para a burguesia e uma ditadura para os trabalhadores. (ORM-POLOP, 2009b, p. 116)

Ao se agudizarem os conflitos e as contradições de classe no início dos anos 60, a burguesia abriu mão de seus preceitos democráticos e apelou para o poder militar e o exercício, então, de uma ditadura indireta e aberta.

O golpe militar que, em abril de 64, se abateu sobre quase todas as conquistas até então obtidas, não foi um acidente da política brasileira. Foi a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve de apelar para um 'regime forte' [...] (idem, p. 118-119)

As limitações estruturais postas para o desenvolvimento capitalista no Brasil em um momento em que a burguesia via seu lucro decair levaram a um impasse que foi solucionado exatamente com o golpe. Incapaz de superar esses limites sem colocar em cheque a própria base de sustentação do regime de acumulação, a burguesia faz a opção por lançar mão de um aparato repressor cujo objetivo imediato era resgatar sua margem de ganho à base do aumento da exploração dos trabalhadores. Por isso a ditadura aberta não é vista como um “fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode mais exercer a ditadura de maneira velada.” (ORM-POLOP, 2009b, p. 119)

O combate a ditadura significaria

combater a soma de poderes concentrada nas mãos dos grandes capitalistas e latifundiários. Poderes que eles exercem através do controle da economia, através dos governantes e dos magistrados que eles colocam nas câmaras, nos tribunais e nos governos, através da propaganda, da Polícia e do Exército. Só a destruição desse poder elimina a opressão sobre o povo, o recurso da violência sobre as manifestações de massas, a ameaça do fascismo como golpe extremo das classes dominantes.(ORM-POLOP, 2009b, p. 120-121)

É importante reter, desta passagem, três coisas: a primeira delas é a caracterização do poder como uma relação exercida pelo grande capital industrial e latifundiário. A segunda, de que o exército e a força policial seriam apenas um canal através do qual este poder se manifestaria e não a essência dele propriamente dita. A terceira observação diz respeito ao fato da POLOP não caracterizar a ditadura como fascismo. Isto determina, em parte, como veremos, suas opções táticas e estratégicas⁹⁶.

⁹⁶ Da mesma forma, o PSPB não descreve a ditadura como uma manifestação de bonapartismo. Este tema, na obra de Marini, será ainda analisado. Para melhor se apropriar dos elementos postos neste debate, sem querermos esgotá-lo, sugerimos Marx (1997), Talheimer (2010), Mandel (1978) e

Destruir a base material e social que sustenta o regime passa pela formação da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo na qual se preservaria, como já manifesto nos primeiros materiais da Organização, a centralidade da classe operária industrial⁹⁷. É em torno do seu setor mais organizado que “as massas exploradas deverão levar a luta contra a ditadura e os seus sustentáculos sociais[...]” (ORM-POLOP, 2009b, p. 120)

No movimento operário, a ação independente da classe passaria pela organização dos Comitês de Empresa, descolando-se do sindicalismo de cúpula. As massas camponesas dependeriam da ação de uma vanguarda armada que lhes mostrasse o caminho. Da pequena burguesia viriam parcelas que ingressariam na Frente, atraídas pela ação dos comunistas, assim como soldados, cabos e marinheiros. Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ação da Frente desaguaria em um processo para a instalação de um governo de transição de caráter revolucionário: o Governo Revolucionário dos Trabalhadores. Este seria a alternativa oferecida “à ditadura militar das classes dominantes” (idem, p. 122)

A atuação da vanguarda, ao mesmo tempo em que organiza a Frente, deve-se pautar na constituição do Partido Revolucionário, premissa para a possibilidade em si da revolução socialista. A relação partido-classe não se reflete numa pressuposição mecânica de que o proletariado é consciente dos seus interesses históricos e a própria construção da vanguarda – e, conseqüentemente, do instrumento político por excelência da classe – é resultado não apenas da divulgação e propagandeamento do pensamento marxista, mas da experimentação da luta socialista no enfrentamento dos problemas quotidianos. Este dimensionamento da classe em si e para si esteve presente nas formulações da POLOP desde o início. Esta ideia encontra-se explícita na passagem que se segue:

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve uma resistência contra a exploração capitalista, há a disposição

Poulantzas (1978).

⁹⁷ Gorender (2003, p. 40) sugere que a POLOP rejeitaria a “luta democrática pela reforma agrária [...] porque do seu triunfo teria origem um campesinato conservador e anti-socialista.” Não identificamos, em nenhum dos documentos pesquisados, nada que se refira a esta questão. O que temos, à exemplo do que observamos no PSPB, é a inexistência da palavra de ordem de luta pela Reforma Agrária e a defesa da nacionalização das terras nestes termos: “A nacionalização da terra não impede ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre ele, mas impede o arrendamento privado da terra e a utilização da terra para fins especulativos. É por isso que onde não houver condições para a coletivização, a nacionalização do solo garantirá a destruição das formas mais atrasadas da exploração agrícola.” (ORM-POLOP, 2009b, p. 110)

para a luta, mas é o partido quem dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista.[...] Caberá a esse partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial na luta de classes latente que se desenrola no país, *para que a importância que o proletariado tem na vida econômica se faça sentir devidamente no cenário político.* (ORM-POLOP, 2009b, p. 124., grifos nossos)

É importante frisar uma diferença entre os textos escritos antes do golpe para o que está posto no PSPB. Se antes, como vimos, havia uma certa perspectiva de longo prazo e um discurso demarcadamente não sectário na defesa da construção do Partido Revolucionário, o golpe torna todo este processo mais urgente. A solução, que parece ter sido encontrada no 4^o Congresso da POLOP, resume-se na afirmação do seu programa e da sua estrutura como já sendo a própria efetivação, ainda que inicial, da organização partidária. Podemos ler que:

A formação do partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela Política Operária nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. [...] A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês. (ORM-POLOP, 2009b, p. 124-125)

Ainda como parte deste processo, há a proposição – que também já acompanha os manifestos da POLOP desde sua origem – da formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária. No PSPB, porém, defende-se uma pequena pauta que resumia, aos olhos da Organização, os pontos que distinguiriam os revolucionários no país. Seriam eles:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como premissa da revolução;
- luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;
- reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas;
- organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe. (ORM-POLOP, 2009b, 126-127)

1.6.3 Insurreição proletária e a luta de guerrilhas

Os primeiros documentos da POLOP depois do golpe militar passaram a incorporar a guerrilha como um componente programático, necessário no contexto,

então, da luta de classes no país. De certa forma, não há novidade quando no PSPB afirma-se que naquele momento uma das formas básicas da luta de classe no continente seria “a guerra de guerrilha travada no campo que aproveita o potencial revolucionário local como um catalisador de um movimento em escala nacional.” (ORM-POLOP, 2009b, p. 127) Está presente também a afirmação do papel do proletariado urbano e da dimensão estratégica de sua insurreição. Não há novidade, então, quando o texto afirma que a “revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder.” (ibidem)

A diferença, porém, está na dimensão mais precisa que a guerrilha passa a ocupar no esquema tático geral, assumindo certa proeminência em detrimento da intervenção do Partido nas lutas do proletariado urbano e permitindo, em teoria, a dissociação da guerrilha da mobilização do movimento de massas.

Trata-se de uma luta prolongada, mas a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira. A guerrilha tem sua importância nessas condições, por permitir a manutenção da luta por longo tempo, mesmo nas fases de descenso do movimento de massa. (ORM-POLOP, 2009b, p. 127)

Uma nova noção desenhada no Programa é a de que o foco realizaria, desde o início, o papel em miniatura da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Ele também apressaria a unificação das esquerdas e a construção do partido. Parece que há um deslocamento em direção ao foco com a expectativa de que ele resolva todas as dificuldades organizativas experimentadas até então, e de uma só vez. Do ponto de vista da própria realização do Programa em seu conjunto, isto faria esvaziar outras iniciativas definidas que, de certa forma, pretendiam mediar com os diversos graus de conscientização da classe operária e dos camponeses.

O debate programático na POLOP continuou como havíamos nos referido anteriormente⁹⁸. De toda maneira é preciso reforçar a importância que teve o “Programa Socialista para o Brasil” e o processo de discussões que o antecedeu e sucedeu, na definição dos rumos da esquerda revolucionária brasileira.

⁹⁸ Para uma avaliação dos resultados do 4º Congresso da POLOP ver Sachs (1967)

1.7 O desenvolvimento do subdesenvolvimento de Andre Gunder Frank

Andre Gunder Frank nasceu Andreas Frank, em Berlim, Alemanha, no ano de 1929. Em 1933, com a ascensão de Hitler sua família mudou-se para a Suíça e de lá para os Estados Unidos em 1941. Graduou-se em economia no ano de 1950 e, em 1957, doutorou-se pela Universidade de Chicago sob a orientação de Milton Friedman. Ao final daquele ano rompe com a doutrina liberal que o formou. Torna-se professor da Universidade do Estado de Michigan e dois anos depois inicia um circuito de viagens por países africanos e latino-americanos – destes, a ida à Cuba o marcará de forma decisiva. Neste percurso, não apenas revisa criticamente as teorias em voga na sociologia do desenvolvimento, ensinadas nas escolas de ciências sociais norte-americanas e européias, como inicia um processo de concretização de um conjunto de novas leituras sobre a realidade dos países subdesenvolvidos cujo resultado é considerado precursor da TMD. É deste período a sua aproximação aos intelectuais que editavam o periódico marxista *Monthly Review*, particularmente Paul Baran e Paul Sweezy, de quem sofrerá uma influência incontestada.

Em 1963 chega à Universidade de Brasília, lugar em que compartilharia a atividade docente com Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra⁹⁹. Ainda no Brasil trava contato com outros intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Sua saída do país, em função do golpe militar, o leva ao México em 1965. Ali torna-se professor da Universidade Autônoma, atividade que exercerá até o ano de 1968. É deste período a publicação de sua obra inaugural – “*Capitalism and Underdevelopment in Latin America*” (1967), na qual reúne um conjunto de artigos publicados em meios diversos entre os anos de 1963 e 1965¹⁰⁰.

⁹⁹ Marini assim descreve a importância da passagem de Gunder Frank pela América Latina e, particularmente, sua vinda ao Brasil: “Cabe assinalar, aqui, que, embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado ao calor de seu contacto com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Huberman, em **Monthly Review**, foi então que Frank – absorvendo os novos elementos teóricos que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira – amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a chamar-se de 'teoria da dependência'.” (MARINI, 1990, p. 6). Apenas para precisar o texto, ao citar Harry Huberman Marini, provavelmente, estaria tratando de Harry Magdoff e Leo Huberman.

¹⁰⁰ A primeira edição em espanhol do livro é de 1970. A sexta, publicada em 1978, inclui, ao final, um apêndice que tornara-se famoso na época, intitulado “La dependencia há muerto. Viva la

Do México muda-se para o Chile em 1968 para incorporar-se ao CESO. Publica neste ano outro importante livro – “Latin America: Underdevelopment or Revolution”(1969)¹⁰¹ que, da mesma forma, reúne artigos diversos escritos em anos anteriores. É do período da sua estada no CESO que também escreve “Lumpenbúrguesia: Lumpendesarollo” (1971), com o qual, ao lado dos outros dois livros, se pode afirmar que temos o resumo do conjunto de sua problemática inicial. Com o golpe militar em 1973 exila-se na Alemanha onde torna-se pesquisador no Instituto Max-Planck em Starnberg, permanecendo ali até 1978.

Este foi o período em que Gunder Frank conviveu de forma mais direta com Marini. Estiveram juntos desde a UnB até o exílio na Alemanha. Há uma interlocução importante entre os dois autores. No caso de Frank, esta repercute, especialmente, naquele conjunto de textos que sistematizam os traços fundamentais, dos seus estudos sobre as condições sócio-históricas dos países da América Latina¹⁰².

Qual é o ponto de partida da análise que faz Gunder Frank acerca do subdesenvolvimento latino-americano?

Ele começa, antes de tudo, afirmando que “não é possível formular para a maioria da população mundial que sofre sob o peso do subdesenvolvimento uma teoria e uma política de desenvolvimento adequadas sem antes investigar como o passado econômico e sua história social deram origem ao seu atual subdesenvolvimento”. E continua na, mesma direção, dizendo que “nossa ignorância da história dos países subdesenvolvidos nos leva a supor que seu passado e mesmo seu presente repetem etapas anteriores da história dos países agora desenvolvidos”. Bastaria, porém, diz Frank, “uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos.” (FRANK, 1969, p. 25-26)

Essa, que é uma crítica às Teorias da Modernização, será especialmente desenvolvida no segundo capítulo do livro “América Latina: Subdesarrollo o Revolución” (1968), no qual encontramos, entre outros, um ensaio intitulado “Sociología del desarrollo e subdesarrollo de la sociología: un examen del traje del

dependencia y la lucha de clases: una respuesta a críticos”, escrito originalmente em 1972.

¹⁰¹ A primeira versão em espanhol deste livro foi publicada em 1973.

¹⁰² Ver, por exemplo, FRANK (1971, p. 61-62); FRANK (1971, p. 93-94) e FRANK (1978, p. 325-327)

emperador”, em que o autor busca “examinar e avaliar a validade empírica, a suficiência teórica e a efetividade política” (FRANK, 1976, p. 36, livre tradução) de três enfoques: o de índice típico ideal; das etapas do desenvolvimento; e o enfoque psicológico. A partir de autores selecionados – Bert Hoselitz, Talcott Parsons, W.W. Rostow, Manning Nash, John H. Kunkel, Shmuel N. Eisenstadt, entre outros - pretende dar conta daquela produção em seu conjunto. A conclusão a que chega expressa-se logo no primeiro parágrafo do artigo:

Este ensaio examina a sociologia do desenvolvimento que se produz atualmente nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, para ser exportada e usada nos países subdesenvolvidos. Submetida a uma análise crítica, esta nova sociologia do desenvolvimento resulta empiricamente nula quando se confronta com a realidade, teoricamente inadequada em termos de suas próprias normas sociocientíficas, e ineficaz em seu propósito de levar a cabo suas supostas intenções de promover ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. (FRANK, 1976, p. 35, livre tradução)

Da mesma forma, critica aquelas teorias que enxergavam nos países subdesenvolvidos a existência de “sociedades duais”. A crítica às teses cepalinas e suas derivações, assim como aquelas que resultariam da elaboração tradicional dos Partidos Comunistas latino-americanos, estarão presentes em diversos dos seus textos. Para ele, “a tese inteira da 'sociedade dual' é falsa e que as diretrizes políticas a que conduz, se postas em prática, serviriam apenas para intensificar e perpetuar as condições mesmas do subdesenvolvimento que elas supostamente se destinam a remediar.” (FRANK, 1969, p. 27)

Em resposta, entende a necessidade de que se elabore

a teoria e a análise capazes de abarcar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial integrada, e de explicar sua contraditória evolução a qual gera, por sua vez, desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico nos níveis internacional, nacional, local e setorial. (FRANK, 1978, p. 5, livre tradução)

1.7.1 As teses sobre o subdesenvolvimento capitalista latino-americano

Para Frank, o subdesenvolvimento latino-americano seria o resultado necessário de mais de quatro séculos de desenvolvimento capitalista e de suas contradições internas. Estas seriam, por sua vez: a) a expropriação do excedente econômico produzido por muitos e sua apropriação por poucos; b) a polarização do sistema capitalista entre um centro metropolitano e em satélites periféricos; c) a

persistência da estrutura fundamental do sistema capitalista ao longo de sua história e a reprodução destas contradições em todas as partes, em todos os níveis e a todo tempo.

O desenvolvimento histórico do capitalismo que teria levado ao desenvolvimento dos centros metropolitanos, ao mesmo tempo engendrariam o subdesenvolvimento dos satélites periféricos expropriados. Este processo, que resulta de uma dupla condicionante – de um lado desenvolvimento e do outro desenvolvimento do subdesenvolvimento - é apresentado sinteticamente por Frank desta forma:

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico são as caras opostas da mesma moeda. Ambos são o resultado necessário e a manifestação contemporânea das contradições internas do capitalismo mundial. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico não são simplesmente relativos e quantitativos porque um representa mais desenvolvimento do que o outro; estão relacionados e são qualitativos por quanto cada um é estruturalmente diferente do outro, porém um e outro são causados por sua mútua relação. Não obstante, desenvolvimento e subdesenvolvimento representam o mesmo, porque são produzidos por uma só estrutura econômica e um processo capitalista dialeticamente contraditórios.

Portanto, não se pode considerá-los como produtos de estruturas ou sistemas econômicos diferentes ou de supostas diferenças nas etapas de crescimento econômico dentro de um mesmo sistema. Um único processo histórico de expansão e desenvolvimento capitalista em todo o mundo gerou, simultaneamente – e continua gerando – desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento estrutural. (FRANK, 1978, p. 21)

Muito influenciado pela obra de Paul A. Baran, toma dele algumas de suas ideias principais. Uma delas, o papel do excedente econômico na geração do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Para Baran, o “ritmo e a direção do desenvolvimento econômico de um país, em dado momento, dependem, [...] tanto da magnitude como do modo de utilização do excedente econômico.” (BARAN, 1984, p. 67). Este excedente pode ser tanto efetivo quanto potencial. O primeiro resumiria-se na diferença entre o produto social efetivo e o seu efetivo consumo, idêntico, por sua vez, à poupança ou acumulação (ou seja, aquela parte da mais valia que é acumulada). O segundo, seria a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um determinado meio natural e tecnológico e o que se poderia considerar como consumo indispensável (interferiria nele, diretamente, o subemprego ou mau emprego dos recursos produtivos).

Pensando a condição do subdesenvolvimento remete-se ao período das conquistas e, avaliando a forma como se processou a colonização do novo e do antigo mundo pelas metrópoles européias, Baran sintetiza a seguinte reflexão:

A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou com irresistível energia, o aparecimento de *alguns* pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força, o amadurecimento de outros. A remoção de grande parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e daquele que era continuamente gerados pelos países invadidos não podia causar senão sério retrocesso em sua acumulação primitiva de capital. [...] Embora a expansão da circulação de mercadorias, a pauperização de grande número de camponeses e artesãos e o contato com a tecnologia ocidental tenham proporcionado poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo, esse desenvolvimento foi desviado do seu rumo normal, deformado e mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental. (BARAN, 1984, p. 138)

Esse ponto é fundamental para compreendermos a construção do argumento que Gunder Frank vai desenvolver. Aqui está sedimentada sua compreensão acerca do subdesenvolvimento como - sem querermos cair em uma tautologia – o desenvolvimento cujo potencial não se realizou. Neste mesmo sentido ele vai ainda frisar o fato de que é o caráter monopolista da estrutura da sociedade capitalista que, em essência, explicaria a produção da diferença entre altos e baixos ganhos e a dificuldade de se canalizar os lucros para inversões produtivas. Assim, diz, que “a não realização e o não aproveitamento do excedente econômico 'potencial' em inversões se deve, essencialmente, a estrutura monopolista do capitalismo.” (FRANK, 1978, p. 18, livre tradução). É a partir deste prisma que as hipóteses propostas por ele ganham concretude¹⁰³.

A contradição da expropriação-apropriação monopolista do excedente econômico no sistema capitalista impregna toda a economia latino-americana tanto no seu passado colonial quanto na sua existência contemporânea e estrutura uma cadeia que vincula todas as esferas – internacionais, nacionais e locais – fazendo com que cada ponto de desenvolvimento para uns poucos gere subdesenvolvimento para muitos. Essa cadeia,

vincula as metrópoles capitalistas mundiais e nacionais aos centros regionais (parte de cujo excedente se apropriam) e estes aos centros locais e, assim, aos grandes latifundiários ou comerciantes que expropriam o excedente dos pequenos camponeses e arrendatários e, às vezes, destes aos camponeses sem terra aos quais exploram por sua vez. Em cada escala desta longa cadeia, os relativamente escassos capitalistas de cima exercem um poder monopolista sobre os muitos de abaixo, expropriando-lhes seu excedente econômico em todo ou em parte, quando, por sua vez, são expropriados pelos ainda menos que estão acima deles para seu próprio uso. (FRANK, 1978, p. 19, livre tradução)

¹⁰³ Esta definição acaba por não autorizar algumas leituras da obra de Gunder Frank em que se aferiria a “estagnação” ou “impossibilidade de desenvolvimento” na periferia. Ver por exemplo Ridenti (2010, p. 38)

Tal encadeamento representa uma sucessão de polarizações entre nações-regiões metropolitanas e nações-regiões satélites, estas últimas, ao se incorporarem ao sistema capitalista mundial passariam a reproduzir suas mesmas estruturas e contradições. Dessa forma, diz Frank, a relação metrópole-satélite passaria a moldar e organizar a vida econômica, política e social do polo satelizado¹⁰⁴.

Como consequência desta hipótese, haveria uma tese subsidiária que explicaria, para Frank, possíveis mudanças no ritmo de desenvolvimento de um satélite. Ele diz que “se a condição de satélite é a que engendra o subdesenvolvimento, um grau mais débil ou menor de relações metrópole-satélite pode engendrar um subdesenvolvimento estrutural menos profundo ou permitir uma maior possibilidade de desenvolvimento local.” (FRANK, 1978, p. 22, livre tradução)¹⁰⁵ Se um certo isolamento ou afastamento da metrópole permite esse *quantum* maior de desenvolvimento (ou mais precisamente de um menor subdesenvolvimento), uma reaproximação ou reforço da ligação com a metrópole leva a resatelação daquela nação ou região¹⁰⁶.

Na leitura que Frank faz da história do desenvolvimento do subdesenvolvimento capitalista latino-americano há um aspecto, para sua *démarche*, fundamental: “a continuidade e generalização de seus elementos estruturais ao largo da expansão do sistema capitalista em todo tempo e lugar.” (FRANK, 1978, p. 23)

Já havíamos chamado tangencialmente a atenção para isso, mas o próprio autor sublinha a importância desta questão. Para ele, a busca de uma teoria geral a fim de explicar a condição dos países da América Latina pressupunha distinguir o que seriam contradições menores – para as quais vê importância, apesar de relativa – daquelas descritas anteriormente e que estariam na estrutura do fenômeno. Frank vai identificar e reforçar os mesmos argumentos explicativos que refletirão a permanência

¹⁰⁴ Como expressão do polo satelizado no interior de uma nação Frank fará alusão em diversos momentos da noção de “colônia interna”. Essa expressão também toma de Baran, quando este trata da relação estabelecida entre o norte e o sul dos Estados Unidos. Ver Baran (1984, p. 171).

¹⁰⁵ O afrouxamento dos laços metropolitanos pode levar, de acordo com Gunder Frank, a dois caminhos distintos: a) uma involução capitalista passiva em direção a uma economia de subsistência, o que poderia levar a uma condição tal qual experimentada pelas regiões Norte e Nordeste do Brasil, após o ciclo da cana e da borracha respectivamente; b) uma involução capitalista ativa, como a que permitiu a industrialização brasileira na década de 30. Para maiores detalhes ver Frank (1978, p. 152-154, livre tradução)

¹⁰⁶ Este mecanismo será utilizado por Frank para explicar, por exemplo, o desenvolvimento experimentado por alguns países latino-americanos durante o período entre guerras. Da mesma forma é um dos argumentos que explicará a industrialização japonesa. Este processo, em particular, já está em Baran. Ver Baran (1984, 143-152)

das contradições estruturais da condição subdesenvolvida dos países da região em diversos períodos históricos.

1.7.2 As contradições capitalistas na América Latina e no Brasil

A América Latina se converteu em um satélite periférico das metrópoles européias quando o capital mercantil espanhol, português, italiano e holandês, partindo da península ibérica em busca de rotas comerciais para as Índias, chegaram às Antilhas e à costa americana e as converteram em satélites comerciais seus. Estes, logo serviriam de trampolim para a conquista e o estabelecimento de novos satélites continente adentro. Neste processo, todo o território e os povos latino-americanos converteram-se em uma série de constelações econômicas menores, “cada uma com sua própria metrópole menor e seus próprios satélites menores, compondo-se estes, por sua vez, de mais metrópoles e satélites; porém, todos eles dependendo direta ou indiretamente do centro metropolitano europeu”. (FRANK, 1978, p. 26, livre tradução) Foi a partir daí que as três contradições capitalistas – a expropriação-apropriação do excedente, a polarização metrópole-satélite e a continuidade na mudança - fizeram sua aparição na América Latina e, desde então, para Frank, são elas que caracterizam a região. Para ele,

uma vez introduzidas na América Latina, nos níveis internacional e nacional, as contradições capitalistas da polarização e da expropriação-apropriação, suas consequências necessárias [...] longe de retardar sua aparição em vários séculos, até depois da revolução industrial inglesa como com tanta frequência se sugere, começaram a gerar-se e brotar desde logo. (FRANK, 1978, p. 35, livre tradução)¹⁰⁷

Na América Espanhola, o setor que explorava as minas foi a alma da economia colonial e ainda que não deixasse de ser satelizado, se converteu em todos os lugares em um centro metropolitano do resto da economia e da sociedade. Surgia, ao redor da atividade mineradora, uma série de setores e regiões cujo objetivo era dar suporte à atividade principal e garantir o consumo dos bens necessários à manutenção da força

¹⁰⁷ Em uma breve passagem Frank sinaliza ter sido de Marx sua inspiração para a caracterização do capitalismo colonial ao citar passagem na qual afirma que a história moderna do capital havia começado no século XVI com o comércio ultramarino e a criação do mercado mundial. Nos parece que Frank toma o surgimento do capital comercial nestas condições pelo surgimento do próprio capitalismo. Essa leitura, problemática ao nosso ver, será melhor apreciada no capítulo 2.

de trabalho e suprir os setores parasitários – donos de minas, comerciantes, funcionários, clérigos, militares – da parte que não importavam da metrópole às custas do trabalho forçado indígena.

A medida em que o gado e o trigo – principais produtos das *haciendas* – vão experimentando uma valorização comercial, a terra se torna bem valioso e passa a ser tomada à base da expulsão dos indígenas de suas terras comunais, falsificação de documentos, compras de dívidas e outros mecanismos fraudulentos. A concentração da terra materializava, ao mesmo tempo, um conjunto de relações cuja finalidade era, para Frank, o ganho comercial. Foi isso e não “as relações sociais aristocráticas ou feudais, o que regeu a América Latina desde o começo”. (FRANK, 1978, p. 33, livre tradução).

O grupo de proprietários e comerciantes vinculados à atividade exportadora, assim como o clero e os funcionários da coroa eram os únicos capazes de gerar algum grau de acumulação. Estes, porém, destinavam a maior parte de sua renda para a aquisição de bens suntuários importados da metrópole.

A passagem do domínio colonial ibérico para a Inglaterra não alterou os elementos determinantes, mas a forma histórica de como eles se processavam e se materializavam. Da mesma maneira se deu quando o domínio inglês foi substituído pela dominação dos Estados Unidos da América. Do livre cambismo para o imperialismo a história é contada seguindo o mesmo enredo, mudando-se os cenários e seus personagens.

A leitura produzida por Gunder Frank sobre a condição do subdesenvolvimento latino-americano, buscava fornecer elementos para a construção de uma teoria que pudesse instrumentalizar os movimentos revolucionários que atuavam na região nos anos 60 e enfrentavam o recrudescimento da ação norte-americana na região que operava para fortalecer os laços e sua influência sobre seus satélites. Neste movimento, a ação das burguesias nacionais – passado o período entre guerras e superada a crise metropolitana – foi no sentido de viabilizar uma solução que respondesse a essa pressão aprofundando sua submissão aos interesses do capital internacional.

Debruçando-se sobre este período, Frank vai buscar os novos sujeitos do processo e as novas formas que assumem as contradições do sistema capitalista

sob o neoimperialismo¹⁰⁸.

Ele vai explicar que a partir da década de 1950, de forma mais acentuada, percebe-se uma mudança nas relações entre a metrópole e os países latino-americanos. As relações coloniais clássicas, calcadas na divisão do trabalho produtivo e no intercâmbio de manufaturas e matérias-primas estariam sendo substituídas ou complementadas por uma nova forma de exploração: as inversões estrangeiras e a ajuda internacional. A medida em que a metrópole vai desenvolvendo formas de produção que necessitam de maiores somas de capital e são mais complexas tecnologicamente, “substitui, cada vez mais, o simples comércio exterior pelas inversões em fábricas subsidiárias fora dela, instalações que produzem hoje, localmente, os bens de consumo e alguns bens de produção que antes eram importados, porém com equipamento e tecnologia trazidos da matriz, situada na metrópole imperialista.” (FRANK, 1973, p. 341, livre tradução)

A revolução tecnológica tornaria obsoleta mais rapidamente o maquinário das indústrias metropolitanas o que acentuaria a necessidade de sua substituição mas permitiria, no seu envio aos países satelizados, a continuidade do seu uso. Na América Latina o monopólio internacional utilizando estes equipamentos, cria condições desiguais de concorrência com outras empresas e acaba por eliminá-las pois estas ou não possuem recursos para adquiri-los ou simplesmente não possuem autorização para importá-los. O resultado é a acentuação do processo de centralização de capital e o reforço do monopólio. Este mecanismo acaba também por impactar o nível de empregos e salários ao mesmo tempo em que gera um quadro de superprodução. Por este motivo “e porque esta inversão se multiplica grandemente desde o estrangeiro sem incrementar o poder doméstico de compra, é que se fazem mais frequentes e prolongadas as crises periódicas de sobreinversão, em tanto que o desemprego estrutural e cíclico aumenta na América Latina.” (FRANK, 1978, p. 292, livre tradução).

A associação de capitais estrangeiros e nacionais em empresas mistas, reunindo capitais privados ou mesmo associando-se a governos nacionais latino-americanos é um desdobramento importante deste movimento de inversões

¹⁰⁸ Observando a periodização sugerida por Frank notamos que em artigo de 1966, “La inversión extranjera en el subdesarrollo latinoamericano”, ele assume o neoimperialismo como uma fase constituída a partir da I Guerra Mundial. Em outro artigo, publicado em 1968, “Quien es el enemigo inmediato?”, ele o assume – a nosso ver corretamente – como um período que se inicia no pós II Guerra. Estamos assumindo para efeito de nossa apresentação a segunda posição. O primeiro artigo está publicado em Frank (1978) e o segundo em Frank (1973).

estrangeiras. Para Frank,

é evidente que estas medidas só servirão para submergir os elementos sobreviventes da burguesia 'nacional' na imperialista. Depois, alguns governos burgueses latino-americanos se propuseram a 'proteger' ou inclusive 'fomentar' os interesses nacionais entrando eles mesmos em tais associações mistas. O resultado só pode ser que estes governos coloniais perdem o pouco poder de negociação política que lhes havia restado de sua já demasiada subalterna associação com o imperialismo. (FRANK, 1973, p. 343-344, livre tradução)

As perdas de capital na América Latina por conta dos termos do intercâmbio¹⁰⁹ são amplificadas permanentemente por um fluxo adicional de recursos transferidos para a metrópole em forma de remessa de lucros, pagamento de *royalties*, serviços, amortização de dívida, etc. Operações de compra e venda entre a matriz e as subsidiárias nos países da região – superfaturamento das compras feitas à primeira e subfaturamento das vendas feitas a ela - são outra fonte importante de evasão de recursos. Este processo faz com que a balança de pagamentos esteja sempre deficitária, mesmo com superávits na balança comercial. Para compensar estas perdas apela-se para empréstimos estrangeiros que fazem o espiral da dívida crescer exponencialmente. Frank chama a atenção para o fato de que a maior parte do capital que ingressa do exterior na América Latina origina-se, precisamente, da própria região.

Soma-se a esta situação os programas de ajuda financeira, notadamente a “Aliança para o Progresso” - sua expressão institucional naquele período - cujos recursos não chegariam sequer à burguesia latino-americana, mas às firmas norte-americanas que operariam no continente. Soma-se ainda neste cenário o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que concedem empréstimos condicionados ao ajuste da economia às determinações metropolitanas.

Por fim, Gunder Frank chama também a atenção para o que consideraria um “passo a mais” do imperialismo norte-americano em sua tentativa de absorver todo o continente sob o monopólio das grandes corporações. Os Estados Unidos estariam avançando na proposição de um Mercado Comum Interamericano que lhes incluiria e também ao Canadá. Ao lado dos acordos multilaterais estariam em construção acordos bilaterais que Frank – sendo o primeiro autor depois de Marini – chama de

¹⁰⁹ Frank chama atenção para o fato de que não há perda apenas em função da deterioração dos termos de troca, mas também pela condição monopolista e monopsônica em que é realizado o intercâmbio.

subimperialismos. Citando o autor de “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”(1965), diz sobre isso que:

Os Estados Unidos parecem haver escolhido o Brasil na América do Sul – desde o golpe militar de 1964 – e em menor grau o México na América Central, como uma quinta coluna ou cabeça econômica e política no continente americano, a partir da qual os monopólios norte-americanos e seu governo se apropriam dos mercados e governos dos países menores, depois que sua tecnologia, seu capital, e sua influência política criaram ali as condições expansionistas necessárias. Este desenvolvimento integracionista ou subimperialista agrava, é suposto, o desequilíbrio econômico e político, tanto no interior destes países como entre si, tal como faz em seu conjunto a expansão mundial dos monopólios. (ver Marini) (Frank, 1978, p. 292, livre tradução)¹¹⁰

Para finalizarmos esse curto apanhado em torno da problemática do desenvolvimento do subdesenvolvimento de Gunder Frank consideramos importante ressaltar – o que fizemos muito rapidamente - a crítica que às teses dualistas a partir da descaracterização de persistências feudais ou précapitalistas nas estruturas socioeconômicas das nações periféricas. Debruçando-se mais detidamente sobre a condição da agricultura brasileira, vai afirmar que

a estrutura socioeconômica, supostamente pré-capitalista ou ainda feudal das áreas rurais, é parte integrante de toda a estrutura metrópole-satélite do capitalismo e pode demonstrar-se também mediante as mudanças na concentração da propriedade da terra e dos níveis de vida da população rural em relação ao tempo e ao lugar.(FRANK, 1978, p. 196, livre tradução)

Situando inicialmente sua análise no sul do estado de São Paulo e no Paraná, identifica que a predominância de pequenas propriedades foi sendo substituída à medida em que crescia a produção capitalista do café e outros gêneros comerciais. Formaram-se grandes latifúndios e a condição de vida dos camponeses piorou enormemente. Durante a década de 1930, já com a sua produção em declínio, esta tendência se inverte havendo uma certa desconcentração da terra e um aumento relativo do nível de vida da população rural. O mesmo fenômeno poderia ser descrito com a ocupação do litoral nordestino pela cana-de-açúcar. Por isto, conclui Frank, “a agricultura brasileira, longe de ser uma economia de subsistência isolada, feudal ou pré-capitalista, como sugere o modelo dualista, é e reage como parte do sistema capitalista.” (idem, p. 197, livre tradução)¹¹¹

¹¹⁰ Parece oportuno lembrar que o texto de Marini foi publicado na Monthly Review em dezembro de 1965 e o artigo de Frank o foi em maio de 1966. Vale frisar que a definição acerca do subimperialismo na sua formulação original é distinta daquela que consagrou-se em 1977 no “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. Este será um tema desenvolvido no capítulo 2.

¹¹¹ Para aferir de forma mais detalhada a discussão de Gunder Frank acerca da questão agrária no Brasil ver “El capitalismo y el mito del feudalismo em la agricultura brasileira” em Frank (1978, p.

Não poderíamos terminar sem fazer uso das palavras de Gunder Frank quando afirma:

Ambos os setores da burguesia brasileira, o 'nacional' e o 'internacional', são instrumentos e executores do expoliador sistema capitalista que lhes dá existência econômica e lhes concede a sobrevivência política. Estão aliados, necessariamente, na exploração econômica do povo e na manutenção política do sistema. [...]

E como a solução dos problemas do subdesenvolvimento são cada vez mais impossíveis dentro do sistema capitalista que o cria, e como a burguesia é cada dia mais incapaz de encarar este problema, sequer com programas burgueses, o mesmo povo, tantas vezes explorado está aprendendo a tomar a iniciativa para escapar do subdesenvolvimento e do capitalismo e está se preparando para isso. (FRANK, 1978, 212-213).

Neste primeiro momento, nossa intenção declarada foi a de apresentarmos o conjunto das matizes e autores que, de forma significativa, estão presentes no início do diálogo e no combate do que acabou se configurando na Teoria Marxista da Dependência. Ao final, porém, já estavam postos algumas questões de análise, fruto do significado e do impacto dos textos da POLOP e de Frank. É a partir deles que começa a se delinear o movimento que nos leva ao encontro da problemática de Marini. Estamos em condições, agora, de darmos sequência ao nosso trabalho, sistematizando um novo momento de mediações e diálogos entre autores que nos permitirão uma aproximação mais efetiva do nosso objetivo.

2 A CONTRIBUIÇÃO DE RUI MAURO MARINI À TMD: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE

A década de 50 na América Latina foi, decididamente, do nacional-desenvolvimentismo. As teorias cepalinas expressavam a visão de mundo da burguesia industrial da região e respondiam pelo fundamental das políticas públicas em países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México (Marini, 1992, p. 80). Com as devidas proporções, tinham grande impacto também as teorias da modernização, herdadas, como vimos, da sociologia norte-americana.

O golpe militar no Brasil e os que se seguiram em outros países do continente¹¹² puseram por terra definitivamente a idéia de um “desenvolvimento nacional autônomo”, propalado pela CEPAL e por expressivos setores da intelectualidade de esquerda latino americana. É no cenário de crise da ideologia nacional-desenvolvimentista, sob o impacto do clima repressivo instalado na região e também influenciados pelo fortalecimento de movimentos sociais e partidários de tradição não stalinistas¹¹³, que na segunda metade da década de 60 ganha forma a Teoria Marxista da Dependência.

Sua origem marca o esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura sócio-econômica da América Latina que se processam a partir dos anos 30 e que se acentuam no pós-guerra. Estas mudanças seriam o resultado das transformações da dinâmica do sistema capitalista em âmbito mundial e as transformações estruturais das economias dos países latino americanos, a partir do que estaria configurado um “novo caráter da dependência”. Este seria engendrado por um padrão diferenciado de inversões do capital estrangeiro se comparado com o período anterior, iniciado principalmente ao fim da II Grande Guerra.

A contribuição de Marini, Dos Santos e Bamberger no enquadramento desta nova

¹¹² Bolívia, em 1964; Argentina, em 1966 e depois no Chile e Uruguai, em 1973.

¹¹³ “Com o nome genérico de ‘esquerda revolucionária’ ela passa à história através de expressões tão significativas como o movimento 26 de julho, em Cuba; o movimento sandinista, na Nicarágua; os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR), na Venezuela e no Peru. Valorizando a prática revolucionária e a luta armada, essas forças começam a estabelecer contatos entre si e a gerar uma nova ideologia, que tem como característica a exigência de vincular a luta anti-imperialista e a luta anti-capitalista, embora não abrace ainda explicitamente o socialismo.” (MARINI, 1992, p. 86-87). Acrescentaríamos a esquerda revolucionária aquelas organizações de tradição marxista-revolucionária que floresceram a margem dos Partidos Comunistas.

situação, mesmo deixando entrever diferenças importantes em seus textos, sustentam um núcleo comum de questões que não existiria – assim o pensamos – sem o diálogo, ainda que contido, entre os três. Identificar estas questões nos ajudam a posicionar elementos chaves da conformação da TMD – dentro dos limites propostos neste trabalho – localizando as particularidades de cada um. Isso, esperamos, se tornará evidente quando analisarmos o pensamento de Marini e os marcos característicos de sua problemática.

2.1 A nova condição histórica

A América Latina, que nasceu como resultado da expansão do mercantilismo Europeu, não se desenvolveu de forma uniforme. Os movimentos de independência frente ao poderio Ibérico, completados até o fim do primeiro quarto do século XIX, resultaram em um processo de integração dos países da região ao mercado mundial, “assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função da industrialização nos países centrais.” (MARINI, 2012, p.48) Em uma parte deles – especialmente México, Argentina, Chile, Brasil e Uruguai¹¹⁴ - o final do século XIX já assiste um surto industrial, com a constituição de um mercado interno, resultado da diversificação econômica patrocinada pelas elites locais¹¹⁵.

Com o advento da I Grande Guerra, os países da América Latina começaram a experimentar um novo ciclo industrializante. Iniciava-se lentamente a substituição de

¹¹⁴ Os chamados países tipo A por Bambilra. Estes seriam – incluída a Colômbia – os países considerados de “início antigo de industrialização”. Ver Bambilra (2012, p. 55-62)

¹¹⁵ Marini (2012, p. 51-52). Bambilra (2012, p. 65) chama a atenção para este mesmo fenômeno quando escreve que a resposta para a formação de um mercado interno nos países latino-americanos deve “ser buscada nas transformações que ocorrem no processo produtivo dos centros mais desenvolvidos do sistema capitalista mundial – particularmente a Inglaterra a partir da segunda metade do século XIX. Essas transformações [...] que determinam um novo ciclo de expansão capitalista, afetariam decisivamente as sociedades dependentes aqui analisadas, provocando profundas modificações em seus componentes estruturais básicos. Tais modificações se fazem necessárias, com a finalidade de que as sociedades dependentes se readaptem, no sentido de se capacitarem para satisfazer as demandas da nova etapa da expansão do capitalismo mundial”, com o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para sustentar a nova fase de industrialização dos países centrais, assim como na expansão de seus mercados internos para a absorção de uma quantidade maior de produtos manufaturados de lá enviados.

importações, forçada pelas novas circunstâncias internacionais. Este processo ganha intensidade depois da crise de 1929 e durante toda a década de 30 e 40, estimulados por governos de matizes nacionalistas e industrialistas.

As mudanças estruturais que operam nesta primeira etapa da industrialização produzem, no Brasil,

o surgimento de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno – e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado das lutas desencadeadas por este conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. (MARINI, 2012, p. 74-75).

Este compromisso aparecerá em Bambirra pela descrição de um “amálgama de poder” que “revela um pacto entre vários interesses contraditórios” e “se funda na hegemonia de uma classe que, mesmo limitada pelos compromissos estabelecidos, impõe sua meta ao conjunto da sociedade.” (BAMBIRRA, 2012, p. 92) Dos Santos, tratando da mesma questão dirá que uma

industrialização baseada na substituição de importações submeteu os interesses da indústria a sobrevivência da estrutura latifundiária exportadora porque o desenvolvimento industrial dependia da exportação agrária. Tal configuração histórica levou a uma conciliação dentro do Estado brasileiro entre os interesses do capitalismo industrial nascente e a velha estrutura latifundiária-exportadora [...]. (DOS SANTOS, 1973b, p. 141, livre tradução)

Quando termina a II Guerra e a tarefa de reconstrução das economias dos países diretamente envolvidos, os capitais norte-americanos (e estrangeiros em geral) buscam novas áreas para acumulação e intensificam sua penetração no continente sul-americano. Dados apresentados por Dos Santos mostra que no período entre 1943 e 1961 o investimento direto a partir dos EUA obteve um acréscimo de mais de 200%¹¹⁶ e ele foi sendo crescentemente dirigido para o setor industrial¹¹⁷.

Frente ao crescimento industrial da América Latina na década de 30 e às medidas protecionistas tomadas pelos governos da época, o imperialismo volta-se para o setor manufatureiro, integra-se na economia moderna e passa a dominar o setor capitalista industrial dessas economias. (DOS SANTOS, 1971, p. 192)

O novo papel que o capital estrangeiro passa a cumprir, muda decididamente a

¹¹⁶ Em 1943 eles foram estimados no montante de US\$ 2.721 milhões. Em 1961, a estimativa ficou em US\$ 8.200 milhões. (DOS SANTOS, 1971, p 187)

¹¹⁷ Dos Santos (1971, p.189)

estrutura sócio-econômica dos países latino-americanos. Em primeiro lugar, altera-se a dimensão das empresas, formando-se as corporações altamente tecnificadas, que são em geral, filiais das multinacionais norte-americanas ou européias. Estas tendem a obter o controle monopolístico dos mercados em que atuam, aumentando ainda mais a exploração sobre economias muito fragilizadas. Para estas empresas, não está em pauta o desenvolvimento autônomo ou preocupações que tangem a aspectos da soberania nacional do país em que atuam, mas encontrar as melhores condições para a reprodução ampliada do seu capital.

Ocupando cada vez mais espaços e um papel central no mecanismo de crescimento industrial, essas empresas passam a controlar o ritmo em que este se desenvolve. Produz-se um processo de integração cada vez maior entre o capital estrangeiro e as economias nacionais que resulta no aprofundamento da dependência dos últimos em relação aos primeiros. O centro desse processo é “a divisão do trabalho entre os países produtores de bens manufaturados e de máquinas leves e os países que produzem máquinas pesadas. Subsiste também uma profunda distância tecnológica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.” (DOS SANTOS, 1971, p. 194)

As empresas monopolistas dos centros dominantes

se irradiam para os países subdesenvolvidos em forma de subsidiárias que levam seus estilos de organização monopolistas para economias muito frágeis (...) O processo de integração revela assim três aspectos muito importantes: o ajustamento das dimensões das empresas, nos países subdesenvolvidos, a padrões que lhes são estranhos e o ajuste da política dessas empresas a interesses também alheios a tais países e muitas vezes contrários a estes (...) Por fim, o processo de integração implica um processo de descapitalização devido às remessas de lucros e outros rendimentos muito superiores aos investimentos realizados¹¹⁸. (DOS SANTOS, 1971, p. 199)

Esta mudança no comportamento do capital internacional correspondia não apenas a alteração do quadro estrutural dos países periféricos, mas também em mudanças nas economias dos países desenvolvidos no pós-guerra. Dessas, podemos ressaltar algumas:

a) a unidade típica na economia capitalista deixa de ser a pequena e média empresa, presentes em uma dinâmica de mercado anônimo e concorrencial para

¹¹⁸ As vendas das empresas, realizadas no mercado nacional eram pagas em moeda local, mas para reincorporar-se ao patrimônio da matriz, necessitava converter-se em moeda estrangeira. Esse montante acabava sendo retirado das divisas obtidas pelo país junto a sua principal fonte de financiamento: o comércio internacional. Isso provocava a descapitalização da economia local. Vale lembrar que a industrialização dos países latino americanos fora financiada com os recursos obtidos do setor agroexportador.

tornar-se a grande empresa monopolista, ou seja, aquela que é capaz de produzir uma parte significativa dos produtos de um ou mais ramos industriais e assim, definir por seu interesse o volume de produção e o preço da mercadoria;

b) o setor das grandes empresas nos Estados Unidos e na Europa ligados à inversão no exterior deixa de ser elemento secundário para tornar-se o foco de atuação dessas corporações.

c) a existência de um elevado grau de acumulação no setor de produção de máquinas e equipamentos dos países centrais e a diminuição do tempo de reposição do capital fixo que acelerava a obsolescência do maquinário – ainda que não amortizado completamente – estabeleceu a exportação destes bens para a periferia como solução viável. (MARINI, 2012)

Para Dos Santos, as mudanças na divisão internacional do trabalho¹¹⁹, na fase do capitalismo monopolista conduzem os países dominados:

- a) ao predomínio da grande empresa;
- b) à concentração econômica sob o domínio da grande indústria, sobretudo internacional;
- c) ao domínio monopolista do mercado;
- d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital;
- e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital;
- f) ao controle da vida política e do Estado mediante a adaptação a seus interesses. (DOS SANTOS, 1971, p. 201)

Ainda podemos citar, a partir de Bambilra (2012, p. 126)

- a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver. [...]
- c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.
- d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, o que reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar.

Marini, debruçando-se sobre esta dinâmica no Brasil, percebe que o processo de integração monopolista reconfigura as condições objetivas que pautam as relações entre as classes, identificando o

acirramento das contradições sociais de vários tipos entre os grupos industriais e os latifundiários exportadores, entre a indústria e a agricultura para o mercado interno; entre os proprietários rurais e o campesinato; e entre

¹¹⁹ Que antes do surto industrializante dos países latino-americanos baseava-se na relação entre nações produtoras de bens primários de um lado e dou outro, aquelas que produziam bens manufaturados.

os grupos empresariais e a classe operária, bem como a pequena burguesia. A diversificação econômica é acompanhada [...] de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que contrapõe, em primeiro plano, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em seguida, no coração de ambos os setores, contrapõe os grupos sociais que os constituem. (MARINI, 2012, p.112-113)

Ele conclui – assim como Dos Santos e Bamberger – que os elementos estruturais da formação social brasileira ao mesmo tempo que davam as condições para a afirmação do “Estado de compromisso” de 1937, tensionavam seus limites. A manutenção da estrutura fundiária entrava em contradição com a necessidade de constituir um mercado nacional e o ingresso de capitais estrangeiros como política de Estado a partir de 1955¹²⁰ trouxe, como vimos, outros atores e novas tensões para o pacto realmente existente.

Os impactos desta nova condição foram muito significativos e apontaram um conjunto de desdobramentos e tendências que podemos sistematizar nos seguintes pontos:

- a) Gerou-se uma forte descapitalização ao aumentar a exportação de lucros produzidas pelas novas inversões em direção aos seus países de origem. Associe-se a isso um deficit crescente da balança de pagamentos do país resultado da queda da balança comercial deterioração dos termos de troca dos produtos primários, somados com o pagamento da dívida externa – contraída em maior escala a partir deste momento – serviços técnicos e fretes.
- b) A importação de tecnologia capital intensiva e o caráter monopólico da industrialização restringe a expansão do mercado interno que, dado o êxodo rural e o crescimento demográfico, incorpora parcela mínima de trabalhadores, fazendo aumentar a população marginal nas grandes cidades e no campo. Este quadro alia-se a uma outra característica da industrialização dependente: seus altos índices de capacidade ociosa.
- c) Um grande exército industrial de reserva, nas condições da integração imperialista do país, provoca a submissão da classe trabalhadora à uma condição de superexploração¹²¹.

¹²⁰ Tanto Dos Santos (1971, p.217-218) como Marini (2012, p. 115) descrevem o papel da Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) na definição deste quadro.

¹²¹ A despeito do fato da noção de superexploração ser identificada normalmente como a produção de Marini, ela está presente nos textos de Dos Santos e Bamberger, ainda que com nuances diferentes.

d) A grande concentração das terras no campo, a exploração baseada em latifúndios para exportação e o atraso absoluto no uso de recursos técnicos de produção, resultam no encarecimento dos bens agrícolas, o que fazia aumentar o custo de vida.

e) O Estado cumpre um papel fundamental no processo de acumulação, gerando uma demanda permanente ao setor industrial ou mesmo na sua inserção no processo produtivo propriamente com a criação de estatais em setores de infraestrutura e, notadamente, na indústria bélica. Conta-se também a política de distribuição regressiva de renda através da inflação¹²².

f) Para compensar as restrições à constituição de um mercado interno, Marini, Bamberga e Dos Santos chamarão a atenção para a primazia da expansão comercial em direção ao mercado externo¹²³.

g) O desenvolvimento destes fatores remetem à uma radicalização da luta política no continente, que traduz-se ou na superação da condição dependente ou no recrudescimento do uso da força pelas burguesias e seus regimes.

Partindo desta nova compreensão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a Teoria Marxista da Dependência é capaz de enumerar as insuficiências e limites das concepções desenvolvimentistas cepalinas ou de origem nos Partidos Comunistas, bem como das Teorias da Modernização.

Além da descrição da condição da força de trabalho sob o capitalismo dependente, há nos dois últimos a ideia de uma “superexploração” ou “dupla exploração” do mercado. Neste sentido Marini (2012, p. 62) fala da “consolidação de preços abusivos”. Ver Dos Santos (1973b, p. 42); Dos Santos (1973a, p. 60) e Bamberga (2012, p. 215-217).

¹²² Bamberga e Theotonio trabalham com o conceito de “Capitalismo de Estado” para definir a atuação do Estado no período de integração monopólica. Este conceito refletiria uma exacerbação da autonomia relativa do poder executivo. Marini não trabalha com esta categoria, no entanto as funções do Estado aqui apresentadas aparecem em seus textos. Ver Dos Santos (1973b, p. 73-79); Dos Santos (1971, 213-215); Bamberga (2012, 215-216); Marini (2012, p. 39). Apesar da importância da discussão, os limites de nosso trabalho nos permitem ir além destas breves referências.

¹²³ Marini em diversos textos descreverá este processo como o desenvolvimento do subimperialismo brasileiro. Ver, com especial interesse, Marini (2012) e Marini (1977a). Bamberga (2012, p. 218-223) apontará uma “tendência subimperialista” latente na dinâmica do capitalismo dependente no Brasil, México e Argentina, na época ainda a se confirmar. Dos Santos (1973a, p. 100-104) considera imprecisa a afirmação do desenvolvimento subimperialista. Trataremos desta discussão na segunda parte do capítulo.

2.2 A crítica às teorias desenvolvimentistas e da modernização

Contra o funcionalismo das Teorias da Modernização, a crítica esboçada normalmente recaía sobre a incapacidade destas em perceber as particularidades da condição particular das sociedades latino americanas.

Ao proceder também, tomando como pressuposto que o sistema econômico, social e político dos países europeus e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas e que o processo de desenvolvimento é uma sucessão de etapas que se sucedem de forma cumulativa, as teorias da modernização acabam por não atribuir qualquer valor interpretativo à singularidade de cada país. Nas palavras de Dos Santos

[...] os 'modelos' de desenvolvimento existente não podem repetir-se, nem os 'modelos' de sociedade desenvolvida são cristalizações ou metas para se alcançar.

A experiência de desenvolvimento dos atuais países subdesenvolvidos deve ser analisada, pois, como uma experiência concreta que se dá em certas condições históricas também concretas. [...] A ciência do desenvolvimento (sociologia o economia) só é ciência quando abandona o suposto de que existe uma meta formal por alcançar. (DOS SANTOS, 1973a, p. 17, livre tradução)

Ainda sobre a teoria da modernização Marini vai dizer que na

medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, ou seja, momentos de constituição da mesma realidade, só poderiam ser diferenciados mediante a aplicação de critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele ponto da escala evolutiva. (...)

Salta aos olhos os inconvenientes dessa metodologia. Primeiro, por ser essencialmente descritiva, não oferecia qualquer possibilidade explicativa. Segundo, o resultado a que chegava era uma perfeita tautologia: uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores. Girando nesse círculo vicioso, a compreensão efetiva do subdesenvolvimento se via obstaculizada e o máximo a que se poderia aspirar, com base em correlações verificáveis, era a formular proposições do tipo 'se...então' (MARINI, 1992, p.72-73)

As teses nacional-desenvolvimentistas, por sua vez, teriam ido além, ao propor o esquema centro-periferia. Partiam do ponto de vista do sistema capitalista mundial e o formato que se estabeleciam entre as nações. Sua fraqueza, segundo Marini, estaria justamente no fato de manter o desenvolvimento como um *continuum*. Tomando a CEPAL como exemplo, diz que ela

não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade – como faria, a seu tempo, a teoria da dependência – mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do

processo histórico de acumulação do capital. Isto implicava que através de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos veriam abertas as portas de acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam ante os grandes centros. (MARINI, 1992, p.77-78)

O desenvolvimentismo havia idealizado o processo de industrialização como gerador de uma economia e uma sociedade nacional, resultado da diversificação e complexificação da divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, acreditava na consolidação de um centro de decisão política e econômica nacional, resultado do estabelecimento de uma política de crescimento voltada para o mercado interno e independente da economia dos países desenvolvidos. Do mesmo modo, seria capaz de estabelecer um processo de democratização política com a destruição do poder oligárquico e de suas formas de dominação, bem como a incorporação dos setores populares no processo decisório e no consumo, consolidando-se as bases de uma “sociedade de massas”. (DOS SANTOS, 1973a) No plano da consciência, esperava-se que o assentamento de uma sociedade independente faria superar nossa “alienação cultural”, permitindo o pleno desenvolvimento da cultura, da ciência e da tecnologia. (Dos Santos, 1973a)

As teorias desenvolvimentistas, ao localizarem os fatores do subdesenvolvimento na persistência da estrutura agrária e na oligarquia – conceberam, como vimos no capítulo anterior, um dualismo estrutural que se expressava na existência de dois sistemas - o atrasado e o moderno – em concorrência mútua, numa equação que a existência do primeiro impedia o desenvolvimento do segundo¹²⁴.

Na realidade, porém, sagrou-se outra coisa:

a) a criação de uma sociedade moderna não eliminou a formação de um vasto setor social urbano não integrado a esta sociedade, que compõe os chamados 'marginais'. Assim também a crise da economia rural não foi suficiente para diminuir, significativamente, a população rural. O resultado foi a criação, ao lado de um setor 'moderno', de um setor semelhante ao tradicional, gerado, não obstante, pela industrialização; b) a decisão política e social, apesar da geração de uma estrutura produtiva para o mercado interno, não foi transferida ao interior destes países. Ao contrário, cresce sua dependência econômica, social e militar de um centro único que não é outro senão os Estados Unidos e c) em vez do processo de democratização e participação popular, se assiste a um processo de centralização administrativa e de organização de poderes fortes não representativos [...]. (DOS SANTOS, 1973b, p. 250)

¹²⁴ Conforme vimos no capítulo 1, a vertente nacionalista das teses desenvolvimentistas – das quais compartilhavam o PCB – inseriam com maior radicalidade a questão da autonomia nacional, incluindo a ação do capital estrangeiro como um dos fatores para o subdesenvolvimento brasileiro. O caminho para sua superação seria, portanto, o fim da estrutura agrária e o poder consolidado da oligarquia e do imperialismo.

2.3 A condição e a reprodução da dependência

A Teoria Marxista da Dependência, por seu turno, seja antagonizando com as interpretações funcionalistas ou superando os limites e os erros do desenvolvimentismo, trabalhará sob pressupostos e um método radicalmente diferentes. O ponto de partida será o estudo do sistema capitalista mundial e a análise das relações estabelecidas entre as economias dominantes e as que lhes são subordinadas, de acordo com uma lógica geral em que estas são condicionadas por aquelas a partir de “relações de dependência”. Descreve-se assim uma “situação” resultante da dialética entre o externo e o interno em que, se há o condicionamento do primeiro sobre o segundo, a forma com que se articulam e se delimita o alcance daquele, dá-se a partir das próprias condições estruturais desse.

De acordo com Dos Santos,

devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. [...] é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual sua própria está submetida. [...] A dependência está [...] fundada em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento impostas pelos centros de dominação mundial. [...] Se a dependência é uma situação condicionante, ela estabelece os limites possíveis do desenvolvimento destes países e de suas formas. (DOS SANTOS, 1973a, p. 42-43, livre tradução)¹²⁵

Completando a sua definição e afirmando o caráter determinante das estruturas internas dos países dependentes, Dos Santos diz que

[...] as situações concretas de desenvolvimento estão constituídas não apenas por essas condicionantes gerais da dependência, senão também pelas características específicas da situação condicionada, que redefine e particulariza a situação condicionante geral. [...] há que se compreender tal situação condicionante como limite, ou melhor dito, como configuradora de certas realidades mais complexas, com as quais forma essa realidade total que são as estruturas nacionais. [...] Com isso chegamos a nossa segunda conclusão geral [...]: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais. (DOS SANTOS, 1973a, p. 43-44, livre tradução)¹²⁶

¹²⁵ Nestes termos trata Bambilra da dependência como 'condição histórica': “Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis das estruturas dominantes.” (BAMBIRRA, 2012, p. 144)

¹²⁶ Tomando em perspectiva a realidade brasileira após o golpe militar de 1964, é assim que ele

O objetivo da TMD seria, nesta dialética, apreender a especificidade do capitalismo dependente e estabelecer as mediações entre o interno e o externo que conformariam as particularidades da situação. Neste sentido é o que afirma Marini quando diz que a

tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste e determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, naturalmente, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários mediante os quais essas leis vão sendo especificadas. (MARINI, 2000b, p. 163)

Este é o sentido, também, da afirmação de Dos Santos, quando trata da delimitação da forma e do alcance das relações condicionantes pela estrutura dos países dependentes. Diz ele que

estas economias nacionais se bem não condicionam as relações de dependência em geral, delimitam suas possibilidades de expansão, ou, melhor dizendo, as redefinem no plano de seu funcionamento concreto. (DOS SANTOS, 1973a, p. 44, livre tradução)¹²⁷

A situação de dependência, por fim, cria e recria as condições para a sua própria reprodução. Ao tratar do processo de independência dos países latino-americanos e da subordinação destes à órbita do capital europeu – notadamente o inglês – na dinâmica do comércio de produtos agrícolas por manufaturados, Marini sugere que

a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência [...] (MARINI, 2000b, p. 109)¹²⁸

formula esta relação condicionante-determinante: “Ao analisar a crise brasileira, procuraremos determinar seu movimento próprio e específico. A situação internacional em que este movimento se produz é tomada como condição geral, não como demiurgo do processo nacional, porque a forma em que esta situação atua sobre a realidade nacional é determinada pelos componentes internos desta realidade.” (DOS SANTOS, 1973b, p. 71, livre tradução)

¹²⁷ Sob a mesma preocupação podemos tomar o texto de Marini quando diz sobre a integração monopólica: “[...] conforme o grau de desenvolvimento das economias nacionais que integram o sistema e do que se verifica nos setores que compõem cada uma delas, a maior ou menor incidência das formas de exploração e da configuração específica que elas assumem modificam qualitativamente a maneira como incidem ali as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral de acumulação do capital.” (MARINI, 2000b, p. 163-164)

¹²⁸ Por sua vez, Dos Santos (1973b, p. 42) vai dizer que a “relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar, enquanto outros países (os

O estudo do capitalismo dependente sob a perspectiva da TMD traz, como afirmamos há pouco, uma dimensão metodológica particular. Central na obra de Marini, Bamberger e Dos Santos, ainda que – como insistimos desde o início deste trabalho – guardadas certas diferenças que resultam em graus variados de apropriação do pensamento de Marx, podemos distinguir de todo jeito uma expectativa importante no sentido da defesa de uma concepção materialista da história. É sobre esta que nos debruçaremos agora.

2.4 Afirmação de uma concepção materialista da história

Das leituras que fizemos para a construção deste trabalho, muito vimos sobre a “economia política da dependência” ou do debate acerca da “noção de dependência” propriamente dita. Poucas foram as tentativas de sistematizar o debate que incluísse a dimensão histórica do pensamento de Bamberger, Marini e Dos Santos. Neste sentido tomamos uma passagem de Marini que trata de maneira precisa a importância de se observar uma realidade em sua totalidade e em seu devir. Diz ele

O Brasil com seus 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa, cuja dinâmica foge às interpretações unilaterais, ainda que esteja condicionada e limitada pelo marco internacional no qual está inserida. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes entre os grupos políticos e das contradições de classe que se desenrolavam sobre a base de uma dada configuração econômica, não se compreenderá a transformação política ocorrida a partir de 1964. Mais grave, não será possível relacionar este desenrolar político à realidade econômico-social que se encontra em sua base, nem estimar as perspectivas prováveis de sua evolução. (MARINI, 2012, p. 74)

Não intencionamos realizar uma apresentação que esgote o conjunto de elementos que compreenderiam uma leitura materialista histórica e que estivesse presente nos escritos dos três autores. O que pretendemos é expor sinteticamente suas contribuições acerca de três momentos-chaves da construção de uma

dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes.” Ou ainda mais conclusivo no que diz respeito à nova condição de dependência: “A forma em que se realiza o desenvolvimento econômico integrado na economia do capitalismo monopolista converte-se num poderoso limite ao desenvolvimento e aprofunda o subdesenvolvimento de nossos países.” (DOS SANTOS, 1971, p. 236)

interpretação marxista da realidade do sistema capitalista: modo de produção, as formações sociais e o desenvolvimento desigual e combinado; a análise das classes sociais; e o lugar da revolução socialista como elemento de superação das contradições do sistema.

Como estes três elementos se coordenam na análise marxista da realidade social? Poderíamos começar com uma provocação. Diz Marx no 18 Brumário: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias da sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1997, p. 21) Essas condições constituem a totalidade histórica de uma época, cujo fundamento são as relações econômicas a partir das quais erige-se uma superestrutura jurídica, política, filosófica, religiosa e etc. Esta totalidade é o locus de atuação das classes sociais e de sua luta, objeto último da análise do historiador. O papel do materialismo histórico é precisamente descobrir as leis de movimento da história como processo, a história dos homens e como produzem socialmente sua vida, resultado ao mesmo tempo das “circunstâncias necessárias” nas quais estão submetidos e de suas próprias ações.

O fundamento posto sobre o modo de produção da vida material não pode estabelecer uma relação mecânica para a explicação da vida social. Fernandes chama a atenção para um conjunto de mediações e de gradações da análise que estabelece maior nitidez ao objeto da história e o seu método. Ele diz que

a influência determinante do modo material de produção sofre mediações e que, de acordo com o estágio do desenvolvimento econômico, a atividade da base econômica na formação societária correspondente pode diluir-se ou diferenciar-se e crescer. O arcabouço social constitui o primeiro patamar no qual o modo material de produção se objetiva, e ele é sempre o principal requisito interno e externo deste último; e ele sempre atua, do estágio mais simples ao mais complexo, como uma cadeia de mediação, que marca a socialização humana da natureza, das necessidades básicas da vida e dos meios de produção. Por isso, Marx e Engels recorrem à descrição segundo a qual é a sociedade que produz o Estado à sua feição (e não diretamente, o modo de produção, embora este seja a “última instância” ou o elemento “verdadeiramente determinante”. (FERNANDES, 2001, p. 79-80)

Ao empreender o estudo da sociedade capitalista em sua especificidade, com suas tendências e seu desenvolvimento diferencial, Marx afirma que a

sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a subsistir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. (MARX, 1983a, p. 223)

Dessa forma, podemos tomar a totalidade social com suas mediações ao produzirmos abstrações em graus variados – de categorias mais ou menos simples (ou concretas) – dando conta daquelas formações cujas estruturas guardam relações tipicamente capitalistas e remanescências de relações pré-capitalistas em uma combinação particular, como é caso das sociedades dependentes latino-americanas. Isso é, na raiz, o fundamento do desenvolvimento desigual e combinado.

Por fim, com a centralidade da luta de classes na condição de “motor da história”, no âmbito da sociedade burguesa, o materialismo histórico, como um imperativo,

se vincula como método e como teoria, às exigências práticas do socialismo proletário ou do comunismo revolucionário. Não pode ser pura e exclusivamente um método científico ou uma teoria científica. Tem de produzir um conhecimento 'dinâmico' da sociedade, que permita explicar seu movimento histórico real, prever o curso geral desse movimento, servir de base à prática política proletária e passar por seu crivo de verdade (ou seja, de verificação da sua veracidade: a experimentação na história esboça-se como uma 'experimentação prática'). (FERNANDES, 2001, p. 116)

Socialismo científico e materialismo histórico se fundem como “forma racional ou teórica da consciência proletária da sociedade burguesa e do movimento político revolucionário de auto-emancipação do proletariado.” (FERNANDES, 2001, p. 115) O socialismo insurge como necessidade posta pelo curso do processo histórico, não como uma fatalidade, mas como resultado intrínseco das contradições da sociedade capitalista. A ciência da história expressa aqui o ponto de vista de uma classe revolucionária, para a qual contribui com o alargamento e o aprofundamento de sua consciência e capacidade de ação. Classe revolucionária cujo protagonismo não apenas a liberta do jugo da miséria material e espiritual, como liberta a toda humanidade.

São essas categorias e o método que subjaz a elas que conformam o “núcleo duro” da TMD. Nosso objetivo é, agora, desenvolver cada um e identificar como se materializam nos textos dos três autores aqui trabalhados.

2.4.1 O desenvolvimento desigual e combinado e a análise das classes sociais

Se em Marx já há uma reflexão sobre o mercado mundial – desde os seus primeiros escritos econômicos – e o materialismo histórico revela a complexidade das formações sociais que resultam do desenvolvimento do modo capitalista de produção, foi Trotsky quem sistematizou a ideia – ou lei - do desenvolvimento desigual e combinado.

Em termos sintéticos, ela compreende os seguintes pontos:

- a) O mercado capitalista mundial conforma um só organismo político e econômico. Ele resulta de um processo que “realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade.” (TROTSKY, 1977, p. 24)
- b) Um país subdesenvolvido assimila as conquistas culturais – materiais e ideológicas dos países adiantados. Porém aquele não mais repetirá os processos clássicos de desenvolvimento destes. A condição de atraso força um povo “a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias”¹²⁹ (ibidem)
- c) A formação social do país atrasado resultará em “uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.” (TROTSKY, 1977, p. 25)
- d) A superação dos degraus intermediários está limitada pelo estágio de desenvolvimento cultural e, especificamente, das forças produtivas daquele país. “Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva” (ibidem)

A dialética do desenvolvimento desigual e combinado materializa-se na relação entre os países adiantados e atrasados - para nós daqui em diante, centrais e dependentes – no âmbito do mercado mundial. É ela, também, que explica o surgimento de uma formação societária original nos países dependentes, resultado da

¹²⁹ “Renunciam os selvagens ao arco e à flecha, e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que no passado, separaram estas diferentes armas” (TROTSKY, 1977, p. 24)

combinação das relações capitalistas e pré-capitalistas em que as primeiras iluminam e resignificam as segundas. Trotsky assim a sintetiza:

A desigualdade do ritmo que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (ibidem)¹³⁰

Nos debruçando sobre os textos dos autores da TMD aqui analisados, vamos identificar um conjunto de ricas passagens em que esta construção se materializa. A presença da lei do desenvolvimento desigual e combinado pôde já ser observada – ainda que não tratássemos explicitamente desta perspectiva – na discussão sobre a condição dependente e seu novo carácter¹³¹. Aqui vamos enumerar algumas desses momentos e, ao mesmo tempo, nos apropriar da análise das classes sociais neles presentes. Nossa intenção neste ponto é situar os acordos quanto aos aspectos metodológicos na construção de seus textos e os argumentos comuns que produzem. As diferenças que por ventura serão expostas têm carácter estritamente ilustrativo e servirão para apontar estudos posteriores.

Ao estudarmos as novas condições do desenvolvimento capitalista latino-americano a partir do pós guerra, identificamos no processo de integração monopólica as consequências objetivas do ingresso de capital estrangeiro na economia latino-americana e brasileira. Dos Santos, em seu livro “Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano”¹³², ao

¹³⁰ Ernest Mandel em sua obra “O capitalismo tardio” constrói uma definição precisa para a lei do desenvolvimento desigual e combinado tomando o mercado mundial em perspectiva.. Diz ele: “Bukharin definiu corretamente a economia mundial como 'um sistema de relações de produção e relações de troca correspondentes, numa escala internacional'. No entanto [...], deixou de enfatizar um aspecto crucial desse sistema: a saber, que a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial.” (MANDEL, 1982, p.32).

¹³¹ Apesar da centralidade da lei do desenvolvimento desigual e combinado na construção da problemática da Teoria Marxista da Dependência como ela aparece em Bambirra, Dos Santos e Marini, discordamos de Mantega (1984) quando os define como “trotskistas”. A recusa à estratégia da revolução permanente no que tange ao carácter necessariamente internacional do socialismo, não permite esta designação. Não vamos desenvolver este tema em nosso trabalho, porém teremos oportunidade de verificar mais elementos que ajudam nesta questão.

¹³² Publicado em 1973, é considerado por nós um dos momentos sínteses do autor. Este texto reúne duas publicações anteriores de Dos Santos – “El nuevo carácter de la Dependencia” (1968) e “Socialismo o Fascismo” (1969). A publicação é ampliada, ganhando acréscimos importantes. Outro momento de síntese do pensamento dele é “Imperialismo y Dependencia” (1978) que reúne –

buscar explicar a crise do desenvolvimento dependente na região, assim se expressa:

Em essência, podemos compreender hoje em dia que o desenvolvimento de nossos países tem seus padrões particulares, que estão dados pela situação de dominação a que estamos submetidos econômica, social e politicamente. [...]

Este desenvolvimento é explorador em alta intensidade no interior da economia, por apoiar-se em forças tecnológicas coercitivas muito mais amplas que aquelas geradas pelo desenvolvimento natural das sociedades nacionais. Quer dizer, a classe dominante dos países dominados ou dependentes se apoia no desenvolvimento de uma tecnologia e de um sistema de relações socioeconômicas gerados em outros contextos que lhes permite dispôr de um poder muito superior sobre a capacidade produtiva e conseqüentemente sobre outros setores da população¹³³. (DOS SANTOS, 1973a, p. 43, livre tradução)¹³⁴

Marini¹³⁵, na mesma linha, chama a atenção de que o fluxo de investimentos privados oriundos dos Estados Unidos impulsionou, a partir do final dos anos 50, um novo ciclo do processo de industrialização no Brasil, permitindo superar o contingenciamento de recursos dada a crise do setor exportador. A criação de *joint-ventures* e outras iniciativas conjuntas do grande capital internacional e nacional, produziu uma burguesia associada que estava situada nos segmentos econômicos mais dinâmicos e poderosos. Para Dos Santos,

devido ao monopólio mundial dos capitais, dos mercados e das patentes, se faz impossível a um capitalismo atrasado encaminhar-se pela senda do desenvolvimento sem o apoio destes capitais. [...] Devido ao caráter deste processo de integração, hoje é utópico esperar que a burguesia de qualquer país atrasado possa obter um status independente sem que para isso tenha de mobilizar forças sociais cujos limites revolucionários não são controláveis por ela. (DOS SANTOS, 1973b, p. 122, livre tradução)

também com ampliações – três outros textos: “Dependencia y Cambio Social” (1970), “La crise norteamericana y America Latina” (1972) e “Imperialismo y corporaciones multinacionales” (1973).

¹³³ Esse poder garantiria à classe dominante uma capacidade de expropriação que se valeria também do baixo padrão de exigências – portanto cultural – da população trabalhadora. Esta formulação – particular de Dos Santos - que não expusemos quando tratamos da superexploração como uma das categorias da TMD, parece muito oportuna para este momento.

¹³⁴ Na “Dialéctica da Dependência” há uma passagem em que Marini explicita sua compreensão do desenvolvimento original das sociedades latino-americanas sob o processo de integração ao mercado capitalista mundial: “O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo. Observamos que a forma que adotam as relações de produção nesse caso não se diferencia muito do regime de trabalho que se estabelece, por exemplo, nas minas chilenas de salitre, cujo 'sistema de fichas' equivale ao 'barracão'. Em outras situações, que ocorrem sobretudo no processo de subordinação do interior às zonas de exportação, as relações de exploração podem se apresentar mais nitidamente como relações servis, sem que isso impeça que, através da extorsão do mais-produto do trabalhador pela ação do capital comercial ou usurário, o trabalhador se veja implicado em uma exploração direta pelo capital [...]. (MARINI, 2005a, p. 160)

¹³⁵ Marini (2012, p. 146-147)

A nova condição estrutural da burguesia brasileira – ainda que os estratos mais baixos e os setores que competiam diretamente com o capital estrangeiro mantivessem a defesa contra a integração e por uma política externa independente¹³⁶ - foi determinante para que, no impasse com o movimento operário e com a radicalização do movimento camponês no início dos anos 60, se unificassem em torno do golpe civil-militar que se deu como “a consequência inevitável do desenvolvimento do capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas.” (MARINI, 2012, p. 153).

A penetração da indústria moderna na cidade e no campo, produz, vale lembrar, uma situação contraditória: os limites interpostos ao desenvolvimento da atividade industrial pela estrutura fundiária e a realidade social no campo não coloca em cheque o setor tradicional agrário-exportador das economias latino-americanas que, mesmo experimentando uma crise econômica e política, é no fundamental preservado, ainda que sofra importantes mudanças quando submetido ao movimento de acumulação do capital nessa nova condição.

Ao levar esta questão para a realidade brasileira nos anos 60 a fim de verificar a situação na agricultura, Dos Santos diz que o país teria

uma estrutura muito avançada que determina o movimento fundamental da economia [...]. Porém, esta estrutura criada a base de um processo de substituição de importações, se gerou e desenvolveu dentro de um quadro de uma economia colonial, agrário exportadora e mediante uma aliança política e econômica com ela. A sobrevivência desse vasto setor precapitalista industrial (expresso no latifúndio improdutivo, nas relações semiserviis no campo, em uma burocracia estatal hiperatrofiada e irracional, em uma burguesia ligada à especulação agrário-exportadora; expressa na própria estrutura da administração dos monopólios capitalistas e das grandes empresas, e na organização financeira nacional) é hoje um limite para o desenvolvimento de uma economia nacional. (DOS SANTOS, 1973b, p. 68, livre tradução)

No campo, relações de parceria semiserviis e semifeudais – sustentando-se em produtores familiares que trabalham para o autoconsumo, cuja exploração pelo latifúndio faz-se em troca do direito de uso da terra e na divisão da produção, baseando-se nas relações de dependência pessoal – vão sendo transformadas com a penetração do capital que as submete progressivamente a seu regime de produção e à órbita de sua circulação. Como exemplo, o arrendatário, pressionado pela necessidade crescente de comercialização dos produtos agrícolas, restringe cada vez

¹³⁶ Setor esse que Marini resiste em chamar de “nacional”. Bambilra ajuda a entender o motivo ao fazer uma apreciação do caráter “nacional” dessa burguesia na condição de que fosse ela “uma classe cujos interesses fundamentais estavam vinculados a um projeto próprio de nação [...]” (BAMBIRRA, 2012, p. 98)

mais o plantio de subsistência, antes fundamental ao parceiro e sua família. Estes se veem obrigados a vender quase toda sua produção para cobrir as dívidas contraídas com o arrendatário e o armazém da cidade.

Os minifúndios, que ocupavam em 1950, 63% da população ativa na agricultura, conseguia manter as famílias com uma precária atividade de subsistência durante uma parte do ano, até o período de safra dos latifúndios, para onde se deslocavam na condição de trabalhadores temporários. (DOS SANTOS, 1973b, livre tradução).

O comércio dos bens agrícolas é concentrado na mão de especuladores, “um produto típico do subdesenvolvimento”, “[...] um exemplo de como a estrutura desenvolvida submete ao seu controle a estrutura subdesenvolvida, adequando-se, para isso, suas formas atrasadas.” (DOS SANTOS, 1973b, p. 148, livre tradução). Se valendo de crédito, logística de armazenamento e transporte, criam verdadeiros monopólios que controlam toda a oferta dos produtos que se destinam ao mercado. Especulam com o preço entre a safra e a entressafra, deprimindo os ganhos da agricultura – prejudicando especialmente os pequenos produtores – e encarecendo os alimentos que chegam nos centros urbanos.

O monopólio da terra pelos grandes proprietários é a base objetiva para esta condição de exploração. A ação dos latifúndios, através da grilagem de áreas públicas e da expulsão de posseiros agrava ainda mais a situação. Os programas de colonização dos governos militares – que pretendiam acelerar a capitalização da atividade agrícola – só fez estimular este movimento. O alargamento da fronteira foi baseado em grandes projetos de atividades para exportação utilizando pouca força de trabalho.

O crescimento acelerado dos centros urbanos - consequência também do processo de integração - respondeu não apenas ao estímulo da atividade industrial – esta concentrada particularmente no eixo Rio-São Paulo – mas, especialmente, por aquele promovido pelo setor de serviços. Dos Santos aponta que a população industrial brasileira (que atua na manufatura e atividades complementares) cresceu no país de 12,9% a 17,3% entre 1940 e 1960. Os trabalhadores do setor terciário passaram de 25,6% a 36,7%. Na agricultura tivemos uma redução da população empregada de 66,7% em 1940 para 54,2%, vinte anos depois¹³⁷.

¹³⁷ Dos Santos (1971)

O predomínio da grande empresa de capital intensivo associado à crise agrária – somando o êxodo rural com a pequena capacidade de absorção de força de trabalho pela indústria -, provocou o aumento das populações marginais, fenômeno comum ao conjunto dos países latino-americanos. Aglomeradas “em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias [...]” sem “uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse *subproletariado* [...] chega a superar, em certas cidades, um terço da população total.” (MARINI, 2012, p. 69, grifo nosso)¹³⁸

A condição objetiva do capitalismo dependente brasileiro coloca a questão da intervenção do Estado como um elemento absolutamente central. É no âmbito do aparelho estatal que se concretizará o arranjo entre as classes dominantes sob a hegemonia da burguesia industrial e, a partir desta, a materialização da política de sustentação do desenvolvimento dependente nacional. Marini, Bamberger e Dos Santos chamam a atenção – cada um ao seu modo – para o grau de autonomia relativa que se estabeleceu depois de 1964. Porém, a atuação do Estado, de todo jeito, antes e depois do golpe militar, pode ser sintetizada a partir dos seguintes pontos:

- a) atua diretamente a favor do setor privado, com encomendas públicas e subsídios e subvenções de diversas ordens;
- b) a inversão estatal se realiza para, fundamentalmente, permitir a reprodução do capital do setor privado

dirigindo-se aos setores de infraestrutura e serviços básicos, a novos ramos que não são lucrativos ou que exigem um capital mínimo demasiado elevado; nesses casos, o Estado opera muitas vezes em associação com o capital privado, seja para assegurá-lo contra o risco, seja para criar o volume de capital necessário para possibilitar a acumulação. (MARINI, 1977b, p. 10, livre tradução)

- c) formação de uma burocracia tecnocrática cujos quadros foram absorvidos particularmente da pequena burguesia, “cujo único privilégio social efetivo é o acesso à cultura.” (Marini, 2012, p. 192) Este grupo social “vai gerando e desenvolvendo as condições de sua sobrevivência,

¹³⁸ Assim sintetiza Dos Santos: “Estamos dentro da contradição fundamental dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo que a expansão do mercado exige uma reformulação da estrutura pré-capitalista, esta reformulação implica a utilização de técnicas que diminuem a necessidade de mão de obra. Em consequência, a solução de um problema cria outros, muitas vezes socialmente mais graves: um aumento em escala crescente da população desempregada e marginal. [...] O mesmo fenômeno da utilização decrescente de mão de obra ocorre no setor capitalista industrial. A contradição se mostra mais violenta se constatamos que a existência de um mercado reduzido não permite a plena utilização dos recursos instalados e tenhamos assim enormes recursos ociosos. O problema se agrava todavia se tomarmos em conta a explosão demográfica e a integração ao sistema de novas gerações cada vez mais elevadas.” (DOS SANTOS, 1973b, pg. 143, livre tradução)

sua expansão e sua força relativa nas decisões de Estado, cada vez mais transferidas da área político-parlamentar para a área técnico-executiva” (DOS SANTOS, 2011, p. 504, livre tradução)

d) manutenção de uma política de transferência regressiva de renda a favor das classes dominantes, de maneira a permitir uma soma maior de recursos que viabilizassem o financiamento da industrialização

e) coibição à organização e livre manifestação dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

O golpe no Brasil dá destaque à uma reflexão sobre o papel dos militares. Eles surgem como uma categoria social dotada de uma ideologia própria em conflito e cooperação com os estratos dominantes da burguesia associada e o capital internacional. Dos Santos trabalhará – como já havíamos indicado antes - a partir da categoria de “Capitalismo de Estado”, ressaltando o papel dos militares na constituição de uma nova hegemonia e na afirmação de um projeto “nacionalista” - ou de “poder nacional”, ainda que sem nenhuma pretensão de romper com a dependência. Em termos precisos,

Para ter uma posição hegemônica, os militares não questionam a situação global de dependência. Ao contrário, a estimulam, buscando aumentar a penetração do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos da economia e acentuando sua identificação ideológica com o mundo livre. Porém, a concepção de uma hegemonia militar obriga, ao mesmo tempo, submeter esta penetração de capital estrangeiro ao controle do Estado, estabelecendo áreas prioritárias de inversão, segundo o critério de fortalecimento do 'poder nacional' que eles pretendem representar de maneira muito idealista. (DOS SANTOS, 2011, p. 508, livre tradução)

Marini (1967), a partir do conceito de “cooperação antagônica” – para descrever a relação do regime com o imperialismo norte-americano - vê na intenção dos militares de transformar o Brasil em potência industrial média e na busca desses por assentar um complexo bélico fabril nacional, a perspectiva de afirmação de um “subimperialismo”, solução para a superação das contradições estruturais da economia brasileira¹³⁹. Por seu turno, Bambirra ressaltará, na mesma linha que Dos Santos, que a necessidade de desenvolvimento do capitalismo em escala nacional – e portanto uma política econômica nacionalista - se choca com a sua condição estrutural dependente. Ela aponta uma “disposição subimperialista” de um país como

¹³⁹ Marini, em escritos posteriores, já como reflexo da distensão do regime ditatorial, vai aprofundar o debate configurando o “Estado de contra-insurgência” e a constituição dos militares como um “quarto poder”. A questão do Estado e o subimperialismo no pensamento de Marini será melhor apresentado e devidamente analisado mais à frente.

o Brasil.¹⁴⁰

Em relação à burguesia industrial, sua incapacidade de assumir um projeto nacional que refletisse seus interesses históricos, como já frisamos anteriormente, está estreitamente ligado à sua condição objetiva. Os impasses gerados pelas contradições postas ao bloco no poder no início da década de 60 leva à ruptura do quadro institucional. O golpe militar é visto por Marini, Dos Santos e Bambirra como uma solução para a superação da situação colocada. Enquanto classe, diz Marini,

a burguesia só poderia ter uma consciência parcial e incompleta de seus próprios interesses, muito inferior ao grau de consciência ostentado por sua representação, tendo então de ser 'convencida' de que o modelo expressava a solução mais adequada para os problemas gerados pela acumulação (MARINI, 2012, p. 167-168)

Dos Santos, por sua vez, vai dizer que a

política de força, para ser eficaz, tem que aplicar-se sobre seu próprio apoio social: a classe no poder deve confiar em que seus dirigentes praticam uma política de força justa e equânime, sobre si mesma e sobre seus próprios aliados. É esta espécie de espírito masoquista, esta necessidade de autocastigo para assegurar o equilíbrio de classe, o que explica, por exemplo, o amor que a burguesia tem nestes momentos críticos pelos líderes que a tratam a patadas [...] (DOS SANTOS, 1973b, p. 284, livre tradução)

Nessa mesma perspectiva é visto o anúncio do AI-5, para o qual, não “era tanto a esquerda o objetivo dos militares, mas a própria burguesia.” (MARINI, 2012, p. 181). Essa solução de força se explica pelas contradições que se avolumaram na relação entre os setores envolvidos na direção da política de Estado. Depois do golpe, a promoção da concentração de renda a favor das classes dominantes eleva-se exponencialmente. O “Estado teve que se debater até as últimas consequências, contra os interesses das classes dominadas, em especial do proletariado e do campesinato, mas também deixou desatendidas reivindicações básicas das classes médias e da pequena-burguesia.” (BAMBIRRA, 2012, p. 197).

Em 1968, a radicalização das manifestações contra a política econômica da ditadura leva a que setores da burguesia expressem seu descontentamento com os rumos do regime e isto se fez repercutir no interior das Forças Armadas. O Ato Institucional de dezembro daquele ano

tem várias implicações. Por um lado, representa a submissão forçosa e definitiva das camadas inferiores da burguesia à ditadura do grande capital implementada em 1964. [...]

Por outro lado, o golpe suprime os restos do aparelho institucional prévio a 1968 [...].

A terceira implicação do golpe de 1968 é a aplicação até as últimas

¹⁴⁰ Ver Dos Santos (2011, p. 503-510); Marini (1965; 1967; 1977b) e Bambirra (2012, p. 195-204).

consequências da doutrina da guerra anti-subversiva, que tinha inspirado a ação dos militares desde 1964. (MARINI, 2012, p. 238)

Ao mesmo tempo em que recrudescer a resposta repressiva – incluindo o combate aberto às organizações da esquerda revolucionária que passam a intensificar sua ação militarista -, a ditadura é obrigada a rever em parte sua política econômica: passa a trabalhar com a incorporação de grupos no universo de consumo de bens duráveis de forma mais generalizada. Facilita-se o acesso ao crédito por parte da pequena-burguesia e promove-se uma melhora nos rendimentos dos estratos mais altos dentre os assalariados. Das consequências políticas dessas ações, que buscavam atingir especialmente a pequena burguesia – da qual saíram os quadros que pertenciam, naquele momento, à base social mais importante das organizações clandestinas – Marini sugere o surgimento de um novo gérmen reformista que “reflete em grande medida a neutralização política da pequena burguesia e a aproximação progressiva de alguns dos seus setores ao bloco dominado hegemonicamente pela grande burguesia.” (MARINI, 2012, p. 249)

Esta leitura sobre a realidade social e o deslocamento político dos estratos médios da sociedade brasileira durante o regime deve ser somada ao que já foi tratado quando descrevemos a nova condição da dependência no pós segunda guerra mundial. Este quadro nos oferece um apanhado rico – ainda que parcial – da movimentação desses grupos no período apresentado¹⁴¹.

A análise sobre a condição do campesinato e do proletariado, para além do que já foi apresentado até aqui, ganha destaque nas discussões acerca da superação da condição dependente e o caráter socialista da revolução brasileira.

2.4.2 A superação da dependência

A crítica ao nacional-desenvolvimentismo conclui, na perspectiva da análise marxista empreendida por nossos autores, no socialismo como resultado *necessário* do processo de superação da condição dependente. O debate em torno da revolução no Brasil produzido por Dos Santos, Bamberger e Marini precisa ser entendido em dois

¹⁴¹ Poderíamos fazer menção ao que é discutido nos textos de Bamberger, Marini e Dos Santos sobre o papel da pequena burguesia no período que antecedeu ao golpe. Optamos por não alongar mais a questão para não fugir ao objetivo fundamental deste tópico.

traços fundamentais: por um lado, em sua dimensão estratégica, tendo em vista seu caráter eminentemente socialista; por outro, os aspectos táticos impostos pela leitura da realidade brasileira, especialmente o confronto com o regime ditatorial.

A condição dependente, ao bloquear o desenvolvimento das forças produtivas do país, ao mesmo tempo cristaliza sua subordinação econômica e política ao imperialismo e elimina a possibilidade para o desenvolvimento nacional nos marcos de uma revolução burguesa. Os motivos e o significado disso já vimos antes em seus traços gerais. Para os autores da TMD, a superação da dependência leva ao destravamento do desenvolvimento das forças produtivas que, *in continenti tempore*, se desdobrará em tarefas de construção do socialismo. Bambilra afirma que a

manutenção da dependência imperialista termina por ser intrinsecamente vinculada à manutenção do capitalismo nacional [...]. A utopia dos projetos de desenvolvimento capitalista nacional autônomo só é conservada pela pequena burguesia [...].

As burguesias dependentes, por sua vez, já compreenderam que não podem questionar o imperialismo sem questionar sua própria existência enquanto classe. [...]

Assim se explica que a ruptura da dependência somente poderá ser promovida pelas classes dominadas, através de um processo revolucionário. O socialismo se apresenta, pois, como a única alternativa efetiva para o desenvolvimento sem limites das forças produtivas. (BAMBIRRA, 2012, p. 151)

Esta mesma imagem podemos observar em Marini. Em certa passagem, criticando a concepção pequeno-burguesa de que o problema para o desenvolvimento nacional estaria na adoção de tecnologia de baixa capacidade produtiva – o que permitiria o aumento da quantidade de força de trabalho empregada, crescendo a capacidade de compra da população e produzindo um ciclo virtuoso de crescimento -, ele afirma que para

as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não apenas admita a incorporação do progresso tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelere, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando o nível de salário e de consumo. Como isso não é possível nos marcos do sistema capitalista, só resta ao povo brasileiro um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo. (MARINI, 2012, p. 160)

Marini, a seu tempo, em um pequeno texto escrito como Prólogo ao livro de Bambilra – “La revolución cubana: una reinterpretación” - publicado em 1974 no

México¹⁴², completa este quadro com uma afirmação que consideramos essencial. A luta pelo socialismo é uma luta política, no sentido de que “o proletariado tem que contar com o poder político do Estado para quebrar a resistência da burguesia [...] e impor [...] uma política que destrua suas bases materiais de existência”. (MARINI, 1974, p. 11). O caráter socialista da revolução não seria apenas “a eletrificação, o desenvolvimento das forças produtivas, as transformações econômicas, senão também [...] o poder do proletariado organizado no Estado. (ibidem)

Ainda que nutram uma concordância geral com o caráter da revolução brasileira, há nuances sobre as quais gostaríamos de chamar a atenção. Primeiramente, tomemos a posição de Dos Santos acerca dos sujeitos que compõem a direção do processo de superação do capitalismo dependente. Para ele,

a nação só poderia avançar sob a liderança dos setores não comprometidos com o imperialismo: os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, setores da classe média e da pequena burguesia. Assim, uma frente de trabalhadores da cidade e do campo que conduza o país ao caminho da reforma agrária, da política externa independente, da planificação social e, por último, ao socialismo. (DOS SANTOS, 1973b, p. 70, livre tradução do original)

Uma frente de trabalhadores da cidade e do campo que inclui a pequena burguesia progressista em torno de um programa que pretende levar adiante bandeiras que a burguesia nacional não estava mais em condições de conduzir. Para ele os eixos seriam: congelamento dos preços; suspensão da dívida externa; uma política de exportação para América Latina e África; a abertura ao comércio com os países socialistas; a suspensão da remessa de lucros com a nacionalização das grandes empresas de capital estrangeiro que não se adequassem às medidas anunciadas; política estatal de controle e inversão nas indústrias básicas e na indústria pesada; nacionalização das terras utilizadas para especulação; eliminação do monopólio da terra e do latifúndio; planificação regional com a extensão das atividades industriais para áreas atrasadas¹⁴³. Como ele mesmo afirma, apesar desta política permanecer

no quadro de uma revolução burguesa, estaria a burguesia capacitada para realizá-la? De nossas análises resultou a conclusão de que esta política afeta, decisivamente, a conciliação de classe que sustenta o poder no Brasil. Para segui-la, a burguesia teria que romper violentamente esta conciliação e apoiar-se no movimento popular, nos trabalhadores urbanos e rurais e na

¹⁴² A primeira edição do trabalho de Bambirra foi publicada em 1973 no Chile. O Prólogo, todavia, foi inserido apenas na publicação do ano seguinte.

¹⁴³ DOS SANTOS (1973b)

pequena burguesia progressista. (DOS SANTOS, 1973b, p. 184, livre tradução)

Marini, por seu turno, reforça a centralidade que as classes trabalhadoras têm na definição dos rumos do processo. À pequena burguesia fica claramente estabelecido um lugar secundário e passageiro. Como ele diz:

Mais que uma redemocratização e uma renacionalização, o conteúdo da sociedade que surgirá desse processo será o de uma nova democracia e de uma nova economia, abertas à participação das massas e voltadas para a satisfação de suas necessidades. Nestes marcos, os estratos inferiores da burguesia encontrarão, se quiserem e com caráter transitório, um papel a desempenhar. Criar esses marcos e dirigir seu movimento é, entretanto, uma tarefa que nenhum reformismo poderá subtrair à iniciativa dos trabalhadores. (MARINI, 2012, p. 161)

Destacando especialmente o papel do proletariado – urbano e rural – ressalta a necessidade da organização de um partido independente que represente seus interesses e permita garantir-lhe a hegemonia na condução de uma frente que, como vimos, pode incluir setores médios da sociedade.

A hegemonia do proletariado faz com que necessariamente sejam seus interesses os que primem no programa revolucionário, uma vez que o contrário implicaria a pretensão de mobilizar o proletariado em funções de reivindicações que, não sendo suas, correspondem às de outras classes, o que [...] significaria reincidir no reformismo e na colaboração de classes. [...] A afirmação da hegemonia do proletariado no movimento revolucionário só pode se realizar, portanto, na medida em que este esteja organizado partidariamente e levante suas reivindicações de classe, isto é, sua plataforma socialista. (MARINI, 2012, p. 268-269)

A desconfiança que nutre pela disposição da pequena burguesia em assumir conseqüentemente a luta pelo socialismo, faz com que reforce seu argumento na centralidade do proletariado industrial e na formulação de uma política operária, que *vertebrasse* a frente de trabalhadores da cidade e do campo. Ele afirma, tomando em perspectiva os países latino-americanos nos anos 60, que a

incompreensão que as classes médias revelaram, frente ao processo econômico de seus países e à luta de classes que daí se deriva dificultou consideravelmente a vinculação efetiva dessas vanguardas às forças reais da revolução, principalmente com o que forma a sua coluna vertebral: o proletariado industrial. Com raras exceções, sua posição ambígua em relação aos conflitos interburgueses não lhe permitiu aliar-se ao proletariado e definir junto a este uma política operária, de luta pelo socialismo, que ponha em marcha uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo contra o sistema de exploração ao qual estão submetidos. (MARINI, 2012, p. 70)

Tomando mais de perto a leitura que fazem acerca da relação entre o proletariado e o campesinato na constituição das frentes e as tarefas postas a cada um, há uma diferença na ênfase que Dos Santos e Bambirra dão ao segundo e que é relativamente secundarizado nos textos de Marini. Em “Socialismo o fascismo”

podemos encontrar o que se segue:

O camponês, desde o parceiro ao assalariado, passando pelo pequeno proprietário semiproletarizado, forma uma frente única contra o latifundiário, seu inimigo principal. [...]

Apesar de ser o assalariado agrícola, aquele setor da população mais interessado em uma economia agrícola avançada e com altos níveis de produtividade, é o campesinato em seu conjunto o que mais se envolve diretamente conta a estrutura da propriedade da terra. [...] Apesar de não ser o setor mais avançado economicamente falando, na luta contra o latifúndio é, não obstante, seu inimigo mais violento e mais encarniçado. (DOS SANTOS, 1973b, p. 153-154, livre tradução)

No “Capitalismo dependente latino-americano”, o papel a desempenhar de cada um desses sujeitos está estreitamente vinculado à fase do processo revolucionário em movimento. Bambirra explica que, enquanto

a luta camponesa se mantém nos marcos burgueses, os camponeses autônomos são, sem dúvida, quem ocupa as primeiras filas na luta pela reforma agrária. Não cabem dúvidas, porém, de que, nas etapas superiores da luta pela socialização do campo, os assalariados serão aqueles que estarão em condições de, em aliança com os operários urbanos, ser a vanguarda das transformações estruturais na agricultura. (BAMBIRRA, 2012, p. 194-195)

Marini não especifica qual seria o papel do campesinato – ainda que possamos deduzir qual seria. Chama a atenção, por sua vez, para o *proletariado rural* que constituirá um elo particular na cadeia de exploração do capital e um ator intermediário entre o campo e a cidade. Na edição de 1974 de “Subdesenvolvimento e Revolução” vai dizer:

Sem que o trabalho camponês tenha perdido importância para a esquerda, a ação revolucionária no campo deverá estar determinada pelo aumento do proletariado rural e por sua dinâmica; estabelecendo-se na periferia das cidades do interior, esse proletariado forma a conexão entre o trabalhador urbano e o trabalhador rural, com base nos próprios centros urbanos (MARINI, 2012, p. 267).

Há em comum, entre os três, uma ideia que consideramos por demais consequente, tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado da totalidade histórico-social brasileira assumida por eles. Para os autores da TMD, não importa por onde comece o processo revolucionário – pela cidade ou pelo campo. O importante é que o proletariado cumpre um papel estratégico fundamental. Para Marini (2012, p. 267), “é inócua a atual discussão na esquerda sobre a prioridade do campo ou da cidade em relação ao trabalho político entre as massas”. Em Dos Santos, por exemplo, uma estratégia revolucionária que

não chega ao coração do sistema que está nas grandes fábricas e cidades (ou seja, a classe operária), dificilmente poderá ter êxito [...].

Desta análise não pode extrair-se a conclusão de que a estratégia revolucionária teria que tomar como ponto de partida a organização da classe

operária para obter triunfo. [...] A partir de uma crise no setor agrícola se pode gerar uma crise no setor industrial moderno. O fundamental é que se a crise não chega a este setor, não poderá ter consequências revolucionárias. (DOS SANTOS, 1973a, p. 109, livre tradução)

Agora podemos identificar o que sobre as condições imediatas de atuação da esquerda revolucionária no Brasil e as formas de luta que são apresentadas a partir da análise das condições concretas em que o embate de forças se dá¹⁴⁴. De acordo com Dos Santos, a luta pelo socialismo deveria assumir o caráter de uma “guerra popular” seguindo as seguintes direções:

- a) Estaria concebida como uma estratégia continental que obrigaria o sistema [...] a atacar por todos os flancos, dispersando suas forças e permitindo a intensificação do cerco revolucionário.
- b) Se projetaria como guerra revolucionária a longo prazo, que intentaria reunir forças cada vez mais numerosas para criar as condições que façam possível um assalto final.
- c) Seria concebida como uma guerra popular, que organizaria progressivamente as massas com o fim de generalizar a luta, e fortalecê-las organicamente para o assalto final [...].
- d) O assalto inicial estaria dirigido a um dos elos mais fracos do sistema, ou seja, o ponto donde as contradições são mais agudas.
- e) A condução deste processo exigiria a formação de organizações político-militares coordenadas entre si, que dirigiriam o conjunto da luta nas frentes armada, ideológica e organizativa [...] (DOS SANTOS, 1973a, p. 110-111, livre tradução)

A organização revolucionária para Dos Santos expressa diretamente a composição social dos setores que se organizam para o combate contra a ordem capitalista dependente. As posições de Marini, mais próximas da tradição da POLOP, vai localizar o partido do proletariado como o elemento chave: um instrumento que lhe permite a organização independente e a ação no sentido dos seus interesses, cristalizados em torno do programa partidário. Uma organização que não está acima da classe, mas tampouco se identifica imediatamente com ela. Assim o sintetiza:

Um movimento revolucionário que aponte à conquista do poder somente pode ser efetivo na medida da sua própria organização. [...] A questão não se apresenta em termos de construção de um partido fora do processo de luta e divorciado da elevação dos níveis orgânicos do movimento de massa; precisamente de abrir ao proletariado brasileiro – mediante o trabalho revolucionário junto às massas – a possibilidade de conformar sua organização de combate, seu partido, garantindo assim sua capacidade de conduzir o movimento de massas à vitória. (MARINI, 2012, p. 268)

No tocante aos métodos de luta, ambos estão muito influenciados pela trajetória da Revolução Cubana: a extrapolação do processo para o continente

¹⁴⁴ Neste ponto seria importante o acesso a dois textos de Bambirra que nos permitiriam um acréscimo que, sabemos de antemão, seria muito valioso. São eles o já citado “La revolución cubana: una reinterpretación” e o que ela assina como Cléa Pires, “Los Errores de la teoría del foco”, publicado em **Monthly Review**: Selecciones em Castellano, Santiago, no 45, 1967. Não nos foi possível obtê-los.

latino-americano, a construção casada da ação armada e da luta de massas na preparação de uma insurreição com vistas a tomada do poder. Esses são aspectos chaves para compreendermos suas formulações acerca deste tema.

Em Marini o processo revolucionário no Brasil instala-se como uma “guerra civil prolongada”, no qual a luta armada, tornada inevitável a partir de 1968, seria expressão da elevação do grau de acirramento das contradições e da luta de classes. Isso não significa, por sua vez, a adoção de métodos que resultem no enfrentamento aberto com o regime. Ele afirma que

a ditadura militar não é uma superestrutura estranha à sociedade nacional e a ela artificialmente superposta, mas, na verdade, expressa a cristalização de todo um sistema de exploração e opressão que prevalece nesta sociedade. A principal consequência de sua aplicação incide diretamente na forma como deverá se colocar a luta armada. Neste sentido, se a destruição do atual sistema social brasileiro passa necessariamente pela luta armada, esta não se dá como ponto de partida, e sim como um ponto de chegada. Isto – que não invalida de modo algum o recurso às ações armadas por parte da vanguarda – significa fundamentalmente que a luta revolucionária no Brasil não tomou ainda a forma de enfrentamento militar direto: nesta etapa, o que é preciso colocar no primeiro plano é o acirramento dos conflitos de classe, a mobilização das massas e a criação de um verdadeiro movimento revolucionário. (MARINI, 2012, p. 267-268)

Por fim, o caráter também continental da revolução – como já vimos em Dos Santos - é defendido em Marini dada as características expansionistas da ditadura militar brasileira. Para ele,

[...] a tendência intervencionista e belicista do capitalismo brasileiro vai de encontro à revolução continental, [...] no sentido da luta contra a ação da ditadura brasileira no exterior; isto abre uma nova dimensão para o trabalho revolucionário: o trabalho no exterior, estreitamente vinculado ao trabalho revolucionário dentro do próprio país. (MARINI, 2012, p. 267)

Há um último ponto sobre o qual gostaríamos de chamar a atenção: a dimensão *nacional* como elemento programático e pauta da atuação das organizações revolucionárias, presente no pensamento de Dos Santos e, tangencialmente, em Marini¹⁴⁵.

Não se trata, aqui, de retomar o debate entre Lenin e Luxemburgo sobre a propriedade ou não da defesa à autodeterminação das nações¹⁴⁶. Nem queremos (ou podemos) ter a pretensão de discutir a questão nacional sob a tradição de outros clássicos do pensamento marxista ou mesmo ainda, mais pontualmente, uma

¹⁴⁵ Nas obras estudadas de Bambirra, quando da análise do capitalismo dependente brasileiro, não encontramos os argumentos sobre os quais passaremos a discorrer. Ao contrário, percebemos uma recusa mais categórica ao nacionalismo, seja qual for sua matiz. Ver Bambirra (2012, p. 215-223)

¹⁴⁶ Ver Luxemburgo (2006) e Lenin (1977)

confrontação dos textos de nossos autores com a resolução sobre a questão colonial e nacional dos 2º e 4º Congressos da III Internacional. À luz do que foi desenvolvido até aqui desde o início do trabalho, o problema que nós identificamos está em certa limitação na apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Deixamos para agora nosso comentário sobre o tema pois acreditamos que aqui teríamos as condições para que fosse plenamente desenvolvido.

Para Dos Santos, a contradição entre as demandas do moderno e a prevalência do tradicional se expressa a crise do subdesenvolvimento, típica das nossas sociedades dependentes. A esta crise geral seria acrescida a própria crise típica da indústria capitalista. Como ele mesmo descreve:

Temos uma crise estrutural, que poderíamos chamar de crise do subdesenvolvimento e que afeta a um vasto setor da economia brasileira. Porém, ao mesmo tempo, a existência de um complexo capitalista industrial, financeiro, comercial e agrário, especialmente no centro-sul do país e que se expandiu hoje por quase toda a nação, agrega novos elementos de crise. Este setor possui um mecanismo interno cíclico, próprio das economias capitalistas mais ou menos próximo ao modelo geral de desenvolvimento capitalista. Foi a crise deste setor capitalista que, ao aliar-se a crise do subdesenvolvimento, criou a complexidade da situação social brasileira. (DOS SANTOS, 1973b, p. 68, livre tradução)

Esta leitura sugere que a condição de dependência resulta de um apensamento das relações que produzem o subdesenvolvimento com aquelas próprias do capitalismo industrial. O resultado é, no limite, a adoção, pelas organizações das classes dominadas, de uma tática que privilegia o combate às causas que remetem ao primeiro, levando a crer que a superação das condições que retêm o desenvolvimento industrial permitirão o destravamento das forças produtivas nacionais.

Marini, apesar de levar a leitura do desenvolvimento desigual e combinado com maior radicalidade, sugere, em uma passagem escrita em 1972 que

num país dependente como o Brasil, a aliança de classes assume tarefas anti-imperialistas e pode até tomar a forma de uma frente de libertação nacional. Mas esta não é a questão central. O problema consiste em saber se existe ou não a decisão de garantir a hegemonia proletária na aliança [...] (MARINI, 2012, p. 269)

Para nós, exatamente no caso do capitalismo dependente brasileiro - descrito como o fizeram e tal qual verificamos até aqui – deve-se tomar a dimensão nacional como *locus* de mediação do mercado capitalista mundial, verificando os aspectos concretos de uma realidade particular, na qual se objetivam relações sociais específicas, em parte derivadas e condicionadas pelo movimento do capital em escala global. Não nos parece correto autorizar uma leitura que sugira a dualidade entre o

nacional e o estrangeiro como elemento à priori e à parte de uma situação em que o “arcaico” e o “moderno” se interpenetram e formam uma única totalidade histórica. É isto que subjaz na concepção do próprio Marini quando ele afirma que

a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais para alcançar suas reivindicações colocam imediatamente em xeque o esquema econômico e político da ditadura e fecham qualquer saída ao desenvolvimento capitalista no Brasil [...] (MARINI, 2012, p. 267)

Ou dando a palavra final à Bambirra:

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição [...] conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de uma luta de classes. (BAMBIRRA, 2012, p. 217)

2.4.3 A crítica à Andre Gunder Frank

É inegável o diálogo existente entre Frank, de um lado, e Marini, Theotônio e Bambirra do outro. Da mesma forma como os três autores da TMD no Brasil se apropriam de questões e noções presentes no pensamento do primeiro, também produziram críticas e apontaram insuficiências que levou a um debate mantido aberto até o fim dos anos de 1970¹⁴⁷. Esses questionamentos dão-se, fundamentalmente, quanto à dimensão metodológica do trabalho inicial de Frank.

Na “Dialética da Dependência” encontramos uma única passagem na qual Marini revisa as concepções de Frank - entre todos os seus textos por nós analisados. Se lá está a confirmação do acerto teórico e político da noção de “desenvolvimento do

¹⁴⁷ Dos Santos escreve uma primeira crítica à Frank em 1968, que circulou na *Monthly Review: Selecciones en castellano* e republicada no seu “Dependencia y cambio social” (1970). Em resposta à essas críticas – e de outros autores – Frank escreve um breve ensaio nominado “Mea Culpa” e o publica em seu “Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desenvolvimento” (1970). Marini tem apenas uma única passagem no “Dialética da dependência” (1972) em que pontua sua restrição ao autor de “Desarrollo del Subdesarrollo”. Um comentário à crítica de Marini aparece no apêndice da 2ª edição de “Capitalismo y subdesarrollo em América Latina” (1970) publicado em 1972. Em 1978 Dos Santos republica em “Imperialismo e Dependencia” o mesmo texto de 8 anos atrás, sem incorporar qualquer novo trabalho de Frank e para o que não obteve novas manifestações do autor. Ainda que não componha nosso universo de pesquisa para este trabalho há em Cueva(2008) elementos importantes de crítica ao que nomina de “as teorias da dependência” e, especialmente, um debate em torno dos primeiros textos de Frank acerca do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Nos apropriamos das questões ali formuladas como subsídio ao ponto. Para uma resposta aos problemas levantadas por Cueva contra os autores da TMD ver Bambirra (1978, p. 40-73)

subdesenvolvimento”, também nos deparamos com a sugestão de que é no tocante à *démarche* proposta que reside a debilidade do trabalho de Frank, visto que

a situação colonial não é igual à situação de dependência. Ainda que se dê uma continuação entre ambas, não são homogêneas; como afirma Canguilhem, 'o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento'. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica numa mudança de qualidade (MARINI, 2000b, p. 109-110).

Ao nos depararmos com este trecho não conseguimos esconder um certo estranhamento. Ao reivindicar Canguilhem, Marini reduz a sua crítica a um único aspecto: de que em Frank haveria a *identificação* – equivocada por sinal - do sistema colonial como uma formação social de tipo capitalista e a permanência no tempo de suas contradições - mantidas inalteradas -, independente da situação histórica analisada. E não avança mais do que isso.

O que Canguilhem (2009, p. 11) busca produzir neste ponto de seu texto é a crítica à “uma tese, geralmente adotada no século XIX, relativa às relações entre o normal e o patológico. Trata-se de uma tese segundo a qual os fenômenos patológicos são idênticos aos fenômenos normais correspondentes, salvo pelas variações quantitativas”. Sobre os conceitos de continuidade e homogeneidade citados por Marini, diz ele que se

afirmo a homogeneidade de dois objetos sou obrigado a definir ao menos a natureza de um dos dois, ou então alguma natureza comum a um e a outro. Mas, se afirmo a continuidade, posso apenas intercalar entre extremos, sem reduzi-los um ao outro, todos os intermediários cujas disposição obtenho pela dicotomia de intervalos progressivamente reduzidos. (CANGUILHEM, 2009, p. 28)

O ponto de vista de Canguilhem diz respeito à defesa de que na mudança de estado entre normal e patológico existe a possibilidade da continuidade de certos traços – que sofrem alterações quantitativas progressivamente. Porém, haverá, nesta passagem uma alteração de ordem qualitativa. Como afirma ele:

Um comportamento do organismo pode estar em continuidade com os comportamentos anteriores, e ser, ao mesmo tempo, um comportamento diferente. *A progressividade de um advento não exclui a originalidade de um evento*. Um sintoma patológico pode traduzir isoladamente a hiperatividade de uma função cujo produto é rigorosamente idêntico ao produto das mesmas funções nas condições ditas normais, mas isso não quer dizer que o mal orgânico, considerado como outro modo de ser da totalidade funcional, e não como uma soma de sintomas, não seja para o organismo uma nova forma de se comportar em relação ao meio. (idem, p. 33, grifos nossos)

O centro de sua argumentação está depositado na assimilação da lei dialética da transformação de quantidade em qualidade, na relação normalidade-patologia

ensejando refletir, a partir daí, a organização da ciência média em suas relações internas. Para Canguilhem, a “originalidade do evento” sempre pressupõe uma mudança de qualidade.

Estender, como sugere Marini, esta construção em analogia ao processo histórico, o reduz a uma única dimensão dos pressupostos da dialética e deixa de observar na sua completude os imperativos do materialismo histórico, o que impedirá a compreensão exata daquilo que ele mesmo reivindica: a capacidade de perceber as mudanças qualitativas no devir. Com isso, só se conseguiria enxergar a continuidade, sendo ela mera reprodução do passado no presente¹⁴⁸.

Dos Santos produz uma crítica mais extensa¹⁴⁹. Seu ponto de partida é a alegação de que Frank teria uma compreensão limitada do conceito de contradição, tal como concebido pela dialética materialista. Para o primeiro, a noção de contradição implica na ideia de que a modificação da realidade se faz pelo próprio movimento do contraditório. Sendo assim, “a contradição entre continuidade e mudança é meramente aparente; para tanto, a transformação é gerada pelo que parece contínuo. A única continuidade que a dialética pode admitir é a da transformação.” (DOS SANTOS, 1973a, p. 134, livre tradução) Frank, ao afirmar que as contradições da América Latina seriam as mesmas desde quando se “descobriu” o continente, não teria conseguido explicar, de acordo com Dos Santos, as transformações experimentadas pelos países da região. Para ele é necessário “explicar como, pese a continuidade da dependência, suas formas vão se transformando.” (idem, p. 135, livre tradução)

A condição capitalista da colônia em Frank seria o resultado, como já vimos no primeiro capítulo, do domínio do capitalismo mercantil europeu sobre sua economia. Dos Santos argumentará, em relação a isso, que “é errado chegar à conclusão de que, devido ao domínio exercido pelo capital comercial e financeiro sobre a economia

¹⁴⁸ Nosso estranhamento justifica-se pelo fato de que Marini, nesta mesma obra, mostra uma compreensão muito mais significativa e rica do materialismo histórico – como bem observamos quando apresentamos a discussão do desenvolvimento desigual e combinado nos três autores da TMD no Brasil. De toda forma, apesar de nossas restrições, a discordância que motivou o comentário sobre o pensamento de Frank tem um mérito: afirma, de toda forma, que não podemos identificar a sociedade colonial como uma formação social capitalista. Daí fazemos nossas ressalvas à afirmação de Lowy (2000, p. 167) de que os teóricos da dependência – entre os quais cita Marini – afirmam o “caráter exclusivamente capitalista das economias latino-americanas, desde a época da colonização”.

¹⁴⁹ Toda ela centrada sobre os textos publicados em “Capitalismo y subdesarrollo em América Latina” (1970) cujos ensaios foram escritos entre 1963 e 1965.

latino-americana em tempos de Colônia, existe na América Latina um modo capitalista de produção.” (DOS SANTOS, 1973a, p. 136, livre tradução) Para compreender a realidade latino-americana é necessário para ele

tomar como ponto de partida os modos precapitalistas de produção da fase colonial, dominado pelo capital mercantil e financeiro [...] e conceber a dependência como um condicionamento muito importante para a nossa realidade., porque assinala o caráter de nossa estrutura econômico-social, que sempre foi dependente, porém, variado com o desenvolvimento das sociedades latinoamericanas e dos centros metropolitanos. (ibidem, livre tradução)

Nesse esquema deve seguir com centralidade a análise das classes sociais a fim de explicar a estrutura interna gerada pela dependência, bem como o desenvolvimento de suas contradições. Esta dimensão, crítica dos Santos, estaria ausente no enfoque de Gunder Frank.

Há três comentários que consideramos importantes de serem feitos: em primeiro lugar, o movimento dialético dos contrários não imputa um processo de mudança que deságua numa nova condição necessária e determinada. Ora, observamos que esta leitura é compartilhada por Dos Santos quando analisamos nos pontos anteriores o papel das classes trabalhadoras e frações das classes médias em seu protagonismo no processo revolucionário. Ao incorporar a ideia de que o “capitalismo, por exemplo, gera o socialismo por efeito das mesmas contradições que o fazem desenvolver como sistema capitalista” (idem, p. 134, livre tradução), contradiz o que defendera outrora¹⁵⁰. Em segundo, não podemos tratar a *continuidade* como uma dimensão *aparente* da realidade, como se fosse apenas da sua superfície ou mesmo, como parece ser o sentido dado por Dos Santos, falsa. Como escreve Marx:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, têm este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. [...]
Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. (MARX, 1980b, p. 659-660)

Ou seja, no processo de produção e reprodução do capital reproduzem-se as condições sociais para sua própria existência.

Se tomamos o *aparente* como manifestação mais imediata da realidade – e aí está o terceiro ponto sobre o qual queremos chamar a atenção - é preciso, sem

¹⁵⁰ Lembramos que estamos citando um texto que foi republicado exatamente como sua versão original dez anos depois desta.

desconsiderar este nível de análise, estabelecer a interrogação no âmbito das relações de produção e, com ela, das classes sociais em suas condições objetivas e subjetivas. Fernandes assim sintetiza esta questão:

A história da vida cotidiana e do presente em processo, encarada da perspectiva do materialismo histórico, propõe-se lidar, simultaneamente, com os fatos históricos que permitem descrever tanto o “superficial”, quanto o “profundo” na cena histórica. No plano descritivo, ela busca a reconstrução da situação histórica total; no plano interpretativo, ela se obriga a descobrir a rede (ou as redes) da causação histórica, associando reciprocamente as transformações das relações de produção às transformações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas, etc. (FERNANDES, 2001, p. 51)

Permeando o “superficial” e o “profundo” - respectivamente, o nível em que se visualizam os acontecimentos históricos e aquele outro, das estruturas sociais e econômicas - estão as classes e frações de classe em luta. Da dinâmica estabelecida no processo, resulta observar que as

estruturas econômicas e sociais não “se refletem”, apenas, elas também se objetivam e materializam ao nível dos acontecimentos e dos agentes do drama histórico [...]. Do mesmo modo, os acontecimentos e os agentes do drama histórico não são, apenas, “determinados pela base econômica e social” (pois esta não é um engenho auto-suficiente), eles concentram e desencadeiam forças que preservam ou alteram aquela “base”. O esquema interpretativo materialista e dialético não só permitia passar de um nível ao outro: ele exigia uma representação do processo histórico como realidade concreta, isto é, como totalidade histórica, na qual se fundem o que parece ser *superficial* e o que é tido como *profundo*. (FERNANDES, 2001, p. 61, grifos do autor)

Esta dimensão está parcialmente ausente na crítica que dos Santos faz a Frank. Tanto os seus limites quanto aqueles por nós apontados aqui, na leitura de Marini, revelam tentativas de síntese nos marcos da tradição marxista que não são uniformes nem tampouco lineares. Deste esforço, se apresenta nas suas obras – como também na de Bambirra – a incorporação de algumas formulações acerca dos movimentos cíclicos do capital e da crise do capitalismo. As questões alinhavadas a partir da sistematização deste debate – bem como sua utilização na leitura das conjunturas brasileiras e latinoamericanas – conformam pontos de clivagem nas suas obras, especialmente na destes dois autores. A compreensão geral do seu significado nos ajudará no enfrentamento da segunda parte deste capítulo que trata, especificamente, da contribuição de Marini à delimitação de uma problemática própria no contexto da TMD. Dedicaremos agora um espaço deste trabalho para o tratamento deste tema.

2.4.4 Um breve interregno: para uma teoria marxista das crises

Na afirmação de uma concepção materialista da história, Marini, Bambirra e Dos Santos produzem leituras da realidade brasileira e latino-americana, em que adotam a perspectiva do movimento cíclico do capital com suas crises periódicas. Em seus textos apresentam-se passagens que buscam a caracterização das crises que afetam os países subdesenvolvidos da região.

Em geral, encontramos trechos como esse, de Bambirra, em que descreve os limites para uma política de conciliação no contexto do “Estado de compromisso”, vigente no início dos anos de 1960 em países da América Latina como o Brasil:

[...] O Estado burguês deve fazer concessões [...] para poder rearticular e organizar o movimento popular sob seu controle. E é assim que este Estado se vê forçado a criar organismos de assistência social e garantias de direitos mínimos para os trabalhadores, bem como tem que conceder aumentos salariais que, apesar de não chegarem a afetar significativamente o nível de acumulação – dado seu caráter sumamente controlado -, representam, de qualquer maneira, limites à política estabilizadora da burguesia.

O Estado tem que reativar a criação de novos empregos para as classes médias e não pode chegar até as últimas consequências em sua política contra os interesses de sobrevivência da pequena burguesia, pois também necessita seu apoio político.

Todas essas concessões, ainda que nos momentos de expansão geral do sistema não apresentem problemas, transformam-se, nas fases mais críticas, *que são inevitáveis devido ao caráter cíclico do sistema capitalista* -, em problemas agudos, contradições que a burguesia deve tratar de resolver através de uma política cada vez mais violenta e fascizante. (BAMBIRRA, 2012, p. 198, grifos nossos)

Na mesma direção, ao comentar sobre o fracasso do Plano Trienal proposto pelo governo de João Goulart, Marini sugere que “não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabeleça uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.” (MARINI, 2012, p. 100) Ou então, como esta passagem em que trata da superexploração no contexto da integração imperialista da economia latino-americana:

[...] A superexploração do trabalho em que se funda o imperialismo, cujo signo se pretende integrar os países da região, estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção, deixando entrever *a derrocada do sistema em seu conjunto*, com tudo que representa de exploração, opressão, e degradação. [...]

Contudo, parece evidente que, quanto mais avança o processo de integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina e mais efetiva se torne a repressão aqui praticada contra os movimentos revolucionários, melhores condições terá o imperialismo para *prolongar sua existência na contramão da história*. (MARINI, 2012, p. 66, grifos nossos)

Ou essa, também de Marini, em que remete mais uma vez à análise da crise

econômica que se abatera no Brasil no início da década de 1960, utilizando um argumento diferente daquele da superexploração do trabalho. Diz ele que “o problema estrutural da economia industrial brasileira reside *no desajuste entre o setor de bens de capital e o de bens de consumo*, e que isso deu lugar, no início da década a uma grave crise conjuntural.” (idem, p. 247, grifos nossos) Logo depois, volta a tratar da crise do período, mas sob novo argumento:

Não cabe aqui retornar a análise da crise dos anos 1960. O que importa destacar é que esta crise aparece como uma crise de realização, que estabelecia a necessidade de abrir mercados para a produção de bens duráveis (de consumo e de capital), com o objetivo de assegurar campos de investimento para os monopólios industriais e para o capital financeiro interessado nessa produção. (MARINI 2012, p. 255)

Ou ainda, em outro texto, sugere que o problema estrutural das economias dependentes está

no notável desequilíbrio intersetorial [...] expresso na tendência ao *crescimento desproporcional da produção de artigos suntuários em relação aos meios de produção e de bens de consumo necessários*, desequilíbrio que se combina com o predomínio na produção suntuária do capital estrangeiro e, por fim, de tecnologia superior à média, estruturas monopólicas e manipulação de preço. (MARINI, 1979, p. 1, grifos nossos, livre tradução)¹⁵¹

Se Marini e Bambirra não produzem uma sistematização teórica sobre as crises, Dos Santos o faz. A primeira vez em que publica uma teorização sobre o tema – no livro “La crisis norteamericana y America Latina”(1972)¹⁵², assim o justifica:

Os dois capítulos que se seguem pretendem delinear um conjunto de questões que sirva de marco ao estudo da relação entre a atual crise norteamericana e a América Latina. Isso se faz necessário porque o tema da crise econômica ao nível dos países subdesenvolvidos não tem sido objeto de estudos sistemáticos. A literatura sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se tem concentrado, em geral, nas metas a alcançar e nos obstáculos a realização de tais metas. A questão da crise tem aparecido sempre como um fenômeno marginal, *que explica certas situações, antes que um fenômeno que exige ser explicado em si mesmo*. (DOS SANTOS, 1972, P. 25, livre tradução, grifos nossos)

¹⁵¹ Este trecho encontra-se no artigo “Plusvalia extraordinária y acumulación de capital”(1979) que reflete um esforço de síntese entre os elementos formulados por Marini no tocante às especificidades do capitalismo dependente com a dinâmica de reprodução do capital total a partir dos esquemas do Livro II de O Capital. Este texto, sobre o qual o autor diz ser o complemento da “Dialética da Dependência” como observamos no capítulo anterior, representa o início da discussão sobre o “padrão de reprodução do capital” que, hoje, vêm sendo desenvolvido por autores que reivindicam a tradição da TMD como Osório (2012a). Voltaremos a este ponto em nossas considerações finais. Os trechos anteriores podem ser encontrados a partir da 4ª edição do “Subdesarrollo y Revolucion”, publicada em 1974. A primeira citação é do artigo original publicado em 1967; a segunda, de um artigo produzido em 1971 e a terceira, de outro escrito em 1972.

¹⁵² Este mesmo texto reaparecerá com pequenas alterações em “Socialismo o fascismo: El nuevo carater de la dependencia y el dilema latinoamericano” (1973) e “Imperialismo y dependencia” (1978), respectivamente Dos Santos (1983b) e Dos Santos (2011).

Em uma leitura inicial, Dos Santos afirma que no modo de produção capitalista as crises aparecem como crises de superprodução. Isso quer dizer que a sociedade não é capaz de absorver a produção que pode gerar. Haveria a falta de uma demanda solvente, ou nas palavras do autor, capacidade de compra.

O efeito da crise seria uma grande quantidade de mercadorias estancadas ou uma baixa na produção. Isto levaria à extensão de seus efeitos depressivos que a estenderiam. Seu caráter cíclico teria como resultado

permitir reconstruir o sistema em um nível superior: a falência de várias empresas, sobretudo as mais atrasadas, provoca uma desvalorização do capital fixo (máquinas, edifícios, etc.) A restrição do mercado de matérias-primas faz baixar seu preço, provocando uma baixa no capital circulante (matérias primas, implementos, etc.). O desemprego diminui o poder de compra dos operários; a baixa geral dos preços dos bens de consumo, ao diminuir o preço da força de trabalho (ao custo do sustento do operário e sua prole), levam a uma baixa geral dos salários. Estes três momentos provocam uma elevação da taxa de lucro nos setores que resistem à crise, estimulando as inversões e o processo inverso. Se inicia, então, um novo período de expansão, a partir de uma base econômica mais alta, como consequência da concentração econômica produzida durante a crise (debilitação dos pequenos produtores e fortalecimento dos setores mais adiantados tecnicamente e economicamente mais fortes). (DOS SANTOS, 1973b, p. 157-158, livre tradução)

A partir da defesa da superioridade da teoria marxista das crises, ele expõe a descrição dos seus diferentes tipos, referenciando-se na obra “Teoria do Desenvolvimento Capitalista” (1942) de Paul M. Sweezy¹⁵³. Fazendo um balanço dos três livros em que sua descrição é produzida, trataremos de fazer uma breve síntese.

Dos Santos distingue dois tipos diferentes de: aquelas ligadas à queda da taxa de lucro e as de realização¹⁵⁴. A primeira estaria relacionada ao processo de acumulação, notadamente no auge do ciclo, em que

se amplia a demanda de mão de obra e conseqüentemente diminui a população desocupada, o exército industrial de reserva [...]. Tal fato aumenta o poder de compra dos assalariados e diminui a resistência do capitalista a pagar salários mais altos. O efeito é que a partir de certo momento, o aumento dos salários começa a afetar perigosamente a taxa de lucro dos capitalistas. A partir deste momento as inversões se retiram e passamos ao processo de crise. (DOS SANTOS, 1973b, p. 159-160, livre tradução).

O papel da tendência à queda da taxa de lucro é marginal em seu esquema.

¹⁵³ Para maiores detalhes veja Sweezy (1982, p. 177-214)

¹⁵⁴ No texto escrito em 1972 Dos Santos aparentava um entendimento de que não havia relação entre a tendência à queda da taxa de lucro com as crises nominadas por ele de “crises ligadas à taxa de lucro”. Ver a nota de rodapé 9 em que afirma que deixaria de desenvolver “as crises dependentes da tendência à queda da taxa de lucro por seu caráter secular e pela controvérsia dessas tendências sob as condições do capitalismo monopolista” (DOS SANTOS, 1972, p. 141). No livro de 1973 ele deixa mais claro seu entendimento sobre a questão.

Não seria fator de detonação das crises visto ter um caráter perene na dinâmica do desenvolvimento capitalista. Como lei, Dos Santos a apresenta como resultado do aumento do desenvolvimento técnico que põe em movimento quantidades maiores de capital constante. Supondo que seu valor

baixara em proporção inferior ao valor da força de trabalho empregada [...] teremos uma proporção cada vez maior de capital constante (máquinas e matérias-primas) em relação ao capital variável (salários) [...]. Segundo esta tendência, supondo que a taxa de mais-valia se conserve igual, teremos cada vez mais necessidade de capital constante para obter uma mesma quantidade de mais-valia. Em resumo, teremos uma baixa progressiva da taxa de lucro. (idem, p. 159, livre tradução)

O segundo tipo, de realização, ocorre como crise de superprodução. O excesso de mercadorias na mão dos capitalistas impede sua venda pelo seu valor e assim, não obtém a mais-valia que está incorporada nessas. Vendendo-as abaixo do valor tem reduzida sua taxa de lucro o que levará à diminuição do capital invertido para o próximo ciclo produtivo, causando a depressão.

Esta produção que não encontra consumo pode ter origem, de acordo com o autor, em duas características fundamentais do sistema:

- a) dada a anarquia da produção ocorreria uma *desproporção* entre os setores de produção de bens de produção e o de bens de consumo. Os capitais, que tendem a se expandir em direção aos setores mais lucrativos independente da capacidade do mercado, gerariam uma superprodução que será mais grave quanto mais importante for o setor afetado. Esta superprodução faz diminuir a taxa de lucro gerando os efeitos descritos acima;
- b) a diferença entre o salário e a quantidade de valores produzidos constitui um limite para o desenvolvimento capitalista. O subconsumo resulta da tendência de que a taxa de crescimento do consumo seja menor que a taxa de crescimento de bens de consumo. Esta situação leva, de acordo com Dos Santos, a duas possibilidades: a estagnação ou a crise. Será uma crise caso “se manifeste subitamente através da paralisação repentina dos distintos setores da produção, o que exigirá um reajuste das relações entre o consumo e a produção.” (DOS SANTOS, 1973b, p. 161, livre tradução)

Ainda de acordo com o autor, o efeito destas crises pode ser mitigado – parcialmente - através de alguns recursos que atuam como mecanismos anticíclicos:

- a) a crise de realização pode ser minimizada ou através da demanda estatal – especialmente com o aumento do gasto militar – e do incremento da transferência de renda para trabalhadores improdutivos, o que permite uma redistribuição do ganho a favor do consumo. Além disso, se pode ter também o aumento da demanda do exterior;
- b) as crises de desproporção podem melhorar através de um processo de concentração e centralização do capital, permitindo um melhor planejamento dos investimentos;
- c) as crises relacionadas à diminuição da taxa de lucro podem ser compensadas, em parte, com a diminuição “do valor relativo da força de trabalho nos custos de produção, através das inversões de grande densidade de capital.” (DOS SANTOS, 1972, p. 44, livre tradução) Outro artifício seria o controle dos sindicatos por representantes simpáticos ao patronato, levando as reivindicações dos trabalhadores a permanecer dentro de limites estreitos.

A pergunta que se segue no esquema de Dos Santos é: como se relacionam as crises do capitalismo mundial com os ciclos de conjuntura nos países dependentes? Quanto a isso são ponderados dois aspectos: em primeiro lugar, o ingresso de capital estrangeiro no setor industrial faz com que o desenvolvimento econômico seja muito sensível aos movimentos cíclicos do capital, condicionados pela dinâmica do setor industrial dos países dependentes, dada a lei de acumulação modificada pelas especificidades locais. O segundo, a ação do capital estrangeiro que “aprofunda os movimentos cíclicos, seja nos momentos de auge, ao introduzir um elemento capitalizador novo, seja nos momentos de crise, ao enviar os lucros para o exterior.” (DOS SANTOS, 2011, p. 465, livre tradução) Tais movimentos cíclicos seriam compensados, de acordo com ele, por um processo inflacionário e de endividamento externo que joga para frente os efeitos da crise, tornando-a crônica, “única maneira de neutralizar a tendência a uma estagnação relativa ou baixa secular da taxa de crescimento” (idem, p. 465-466, livre tradução).

Diante de tudo que foi exposto de Marini, Dos Santos e Bambirra acima; dos tipos de crise e seus fatores detonantes; do lugar da tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências no esquema teórico de Marx; nas relações entre os setores da produção e os limites (ou não) para o processo de acumulação do capital, chegamos a um ponto sensível do nosso trabalho. Nos vimos obrigados a construir

um entendimento da questão a partir da leitura de textos clássicos afim de estabelecermos um ponto a partir do qual analisar as questões apresentadas pelos três e estabelecermos um marco mais qualificado para o enfrentamento da contribuição particular de Marini.

2.4.4.1 Crises cíclicas do capitalismo e suas feições

No início era a mercadoria. E na sua constituição e na metamorfose que sofre no processo de circulação, Marx viu as *possibilidades gerais* da crise capitalista.

Nas Teorias da Mais Valia, ele dirá que a

possibilidade geral da crise se estabelece no próprio processo de *metamorfose do capital* e de dois modos: no tocante ao dinheiro na função de meio de circulação, *compra* e *venda* podem dissociar-se; no tocante ao dinheiro na função de meio de pagamento, em dois papéis distintos, o de *medida dos valores* e o de *realização do valor*, esses dois papéis podem romper a conjunção que os liga. Se o valor tiver mudado no *intervalo*, a mercadoria no momento da sua venda não *valerá* o que *valia* no momento em que o dinheiro serviu de medida dos valores e portanto das obrigações recíprocas, e a obrigação não pode ser preenchida com o *produto da venda* da mercadoria nem se saldar assim toda a série das transações que retroativamente dependem dessa única operação. Se não se puder vender a mercadoria ao menos *num determinado período*, embora seu valor não tenha variado, o dinheiro não poderá funcionar como *meio de pagamento*, uma vez que tem de servir como tal em *prazo determinado*, *pressuposto*. (MARX, 1983, p. 949, grifos do autor)

No circuito de valorização do capital, entre a compra e a venda, há uma dissociação espaço-temporal. A mercadoria não se realiza imediatamente. O objetivo do capitalista em convertê-la em dinheiro não é líquido e certo. Nem tampouco o é a transformação do dinheiro em trabalho e meios de produção para a continuidade do processo de reprodução. Quem tem o dinheiro, diz Marx, não é obrigado a comprar logo¹⁵⁵. É nesse hiato que vendas podem não acontecer ou se virem forçadas a ocorrer por um valor abaixo do custo de sua produção, o que leva, obviamente, à

¹⁵⁵ “O dinheiro é não só 'o meio por que se efetua a troca', mas também o meio por que a troca se dissocia em dois atos, um do outro independentes, além de distantes no tempo e no espaço.” (MARX, 1983, p. 939). O dinheiro não é apenas meio de circulação. “Na produção de mercadorias, a conversão do produto em dinheiro, a venda, é *conditio sine qua non*. Cessa a produção imediata para as próprias necessidades. Então, se não se vende, surge a crise. A dificuldade de transformar a *mercadoria* – produto particular do trabalho individual – em dinheiro, o oposto dela, em trabalho social, geral e abstrato, está nisso: *dinheiro* não se apresenta como produto do trabalho individual, e quem vendeu, e portanto possui a mercadoria na forma dinheiro, não é por sua vez forçado a comprar logo, a reverter dinheiro em produto particular do trabalho individual.” (idem, p. 944, grifos do autor)

contração da reprodução.

Justamente esses momentos necessários e indissociáveis ao processo de valorização – a compra e a venda -, ao se desvincularem são obrigados a “se juntar pela força que se opõe a sua independência mútua.” (MARX, 1983, p. 945). De outra maneira, Marx afirma que as “fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento.” (MARX, 1983, p. 937)

Se aí estão caracterizadas as possibilidades gerais da crise, seu fenômeno fundamental é a *superprodução*.

Na mesma “Teorias da Mais Valia”, em debate contra as noções ricardianas, ela é descrita, em passagens diversas, como resultado da produção desproporcionada entre os setores e seus diversos ramos e, também, como contradição entre *produção* e *consumo*. Do primeiro, decorreria a *superacumulação (relativa) de capitais*, como assim ele desenvolve:

É inegável que em ramos isolados se pode produzir a mais e por isso de menos em outros; crises parciais, por conseguinte, podem surgir de produção desproporcionada (contudo, a produção proporcionada resulta sempre da produção desproporcionada na base da concorrência), e uma forma geral dessa produção desproporcionada pode ser a superprodução de capital fixo ou superprodução de capital circulante. (MARX, 1983, p. 955)

Tomando a questão da proporcionalidade entre os ramos, ele avança para a seguinte reflexão:

não se daria superprodução se procura e oferta se correspondessem, se o capital se repartisse em todos os ramos da produção em proporção tal que a produção de um artigo implicasse o consumo do outro, seu próprio consumo, portanto. Não haveria superprodução se não houvesse superprodução. Mas, uma vez que a produção capitalista só pode expandir-se à solta em certos ramos e em dadas condições, seria de todo impossível produção capitalista se a produção tivesse de se desenvolver em todos os ramos *de maneira simultânea e proporcionada*. Por ocorrer superprodução absoluta naqueles ramos, ocorre também superprodução relativa nos ramos onde não se produziu em excesso. (idem, p. 966, grifos do autor)

Mais à frente, questionando o fato dos neoricardianos aceitarem a superprodução de capital (ou pletora de capital) mas não a de mercadorias, Marx pergunta¹⁵⁶:

Que significa, portanto, superprodução de capital? Superprodução das quantidades de valor destinadas a gerar mais-valia (ou, segundo o conteúdo material, superprodução de mercadorias destinadas à reprodução) – isto é, reprodução em escala exagerada, o que é o mesmo que superprodução

¹⁵⁶ Sobre o debate das concepções ricardianas sobre crises capitalistas ver Marx(1983, p. 907-980). Sobre este ponto em especial, ver Marx(1983, p. 932-935).

incondicional.

Mas a fundo, isso significa apenas que se produz demais com o objetivo do *enriquecimento*, ou parte excessiva do produto não se destina a consumir-se como renda (*revenue*) e sim a *fazer mais dinheiro* (acumular-se); não a satisfazer as necessidades particulares de seu proprietário e sim gerar-lhe a riqueza social abstrata, dinheiro e mais poder sobre trabalho alheio, capital, ou seja, aumentar esse poder. (MARX, 1983, p. 967-968, grifos do autor)

Ora, diz Marx, o capital quer se consista em mercadoria, quer se consista em dinheiro, tem que, no final das contas, converter-se em mercadoria para funcionar como capital. Dito isso, ele aponta a contradição entre produção e consumo como uma determinação da superprodução em geral. Afirma ele, nos seus manuscritos, que a

superprodução tem por condição, de maneira específica, a lei geral de produção do capital: produzir na medida das forças produtivas (isto é, da possibilidade de desfazer a maior quantidade possível de trabalho com dada quantidade de capital) sem considerar os limites existentes do mercado com as necessidades solvíveis, e efetuar isso por meio da ampliação constante da reprodução e acumulação, fazendo em consequência a reconversão constante da renda (*revenue*) em capital, enquanto, em contraposição, a massa dos produtores fica limitada e tem de ficar limitada ao nível médio de necessidade de acordo com a natureza da produção capitalista. (idem, p. 969)

Quando chegamos ao Livro II de O Capital - sobre o processo de circulação -, a fórmula geral D-M-D', tal como apresentada no livro I¹⁵⁷ é estendida e decomposta a partir dos elementos que representam o capital em suas três formas: o *capital-dinheiro*, o *capital-mercadoria* e o *capital-produtivo*. Cada um é analisado em suas particularidades e vistos globalmente. Em um primeiro momento, como capitais isolados e ao final é analisada a reprodução do *capital social total*. São incluídos novos determinantes – como o capital fixo e o circulante – em seus tempos de rotação. As crises aparecem mais uma vez em sua dupla determinação geral. Agora, porém, são vistas de forma mais precisa em seu caráter cíclico. É aqui que Marx apresenta os ciclos industriais e algumas de suas características.

Ao tratar da rotação do capital fixo, ele diz sobre os ciclos industriais:

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga essa vida, por outro, a encurta, por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Daí a mutação dos meios de produção e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se desgastarem fisicamente. Podemos admitir que para os ramos mais importantes da indústria moderna, esse ciclo de vida é atualmente de 10 anos.[...] Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma

¹⁵⁷ Ver Marx(1980a, 165-197), Cap. IV. Como o dinheiro se transforma em capital.

base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação, média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o próximo período de rotações. (MARX, 1980c, p. 193-194, grifos nossos)¹⁵⁸

Marx, como podemos ver na citação acima, avança na caracterização do ciclo econômico, sua periodicidade e suas fases de ascenso e descenso. Há uma outra célebre passagem no livro, quando ele apresenta seus esquemas de reprodução do capital social total – neste momento verificando os pressupostos para a reprodução simples – em que faz a crítica aos defensores da tese de que evitaríamos as crises com um aumento salarial para a classe trabalhadora. Ele retruca dizendo que é

mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuados os casos do indigente e do gatuno. Ficarem as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, ou seja, consumidores (sejam as mercadorias compradas, em última análise para consumo produtivo ou para consumo individual). Mas, se para a essa tautologia aparência de justificação mais profunda, se diz que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena do próprio produto, e que o mal-estar seria remediado logo que recebesse parte maior, com aumento do salário – bastará observar que as crises são sempre justamente por um período em que os salários justamente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva participação maior na fração do produto anual destinada ao consumo. [...] A produção capitalista patenteia-se portanto independente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador da crise. (MARX, 1980c, p. 439)

Esses dois momentos que acabamos de descrever nos remetem imediatamente ao livro III do O Capital e à questão da *lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Tanto o problema da renovação incessante do capital fixo dada as demandas do processo de acumulação, como o reflexo do aumento de salários na fase ascendente do ciclo sobre a capacidade do capitalista em extrair e realizar sua mais-valia nos levam obrigatoriamente à terceira parte do texto sobre o *Processo global de produção*.

À medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, o aumento da produtividade social – resultado da dinâmica imposta pela concorrência e pela luta de classes – leva ao acréscimo da composição orgânica do capital social médio, em que

¹⁵⁸ O desgaste moral do capital fixo antes da sua completa amortização é um componente que explica o processo de industrialização dos países dependentes como o Brasil. Esse maquinário pode ter sua vida estendida em condições em que o grau de composição média é mais baixo, como no caso em questão.

“o capital variável decresce relativamente, comparado com o constante e, por conseguinte com todo o capital posto em movimento” (MARX, 1980d, p. 242). Com o incremento do maquinário, obtemos dois resultados: em relação à força de trabalho, temos a diminuição do trabalho vivo em detrimento do aumento dos meios de produção. Em relação às mercadorias produzidas, obtemos o aumento da massa de valores de uso com a diminuição relativa de seu valor unitário. Ao final, produz-se mais, com o mesmo *quantum* de trabalho de antes. O acréscimo do capital constante em relação ao variável, leva Marx a constatação de uma tendência à *queda da taxa de lucros*.

Sua fórmula é relativamente simples:

$$l' = m/c+v = m/v / c/v + 1, \text{ na qual}$$

l' corresponde à taxa de lucro, m/v à *taxa de mais valia* e c/v à *composição orgânica do capital*¹⁵⁹.

Da equação formada acima derivam algumas indicações importantes:

- a) de imediato, tal qual afirma a própria fórmula, quanto maior a composição orgânica do capital – mantida a taxa de exploração – tanto menor será a taxa de lucro.
- b) para se confirmar a tendência, o número absoluto de trabalhadores não precisa cair, nem tampouco a massa de mais valia da qual o capital se apropria. Como diz Marx:

O número de trabalhadores que o capital emprega, ou seja, a massa absoluta de trabalho que mobiliza e por conseguinte a massa absoluta de excedente que suga, ou de mais-valia ou de lucro que produz podem portanto crescer, e crescer de maneira contínua, apesar da queda progressiva da taxa de lucro. (MARX, 1980d, p. 249)

- c) se tomada mecanicamente, uma leitura vulgar poderia concluir pela inexorabilidade de uma crise terminal do modo de produção capitalista, dado um processo de queda permanente da taxa de lucro. Só que ela expressa uma *lei social* e indica uma tendência contra a qual alguns fatores se opõem. De uma forma geral, eles atuam de duas maneiras: ou produzindo um aumento da taxa de mais-valia ou um barateamento do capital constante, reduzindo o denominador da equação à medida em que afeta a composição orgânica.

¹⁵⁹ Ver Carcanholo (2013, p. 84)

No capítulo XIV do Livro III, Marx tratará especificamente destas *contratendências*. Podemos agrupá-las de três maneiras:

- a) com aumento da exploração do trabalho pelo prolongamento da jornada, pela sua intensificação ou o emprego de métodos que favoreceriam a extração da mais-valia relativa, incluindo aqui o papel do comércio exterior ao permitir o barateamento dos bens de consumo que constituem parte do valor da força de trabalho. Como um caso particular, acrescenta ainda Marx no texto, a redução dos salários¹⁶⁰. A existência da superpopulação relativa, aumentada pela força de trabalho liberada nos ramos de produção que fazem uso predominante de capital constante, é um elemento decisivo para a extensão dessa condição.
- b) com a redução de preço dos componentes do capital constante – fixo e circulante -, seja pelo aumento da produtividade que faz baratear seus preços unitários, ou pela sua aquisição – especificamente no caso das matérias-primas e auxiliares - através do comércio exterior;
- c) o comércio exterior e a aplicação de capitais nas colônias permite a obtenção de *superlucros*. Os ganhos aí realizados e enviados para a metrópole repercutiriam no nivelamento da taxa geral de lucro *dali correspondente*. (MARX, 1980d, p. 272-273)

Para além desses mecanismos previstos no O Capital, poderíamos incluir outros fatores que concorrem como contrapeso à tendência. Em primeiro lugar, a penetração do capital nas esferas da circulação, do serviço e da reprodução¹⁶¹. Se não há aí criação de mais-valia, esse movimento pode levar, de acordo com Mandel, a um aumento da sua massa e à redução de certos custos que impactam a taxa de

¹⁶⁰ Neste ponto, Marx afirma que apesar de não estar posto no campo da análise geral do capital, mas na da concorrência, este seria um dos “fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 1980d, 270). No contexto das economias contemporâneas, a diminuição do salário real e – em diversos casos – dos salários nominais, dado o problema da inflação permanente e os mecanismos de precarização do trabalho, respectivamente, esta é uma questão assaz importante.

¹⁶¹ “Longe de representar uma 'sociedade pós-industrial', o capitalismo tardio constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção material de mercadoria na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social. Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quanto a própria indústria, a esfera da circulação tanto quanto a esfera da produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho. A industrialização da esfera da reprodução constitui o ápice desse processo.” (MANDEL, 1982, p. 271-272, grifos do autor)

lucro. Assim se processam:

- 1) assumindo parcialmente as funções produtivas do capital industrial propriamente dito, como é o caso do setor de transportes [...];
- 2) acelerando o tempo de rotação do capital produtivo circulante, como é o caso do comércio e do serviço de crédito;
- 3) reduzindo os custos indiretos da produção, como se dá na infra-estrutura;
- 4) ampliando os limites da produção de mercadorias – em outras palavras, substituindo a troca de serviços individuais por rendimentos privados pela venda de mercadorias contendo mais-valia. (MANDEL, 1982, p. 272)

Devemos incluir, para finalizarmos, o papel e a ação do Estado. Dado o objetivo do ponto, queremos aqui apenas sinalizar certos mecanismos que configuram – em termos muito objetivos – a intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, as isenções, desonerações, subsídios, os diversos aportes de recursos públicos para reduzir os gastos privados com infra-estrutura – como através da ação de empresas estatais -, etc. são instrumentos que contribuem para o aumento da taxa de lucros e a remuneração do capital.

Em busca de uma síntese que permite verificar o encadeamento causal das crises de superprodução, Mandel apresentou um esquema que objetiva seus mecanismos e servirá de base para nossas discussões posteriores.

Para ele, a crise é uma “manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias.” (MANDEL, 1990, p. 213) Tomando um cenário de crescimento, verifica que há um aumento da composição orgânica do capital em decorrência do progresso técnico e da ampliação de investimentos. Esse aumento de produtividade poderia deixar intacta, porém, a taxa de lucros, logo que seria acompanhada “de uma grande elevação da taxa de mais-valia, de uma baixa relativa dos preços de matéria primas e/ou de um investimento crescente de capitais nos setores ou nos países cuja composição orgânica do capital é mais débil.” (idem, p. 214) Porém, a lógica da expansão vai minando suas próprias bases:

- a) quanto mais se acelera a expansão, menor fica o exército industrial de reserva e mais difícil fica aumentar a taxa de exploração do trabalho;
- b) quanto mais longo for o período de expansão, mais difícil torna-se manter a baixa relativa dos preços das matérias-primas, visto que há uma maior dependência de fatores naturais neste setor;
- c) quanto mais longa e profunda for a expansão, mais difícil fica encontrar setores ou países onde os capitais podem se deparar com condições de composição orgânica estruturalmente mais baixas do que

nos setores essenciais dos países industrializados do centro;

d) A partir de um certo limite, o processo de acumulação provoca um declínio da taxa de lucro. Porém, “nem a produção, nem os preços se adaptam automaticamente, de forma imediata e uniforme, a essas condições deterioradas de valorização do capital (adaptação que poderia 'mitigar' o ciclo e evitar um *crash* retumbante.” (MANDEL, 1990, p. 214)

e) a queda da taxa de lucro acentua a concorrência intercapitalista. As empresas maiores – mais perceptivelmente os monopólios - tentam manter pelo maior tempo possível o antigo lucro médio, ou os superlucros que recolhiam no auge do ciclo.

f) a queda da taxa média de lucros significa

que com relação ao *conjunto do capital social*, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros. Tal queda não significa necessariamente que as principais empresas industriais ou os principais bancos tenham imediatamente diminuída sua taxa de lucros. Manifesta-se, em primeiro lugar, sob a seguinte forma: uma fração do capital *recentemente acumulado* não pode mais ser investido produtivamente nas condições de rentabilidade 'normalmente esperadas'; é cada vez mais retida para atividades especulativas, arriscadas, menos rentáveis. (MANDEL, 1990)

Os investimentos, o emprego e a massa salarial não vão retroceder imediatamente por causa disso. Mas eles não crescerão mais em proporção suficiente para garantirem por si só a expansão, que não deixa de prosseguir.

g) a queda da taxa média de lucro acaba por desencadear, na continuidade aparente da expansão, o aprofundamento da especulação com o recurso incessante ao crédito e, com ele, à exacerbação do endividamento das empresas. Este fato aumenta a resistência ao ajuste rápido dos preços e do lucro. Os bancos agem fortemente para evitar quebras em cadeia. Incorre-se, assim, no sobreaquecimento econômico que contribui para encobrir, ainda mais, no imediato, as forças que atuam na direção do *crash*.

h) à medida que se desenvolve o quadro de sobreaquecimento econômico, manifestações de capacidade produtiva excedente devem aparecer. O incremento da produtividade faz elevar a massa de mercadorias e nas condições apresentadas os bens fabricados no Departamento II – de bens de consumo – deve crescer mais

rapidamente do que a massa salarial.

Quanto mais se tem capitais não aplicados, mais a massa de mais-valia produzida se atrasa em relação à acumulação de capital. Quanto mais a taxa de lucro baixa, mais aumenta a defasagem entre a taxa de lucro esperada e aquela realizada - e entre as dívidas e os rendimentos reais - para um número crescente de empresas. “‘Superabundância’ de capitais e ‘escassez’ de lucros coexistem, determinando-se uma à outra.” (MANDEL, 1990, p. 216)

Para que os efeitos da superprodução se imponham a todos os capitais, é necessário que haja, se não redução generalizada das vendas, pelo menos nos setores fundamentais da economia, o que geraria uma contração da produção em todos eles.

i) a crise de superprodução potencializa a queda da taxa de lucros. O aumento do desemprego, a centralização do capital – o fechamento das firmas menos produtivas ou sua assimilação pelos capitais de maior produtividade – são respostas que peritem o estancamento da queda da taxa de lucro e as condições para o relançamento de uma nova fase ascendente do ciclo. Nas palavras de Mandel (ibidem), a síntese do esquema:

Pode-se dizer, assim, esquematicamente, que o 'superinvestimento' provocou uma 'superacumulação', que gerou 'subinvestimento' e uma desvalorização massiva de capitais. Somente quando essa desvalorização se torna suficientemente ampla e quando o desemprego assim como as medidas de racionalização múltiplas 'relançam' vigorosamente a taxa de exploração da classe operária, é que a queda da taxa de lucros será estancada e um novo ciclo de acumulação de capitais poderá deslanchar.

2.4.4.2 O desenvolvimento do capitalismo e a realização da mais-valia em Lenin e Rosa Luxemburgo

Toda esta apresentação a partir de Marx nos obriga a resgatar uma última questão. Se quisermos precisar rigorosamente o contexto intelectual e as formulações de Marini – inclusive, parte das críticas feitas ao seu trabalho - em seu esforço de análise da dinâmica do capitalismo dependente precisamos tomar, sinteticamente, o debate sobre o processo de acumulação capitalista e suas crises – notadamente ao

que tange o problema da realização - como aparecem nas obras de Luxemburgo e Lenin¹⁶². Neste particular, dada sua trajetória, o pensamento de Marini é mais sensível a estas polêmicas do que os textos de Dos Santos e Bamberger.

No “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Lenin insurgiu-se contra os economistas populistas – especialmente as posições de Vorontsov e Nikolai-On – que, em linhas gerais, argumentavam contra as possibilidades do desenvolvimento capitalista da Rússia. A fragilidade de seu mercado interno e a dificuldade de acesso aos mercados externos poria em xeque a existência da grande indústria. A proeminência de um campesinato empobrecido – vitimado pela expansão das relações capitalistas de produção - , por um lado, e a chegada tardia da Rússia na corrida pelo domínio de mercados no exterior, por outro, seriam, respectivamente, as causas disso.

O primeiro ponto comentado por Lenin - a restrição do mercado interno pela ruína do camponês tradicional – o fez lembrar que o processo de transformação do pequeno produtor em operário assalariado

é perfeitamente compatível com o aumento do volume de recursos pecuniários em sua mão, pois quanto mais esse camponês se arruina tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam os mais exíguos) que ele deve adquirir no mercado. (LENIN, 1985, p. 16)

Sua argumentação toma o caminho oposto àquela dos populistas: a concentração dos meios de produção - transferido dos camponeses para as mãos de outros - converte-os em capital; e estes novos proprietários produzirão na forma de mercadoria aquilo que outrora era extraído na forma de subsistência pelo próprio produtor. A ampliação da produção faz desenvolver novas demandas por matérias-primas, máquinas, meios de transporte, etc. Por fim, o mercado interno aí se cria e se amplia. Lenin retira do próprio Marx esta ideia. No livro I do Capital este afirma que

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno.

¹⁶² Não está nos propósitos deste trabalho o esgotamento do debate das questões aí envolvidas, nem dos autores que dele participam. De Lenin, concentramos nossa leitura nos textos “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899) e “Imperialismo: fase superior do capitalismo” (1917). De Luxemburgo, “A Acumulação do Capital” (1913) e “A Acumulação do Capital ou o que os epígonos fizeram com a teoria marxista: Anticrítica” (1915). Aqui, respectivamente, Lenin(1985), Lenin(2002) e, em uma tradução com os dois textos com os dois textos, Luxemburgo(1984). Gostaríamos de indicar como parte de pesquisas futuras, a inclusão dos textos de Bukharin que vamos tomar apenas tangencialmente: “A Economia Mundial e o Imperialismo” (1915) e sua crítica à Rosa Luxemburgo em “O imperialismo e a acumulação do capital” (1925).

Na realidade, os acontecimentos transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo para este o mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias-primas transformam-se agora em mercadorias [...]. Assim, à expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem à ruína da indústria doméstica rural [...]. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção. (MARX, 1980b, p. 865)

Sobre o segundo ponto - a necessidade do comércio exterior - Vorontsov e Nicolai-On partem de uma apreciação dos esquemas de reprodução do livro II de *O Capital*¹⁶³. Eles afirmam que as condições existentes na Rússia impediriam a realização da mais-valia. Os trabalhadores, produzindo mais do que consomem, não a absorveriam e os capitalistas, por sua vez, não consumiriam toda aquela que foi gerada. Por essa razão haveria um excedente que teria de ser, necessariamente, exportado. Como escreve Vorontsov:

[...] O trabalhador produz tanto mais quanto mais ele mesmo consome; e todo esse excedente se acumula em poucas mãos; os donos desses excedentes os consomem pessoalmente, ou os trocam, quaisquer que sejam suas finalidades, por diferentes meios de consumo no país e no exterior; mas por mais que comam, bebam e dancem – não conseguem dilapidar inteiramente toda a mais-valia; sobra um resto considerável, que não podendo ser trocado por outros produtos, precisa, no entanto, ser passado adiante, transformado em dinheiro, caso contrário terá sido desperdiçado. E já que ninguém no país existe que possa absorver esse resto, é necessário exportá-lo e essa é a razão por que qualquer país que se capitaliza não pode subsistir sem mercado externo.” (VORONTSOV, 1883, p. 14 apud LUXEMBURGO, 1984a, p. 186)

Lenin responde que a finalidade última da produção capitalista não seria o consumo, mas sim a acumulação¹⁶⁴. Ele ressalta um aspecto do problema que é negado pelos seus contendores: a realização do capital constante e sua importância geral para o processo de reprodução. Em sentido mais estrito diz que com “relação ao mercado interno [...] a conclusão a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista [...] vincula-se mais aos meios de produção e menos aos meios de consumo.” (LENIN, 1985, p. 23). Ele assim o afirma

¹⁶³ Apesar da centralidade deste ponto para a compreensão do problema da realização, vamos fazer apenas uso das conclusões tiradas pelos autores sem nos estendermos em sua discussão. De outra forma excederíamos o escopo deste trabalho. Sugerimos, além da leitura dos textos acima indicados, também Mandel (1982, p. 15-28) e Rosdolsky (2001, p. 371-419)

¹⁶⁴ Ele assume como premissas fundamentais de análise: a) a divisão do produto social de um país em capital constante, variável e mais-valia; e b) a distinção da produção capitalista em duas seções – a de produção dos meios de produção (Seção I) e a de produção dos bens de consumo (Seção II).

pela constatação de que sob a dinâmica da produção capitalista o capital constante crescendo mais rapidamente que o capital variável leva a que a seção I cresça mais aceleradamente do que aquela que produz os artigos de consumo. O maior emprego do capital constante não estaria em obediência, senão, ao desenvolvimento das forças produtivas. Isso não quer dizer, contudo, que a independência do mercado ao crescimento da seção II seja absoluta. Como diz:

[...] seria um erro interpretar essa 'independência' como uma separação total entre o consumo produtivo e o consumo individual; o primeiro pode e deve crescer mais o segundo [...], mas é claro que, no final das contas, o consumo produtivo sempre se liga ao consumo individual. (LENIN, 1985, p. 24)

De toda forma, ainda que aponte a contradição da “produção pela produção”, afirma ser esta uma contradição real, presente no desenvolvimento mesmo do modo de produção capitalista. Daí que, do que foi visto até aqui no seu debate contra os populistas, ela não autorizaria a impossibilidade da realização da mais-valia no contexto da economia nacional russa – rejeitando para isso a necessidade dos mercados externos -, nem o caráter progressivo do desenvolvimento capitalista.

Há neste posicionamento de Lenin um aspecto sobre o qual queremos chamar a atenção. Para ele, a

necessidade do mercado externo para um país capitalista não é, em absoluto, determinada pelas leis da realização do produto social (e da mais valia em particular), mas primeiramente, pelo fato de que o capitalismo resulta de uma *circulação* de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país. Um país sem comércio exterior é impensável – e aliás, não existe. (LENIN, 1985, p. 30, grifos do autor)

Esta necessidade seria, portanto, de ordem histórica mas não lógica e teórica. São os diferentes ramos da indústria que servem de mercado uns para os outros e, dependendo da distribuição do capital nacional, Lenin sugere que quaisquer quantidade de mercadoria poderia ser realizada no interior do país. O grande problema da realização – entendida como a restituição de cada parte do produto capitalista enquanto valor e enquanto forma material – está notadamente no capital constante que, para ser reinvestido na produção só

pode efetivar-se diretamente para o capital cujo produto consiste em meios de produção. Se o produto que compensa a parte constante do capital consiste em artigos de consumo, sua reversão direta na produção é impossível: faz-se necessária a troca entre a seção da produção social que fabrica os meios de produção e a que fabrica artigos de consumo. (idem, p. 17-18)

A eminência das crises reside, então, na desproporção entre os diversos ramos existentes nas duas Seções. Tomando por base a leitura da terceira parte do livro II do

O *Capital* o mercado externo é descartado da equação. Ele afirma que no tratamento do problema da realização, “há que fazer a abstração do mercado externo porque, introduzindo-o, não se avança um passo na sua solução; ao contrário, ela é postergada, deslocada para a confluência de vários países, em vez de ser examinada com relação à um só.” (LENIN, 1985, p. 18)

Lenin parece superlativar o papel dos esquemas de reprodução na obra de Marx. O centro de sua argumentação sobre o papel dos mercados externos no capítulo I do “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, tudo indica, foi extraído desta passagem:

Não existe produção capitalista sem comércio exterior. Mas o pressuposto da reprodução anual normal em dada escala implica o pressuposto que o comércio exterior se limita a substituir artigos indígenas por artigos diferentes na forma de uso ou natural, sem alterar as relações de valor. Assim, o comércio exterior não alteraria as relações de valor de acordo com as quais se trocam reciprocamente as duas categorias, meios de consumo e meios de produção, nem tampouco as relações entre capital constante, capital variável e mais-valia que compõem o valor de cada uma dessas categorias. Levar em conta o comércio exterior na análise do valor dos produtos anualmente reproduzido só pode portanto trazer confusão, e não proporciona qualquer elemento novo ao problema, nem a sua solução. (MARX, 1982c, p. 500)

Ao escrever o “Imperialismo: fase superior do capitalismo” (1917), Lenin manifesta já um entendimento diferente. Ele incorpora em todo seu significado o livro III de O Capital e produz uma leitura radicalmente mais abrangente do processo de desenvolvimento capitalista, agora situando o mercado mundial.

Tanto o primeiro quanto o segundo texto devem ser entendidos dentro do contexto em que se manifesta o debate teórico e político mais geral. Enquanto no primeiro caso, temos a discussão entre populistas e marxistas-legais acerca das possibilidades do desenvolvimento capitalista na Rússia; no segundo, está em questão a direção do movimento operário revolucionário internacional, polarizada entre os revisionistas e os bolcheviques.

Na brochura de 1917, ao tratar das características da fase imperialista – forma do desenvolvimento capitalista tal como este passou do final do século XIX para o século XX – Lenin fala da centralidade da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias, marca do período dominado pela livre concorrência. Não quer dizer que esta tenha deixado de existir, ao contrário, a “exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias” (LENIN, 2003, p. 50)¹⁶⁵.

Esta nova condição obedeceria “ao facto de uma série de países atrasados

¹⁶⁵ Bukharin traz argumentos semelhantes. Ver Bukharin (1984, p. 90-91; p. 96-97)

terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, [...] terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc.” e que em alguns países “o capitalismo 'amadureceu excessivamente' e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação '*lucrativa*'. “(idem, p. 48, grifos nossos) A exportação de capital para os países coloniais e semicoloniais justificava-se pois “ali o lucro é em geral elevado pois os capitais são escassos, o preço da terra e dos salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas” (ibidem). Este movimento constitui-se, poderíamos afirmar, em uma reação à tendência à queda da taxa de lucro.

Um outro aspecto a considerar em nossa análise, a partilha do mundo pelos monopólios mostraria não haver uma separação formal entre o mercado interno e o externo:

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. *Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo.* Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. (idem, p. 51, grifos nossos)

A articulação entre os interesses do capital financeiro e o Estado torna-se um imperativo no processo de disputa de territórios coloniais e áreas de influência:

A época do contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas *com base* na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na '*luta pelo território econômico*'” (LENIN, 2003, pg. 58, grifos do autor)

No acirramento da luta pela ampliação de seus mercados e fontes de matérias-primas, as grandes potências não vão buscar apenas novas possessões coloniais, mas garantir a subordinação de Estados mais fracos – as assim chamadas nações dependentes. Esta relação, afirma Lenin, “sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista torna-se sistema geral, entram [...] na formação do conjunto das relações que regem a '*partilha do mundo*', passam a ser *elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.*” (LENIN, 2003, p. 66, grifos nossos)

O Imperialismo, assentado nesta cadeia, desenvolve-se desigualmente entre regiões, nações e ramos industriais. Lenin verifica neste movimento ao mesmo tempo um rápido crescimento do capitalismo e uma tendência à sua decomposição. A ação dos monopólios engessa o desenvolvimento das forças produtivas, refreando – ainda que sem conseguir eliminá-la – a concorrência. A implantação de aperfeiçoamentos

técnicos é retesada a partir de uma posição que tira proveito do controle exercido sobre o mercado e da possibilidade de sustentar preços majorados (preços de monopólio).

Outro sintoma é o crescimento da fração da burguesia rentista, para quem a exportação de capitais acentua ainda mais o divórcio com a produção. Culmina-se na formação dos Estados-usurários, que vivem da exploração de um sem número de países e colônias, em uma condição acentuadamente parasitária.

Assim Lenin resume tais traços distintivos:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. (LENIN, 2003, p. 94)

Como *Eros* e *Tanatos*, a acumulação capitalista no período imperialista é contra-arrestada por esta tendência inerente à decomposição. Ela não leva à uma inevitável *derrocada* do sistema mas, é certo, agudiza suas contradições. Para Lenin “certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra destas tendências.” (idem, p. 94) Dessa forma estabelecido, ao buscar sintetizar a essência econômica do imperialismo, é assim que ele o descreve: um *capitalismo agonizante*.

Em certa medida e guardada as devidas proporções, o problema enfrentado por Rosa Luxemburgo no seu “A Acumulação do Capital” se aproxima significativamente do que pretendia discutir Lenin em 1899. Em questão está o processo de reprodução do capital ou, em outras palavras, o desenvolvimento da produção capitalista.

O ponto de partida de Luxemburgo é a análise dos esquemas da reprodução simples e ampliada de Marx, presentes no livro II. O debate que fará, porém, seguirá caminho distinto daquele de Lenin.

Na formulação de seu problema ela acentua certas particularidades da produção capitalista:

A produção capitalista não é uma produção voltada para fins de consumo, mas para a produção de valor. As relações de valor dominam totalmente o processo de produção, assim como o de reprodução. Produção capitalista não produção de objetos de consumo, nem de mercadorias simplesmente, mas uma produção de mais-valia. A produção de mais-valia se processa, de fato, sob a forma de produção de mercadorias, ou seja, em última análise como produção de objetos de consumo. [...] A ampliação da produção de mais-valia é vista como regra, obtida por aumento de capital, e este se

transforma em capital por acréscimo ao mesmo de parte da mais-valia apropriada. [...] A reprodução ampliada, no sentido capitalista, expressa-se, portanto, especificamente como crescimento do capital, por meio da capitalização progressiva da mais-valia ou, na expressão de Marx, como *acumulação de capital*. (LUXEMBURGO, 1984a, p. 14)

A acumulação de capital, para poder ocorrer, precisa ter garantida algumas condições:

Primeira condição: a produção tem de gerar mais-valia, já que a mais-valia é a forma elementar e única sob a qual é possível haver aumento de produção em termos capitalistas. [...] Segunda condição: para que a mais-valia destinada à ampliação da reprodução possa ser apropriada, é necessário que ela, uma vez satisfeita a primeira condição, *se realize, assumindo a forma dinheiro*. [...] Terceira condição: suposto que a realização da mais-valia tenha dado certo e que parte desta tenha passado para o capital objetivando a acumulação, é necessário que o novo capital assuma inicialmente a forma produtiva, ou seja, a forma de meios de produção inanimados e mão-de-obra. Além disso, é necessário que a fração de capital trocada pela mão-de-obra assumam a forma de meios de consumo pessoal para os operários. Essa condição nos leva [...] ao mercado de produtos de consumo e ao mercado de trabalho. Caso esses mercados satisfaçam a tais necessidades e se tenha efetuado a reprodução ampliada de mercadorias, surge a quarta condição: a massa adicional de mercadorias, que representa o novo capital e a nova mais-valia, *tem de ser realizada, tem de ser transformada em dinheiro*. Somente quando isso se realiza é que se verifica a reprodução ampliada em termos capitalista. (LUXEMBURGO, 1984a, p. 16, grifos nossos)¹⁶⁶

Na anarquia da produção, diz Luxemburgo, o capitalista individual precisa arrumar máquinas, matérias-primas e força de trabalho adicional para garantir aumentar sua produção e ampliar seu capital. Para realizar sua massa maior de produtos precisará de um mercado mais amplo. O problema reside no fato de que tanto a oferta de meios de produção e operários, como o alargamento da demanda para os seus produtos são questões que fogem ao seu controle.

Pensando a partir daí, do ponto de vista da reprodução ampliada, a questão a resolver deveria ser:

como é possível garantir o abastecimento do mercado com meios de produção e mão-de-obra, fato que se verifica sem nenhum planejamento? Ou como podem as condições variáveis de venda, imprevisíveis e não planejadas, assegurar ao capitalista quantidade crescente de meios de produção, mão-de-obra e possibilidade de venda para suas mercadorias, de acordo com suas necessidades respectivas de acumulação, isto é, em determinadas proporções e tipos? (LUXEMBURGO, 1984a, p. 17)

Antes de estabelecer seu foco neste problema, ela estuda o esquema da

¹⁶⁶ Pensamos que Rosa parte de uma premissa correta quanto ao significado do conceito de *realização* de Marx. Lenin, no “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, parece tomar a forma de como cada componente do capital “reingressa” no processo de acumulação – tal como é mostrado no livro II - pela *teoria da realização* do autor de O Capital. Isso se explicaria, aparentemente, por uma certa ascendência do marxismo-legal russo – notadamente Bulgakov – como é sugerido na nota de rodapé 39 do seu livro. Ver Lenin(1985,p. 23)

reprodução simples. Parte de quatro premissas necessárias ou chega a elas em certo momento:

- a) a produção social total pode ser expressa da mesma forma que o capital individual, através da fórmula $c + v + m$;
- b) a produção social decompõem-se em dois departamentos: o da produção de meios de produção e o da produção de bens de consumo (departamento I e II);¹⁶⁷
- c) a fórmula $c + v + m$ aplica-se, também, a cada um dos departamentos;
- d) os dois departamentos dependem-se mutuamente. “Assim, um tem de fabricar todos os meios de produção para ambos os departamentos, o outro, todos os meios de consumo para pessoal para os operários e para os capitalistas de ambos os departamentos.” (LUXEMBURGO, 1984a, p. 42)

Ao cabo de sua análise aponta uma suposta deficiências no esquema por tratar “as leis de uma forma de reprodução que, dentro das relações capitalistas de produção, só podem verificar-se como exceção ocasional.”(LUXEMBURGO, 1984a, p. 59). O ponto sobre o qual dá destaque é o de se antever, a partir da fórmula descrita por Marx, um funcionamento equilibrado e harmonioso do sistema, onde na prática encontramos fundamentalmente descontinuidade e crise.¹⁶⁸

Na análise do esquema da reprodução ampliada de Marx, seu ponto de partida é a verificação da relação entre os dois departamentos. De uma forma geral, o Departamento II depende do Departamento I, na medida em que surge a demanda por meios de produção adicionais; e o Departamento I depende do Departamento II na

¹⁶⁷ Estão exatamente na mesma condição de como aparecem as seções no texto de Lenin.

¹⁶⁸ A passagem a seguir sintetiza com exatidão este estranhamento: “Gostaríamos, no entanto, de saber qual o significado real do esquema do processo de reprodução em análise. De acordo com esse esquema, o produto social total entra inteiramente em circulação; as necessidades de consumo são satisfeitas em sua totalidade; a reprodução se processa sem nenhum incidente; a circulação do dinheiro acompanha a circulação das mercadorias; o ciclo do capital social se completa perfeitamente. Como ocorrem as coisas na vida prática? [...] Na economia capitalista falta toda e qualquer organização planejada do processo global. É por isso que nessa produção nem tudo ocorre de perfeito acordo com a fórmula matemática, como sugere o esquema. O ciclo de reprodução, ao contrário, verifica-se em meio a constantes desvios das relações do esquema [...]” (LUXEMBURGO, 1984a, p. 56). O capítulo XXV da “A Acumulação do Capital” desenvolve e aprofunda a discussão em torno das contradições aparentes do esquema de reprodução ampliada. Afora o que já fora visto, neste momento do texto encontramos uma crítica particular à ausência da previsão de aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, da composição orgânica do capital na fórmula de Marx. Todo este conjunto de críticas da parte de Luxemburgo dá-se, a nosso ver, em função de sua dificuldade em compreender o papel dos esquemas no projeto teórico de O Capital. Sobre esta questão vide as obras indicadas anteriormente sobre o assunto.

medida em que surge a demanda pelo acréscimo de meios de consumo para uma força de trabalho adicional. Ela, então, recoloca – de forma mais precisa - o problema que havia escrito nas páginas iniciais do seu trabalho. Diz:

Para que efetivamente haja acumulação, ou seja, para que a produção se amplie, existe mais uma condição – ampliação da demanda real e solvente de mercadorias. A que atribuir, então, essa demanda crescente e constante, sobre a qual se apoia a ampliação progressiva da produção no esquema de Marx? (LUXEMBURGO, 1984a, p. 77)

A resposta que Luxemburgo começa a construir para esta questão vai confrontando os pressupostos do texto de Marx. Em primeiro lugar, nega esse acréscimo de demanda ao aumento do consumo dos capitalistas dos departamentos I e II para em seguida apontar seu descontamento na solução dada no *O Capital*.

Base da acumulação é precisamente o não consumo da mais-valia por parte dos capitalistas. Para quem é produzida essa outra parte acumulada da mais-valia? Segundo o esquema de Marx, o movimento parte do Departamento I, da produção dos meios de produção. Quem necessita de maior número desses meios de produção? Resposta dos esquemas: o Departamento II necessita deles para poder fabricar maior número de meios de consumo pessoal. Mas quem precisa desses meios de subsistência adicionais? O esquema responde: o próprio Departamento I, por empregar agora uma quantidade maior de trabalhadores. Obviamente nos encontramos em um círculo vicioso. Elaborar mais meios de consumo exclusivamente para sustentar maior número de trabalhadores e fabricar mais meios de produção somente para empregar mais trabalhadores é algo absurdo do ponto de vista do capitalista. (LUXEMBURGO, 1984a, p. 77)

O aumento pelo consumo dos trabalhadores também não localiza a origem para a nova demanda. Eles restituem aos capitalistas apenas aquilo que recebem em forma de salário. Os capitalistas consumiriam apenas uma parte da mais-valia e restaria a pergunta: quem consome aqueles produtos em que se encontra a parte que contém a mais-valia capitalizada? Comentando o texto de Marx ela diz:

Responde o esquema: em parte são os próprios capitalistas, na medida em que fabricam novos meios de produção com vistas à ampliação da produção; em parte os trabalhadores, que são necessários para o emprego daqueles meios de produção novos. Mas para que novos trabalhadores possam trabalhar com novos meios de produção, é necessário que – do ponto de vista capitalista – *haja de antemão uma razão para ampliar a produção, uma nova demanda de produtos que se deva elaborar*. (idem, p. 78, grifos nossos)

De onde vem, então, essa nova demanda? Luxemburgo rejeita duas teses: ela não viria do aumento vegetativo da população, nem de uma “terceira demanda”, distinta daquela originada seja no consumo do capital variável, seja da mais-valia não capitalizada¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Diz Luxemburgo (idem, p. 79) “Os proprietários fundiários, como consumidores de renda, [...] devem ser incluídos aparentemente na classe capitalista; [...]. As profissões liberais recebem [...] das mãos

Concluirá Luxemburgo (1984a, p. 79-80, grifos nossos):

Já que dessa forma, dentro da sociedade capitalista, não se encontram, infelizmente, quaisquer prováveis compradores para as mercadorias nas quais a parte acumulada da mais-valia se encontra, resta somente um único recurso: o comércio externo.

Para ela, há um sentido muito particular no equacionamento do problema do “comércio externo”. A ideia central é de que a solução para as dificuldades do esquema de reprodução ampliada estão *fora* do âmbito da produção capitalista. Diz Luxemburgo que o aspecto “decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários nem por capitalistas, mas por camadas e sociedades que por si só não produzam pelo modo capitalista.” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 19)

Nesta relação entre a esfera da produção capitalista e setores e países não-capitalistas estaria precisa, para Luxemburgo, a definição de *mercado interno* e *externo*. Para nossa autora, do

ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. (idem, p. 29)

Utilizando estes conceitos para reescrever a afirmação anterior, poder-se-ia chegar à seguinte construção: no intercâmbio capitalista interno pode-se realizar o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. A parte capitalizada da mais-valia tem de realizar-se externamente.¹⁷⁰

Quando trata no texto a questão da realização da mais-valia, Luxemburgo situa um aspecto que consideramos importante: uma mercadoria, ou a produção do capitalista individual ou mesmo o produto social total são expressos pela fórmula $c + v + m$. Tanto na reprodução simples como na reprodução ampliada existe uma correlação rigorosa, segundo Luxemburgo, entre a fórmula material e a composição do valor do produto social. No processo de acumulação, a mais-valia também segue

dos capitalistas, que os contemplam com migalhas de sua mais-valia. Dessa forma, como consumidores de mais-valia devem ser incluídos, pelo consumo, na classe capitalista. O mesmo vale para o clero, só que este também retira parte de seus meios dos operários, ou seja, dos salários dos operários. Para finalizar, o Estado com seus funcionários e seus militares mantém-se pelos impostos, os quais se baseiam em mais-valia ou em salário. [...] Assim, fora os capitalistas e operários, as demais camadas da população mencionadas devem ser consideradas co-participantes do consumo desses dois tipos de renda.”

¹⁷⁰ Esta afirmação reforça nossa percepção de que Luxemburgo refuta a possibilidade de acumulação a partir do incremento da produção de capital constante no Departamento I, o que é, para nós, um problema do ponto de vista teórico e histórico. A exceção que aparece em sua obra se dá em torno da produção militar e o fenômeno do militarismo.

esta mesma divisão “proporcional em meios de produção e meios de subsistência para os trabalhadores, correspondendo à ampliação da produção em determinada base técnica.” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 21) Daí, afirmará sobre a mais-valia que

realizada fora da produção capitalista sua forma material corresponderá à necessidade daqueles círculos não capitalistas que auxiliam na realização desta. A mais-valia pode vir ao mundo, pois, em função disso, sob a forma de meios de consumo, por exemplo, de tecido de algodão, ou sob a forma de meios de produção, como material ferroviário. (ibidem)

Além da realização da mais-valia, outras duas condições fundamentais para a acumulação são a obtenção de novos e ilimitados territórios fornecedores de matérias-primas e a aquisição de força de trabalho adicional. Em ambos os casos, afirma Luxemburgo, só se obtém o resultado necessário na exploração dos estratos econômico-sociais ou países não-capitalistas, submetendo-os totalmente. As relações sociais primitivas permitiriam um processo de acumulação mais intenso e violento do que aquele em condições puramente capitalistas. Usa esses meios como nutrientes, “à custa da qual a acumulação se realiza por absorção.” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 63) Somente com a constante destruição dessas formações sociais a acumulação torna-se possível. Sem elas, diz Luxemburgo, ela simplesmente não poderia efetuar-se. Assim sintetiza:

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico da acumulação do capital – daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. (LUXEMBURGO, 1984b, p. 28-29)

E ao fim,

O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. (idem, p. 63)

A disputa que mobiliza o capital na conquista das áreas não-capitalistas inaugura a *fase imperialista da acumulação*. Fase esta em que o imperialismo, como afirma a autora, é a *expressão política* da acumulação do capital¹⁷¹. “Os métodos operacionais desta fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela

¹⁷¹ Identificamos aqui uma diferença importante na definição de imperialismo entre Lenin e Luxemburgo. Estas diferenças terão repercussão na análise do conceito de subimperialismo de Marini.

construção de ferrovias, por revoluções e guerras”, afirma Luxemburgo (idem, p. 65).

As revoluções expressam o processo de emancipação capitalista nas regiões provincianas e necessárias para liberá-las da forma arcaica de Estado prevalente até então. A guerra é a forma como um Estado torna-se independente e rompe com a tutela daquele que outrora dominava seu território.

Os empréstimos estrangeiros e a estruturação das finanças internacionais cumprem um importante papel como meio de emancipação desses novos Estados capitalistas e, para as velhas nações, um meio seguro para preservá-los sob seu domínio. O *modus operandi* do mecanismo de dominação por esta via é descrito em detalhes por Luxemburgo: empréstimos e investimentos que produzem demandas de novas mercadorias pelas nações emergentes, pagas pela espoliação de suas populações: “Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude e a repressão e o saque aparecem sem disfarces [...]” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 87) ¹⁷²

Entra na análise do imperialismo também outros dois fatores: as medidas de proteção aduaneiras – típicas medidas de proteção de mercado contra a concorrência estrangeira - e o militarismo. Nos deteremos brevemente neste último. Além de ser um recurso necessário de força, do ponto de vista econômico, diz Luxemburgo (1984b, p. 89) a indústria militar guarda uma característica muito específica: ela se revela “um meio de primeira ordem para a realização da mais-valia”.¹⁷³ Uma política de tributação indireta transfere uma parte do poder de compra do proletariado para o Estado. Isso reduz a demanda por meios de subsistência, permitindo a liberação de capital constante e força de trabalho que pode ser empregada em uma outra atividade produtiva. A criação, por parte do Estado, de uma indústria bélica, estabelece um novo ramo de produção. Pareceria, à primeira vista, que “só se verifica uma alteração externa na forma material da produção social: em vez de produzir-se certa quantidade de material bélico. O capital, assim, apenas ganharia com uma mão o que perdeu com a outra” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 93) Isso seria assim percebido se considerarmos o ponto de vista do capitalista individual. Tomando a perspectiva do capital social total, escreve Luxemburgo, o problema se apresenta de forma diferente, pois a

¹⁷² Luxemburgo cita o caso do Egito como exemplar. Ver Luxemburgo (1984b, p. 72-78)

¹⁷³ Bukharin também estuda o fenômeno do militarismo mas limita seu significado à atuação como instrumento de força na concorrência inter-imperialista. Ver Bukharin (1984, p. 115-121)

transferência de parcela do capital variável para o Estado constituirá um novo mercado.

O que de fato importa sob o ponto de vista econômico é que a soma que atua como capital variável intermedie primeiro a troca entre o capital e a força de trabalho para que possa funcionar posteriormente como consumidor e vendedor, respectivamente, no intercâmbio entre o trabalhador e o capitalista, e assim transferir-se, em parte, das mãos do operário para o Estado, na qualidade de imposto. A soma assim lançada na circulação pelo capital só preenche, pois, perfeitamente sua função em sua troca por força de trabalho, troca após a qual iniciará, já nas mãos do Estado, novo ciclo, no qual assumirá a forma de um poder de compra totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista, oferecendo, assim, ao capital, novas oportunidades de criação e realização de mais-valia. (LUXEMBURGO, 1984b, p. 96)

Cada condição para a acumulação do capital em sua fase imperialista traz consigo contradições que lhes são inerentes. À medida que avança o imperialismo, avança também a tendência à sua ruína.

Quanto mais o capital [...] liquida a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação [...].(LUXEMBURGO, 1984b, p. 97-98)

É aí que Luxemburgo anuncia a possibilidade teórica da crise final – a derrocada – do sistema capitalista: quando se esgotam os meios não-capitalistas a acumulação torna-se impossível.

Alcançado o resultado final [...], a acumulação torna-se impossível. : a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que a o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, *o fim da produção capitalista*. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade do desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital. (LUXEMBURGO, 1984b, p. 63, grifos nossos)

Ainda que se vislumbre traços de um certo determinismo no texto de Luxemburgo, queremos concluir nossa apresentação do ponto relativizando este aspecto que emerge em sua obra. Ela mesma o faz em sua “Anticrítica”¹⁷⁴ e antes mesmo, no correr da “A Acumulação do Capital”, há passagens em que isso se evidencia. Quando diz, por exemplo, que

quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital. O imperialismo tanto é um método histórico de

¹⁷⁴ Ver Luxemburgo(1984b, p. 178-179)

prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. (idem, p. 83)

É verdade, porém, que seu texto deixa espaço para a interpretação de uma derrocada do sistema. Esta é uma tensão evidente, ainda que como vimos, tenha de ser ponderada. O que fica de nossa leitura é que a ruína do capitalismo não significa – e esta ideia não pode ser a ela atribuída – o nascimento do socialismo. Este só pode vir da “rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital [...]” (LUXEMBURGO, 1984b, p. 98). O que a tensão revela é a gestação daquela ideia que será sintetizada mais tarde no famoso “Panfleto Junius” de 1915: ou socialismo ou barbárie.¹⁷⁵

2.5 A contribuição de Ruy Mauro Marini

No primeiro capítulo deste trabalho, a partir da biografia intelectual de Marini, buscamos apresentar, em suas ideias principais, os autores e as tradições com quem ele estabeleceu um diálogo mais imediato. O critério para a delimitação desta “arena” baseou-se na leitura de seus textos e um entendimento do foi significativo na construção de sua perspectiva teórica. De certa forma, estão ali um conjunto de pressupostos, conceitos e teorias com os quais estabeleceu um debate crítico e, outros, contra quem se colocou em aberto antagonismo.

Vimos na primeira parte deste segundo capítulo os marcos teóricos gerais que identificamos na construção da TMD. Não aprofundamos, reconhecemos, antes disso, um debate importante – que desejamos fazer *a posteriori* -, qual seja, se haveria uma única “grande” ou diversas *Teorias da Dependência*. Partimos de um pressuposto, argumentado rapidamente, de que entendíamos na obra de Marini, Dos Santos e Bamberger, um movimento que se orientava pela construção da *Teoria Marxista da Dependência*.

As leituras realizadas para a realização deste estudo, nos permitem afirmar que não se produziram *teorias* nem uma única *grande* Teoria da Dependência. O que

¹⁷⁵ No Panfleto, Luxemburgo reproduz uma frase atribuída a Engels em que este diz: “A sociedade burguesa encontra-se em uma encruzilhada: ou a transição para o socialismo ou regressão à barbárie”. Luxemburgo (2003, livre tradução)

verificamos, ao final, foi o esforço de alguns intelectuais que conduziram suas reflexões, desde o início, na órbita da tradição do pensamento marxista objetivando a formação da TMD¹⁷⁶.

Os apontamentos feitos neste capítulo até aqui cumprem um objetivo categórico. Sua intenção é reunir elementos capazes de nos permitir ler criticamente a problemática delimitada por Marini e sua expectativa, assim entendida por nós, de produzir uma síntese teórica capaz de compreender o desenvolvimento do capitalismo dependente – brasileiro – e as condições para sua superação.

2.5.1 A Dialética da Dependência: uma interpretação marxista do capitalismo dependente

Escrito por Marini em 1972 com o objetivo de servir como texto-guia a um seminário por ele organizado, “Dialética da Dependência” ganhará notoriedade e fama. Sua importância, no curso da obra de nosso autor, é o grau de maturidade com que ele estabelece ali algumas de suas questões fundamentais. Elas resultam, porém, de um processo de formulação que lhes é anterior e que ali não é esgotada.

A América Latina, objeto do seu ensaio, surge como o resultado do processo de expansão comercial europeu do século XVI e seu desenvolvimento posterior se dará sempre “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional.” (MARINI, 2000b, p. 107-108). Isso quer dizer, em outras palavras, que as relações dos países latino-americanos com os centros capitalistas inserem-se em uma estrutura definida e estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (idem, p. 109). Toma-se assim, a fórmula cunhada por Frank do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

De Colônia produtora de metais preciosos e gêneros tropicais em seu primeiro

¹⁷⁶ Marini parece ter sempre entendido dessa forma, o movimento intelectual do qual participava. No seu artigo “En torno a 'Dialectica de la Dependencia'” (1973) ele escreve como que uma anticrítica aqueles que receberam negativamente o escrito, especialmente Cardoso. No último parágrafo do texto ele escreve que, ao avançarem as pesquisas acerca das implicações sociais e políticas da superexploração “aceleraremos o parto da teoria marxista da dependência, libertando-a das características funcional-desenvolvimentistas que se lhe aderiram em sua geração.” (MARINI, 2005b, p. 194)

momento, chega ao século XIX como fornecedora de alimentos e matérias-primas para os países industrializados. As funções e o papel que a América Latina cumprirá a partir de então, já completamente integrada à economia capitalista mundial,

transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação se desloque da produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2000b, p. 112-113)

A integração da América Latina ao mercado mundial responde, de acordo com Marini, às exigências que são colocadas nos países do centro capitalista, para a extração da mais-valia relativa. Esta, ele entende, “como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base nas transformações técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho.” (MARINI, 2000b, p. 113) Difere, como afirma, da noção de produtividade.

Ao aumentar a produtividade, geram-se mais produtos no mesmo tempo, porém não mais valor. É

justamente este fato que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso lhe permite baixar o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais da produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. (MARINI, 2000b, 113-114)

Ao traduzir-se em lucro extraordinário, a mais-valia extraordinária altera a repartição da mais-valia entre os diversos capitalistas, sem afetar a taxa de exploração, ou seja, não incide sobre a taxa de mais-valia. Na medida em que essa inovação tecnológica se espalha, essa vantagem deixa de existir.

O que determina a taxa de mais-valia é a exploração do trabalho, ou seja, diz Marini

a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor da sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário. Só a alteração dessa proporção, num sentido favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a cota de mais-valia. Para isto, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens salários. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho. (MARINI, 2000b, p. 114-115)

Como mencionamos antes, a entrada da América Latina no mercado mundial teria contribuído para desenvolver o modo de produção “especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa.” (idem, p. 115). Uma das funções dos países da região na divisão internacional do trabalho era produzir o alimento consumido pelas populações urbanas dos países industriais.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de sobrevivência. O efeito dessa oferta (ampliada pela depressão dos preços primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas.” (MARINI, 2000b, 115)

O aumento da produtividade, escreve Marini, faz crescer mais que proporcionalmente o consumo de matérias-primas. Na medida que aumenta a mais-valia relativa,

Isso significaria que baixa o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que se eleva a composição-valor do capital. [...] Como a cota de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital avançado no processo de produção, isto é, salários, instalações, matérias-primas, maquinaria, etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser – sempre que implique, mesmo em termos relativos, uma elevação simultânea do capital constante empregado para produzi-la – uma baixa na cota de lucro. (idem, 116)

Esta contradição, seria contraposta por diversas possibilidades que orientam-se “tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente.” (MARINI, 2005a, p. 148)¹⁷⁷. Com alimentos e matérias-primas cada vez mais baratas sendo oferecidas no mercado internacional, as economias latino-americanas contribuem para a superação das tendências contraditórias da acumulação de capital.

Há um outro aspecto do problema que é mencionado por Marini:

Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da queda de preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, e em alguns momentos cai lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários. (MARINI, 2005a, p. 149)

¹⁷⁷ A mudança na edição do texto deve-se às dificuldades encontradas com a tradução da utilizada até então. Daqui em diante utilizaremos a publicação de 2005.

O intercâmbio de mercadorias expressa, teoricamente, diz Marini, a

troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, *as transferências correspondem à aplicações específicas das leis de troca*; no segundo, *adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas*. (MARINI, 2005a, p. 151, grifos nossos)

Uma nação que possui uma maior produtividade do trabalho pode apresentar preços de produção inferiores a de seus concorrentes, sem baixar os preços de mercado de forma significativa, que suas condições de produção contribuem para estabelecer. Ocorre, para a nação mais produtiva, o mesmo visto anteriormente tomando por perspectiva o capitalista individual: a obtenção de um lucro extraordinário. É natural, diz Marini, que “o fenômeno ocorra sobretudo entre nações industriais e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena.” (MARINI 2005a, p. 152) Quando a troca é realizada entre nações que produzem classes distintas de mercadorias, como matérias-primas e produtos manufaturados,

o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras *iludam* a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhe venda mercadorias a um *preço de produção mais baixo*, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor; já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 2005a, p. 152)

As nações que são desfavorecidas pela troca desigual não buscam corrigir a distorção produzida através do empenho em aumentar a produtividade do trabalho. Elas “procuram *compensar* a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.” (idem, p. 153, grifos nossos) No marco da troca entre as nações,

a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para

incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 2005a, p. 153-154)

Os mecanismos identificados por Marini que servem para compensar a perda de mais-valia no comércio internacional são de três ordens:

- a) aumentar a intensidade do trabalho, aumentando assim a mais valia através de uma maior exploração do trabalhador;
- b) prolongar a jornada de trabalho, o que é descrito por Marini como a *forma clássica* para o aumento da mais-valia absoluta, diferenciando-a dessa maneira da anterior e;
- c) a redução do consumo do operário

mais além do seu limite normal, pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em fundo de acumulação de capital', implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 2005a, p. 154-155)

Nos três mecanismos de exploração do trabalho Marini identifica um elemento fundamental em comum. Para ele,

a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é *obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro*; no último, porque lhe é *retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal*. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada), significam que o trabalho é *remunerado abaixo de seu valor* e correspondem, portanto, a uma *superexploração do trabalho*. (MARINI, 2005a, 156-157, grifos nossos)

Na medida que vai se convertendo em centro produtor de capital, a América Latina cria seus próprios modos de circulação. O ciclo do capital na economia dependente guarda especificidades, de acordo com Marini. Estas são o resultado do caráter desigual com que se dá o desenvolvimento, no seu interior, das relações capitalistas de produção – resultado de sua integração ao mercado mundial - que vão, paulatinamente, subordinando o conjunto de sua economia.

A formação do mercado interno latino-americano estava, porém, marcada por uma profunda contradição: para contribuir com a acumulação de capital com base na produtividade do trabalho nos países centrais, “a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana.” (iMARINI,

2005a, p. 162)

A partir de uma passagem do livro II de O Capital em que Marx aponta uma contradição no processo de acumulação capitalista ao pautar o duplo caráter dos trabalhadores - como produtores e consumidores de mercadorias¹⁷⁸ -, Marini vai afirmar a existência de uma diferença entre os países centrais e os dependentes, na relação que é estabelecida entre a fase da produção e da circulação de mercadorias. Nos últimos,

a produção [...] não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital [...] cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2005a, p. 162)

Nos países industrializados, ainda que esse duplo caráter do trabalhador se evidencie, há um movimento que acaba por contrapô-lo. Há, de acordo com Marini, uma forma do capital tratar o trabalhador na produção e outra no momento da realização. Desse jeito o descreve:

É assim como, em que pese o privilégio do capital pelo consumo produtivo do trabalhador [...], e se inclina a desestimular seu consumo individual, o qual lhe aparece como consumo improdutivo, isso se dá exclusivamente no momento da produção. Ao ser iniciada a fase da realização, essa contradição aparente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital *desaparece*, uma vez que o dito consumo (somado ao dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo, quer dizer, a forma dinheiro. (MARINI, 2005a, p. 163)

O consumo dos trabalhadores representa um recurso decisivo na demanda

¹⁷⁸ A nota transcrita do O Capital assim afirma: “Contradição do modo de produção capitalista: os trabalhadores são importantes para o mercado, enquanto compradores de mercadorias. Mas, como vendedores de sua mercadoria, a força de trabalho, tem a sociedade capitalista a tendência rebaixá-los ao menor preço possível.” Segue dizendo, “Outra contradição: as épocas em que a produção capitalista emprega todas as suas forças revelam-se em regra épocas de superprodução, pois as forças da produção nunca podem ser empregadas além do ponto em que além de se produzir mais valor, é possível realizá-lo; a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e portanto da mais-valia, está porém limitada, não pelas próprias necessidades de consumo, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade em que a maioria é pobre e está sempre condenada à pobreza, Trataremos desta matéria na parte seguinte.” (MARX, 1984c, p. 336) Na “Dialética da Dependência” Marini usa a primeira parte desta citação e em seguida diz que “Marx indica nesta nota a intenção de tratar na seção seguinte, a teoria do subconsumo operário, mas, como observa Maximilien Rubel [...] não chega a concretizá-la. Como não voltaremos a esta passagem, achamos importante três notas: a) na obra de Marx não nos parece haver a expectativa de uma “teoria do subconsumo operário”; b) o tema apontado na nota em particular foi desenvolvido no livro III na discussão da tendência e contratendências à queda da taxa de lucro; c) estranhamos a citação a Rubel para dar tratamento a esta questão. Nos perguntamos se, por acaso, não havia acesso a outros textos de referência sobre o tema. É uma passagem que merece atenção em outro momento.

para as mercadorias produzidas, sendo “uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação.”(idem, p, 163) As duas formas de consumo do operário tendem a se complementar, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam.

Na economia de exportação latino-americana, como a circulação se separa da produção e se desenvolve praticamente no mercado externo, o consumo dos trabalhadores não interferem na realização das mercadorias. Como resultado,

a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. [...] Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho. (MARINI, 2005a, p. 164)

À medida que essa economia se funda sobre o sacrifício das necessidades de consumo individuais, deprime o mercado interno e, tem por consequência, o mercado externo como única saída para a produção. Os lucros gerados pela atividade exportadora permite ao capitalista desenvolver um padrão de consumo que só pode ser satisfeito através das importações.

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera 'baixa', onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir -, se baseia na produção interna, a esfera 'alta' de circulação, própria dos não-trabalhadores - que é aquela que o sistema tende a ampliar -, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, 2005a, p. 165)

Nas economias capitalistas clássicas o desenvolvimento do mercado interno correspondia ao processo de acumulação em si. Ao separar o trabalhador de seus meios de produção criava, ao mesmo tempo, o operário assalariado e o consumidor. A correspondência entre a expansão do mercado e o ritmo da acumulação revelava-se na concentração da produção em bens de consumo popular. Os alimentos importados e o barateamento dos manufaturados, reduzindo o valor da força de trabalho, incidem diretamente sobre a taxa de mais-valia e isso, diz Marini, “é a razão fundamental pela qual a economia capitalista clássica deve se orientar para o aumento da produtividade do trabalho.” (MARINI, 2005a, p. 168)

A acumulação de capital sustentada pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho leva ao incremento da mais-valia e da demanda de mercadorias pela parte desta que não é acumulada. Isso significa, em outras palavras, que cresce o consumo individual das classes não produtoras, o que impulsiona a produção de bens

manufaturados e artigos supérfluos. Nestas economias a

circulação tende, portanto, a se dividir em duas esferas, de maneira similar ao que constatamos na economia latino-americana de exportação, mas com uma diferença substancial: a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe. (idem, p. 168-169)

Outro fator a contribuir para que esta ruptura não ocorra, escreve Marini, é que - dada a limitação para o comércio de bens supérfluos -, há um investimento na conversão destes produtos em mercadorias de consumo popular.

Analisando a industrialização latino-americana, ele afirma que esta se deu em bases completamente diferentes¹⁷⁹. Formada a partir das estruturas da economia exportadora, só experimentou alguma ampliação quando da ocorrência de crises internacionais que “fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação.” (MARINI, 2005a, p. 170) Ela nasce, na verdade, para atender a uma demanda já existente e se desenvolve em função das exigências dos mercados dos países centrais.

Com grandes contingentes humanos à disposição e uma indústria de baixo nível tecnológico, que faz com que o “*preço de produção* seja determinado fundamentalmente pelos salários, o capitalista industrial valer-se-á do excedente de mão-de-obra [...] para pressionar os salários no sentido descendente.” (idem, p. 171, grifos nossos) Com essas características e partindo do modo de circulação típico da economia exportadora,

a economia dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia. (MARINI, 2005a, p. 171)

Isso quer dizer, afirma Marini, que neste momento, a produção industrial latino-americana se dedicará à mercadorias que não entram – ou entram muito pouco – no consumo popular e, portanto, independem das condições salariais de seus trabalhadores. O valor das manufaturas não incidirá sobre o valor da força de trabalho;

¹⁷⁹ O que Marini trata por 'industrialização' é, de acordo com suas próprias palavras, “o processo pelo qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter em eixo da acumulação de capital. É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora, em que pese o fato de que se observa nessa economia atividades industriais.” (MARINI, 2005a, 169)

“não será [...] a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia.” (idem, p. 172) Dessa forma, o industrial deixa de se preocupar com o aumento da produtividade para depreciar a força de trabalho, e vai buscar o incremento da mais-valia por meio do aumento da exploração intensiva e extensiva do trabalhador, “assim como a redução de salários mais além de seu limite normal”. (ibidem) A oferta de mercadorias pode crescer às custas da redução da remuneração salarial pois estas não são, de todo jeito, parte do consumo individual do operário.

Quando, porém, é dado o momento em que a oferta coincide com a demanda constituída pela alta esfera, surge a necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, convertendo bens supérfluos em populares. Isso leva, diz Marini,

a dois tipos de adaptações na economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias. (MARINI, 2005a, p. 172)

O aumento da produtividade não vai significar o deslocamento do eixo do “modo de acumulação”, fundado sobre a superexploração do trabalho. À medida que a industrialização avança, as importações das economias latino-americanas vão sendo substituídas, de itens de consumo para matérias-primas, produtos semi-elaborados e máquinas industriais. Porém, o financiamento para este crescimento de importados não podia vir do setor externo, em crise desde há muito tempo. “É por isso que adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de investimentos diretos na indústria.” (MARINI, 2005a, p. 173) Por volta de 1950 o fluxo de capital para a periferia já se orientava, preferencialmente, para o setor industrial.

Além da periferia oferecer condições para maiores lucros, o grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais leva estas a se interessassem pela industrialização da América Latina. Seu o intuito é criar um mercado para sua própria indústria pesada e permitir a exportação para a região, do maquinário tornado obsoleto pelo ritmo acelerado do progresso técnico. Sobre este novo momento, Marini escreve:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente. (idem, p. 174-175)

A tecnicização da produção tem um impacto imediato sobre o mercado. O

desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração do trabalho leva à

redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo de trabalho total disponível para a produção, o que, na sociedade capitalista, se manifesta por meio da diminuição da população operária paralelamente ao crescimento da população que se dedica a atividades não produtivas, às que correspondem os serviços. (MARINI, 2005a, p. 176)

O progresso técnico em uma economia que se baseia sobre a maior exploração do trabalhador permite ao capitalista “intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real.” (idem, p. 177) Reproduz-se, em nova escala, as mesmas esferas de circulação do capital, já características das nações latino-americanas.

O novos recursos tecnológicos concentraram-se em setores que são

orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos domésticos, etc. sejam destinados necessariamente para esta última. (MARINI, 2005a, p. 177)

Como já se dava anteriormente,

toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia e traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente por que a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais valia – que da taxa de mais-valia. (ibidem)

Ao se localizar nos setores de produção de bens supérfluos, o aumento da produtividade do trabalho acaba por criar graves problemas de realização. O

recurso utilizado para solucioná-los tem sido o de fazer a intervenção do Estado (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), assim como fazer intervir a inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação [...]. (idem, p. 178)

Toda esta situação vai impor a necessidade da *expansão para o exterior*, de “desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo do capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial.” (MARINI, 2005a, p. 179) A exportação de manufaturas torna-se a “tábua de salvação” da economia que ao se sustentar na superexploração do trabalho é incapaz de “superar os fatores

desarticuladores que a afligem. (ibidem) A América Latina vê ressurgir, assim, o modelo da antiga economia exportadora.

Marini conclui dizendo que passou a usar o conceito de *subimperialismo* quando identificou, no Brasil, a acentuação dessas tendências. Sem fazer uma discussão maior sobre sua caracterização – entendia não ser ali o momento¹⁸⁰ – deixa uma breve descrição sobre o tema. Diz ele:

o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um *Estado militarista de tipo prussiano*, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma *forma particular* que assume a economia industrial que se desenvolve nos marcos do capitalismo dependente. (MARINI, 2005a, p. 179-180, grifos nossos)

2.5.2 Apontamentos para uma análise da problemática de Ruy Mauro Marini

Após o estudo da “Dialética da Dependência” e feita a leitura dos outros trabalhos que compõem o universo bibliográfico de Marini em nossa pesquisa, temos condições de estabelecer os pontos nos quais identificamos – dentro dos marcos da Teoria Marxista da Dependência já delineados na primeira parte deste capítulo - traços de uma problemática que lhe é própria.

Podemos dividi-la em quatro pontos: a troca desigual, a superexploração, o subimperialismo – e no esteio desse debate, o problema do Estado – e, por fim, a questão do ciclo do capital dependente.

Sobre o primeiro tema, queremos apreciá-lo no contexto de uma reflexão acerca da *lei do valor*. Nossa intenção é, a partir de textos de Marx, Mandel e Rosdolsky, analisar a assertiva de Marini, de que entre nações trocando mercadorias de classes distintas haveria, para aquela que detém o monopólio de um produto ou uma facilidade maior para sua produção, a possibilidade de *burlar* o que é pressuposto pela *lei do valor*.

Marini compreende, corretamente do nosso ponto de vista, que as leis do

¹⁸⁰ Diz ele: “Não pretendemos retomar aqui o tema, já que a caracterização do subimperialismo vai além da simples economia não podendo ser levada a cabo se não recorreremos também à sociologia e à política.” (MARINI, 2005a, p. 179, grifos nossos)

desenvolvimento do capitalismo no Brasil são uma “expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto.” (MARINI, 2005b, p. 184). Conseqüentemente, no segundo tema, partimos da afirmação da *superexploração* como fundamento da economia dependente, para analisá-la sob a *lei geral da acumulação capitalista* – da qual entendemos, ser a superexploração, uma lei derivada. Os autores utilizados A bibliografia utilizada neste ponto reúne textos de Marx, Mandel e Rosdolsky.

No terceiro momento, a discussão trata da análise do conceito de *subimperialismo* em sua dimensão, ao mesmo tempo, teórica e histórica. De início, é preciso apresentar o seu sentido e sua materialidade - formulados por Marini em textos anteriores e posteriores a “Dialética da Dependência”. Em seguida, verificar sua precisão no escopo da teoria marxista do imperialismo a partir dos clássicos escritos por Lenin, e Luxemburgo¹⁸¹. Em terceiro lugar, verificar sua correção analítica no tocante ao que pretende descrever, acerca das tendências identificadas no conjunto da economia e da sociedade brasileira, entre fins dos anos de 1960 e 1970.

Como um dos pressupostos para a discussão do subimperialismo, incluímos no ponto, de forma breve, a construção que Marini faz sobre a questão do Estado. Ele mesmo chama a atenção para a ideia de que o entendimento do fenômeno subimperialista passa não apenas pela economia, mas também pela política. Sua leitura sobre a forma do Estado brasileiro, a relação das classes constitutivas do bloco no poder, etc. são pontos chaves para podermos considerar corretamente a questão. Ela deveria ser um item específico à parte pela sua riqueza e importância no conjunto da obra de Marini. De toda forma, acabaria indo além da expectativa de nosso trabalho. Para preservar o foco, vamos enquadrá-la no ponto em que pode contribuir mais decididamente.

Por fim, o ciclo do capital dependente. Neste ponto está, em nosso entendimento, uma tentativa de síntese que Marini busca produzir, depois de “Dialética da Dependência”, especialmente a partir dos textos “La acumulación capitalista mundial y subimperialismo”, “Estado y crisis em Brasil” e “Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital”, este, considerado por Marini – como vimos na passagem biográfica do primeiro capítulo – uma continuação da “Dialética da Dependência”. Todavia, sua dificuldade, pensamos, é uma compreensão insuficiente

¹⁸¹ Estes dois últimos já sistematizados em suas linhas gerais na primeira parte deste capítulo.

da concorrência intercapitalista nos marcos do mercado mundial e nacional e, também, o privilégio que dá à análise do processo de acumulação dependente, pelo ciclo do capital-dinheiro¹⁸². Dessa forma não atenta para aspectos importantes que poderiam ser vistos se sua leitura tomasse também o ciclo do capital produtivo.¹⁸³ Em “Plusvalia extraordinária” há um esforço que caminha, parcialmente, para a superação desta limitação. O objetivo do ensaio é analisar a reprodução do capital – do capital social total -, no contexto de uma economia dependente baseada na superexploração do trabalho. Parte, para isso, dos esquemas da reprodução ampliada do livro II do *O Capital*. Esse é o momento fundante da discussão que ele indica ter iniciado na década de 1980 no México, acerca do *padrão de reprodução do capital dependente*. Este tema vem sendo o mote do desenvolvimento de trabalhos recentes, produzidos por antigos colaboradores seus, como, por exemplo, Osorio¹⁸⁴. De forma a tornar mais didática e sintética a discussão deste ponto, nós a desenvolveremos em conjunto com o ponto anterior, do sistema subimperialista. Nossa análise contará com os textos já citados de Lenin e Luxemburgo e, também, Marx, Mandel e Rosdolsky.

É verdade que muito do que já foi escrito até aqui traz elementos que nos permitem responder à parte dessas indagações e questionamentos. Faremos, da forma mais objetiva possível, um conjunto de apontamentos que – longe de pretenderem esgotar os temas propostos – possam pautar novas pesquisas e conduzir a ricos diálogos.

2.5.2.1 Troca desigual e a lei do valor

Até escrever a “Dialética da Dependência”, Marini formulava a questão das perdas dos países dependentes com o comércio exterior tendo por base que um dos

¹⁸² Essa perspectiva fica mais evidente com a leitura do artigo “El ciclo del capital en la economía dependiente” (1979). Uma tradução para o português foi publicada no Brasil recentemente. Ver Marini (2012b).

¹⁸³ Alguns destes aspectos estão presentes, ainda que superficialmente, em textos anteriores. Estamos chamando a atenção, aqui, especialmente para este esforço de síntese que Marini intenciona construir a partir da “Dialética da Dependência”.

¹⁸⁴ Ver Osorio (2012)

problemas estruturais que enfrentavam estes era “uma tendência constante à queda dos preços dos produtos exportados” (MARINI, 2012, 115) dada “pela estrutura de preços vigentes no mercado mundial. (idem, p. 52) A deterioração dos termos de troca era afirmada a partir dos textos cepalinos, identificada aí um mecanismo para a transferência de mais-valia aos países centrais, sem uma formulação que explicasse isso com base na lei do valor. Enfim, o mecanismo era reconhecido, mas não era explicado.

Rosdolsky (2001, p. 258) e Mandel (1982, p. 44-47) partirão de uma hipótese comum: para Marx (1980b, p. 648), “no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo se considera trabalho mais intenso, todas as vezes que a nação mais produtiva não é compelida pela concorrência a baixar o preço de venda de sua mercadoria ao nível do valor desta.”¹⁸⁵ Disso resulta que, apesar de produzir suas mercadorias com um quantum menor de trabalho – dada sua maior produtividade-, no “intercâmbio, o país favorecido recebe mais trabalho do que dá” (MARX, 1980d, p. 274)

Como vimos na “Dialética da Dependência”, Marini estabelece, pela regulação da lei do valor, o mecanismo de extração da mais-valia extraordinária que ele descreve como resultado do intercâmbio entre nações que produzem *a mesma espécie de mercadorias*. Este mecanismo, no âmbito do comércio exterior, está descrito no livro III de O Capital ao explicar o *superlucro* auferido por países com maior produtividade quando concorrem com outros cujo trabalho é menos produtivo. Diz Marx:

Na medida em que o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de peso específico superior [...] como tal é vendido. [...] O mesmo se dá com o fabricante que utiliza invenção nova antes de ela generalizar-se, vendendo mais barato que os competidores e apesar disso vende a mercadoria acima do valor individual, isto é, faz valer como trabalho excedente a produtividade especificamente mais alta do trabalho que emprega. (Idem, p. 273)

O que na posição de Marini conflitua com a ideia construída pelos dois autores acima a partir do texto de Marx, é a contradição com a lei do valor que enxerga no intercâmbio promovido por nações que *trocaram mercadorias de espécies diferentes*.

No texto “Sobre a Dialética da Dependência”, de 1973, ele se coloca de uma forma diferente. Parte da afirmação de que as economias que se integram ao mercado mundial possuem diversas composições orgânicas do capital, no que implicaria para

¹⁸⁵ A ideia de “considerar trabalho mais produtivo” como “trabalho mais intenso” ou “trabalho potenciado” será objeto de uma breve discussão abaixo.

distintas formas e graus de exploração do trabalho. À medida em que corre o intercâmbio entre elas, vai sendo formado um preço comercial, cuja referência é o valor das mercadorias produzidas. Em consequência, diz Marini,

o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes. Em termos estritamente econômicos, as economias industriais se defrontam com essa situação recorrendo a mecanismos que tem como resultado extremo as diferenças iniciais em que se dava o intercâmbio. É assim como lançam mão do aumento da produtividade, com o fim de rebaixar o valor individual das mercadorias em relação ao valor médio em vigor e de elevar, portanto, sua participação no montante do valor trocado. Isso se verifica tanto entre produtores individuais de uma mesma nação quanto entre as nações competidoras. Entretanto, esse procedimento, *que corresponde ao intento de burlar as leis do mercado mediante a aplicação delas mesmas*, implica na elevação da composição orgânica e ativa a tendência à queda da taxa de lucro. (MARINI, 2005, p. 185-186, grifos nossos)

A mudança que opera em seu argumento quanto ao papel do ganho de produtividade pelo capitalista individual – no caso aqui, expressa como uma nação industrializada - como forma de aumentar sua participação “no montante do valor trocado”, revela uma compreensão correta do funcionamento do mecanismo da mais-valia extraordinária, mas ao tratá-la como um “intento de burlar as leis do mercado”, revela uma incorreção, ao nosso ver, na apreensão no processo de apropriação da mais-valia na dinâmica da concorrência inter-capitalista.

De todo jeito, *não* conseguimos identificar na leitura de seus textos o que sustenta essa nova posição. Fica claro, porém, que agora, até mesmo o mecanismo de extração de uma mais-valia extraordinária, ao possibilitar a venda de uma mercadoria abaixo de seu valor social, mas acima de seu valor, incorreria em uma burla da lei.

O capítulo em que Marx trata da mais-valia extraordinária, está dedicado, na verdade, à definição da mais-valia relativa. Antes da apresentação da primeira, ele não deixa de fazer um alerta:

Não examinaremos agora o modo com as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento dos capitais particulares, como se impõem coercitivamente na concorrência e surgem na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação. Mas, desde já, está claro: a análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza íntima do capital, do mesmo modo que só podemos entender o movimento aparente dos corpos celestes, depois de conhecer seu movimento verdadeiro que não é perceptível aos sentidos. Não obstante, para tornar compreensível a produção da mais-valia relativa passaremos a fazer algumas considerações tomando por base os resultados a que chegamos até agora. (MARX, 1980a, p. 364)

A mais-valia extraordinária é o mecanismo que responde, diretamente, pela

concorrência capitalista no interior de um determinado ramo. A sua descrição no livro I, seguida da afirmação de que o “trabalho de produtividade excepcional opera como trabalho potenciado ou cria, no mesmo espaço de tempo, valor mais elevado que o trabalho social médio da mesma espécie” (MARX, 1980a, p. 366), produziu algumas polêmicas¹⁸⁶. Nosso entendimento, porém, é que não há contradição entre isto que Marx afirma e o que se materializará no livro III. Para o capitalista individual, é assim que lhe *aparece*, é como vem à consciência o trabalho mais produtivo. É parte do mesmo fenômeno que torna a origem do lucro e o processo de produção do capital em si, algo absolutamente estranho para o capitalista. Ele vê-se como a personificação do valor, tal qual o trabalho pretérito que domina o trabalho vivo e o converte em simples objeto.

Dessa relação transtornada surge necessariamente, já na simples relação de produção, a correspondente concepção invertida, uma percepção transposta que se desenvolve com as transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito. (MARX, 1980d, p. 49)

Essa concepção invertida que se desenvolve durante o processo de circulação acaba por explicar o excedente, resultado da produção capitalista, como sendo um acréscimo ao valor, produzido pelo próprio capital.

Sabe-se que produz esse valor novo, ao movimentar-se através dos processos de produção e circulação. Mas fica dissimulada a maneira como isso ocorre, parecendo que o valor excedente provém de propriedades ocultas, inerentes ao próprio capital. (MARX, 1980d, p. 52)

A definição precisa sobre a formação do lucro, a formação dos preços, a verificação de como se dá a apropriação da mais-valia pelos diversos capitais nos diversos ramos da produção e entre estes, serão trabalhados por Marx apenas no livro III de O Capital.

Marini, neste momento particular do “Sobre a Dialética da Dependência”, parece não concordar com a ideia de trabalho potenciado e não entende a transferência da mais-valia como uma imposição da concorrência entre os diversos capitalistas, em conformidade com a lei do valor.

Um parágrafo abaixo no texto ele desenvolve uma outra ideia. Diz ele que a

presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais [...].
A transferência de lucros e, conseqüentemente de mais-valia para os países industriais *aponta no sentido de formação de uma taxa-média de lucro em nível internacional*, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência

¹⁸⁶ Ver Carcanholo (2013, p. 103-117) e Mandel (1982, p. 64-66)

estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância que na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações comerciais internacionais, cede progressivamente lugar a primazia do preço de produção (o custo da produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia, no caso dos países dependentes). Somente então se pode afirmar que a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital. (MARINI, 2005b. p. 187, grifos nossos)

Esta passagem trata de uma questão que é compartilhada com Dos Santos e Bambirra: a atuação das empresas multinacionais com o envio de lucros para as matrizes, o pagamentos dos serviços da dívida externa, o pagamentos de fretes, de seguros, de patentes, etc. são instrumentos que culminam na transferência de mais-valia às economias centrais, comprometendo o processo de acumulação primitiva das nações dependentes.

A particularidade de Marini aqui – fora a noção de intercâmbio desigual – é colocar este tema no contexto da formação dos preços de produção e apontar para – o que nos parece uma chave ao entendimento de outros temas de sua obra – a constituição de uma *taxa média de lucros no escopo do mercado mundial*.

A análise deste desenvolvimento nos obriga a uma breve apreciação do tema da concorrência - como imposição do caráter social da produção aos capitais individuais - a partir da aplicação da lei do valor no âmbito de uma sociedade dada e do mercado mundial. Nestes termos, será preciso também verificar, do ponto de vista da produção de mercadorias, o processo de formação dos preços de produção e sua relação, respectivamente, com o valor e o preço de mercado.

Com composições orgânicas e graus de produtividade muito diferentes, os capitais particulares dispõem quantidades diferentes de trabalho, dando origem à diferentes valores individuais para cada mercadoria. Para cada ramo é possível estabelecer um valor médio (ou de mercado). Esses se constituem como “o valor médio das mercadorias produzidas em um ramo ou o valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias do ramo.” (MARX, 1980d, p. 202) Em outras palavras, trata do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria nas condições de produtividade média do ramo.

Partindo da definição que o valor individual da mercadoria corresponde à soma de $c + v + m$, temos que c é o capital constante, v o capital variável - despendidos no processo de fabricação - e m a mais-valia proporcionada. Quando aplicada uma inovação técnica ou tecnológica que repercute no aumento da produtividade, o capitalista consegue produzir, com o mesmo trabalho, uma quantidade maior de

mercadorias. O que o motiva a fazer isso? A obtenção de um superlucro.

Este capitalista inovador venderá sua mercadoria que foi produzida em uma condição superior àquela que constitui a média do ramo em que atua. Isso significa que seu valor individual será inferior aquele estabelecido socialmente, o valor social ou de mercado. Supondo isso, poderíamos inferir que seu objetivo não seria alcançado. Vendendo a mercadoria pelo seu valor, ele teria de garantir a realização de uma massa maior de produtos para, no fim, resultar no mesmo quantum de mais-valia produzida antes do incremento produtivo. O problema, diz Marx, é que o “verdadeiro valor de uma mercadoria [...] não é o valor individual e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção.” (MARX, 1980a, p. 365) Disso resulta que a mercadoria poderá ser vendida acima de seu valor individual e abaixo do valor médio, obtendo o capitalista condições relativamente mais vantajosas para a realização da sua produção auferindo um superlucro.

Ao serem colocados na esfera da circulação, não há produção de mais valor. A remuneração a mais que este capitalista recebe é, na verdade, a mais-valia que outros capitalistas deixam de realizar. O trabalho menos produtivo é penalizado a favor do trabalho de maior produtividade.

À medida em que, por efeito da necessidade de preservar a sua condição de realizar a mais-valia, forem disseminando entre os outros capitalistas do ramo aquela inovação, seus efeitos vão sendo mitigados e prevalece a tendência à homogeneização no interior do ramo.

Há ainda neste processo a ação da relação entre a oferta e a necessidade social por determinada mercadoria. Em um quadro em que a oferta e a demanda daquela mercadoria encontra-se em relativo equilíbrio, o valor médio regula a relação e as firmas que produzem em condições de maior produtividade obtêm um superlucro, enquanto as que operam em piores condições não vão realizar toda a sua mais-valia. Quando o cenário é de baixa demanda, o valor é regulado pelas mercadorias produzidas nas melhores condições. Quando, por fim, a oferta não consegue suprir a demanda, o valor das mercadorias produzidas nas condições menos favoráveis é que regulam a relação. Nestas condições, a maioria das indústrias do ramo vão obter um superlucro. Esta variável, portanto, combina-se com o dado da composição orgânica e da produtividade do trabalho, interferindo, também, na repartição da mais-valia entre os capitalistas individuais.

A síntese desta equação pode ser tomada a partir da passagem em que Marx afirma que:

Para certas mercadorias, o valor individual está abaixo do valor do mercado (para produzi-las é mister menos tempo de trabalho que o indicado pelo valor de mercado), para outras está acima. [...] Só em conjunturas excepcionais, as mercadorias produzidas nas piores condições ou produzidas nas condições mais favoráveis regulam o valor de mercado, que constitui por sua vez o centro das flutuações dos preços de mercado. Quando a oferta das mercadorias ao valor médio [...] satisfaz a procura corrente, realizam as mercadorias de valor individual abaixo do valor de mercado, mais valia extra ou superlucro, enquanto as de valor individual acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas. [...]

Se a procura, entretanto, é tão forte que não se contrai, quando preço se regula pelo preço das mercadorias nas piores condições, determinam estas o valor de mercado.[...] Finalmente, se a massa das mercadorias produzidas é maior que a que se pode escoar aos valores médios de mercado, regulam o valor de mercado as mercadorias produzidas nas melhores condições. (MARX, 1980d, p. 202)

Todo capital, submetido à concorrência, vai buscar as mesmas oportunidades para a obtenção daquela mais-valia extraordinária. Diz Marx: “A mesma lei que determina o valor pelo tempo de trabalho e leva o capitalista que aplica o novo método a vender sua mercadoria abaixo do valor social impele seus competidores, coagidos pela concorrência, a adotar o novo modo de produção.” (MARX, 1980a, p. 366-367). Quando isso acontece e a vantagem já não existe mais, a grande maioria das empresas estarão operando pelas condições médias e o valor individual da mercadorias dos diversos capitais – salvo aqueles que ainda estiverem operando com a tecnologia antiga – equivalerá ao valor médio do ramo.

Para que este nivelamento será tanto mais rápido, quanto mais “livre” for a concorrência. Isso significa, diz Marx, mobilidade do capital - sem interposição de monopólios de qualquer tipo - e da força de trabalho.

Essa mobilidade, que permite ao capital buscar melhores condições de se valorizar através da obtenção de um superlucro no interior de um ramo, expressa-se, também, no deslocamento dos capitais entre os diversos ramos da produção. Buscam, enfim, atividades que lhes sejam remuneradas a uma maior *taxa de lucro*.

Definida pela relação entre a massa de mais-valia e o capital total *adiantado* – e não apenas aquele que foi despendido com a produção de uma mercadoria -, teremos entre os diversos ramos distintas taxas de lucro¹⁸⁷. Estas taxas, por força da

¹⁸⁷ Marx chama a atenção para o efeito também do tempo de rotação dos capitais na conformação diferentes taxas de lucro. Diz ele: “com a mesma composição dos capitais e invariáveis as demais condições, as taxas de lucro se comportam em razão inversa aos tempos de rotação e também que, o mesmo capital variável, quando roda em prazos diferentes, produz quantidades diferentes de

concorrência, *tendem* a igualar-se em uma média que é a *taxa geral de lucro*. Ela será determinada, ao mesmo tempo, pelas diferentes taxas de lucro dos diversos ramos e, também, “pela repartição do capital total da sociedade nesses diferentes ramos, portanto pela magnitude relativa do capital aplicado em cada ramo particular e, por isso, a uma taxa particular de lucro; vale dizer, pela proporção das cotas do capital total da sociedade, absorvidas pelos ramos particulares da produção.” (MARX, 1980d, p. 185)¹⁸⁸. A taxa daí resultante torna-se, assim, a mesma em todos os ramos. A partir de sua definição calcula-se o lucro médio, expressão percentual da taxa média em relação à magnitude do capital investido em cada um daqueles. Daí obtemos o *preço de produção* da mercadoria, resultado do acréscimo do lucro médio ao *preço de custo* do produto. Como descreve Marx nesta passagem:

Do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagens uniformes, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui. Assim, regula-se inteiramente pelo dispêndio feito dentro do respectivo ramo o preço de custo [...]. Mas, diversamente, o outro componente do preço das mercadorias, o lucro acrescentado ao preço de custo, não se regula pela quantidade de lucro que determinado capital produz em determinado ramo em dado tempo, e sim pela quantidade de lucro que corresponde em média, em dado período, a cada capital aplicado *como parte alíquota do capital global da sociedade empregado em toda a produção*. (MARX, 1980d p. 180, grifos nossos)

Tomando agora em perspectiva, não mais apenas um ramo, mas o conjunto das condições sociais de produção, o processo de nivelamento da taxa de lucro em direção a sua média – movimento que resulta na formação da taxa geral – e a formação dos preços de produção, assim como vimos na mais-valia extra, também provocará uma transferência de valor. Para entendermos como se dá este mecanismo, é preciso tomar por base dois pressupostos: o primeiro, é observar que Marx assume, como ponto de partida, a massa de todos os valores produzidos em um ano, ou seja, o produto social em seu conjunto é tomado à priori¹⁸⁹; e o segundo, que na

mais-valia anual. A diversidade dos tempos de rotação é portanto outra causa de capitais de igual magnitude em diferentes ramos de produção não produzirem lucros iguais e de assim diferirem as taxas de lucro nesses diversos ramos.” (idem, p. 171)

¹⁸⁸ Para fins de exposição Marx utiliza magnitudes iguais de capitais por cada ramo, diferenciando-os pela composição orgânica (*c/v*) e suas respectivas massas de mais-valia. De toda forma, a equação matemática não guarda complexidade: dada magnitude global dos capitais por ramo (*a*) e a mais-valia produzida em cada um (*b*). A taxa média de lucro será o resultado da divisão (*b/a*).

¹⁸⁹ A “soma do lucro de todos os ramos de produção deve ser igual à soma das mais-valias, e a soma dos preços de produção da totalidade do produto social, igual a soma dos valores.” (MARX, 1980d,

esfera da circulação não há a criação de qualquer valor adicional. Portanto, o que temos, é a redistribuição da mais-valia produzida no conjunto dos ramos, à favor daquele que opera em melhores condições (de maior produtividade). Se “um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isso só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias abaixo de seu valor.” (MANDEL, 1982, p. 66). Como Marx sugere nesta passagem:

Os capitalistas de diversos ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores de capital consumidos para produzi-las, mas, a mais-valia (ou lucro) que colhem não é a gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias e sim a que cabe a cada parte alíquota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro) global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos. (MARX, 1980d, p. 180)

O preço de produção passa a ser o centro regulatório na esfera da circulação. Pela concorrência, todos os capitais *tendem* aos capitais de composição média e, assim, ao lucro médio¹⁹⁰. Marx vai ser explícito ao dizer que

se as mercadorias se vendem por seus valores, surgem, conforme vimos, taxas de lucro bem diferentes nos diferentes ramos, segundo a composição orgânica diversa das massas de capital nele aplicadas. O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e lança-se no que tem a taxa mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos segundo sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos, transformando-se por isso os valores em preço de produção. (MARX, 1980d, p. 221)

Na análise deste processo, diz Mandel (1982, p. 63), ainda que se tenha uma completa mobilidade do capital, “não há um nivelamento imediato da taxa de lucro. Um período considerável separa o momento inicial em que uma descoberta tecnológica recebe uma aplicação produtiva [...] do momento em que ocorre um nivelamento a taxa de lucro.”

O tempo para o nivelamento é tanto mais longo quanto maiores forem os obstáculos ao movimento do capital entre os diversos setores da economia. Falávamos um pouco mais acima que a persistência de monopólios era um desses

p. 197, grifos nossos)

¹⁹⁰ “Mas é evidente que a uniformização dos ramos de composição diversa, sempre tenderá necessariamente para nivelá-los aos ramos com composição que corresponde à média social de maneira exata ou apenas aproximada. [...] Para os capitais de composição média ou quase média, de maneira total ou aproximada, coincide o preço de produção com o valor, e o lucro, com a mais-valia por eles produzida. Sob a pressão da concorrência propendem a se equiparar com eles todos os outros capitais, qualquer que seja a composição. Mas, uma vez que os capitais com essa composição média são iguais ou quase ao capital social médio, tendem todos os capitais, qualquer que seja a mais-valia produzida, a realizar, em vez dessa mais-valia, o lucro médio, por meio dos preços das mercadorias, ou seja, a realizar os preços de produção.” (MARX, 1980d, p. 197)

fatores. Por desfrutar de condições muito particulares no processo de acumulação – um elevado grau de centralização e concentração de capitais - dificultando enormemente a entrada de outros concorrentes e, assim, permitindo a existência de superlucros duradouros. Qualquer constrangimento à liberdade de comércio no interior da sociedade ou mesmo dificuldades para o deslocamento da força de trabalho de um ramo ao outro – seja de ordem legal ou técnica -, são obstáculos para o nivelamento das disparidades entre os ramos¹⁹¹.

Esse tendência ao nivelamento da taxa geral de lucros não pode prescindir, necessariamente, de uma homogeneização das condições sociais da produção capitalista. O “capital consegue essa equiparação na medida em que se desenvolve o capitalismo em dada sociedade nacional, em que as condições do país considerado se adaptam ao modo capitalista de produção.” (MARX, 1980d, p. 221)

Quando nos deslocamos para o comércio exterior, identificamos, nos autores que usamos para subsidiar nossa análise, uma diferença importante sobre as possibilidades de uniformização das condições de produção de tal modo que sobrevenha a nivelção da taxa de lucro em escala mundial. De um lado, Rosdolsky (2012, p. 259) ao citar Grossman, trabalha a ideia de que existe no comércio internacional uma “tendência a nivelar as taxas de lucro”. Desta forma, as mercadorias do país com uma composição orgânica, na média, mais elevada, serão vendidas a preços de produção maiores que seus valores. Enquanto isso, as mercadorias produzidas pelos países cujos capitais são de composição orgânica mais baixa, são vendidas a preços de produção, em geral, mais baixos que seus valores.

Para Mandel, por sua vez,

no contexto do comércio internacional, as condições prévias colocadas por Marx para a formação dos preços de produção e valores uniformes de mercado – a saber, intensidade do trabalho média e globalmente válida, mobilidade em larga escala do capital e da força de trabalho, nivelamento das taxas de lucro – não existem ou só existem raramente. Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica de

¹⁹¹ Há uma passagem para a qual precisamos ter atenção: “Esse nivelamento encontra obstáculos maiores, quando ramos de produção numerosos e importantes, explorados por métodos não capitalistas (por exemplo, a lavoura dos pequenos agricultores) se interpõem entre as empresas capitalistas e com elas se entrelaçam” (MARX, 1980d, p. 221). Isso explicita, ao nosso ver, uma dificuldade adicional nas sociedades dependentes – a verificar o grau de desenvolvimento das relações capitalistas de produção e a submissão de setores tradicionais à dinâmica de acumulação do capital - para o nivelamento da taxa de lucro e a formação dos preços de produção. Um desdobramento particular poderíamos tirar de Luxemburgo a partir do que vimos sobre seu pensamento anteriormente. Ao trabalhar com a noção de “acumulação por absorção” e seu resultado - a destruição das relações pré-capitalistas – reforça, por sua vez, a homogeneização das condições da produção social o que facilitaria o nivelamento da taxa de lucro em escala internacional ou, mais precisamente, no âmbito daquilo que compreende como o “mercado interno”.

diferentes níveis de produtividade e como a consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas; e é justamente a unidade que determina, nesse caso a falta de homogeneidade. (MANDEL, 1982, p. 69)

Para ele, a formação dos preços do mercado mundial e seus efeitos sobre os mercados nacionais obedecem à seguinte lógica, estritamente sob os efeitos da lei do valor:

- a) A limitação para o estabelecimento de preços uniformes apenas em mercados nacionais determina uma variação no valor das mercadorias em diferentes países, condicionados por diferentes níveis de produtividade, graus diversos de exploração da força do trabalho, etc. “No mercado mundial, o trabalho de um país é considerado mais intensivo, de maneira que o produto de um dia de trabalho nesse país é trocado pelo produto de trabalho de mais de um dia de trabalho num país subdesenvolvido.” (MANDEL, 1982, p. 47)¹⁹²;
- b) Pela exportação de mercadorias de um país com maior produtividade para um outro de composição orgânica média mais baixa, “os possuidores dos artigos exportados garantem um superlucro, porque podem vender suas mercadorias a um preço acima do preço de produção em seu próprio mercado interno, mas abaixo do valor 'nacional' das mesmas no país importador” (idem, p. 48);
- c) Se o tamanho dessa exportação for suficiente para dominar todo o mercado do país importador, o valor desta, produzida no mercado doméstico, se nivelará com o valor dela no país exportador, eliminando, assim o superlucro;
- d) Se um país possui o monopólio da produção de uma determinada mercadoria, “as condições de produção da mesma constituirão as pré-condições para o preço do mercado mundial (e isso acarreta um superlucro monopolista, muito acima do lucro médio corrente do país produtor).” (ibidem)
- e) Se a mercadoria não for produzida ou exportada por nenhum país que

¹⁹² Vimos, no caso do capitalista individual, como isso interfere na produção da mais-valia extra. Neste caso, o mecanismo é o mesmo e interfere no estabelecimento do preço de mercado de cada mercadoria, sob os quais se realizará a transferência da mais-valia em vantagem para a economia de maior composição orgânica média.

possua sobre ela o monopólio,

seu valor no mercado mundial será determinado pelo nível internacional médio dos valores da mercadoria necessários para satisfazer toda a demanda internacional monetariamente efetiva. Esse valor médio pode então superar o do país mais produtivo, assim como pode permanecer muito aquém do valor no país mais atrasado. (MANDEL, 1982, p. 48)

Ou seja, o valor da mercadoria será determinado pelo “nível internacional médio da mercadoria” até o ponto da demanda solvável. Isso explicaria, de acordo com Mandel, a flutuação do preço de alimentos que, em falta no mercado mundial, “os produtos das áreas relativamente menos férteis, que normalmente nem seriam exportados, passam imediatamente a determinar o preço no mercado mundial.” (ibidem)

f) Se um país com o nível médio de produtividade abaixo da média mundial, produzir certas mercadorias exclusivamente para a exportação, o valor destes artigos não serão estabelecidos pelo quantum de trabalho necessário para sua fabricação, mas pela quantidade de trabalho que seria dispensada caso fosse realizada com o nível médio de produtividade. Apesar de poder conseguir um lucro absoluto – dada as condições para a exploração da força de trabalho e a obtenção de capital circulante – ele sofrerá uma perda relativa para aqueles que importam tais artigos. Isso porque “em troca das quantidades de trabalho gastas na produção desses bens, ele recebe o equivalente a uma menor quantidade de trabalho.” (MANDEL, 1982, p. 48)

No artigo “As razões do neodesenvolvimentismo” (1978), Marini volta ao tema. Os autores das “Desventuras da Dialética da Dependência”, para não discutir o intercâmbio desigual e a transferência de valor – e, assim, facilitar a desconstrução da ideia do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” - apelam para o seguinte argumento: “não havendo mobilidade da força de trabalho fica difícil estabelecer-se, em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, o qual, por sua vez, é crucial como requisito para a operação da lei do valor” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 49)

Em resposta à Cardoso e Serra, Marini diz:

A mobilidade da força de trabalho não influi em nada no *conceito* de tempo de trabalho socialmente necessário, em escala nacional ou internacional. Seguramente [...] o tempo de trabalho socialmente necessário não se determina pela *circulação* da força de trabalho, mas é exclusivamente função

do desenvolvimento das forças produtiva, do grau de destreza, de produtividade e de intensidade média da força de trabalho na produção. A única coisa que cabe à circulação é *comparar os tempos de trabalho* necessário para a produção de mercadorias, isto é, comparar os valores destas; sobre esta base se determina o preço comercial de cada uma, isto é, se estabelece entre elas uma *relação de preços que*, por muito que varie pela ação da oferta e da demanda, *gira em torno da comparação dos valores*. O único efeito que pode ser derivado da mobilidade internacional de mão de obra se refere aos *preços de produção*, ao favorecer, nesse plano, a formação do lucro médio. (MARINI, 2000c, 178, grifos do autor)

A resposta de Marini está correta. A única dúvida que persiste é se, ao final, ele está revendo a possibilidade de haver – sem a liberdade absoluta de mobilidade da força de trabalho, em um grau de homogenização da produção capitalista em escala global – o nivelamento, no âmbito do mercado mundial, da taxa de lucro. Uma outra pergunta é se está deixando de supor que o intercâmbio desigual é feito por base da *burla* da lei do valor. Ao fazer a descrição do mecanismo que opera a transferência de mais-valia, ele utilizará o argumento que, desde o “Dialética da Dependência” parecia negar. Tudo indica, reviu sua posição. Diz ele:

Se queremos saber como o aumento da produtividade atua sobre os preços internacionais, é necessário ter presente que 'no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo é considerado ao mesmo tempo mais intensivo, sempre e quando a nação mais produtiva não se veja obrigada pela concorrência, a diminuir o preço da venda de suas mercadorias até o limite de seu valor.' Em outras palavras, ainda que a produtividade diminua o valor unitário da mercadoria, esta pode ser vendida no mercado mundial acima de seu valor, se a concorrência não atua em sentido contrário. 'A jornada mais intensiva de trabalho de uma nação se traduz numa expressão monetária mais alta que a jornada menos intensiva de outro país.' Esta é a razão fundamental pela qual as relações de intercâmbio entre as economias capitalistas avançadas e dependentes [...] levam normalmente a que se operem transferências de valor via preços, isto é, que se realize intercâmbio desigual, que corresponde a deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo das últimas. (MARINI, 2000c, p. 187)

Ainda que insira a noção de intercâmbio desigual com certa centralidade em alguns de seus textos, o deixa de fazer, porém, em outros. De todo jeito, as pistas que temos, nos permitem – não sem um certo grau de arbítrio – construir um quadro referencial mais amplo em que se identifica uma coerente conexão entre seus elementos conceituais centrais. É dessa forma que, na leitura de sua obra, como uma consequência do intercâmbio desigual e dos demais mecanismos de transferência de mais-valia, chegamos à noção de *superexploração*.

2.5.2.2 A superexploração do trabalho e a lei geral da acumulação

Em 1965, no seu artigo “Contradições e conflitos no Brasil Contemporâneo”¹⁹³, Marini comenta a opção política da burguesia brasileira ao aderir ou promover o golpe militar, de “aceitar o papel de sócia-menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e ter *decidido intensificar a capitalização rebaixando ainda mais o nível de vida popular[...]*” (MARINI, 1965a, p. 78, grifos nossos)¹⁹⁴. Mais a frente, ainda neste mesmo ano, ao analisar o processo de integração imperialista da economia brasileira ele afirma que a burguesia, dada sua aliança com o latifúndio – mantendo intacta a estrutura agrária – e com o capital estrangeiro – que resulta na intensificação da modernização industrial e tecnológica - “não pode contar com um desenvolvimento suficiente do mercado nacional para absorver o aumento da produção resultante da modernização tecnológica. Não resta outra alternativa senão tentar a expansão externa [...]” (MARINI, 1965b, p. 25) A expansão imperialista da burguesia brasileira - tal como descreve aqui este movimento em direção aos mercados externos -

tem que se basear na exploração da massa trabalhadora nacional. Isto devido à necessidade de manter a produção num nível de competição internacional, necessidade esta que precisa de salários baixos e força de trabalho prontamente obtível ou seja, alto índice de desemprego. Outra razão é o fato de que uma maior exploração desenvolva-se simultaneamente com um aumento do capital norte-americano, necessitando portanto a extração de um super-lucro da classe trabalhadora. (idem, p. 29)¹⁹⁵

Nesses primeiros escritos de Marini, a exploração da classe trabalhadora aparece como resultado de uma política que tem por base objetiva a associação da burguesia brasileira ao capital estrangeiro e sua integração ao imperialismo. Ela se

¹⁹³ Este artigo constituirá, junto com “Interdependência Brasileira e integração imperialista” - acrescido de uma terceira parte inédita –, o texto “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, de 1968 e será publicado no livro “Subdesenvolvimento e Revolução”, em 1969. Para nós MARINI(2012)

¹⁹⁴ Na “Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil” lê-se assim esta mesma passagem: “O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, tenha aceitado o papel de sócia menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e tenha decidido intensificar a capitalização – baixando ainda mais o nível de vida do povo [...]” Marini (2012, p. 108).

¹⁹⁵ Esta passagem encontra-se no texto de 1968 da seguinte maneira: “A expansão imperialista da burguesia brasileira tem de que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo – o que implica salários baixos e mão de obra disponível, isto é, um elevado índice de desemprego -, seja porque se dá junto a um aumento da penetração dos capitais estadunidenses, o que exige a extração de um sobrelucro da classe operária.” Marini (2012, p. 131) A partir de agora, sempre que fizermos referência a algum conteúdo dos textos de 1965, vamos utilizar o artigo publicado no “Subdesenvolvimento e Revolução”.

materializa, como vemos na citação, em uma resposta à necessidade de produzir mercadorias mais competitivas internacionalmente e, ao mesmo tempo, com isso, obtendo um superlucro “a seu sócio maior estadunidense.” (MARINI, 2012, p. 157)

Será em “Subdesenvolvimento e Revolução”, escrito em 1967, que aparece a categoria de *superexploração* do trabalho como uma compensação à transferência de valor dos países latino-americanos para os do centro do sistema, constituindo-se como o elemento característico das economias subdesenvolvidas. Ainda que tratando das economias exportadoras do século XIX, assim escreve:

Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção.

As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o *valor absoluto da mais-valia* criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. *A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.* (MARINI, 2012, p. 52, grifos nossos)

A superexploração permanece se impondo e se aprofunda no processo de industrialização das economias periféricas, no quadro já descrito de sua integração ao imperialismo. Como consequência imediata desta realidade está a pauperização da população trabalhadora. Diz Marini:

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas em sua especificidade, acentuo-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. *A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo se expressa aqui com toda brutalidade* (idem, p. 63, grifos nossos)

O pauperismo aparecerá em textos posteriores e com a mesma ênfase. Escrito em 1969 e publicado também em “Subdesenvolvimento e Revolução”, no artigo “Vanguarda e classe”, podemos ler:

O desenvolvimento do capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas. Em relação ao funcionamento do sistema, isso se traduziu no crescimento constante da capacidade de produção frente ao enfraquecimento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno. (MARINI, 2012, p. 164)

A partir da “Dialética da Dependência” esta dicotomia tende a ser relativizada com o estabelecimento das “duas esferas de circulação”, ainda que na descrição do processo de industrialização Marini já reconhecia a existência de uma demanda prévia por mercadorias destinadas ao consumo suntuário, foco da política de substituição de importações. Como pudemos observar em um ponto anterior de nosso texto, serão as classes médias aquelas a serem incluídas na esfera alta da circulação a partir de um esquema regressivo de distribuição de renda pelos governos militares no Brasil, agudizando o divórcio entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas¹⁹⁶.

Mesmo que reconheça a possibilidade de nas fases de ascenso dos ciclos parte das classes trabalhadoras possam ter acesso a tais bens, a superexploração delimita *estruturalmente* a quem são dirigidos. Em uma passagem de “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo” (1977), polemizando com Salama (1976) que defenderia a existência – em condições específicas de recomposição do emprego industrial - de certas interseções entre as duas esferas diz Marini:

Se a demanda suntuária é sustentada fundamentalmente pela classe capitalista e pela pequena burguesia média e alta, são a elas que tal demanda deve atribuir-se, e não aquele contingente de operários – maior ou menor, segundo a fase do ciclo – que pode ter acesso à mesma (MARINI, 1977a, p. 17, livre tradução)

Um dos elementos básicos objetivos sobre os quais se assentam a superexploração é a existência de um enorme exército industrial de reserva nas economias periféricas. Já vimos como ele é produzido¹⁹⁷, mas o que determina a flutuação da superpopulação relativa no contexto da produção capitalista dependente não fora até aqui suficientemente desenvolvida. Será em sua resposta a Cardoso e Serra – no “As razões do neodesenvolvimentismo” (1978) – que Marini vai equacionar esta questão nos marcos de uma “lei geral”. Diz ele que, “o volume do emprego e, em consequência, do desemprego, acompanha *grosso modo* o ciclo econômico, mas depende *especificamente* de três variáveis: a taxa de acumulação, a composição orgânica do capital e a taxa de exploração.” (MARINI, 2000c, p. 212, grifos do autor). De forma mais específica,

¹⁹⁶ Esta perspectiva já se apresentava no artigo “Subdesenvolvimento e Revolução” como assinalado na primeira parte deste capítulo. Ver especialmente Marini (2012, p. 262)

¹⁹⁷ Esta questão é tratada de maneira muito similar por Dos Santos, Bamberger e Marini, como verificamos na primeira parte deste capítulo.

a relação entre o emprego e essas variáveis pode exprimir-se numa lei, segundo a qual *o emprego varia em razão direta a taxa de acumulação e em razão inversa à composição orgânica do capital e a taxa de exploração*. A relação entre as três variáveis é, por sua vez, contraditória: o aumento da taxa de acumulação tende a ser acompanhado da elevação da taxa de composição orgânica e a se traduzir, então, no incremento da taxa de exploração (independentemente de que, em condições normais, o incremento da taxa de exploração [fazendo aqui abstração da concorrência entre os capitalistas]) atua no sentido de moderar ou, inclusive, se é demasiado forte, frear a elevação da composição orgânica. (MARINI, 2000c, p. 212)

É neste quadro da formação de uma superpopulação relativa no contexto das economias latino-americanas que se materializa a inserção de mulheres, jovens e crianças no mercado de trabalho. Refletindo a conjuntura brasileira no texto que responde Cardoso e Serra, Marini vai afirmar que

apesar de ter sido duplicado o número de membros da família que trabalham – a renda familiar teria diminuído. A elevação do emprego, na conjuntura pós-68 [...] se deu sobre a base da espoliação da força de trabalho de homens, mulheres e crianças, a níveis de salário que significaram enormes sacrifícios para os trabalhadores, no que se refere à atenção de suas necessidades essenciais. (idem, p. 223)¹⁹⁸

E quanto ao método de superexploração? O que diz Marini sobre os mecanismos que produzem esta condição? A este respeito, há importantes nuances sobre as quais devemos chamar a atenção.

Será apenas em “Vanguarda e Classe” (1969) que o conceito de superexploração será formulado como aparece classicamente em “Dialética da Dependência”. Comparando os países centrais aos periféricos, ele escreve:

o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo de seu valor, ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor de sua força de trabalho – que é, em outras palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para sua subsistência. Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. (MARINI, 2012, p. 174)

As economias centrais teriam experimentado como regra geral a “intensificação da exploração e, portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução dos bens necessários para a subsistência do trabalhador. [...]” (MARINI, 2012, p. 172-173). Já as economias

¹⁹⁸ Em “Subdesenvolvimento e Revolução”, ao comentar a condição de superexploração da classe operária latino-americana, afirma Marini que esta “pôde apenas manter seu nível de vida, sem alcançar, porém, avanços reais, tendo que se contentar com a extensão horizontal do emprego, que permitia aumentar a renda global das famílias proletárias, mediante o trabalho de um número cada vez maior de seus membros.” (MARINI, 2012, p. 68)

periféricas, “realizaram seu processo de acumulação essencialmente com base na produção de mais-valia absoluta. Para isso contribuiu, em parte, a extensão desmedida da jornada produtiva - [...] sobretudo para as massas trabalhadoras do campo” (idem, p. 173)

Sem precisar historicamente o momento descrito nestes trechos, parece, contudo, tratarem-se dos mecanismos que consagraram o desenvolvimento da acumulação capitalista, seja nos países centrais ou periféricos. Se nos primeiros estaria posto, em essência, a mais-valia relativa – para a qual teria contribuído as exportações de alimentos da América Latina – nos segundos vigoraria a mais-valia absoluta, entendida não apenas como a extensão da jornada de trabalho, mas “a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador” (Marini, 2012, p. 173). Aqui, se trataria, segundo Marini, de um caso “*anômalo de mais-valia absoluta*”. (MARINI, 2012, p. 173, grifos nossos) É neste texto de 1969 que aparece, pela primeira vez, uma das formas da superexploração descritas na “Dialética da Dependência”: a conversão do fundo necessário de consumo do operário em fundo de acumulação do capital¹⁹⁹.

A mesma centralidade da exploração dos trabalhadores na extração da mais-valia absoluta através destes dois mecanismos é apresentada em “Subdesenvolvimento e Revolução”, no texto “Luta Armada e Luta de Classes”, escrito em 1971. No entanto, na leitura sobre a crise que desemboca no golpe militar brasileiro de 1964, Marini desenvolve uma breve análise do processo de estratificação da burguesia, como resultado da obtenção de uma mais-valia extraordinária a favor daqueles setores que representavam a indústria pesada recém surgida²⁰⁰. Sobre isso ele diz:

Até então, a acumulação capitalista tinha se baseado na exploração extensiva da força de trabalho, pela incorporação de mais trabalhadores na produção e pela extensão da jornada de trabalho. O motor era a mais-valia absoluta e o marco no qual se levava a cabo era a concentração de capital, de modo que a partilha da mais-valia total estava determinada pela dimensão do capital

¹⁹⁹ Ver Marini (2005a, 154-155)

²⁰⁰ Este processo de estratificação e, portanto, de formação de frações da burguesia assentado na primazia da obtenção de uma mais-valia extraordinária a favor daquelas que representam os setores industriais técnico e tecnologicamente mais avançados, está presente em outros momentos da obra de Marini. A discussão da formação da burguesia brasileira e suas frações é um traço importante da obra dos demais autores da TMD e, como podemos assentir, na sua própria. Apesar deste nosso entendimento, e ainda que esteja presente em nossas discussões não esgotaremos a análise deste ponto particular que deverá ser desenvolvido a partir de leituras posteriores.

investido, permanecendo assim dentro dos limites aceitáveis para os diferentes estratos burgueses.

A introdução de novas técnicas de produção – que acompanhou o duplo fenômeno do surgimento da indústria pesada e da penetração massiva dos capitais estrangeiros – transformou essa situação: incidindo diretamente na produtividade do trabalho, proporcionou uma mais-valia extraordinária aos grupos burgueses que participaram desse processo. (MARINI, 2012, p. 208-209)

Há três questões que merecem destaque neste trecho: primeiro, só se pode considerar a incorporação de mais trabalhadores na linha de produção como forma do aumento extensivo da exploração se refletir o caso já citado de, por exemplo, o trabalho de jovens e mulheres; em segundo, a afirmação da repartição da mais-valia pela relação dada do capital total, em que Marini coloca, sem desenvolver, a discussão da formação da taxa de lucro e do lucro médio; por fim, a mais-valia extraordinária, ao transferir recursos dos setores de menor composição técnica para aqueles mais desenvolvidos, provoca nas frações da burguesia desfavorecida, reativamente, a intensificação da superexploração. Este último ponto é apresentado quando afirma:

Frente à maior capacidade do grande capital para se apropriar de porções crescentes da massa total de mais-valia, as camadas burguesas inferiores reagem mediante a elevação da mais-valia absoluta (isto é, intensificando a superexploração do trabalho); embora isso beneficiasse o grande capital, dava àquelas camadas algumas vantagens, dado que pelo próprio fato de ter uma tecnologia inferior, empregavam mais mão de obra. (MARINI, 2012, p. 211)

Para nós, Marini imputa à burguesia uma consciência do processo de transferência que, como vimos na primeira parte deste capítulo, não é real. Ela não reage diretamente a ele, mas sim – pela imposição da concorrência intercapitalista – à necessidade do lucro e, mais especificamente, a obtenção do lucro médio. Pensamos, que são as condições objetivas dadas pela integração imperialista aquelas que criam o terreno sobre o qual se assenta a superexploração. Marini mesmo relativiza a ideia de “compensação” quando na polêmica com Serra e Cardoso diz: “a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não deriva dele e sim da febre do lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa.” (MARINI, 2000c, p. 177) Em outras palavras, poderíamos dizer, que a motivação do capital – como já assinalamos – é a busca pelo *superlucro*.

Quando escreve a “Dialética da Dependência”, Marini inclui, finalmente, um outro método que conduz à superexploração: o aumento da intensidade do trabalho.

Assim, finalmente, em 1972 consolida-se o conceito de superexploração fundado sobre os três mecanismos – o caráter intensivo e extensivo da exploração e a redução do consumo operário para abaixo do seu limite considerado normal – representando a remuneração do trabalho abaixo do seu valor. Aqui mantém seu entendimento, como vimos, de que estas seriam manifestações da – ou de uma forma de – mais-valia absoluta. Neste momento, a mais-valia relativa, típica do capitalismo desenvolvido, não se colocava como uma característica predominante nos países latino-americanos.

No “Sobre a Dialética da Dependência” (1973), respondendo às primeiras críticas ao seu ensaio, assume uma construção diferente: identifica o aumento da intensidade do trabalho a uma forma de produção de *mais-valia relativa*. Continua, porém, afirmando que na conversão do fundo de consumo do operário em fundo de acumulação – por termos uma variação simultânea no tempo de trabalho necessário e excedente – teríamos uma condição que não refletiria, rigorosamente, uma forma de extração da mais-valia absoluta. Assim ele o escreve:

o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 2005b, p. 189)

Ao final deste mesmo artigo deparamo-nos com uma tentativa de síntese que guarda uma aparente contradição com o citado acima. Para Marini, a mais-valia relativa, típica do desenvolvimento do capitalismo *em geral*, estaria obstaculizada nos países dependentes. Diz ele:

a exigência de especificar as leis gerais de desenvolvimento capitalista não permite, desde um ponto de vista rigorosamente científico, recorrer a generalidades como a de que a nova forma da dependência repousa na mais-valia relativa e no aumento de produtividade. E não permite porque esta é a característica geral de todo o desenvolvimento capitalista [...]. O problema está, portanto, em determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho.

Nesse sentido, [...] o problema de fundo que a teoria marxista da dependência está chamada a enfrentar: o fato de que *as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa*, enquanto forma dominante nas relações entre capital e

trabalho. A gravitação desproporcional que a mais-valia extraordinária assume no sistema dependente é o resultado disso e corresponde à expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. (MARINI, 2005b, p. 193-194)

Vamos avançar um pouco mais nos argumentos de Marini antes de partirmos para uma análise mais detida da categoria de superexploração. A preocupação de nosso autor, como já afirmado, está em estabelecer a especificidade do desenvolvimento capitalista das economias dependentes. Já vimos as bases objetivas da superexploração e os mecanismos que a compõem desde a “Dialética da Dependência”.

Marini, partindo ao que tudo indica da leitura dos capítulos XIII, XVI e XV do livro I do O Capital, analisa o impacto da integração imperialista da indústria latino-americana sobre a dinâmica da exploração da força de trabalho e a produção da mais-valia. Seu ponto inicial é reconhecer que

existe uma interdependência entre o aumento da produtividade, a intensificação do trabalho e a duração da jornada de trabalho. O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é o que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade choca-se com a possibilidade de estender a jornada de trabalho e pressiona para reduzi-la. Inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada. O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea de produtividade e de intensidade não se tenham traduzido em várias décadas na redução da jornada não invalida o que se disse. [...] Na mesma linha de raciocínio, as limitações surgidas nos países dependentes para estender ao máximo a jornada de trabalho têm obrigado o capital a recorrer ao aumento de produtividade e da intensidade de trabalho, com os efeitos conhecidos no grau de conservação e desenvolvimento desta. (MARINI, 2005b, p. 192)

Esta citação expõe, ao final, uma relação entre o aumento de produtividade e a exploração do trabalho. Ao nosso ver, esta precisa ser observada com muito cuidado. Não se pode confundir o método de produzir mais-valia relativa com o conceito de mais-valia relativa em si. O aumento da produtividade, quando não incorporado pela força de trabalho tem implicações particulares, especificamente o aumento da distância relativa entre capitalistas e operários.

Em outras passagens, ainda que mantida a dubiedade quanto ao sentido do desenvolvimento da produtividade, Marini estabelece a relação com os demais fatores que incidem e definem a magnitude relativa do preço da força trabalho²⁰¹ e da mais-valia: a extensão da jornada e a intensidade do trabalho. Vejamos o que se segue:

²⁰¹ Trataremos o *preço da força de trabalho* como a expressão monetária do *valor da força de trabalho ou salário*.

A relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, [...] é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Isso se deve à maneira contraditória como essas duas formas fundamentais de exploração incidem O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que implica produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho, reduz a quantidade de trabalho incorporada ao produto individual e rebaixa seu valor, afetando negativamente a mais-valia. A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), ou, sem alterar a jornada e o tempo de trabalho, elevar a intensidade do trabalho; em ambos os casos, aumenta a massa de valor e a mais-valia produzidas, mas no último (que se diferencia do aumento de produtividade porque, ainda que se produza mais no mesmo tempo, isso acarreta um maior gasto de força de trabalho), desde que o novo grau de intensidade se generalize, cai o valor individual das mercadorias e, em circunstâncias iguais, diminui a mais-valia. [...]

[...] Com efeito, a redução do tempo total de trabalho que o operário necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, sem estender a jornada legal e inclusive reduzindo-a, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e, portanto, uma massa superior de valor. (MARINI, 2005b, p. 190-191, grifos nossos)

A citação divide-se em três proposições:

- a) a afirmação de que há redução da mais-valia pelo aumento da produtividade do trabalho, dada a redução do valor unitário da mercadoria;
- b) o incremento da massa de mais-valia pode ser obtido por uma maior exploração do trabalhador, aumentando o *tempo de trabalho excedente* – em contraposição ao *tempo de trabalho necessário* – com ou sem a alteração da jornada. Pode haver, também, de outra forma, o aumento da intensidade sem o prolongamento do tempo de trabalho (excedente). Acreditamos que neste caso, não haveria o aumento da jornada e do tempo de trabalho (excedente) em sua medida *extensiva*, diferenciando-se, portanto da sua ideia de *mais tempo de trabalho efetivo*.
- c) o aumento da intensidade, ao generalizar-se, produz uma queda no valor unitário das mercadorias, implicando na perda de mais-valor.

Aqui desejamos fazer dois comentários: o aumento da produtividade e o que resulta ser uma diminuição no valor unitário da mercadoria não afeta, necessariamente, a mais-valia. O próprio Marini assim reconhece em um texto posterior²⁰². Em segundo lugar, modificar o tempo de trabalho excedente, sem o

²⁰² Ver Marini (2000c, p. 180). É preciso fazer, porém, uma correção: Marini afirma que essa compensação se daria *pelo aumento da massa de valor produzido*. Vale lembrar que a massa de valor permanece a mesma – o quantum de total de trabalho despendido -, aumentando, isto sim, a

aumento da jornada, resulta possível apenas com a efetivação da mais-valia relativa. Na passagem retirada do texto o autor não precisa se é sobre esta a sua afirmação.

No já citado “As razões do neodesenvolvimentismo”, Marini, contestando um trecho de Cardoso e Serra (1979)²⁰³ ao analisar a questão do aumento da produtividade nas economias periféricas, afirma que a superexploração implica que²⁰⁴

se [sem] variação do valor unitário, aumente a massa de valor produzido e/ou apropriado pelo capitalista, ambos casos implicando aumento da taxa de mais-valia. O aumento do valor apropriado, seu [sem] aumento da massa de valor produzido, corresponde à redução do salário sem uma redução equivalente do tempo de trabalho necessário para que o operário reponha o valor do mesmo; o aumento da massa de valor produzido e apropriado resulta do aumento da massa de trabalho rendido pelo operário, através da prolongação da jornada ou da intensificação do trabalho. Em seu conceito, a superexploração se expressa assim no incremento da taxa de mais-valia sobre a base de uma massa maior de mais-valia e um valor unitário constante; a única exceção, que a aproxima ao aumento da exploração sobre a base de uma maior produtividade do trabalho, advém do aumento de intensidade, que, sendo generalizada a todo o ramo da produção e se estabiliza a um nível superior, leva à redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria e, assim, à redução de seu valor unitário. (Marini, 2000c, p. 180-181, grifos do autor)

A superexploração, portanto, baseia-se especialmente no desgaste físico do trabalhador. Nesta passagem, o que parece fazer é reafirmar as três condições típicas da exploração do trabalho nas economias dependentes. Quando há uma maior apropriação de trabalho sem que haja aumento na produção de mais-valor e sim pela decorrência da diminuição do salário *real* para abaixo do valor da força de trabalho, você pode ter aí caracterizada a conversão do fundo de consumo em fundo de

quantidade de valores-de-uso produzidos.

²⁰³ Cardoso e Serra (1979, p. 49-51). Como estamos trabalhando com uma edição diferente daquela citada por Marini – e sem acesso ao artigo original não podemos afirmar com certeza o trecho ou mesmo confirmar com precisão seu conteúdo - acreditamos que está nestas páginas a passagem criticada por ele. Aqui, Cardoso e Serra estão discutindo a noção de intercâmbio desigual e em certa altura, afirmam que “a transferência para os preços de exportação dos ganhos de produtividade gerados na periferia” não “leva à baixa da taxa de lucro, posto que o custo unitário de produção teria baixado na mesma proporção, sempre que não diminuísse a quantidade de produtos vendido por unidade de capital investido ou que o preço de mercado não caísse proporcionalmente mais que o preço de produção interno.” (idem, p. 50). A resposta de Marini parece ter se pautado, de forma mais específica, em cima do texto em que se lê: “Toda a análise da 'superexploração necessária' está baseada num pressuposto gratuito: o de que houve aumento da produção exportadora na periferia em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada), hipótese básica para a explicação de Marini sobre a tendência à intensificação ou extensão da jornada de trabalho, a salários constantes.” (idem, p. 50-51)

²⁰⁴ Utilizamos a edição brasileira publicada em 2000 como referência para nossa leitura. Fomos obrigados, porém, a confrontá-la com o artigo original publicado no sítio www.marini-escritos.unam.mx, pelos problemas encontrados na tradução e no tratamento do texto. As palavras entre colchetes substituem – feita a livre tradução – aquelas que as antecedem. Ver Marini (1978).

acumulação. De toda forma, ficamos sem entender como essa apropriação pode ocorrer sem a redução do tempo de trabalho necessário, visto ser apenas isto o que permite aumentar o excedente. Ademais, nos outros dois casos citados, conforma-se pela produção de uma massa maior de mais-valia, mantido o valor unitário constante da mercadoria. Isso significa, portanto, a variação na extensão da jornada de trabalho e/ou na sua intensidade. Esta última, porém, para incorrer no aumento da taxa de mais-valia deve ser remunerada abaixo do desgaste exercido pela força de trabalho. O que aproximaria o conteúdo da superexploração do efeito resultante do aumento de produtividade seria apenas no caso da generalização do incremento de intensidade para todo um ramo. Aí, alterando o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquela mercadoria, haveria a redução de seu valor unitário. Podemos concluir, portanto, que se este decréscimo se der em um ramo de bens de consumo, temos a formação de uma mais-valia relativa. Precisamos verificar a correção desta afirmação pois, inicialmente, ela incorre em contradição com a ideia de que a superexploração seria um impedimento para o estabelecimento desta forma de exploração, como já citado anteriormente.

Em seu texto “Plusvalia extraordinária y acumulación de capital” (1979) avança na formulação das questões anteriores, dando a elas um entendimento mais efetivo. Sobre a similaridade entre produtividade e intensidade ele assim diz:

o aumento da produtividade do trabalho atua sobre a relação entre o valor e o valor de uso das mercadorias de maneira contraditória, uma vez que reduz o primeiro, enquanto mantém invariável o segundo; isto vale também para a intensidade do trabalho, sempre que sua elevação seja geral e uniforme. Marx expõe essa contradição na seguinte lei: 'Uma jornada de trabalho de magnitude dada se traduz sempre no mesmo produto de valor, por muito que varie a produtividade do trabalho e com ela a massa de produtos [...]'. a qual se complementa com o fato de que 'se a intensidade do trabalho aumentasse simultaneamente e por igual em todos os ramos industriais, o novo grau, mais alto de intensidade se converteria em grau médio normal e deixaria, portanto, de contar como magnitude extensiva.' (MARINI, 1979, p. 6, livre tradução)

A citação a Marx resume-se a dois momentos do capítulo XV do livro I do capital. Ao tratar das variações quantitativas no salário e na mais-valia, variando ora a produtividade, ora a extensão da jornada ou a intensidade do trabalho, chega a resultados distintos e característicos de cada situação. Veremos o significado disto e a apropriação que faz Marini no próximo ponto.

A similaridade entre elas no *tocante ao duplo caráter do trabalho* – a relação entre valor e valor de uso – encobre, porém, diferenças. No que se refere à produtividade, sua lei vale para os ramos de produção mas não para os capitais

individuais. Estes, aumentando a produtividade e garantindo a produção de suas mercadorias a um custo menor – com uma menor quantidade de trabalho - e, portanto, abaixo do valor social, logram obter em uma dada jornada uma mais-valia extraordinária “a qual se converte, na concorrência intercapitalista, em fator por excelência de introdução de progresso técnico”. (MARINI, 1979, p. 7, livre tradução)

Mas isso não esgota a questão da produtividade. Marini chama a atenção para a questão da distância relativa entre a remuneração do capital e do trabalho quando do aumento da produtividade, pois

medida em que esta permite ao capitalista reduzir custos, e sendo o capital variável um integrante destes, o aumento da produtividade implica a redução da participação dos salários na massa de valor criada. Ainda que permaneça invariável o preço da força de trabalho (ou seja, a relação entre o seu valor e o número de horas trabalhadas, sobre a base de uma intensidade dada) e o salário tampouco se modifique, em termos nominais ou reais, se se eleva o grau de exploração (relação entre trabalho necessário e trabalho excedente) e a quota de mais valia (essa relação expressa em valor). A mais-valia extraordinária não é, pois, um mecanismo de transferência que atua apenas na concorrência intercapitalista, senão que é também um fator que incide na relação de distribuição entre mais-valia e salário, do ponto de vista do capital individual. (MARINI, 1979, p. 7, livre tradução)²⁰⁵

Para que tenha efeito sobre todo o ramo, é necessário que a produtividade se eleve a todo ele, suprimindo a mais-valia extraordinária. Esta nova condição pode ter dois impactos diferentes de acordo com Marini:

a) se esta atinge ramos do setor IIa ou do setor I que produza para estes, teremos o advento da mais-valia relativa, pois são estes setores que produzem “direta ou indiretamente, meios de subsistência para os trabalhadores e determina, pois, o valor da força de trabalho” (MARINI, 1979, p. 7, livre tradução)

b) se, no entanto, forem ramos do setor IIb ou do setor I que produza para estes, ainda que se anule a mais-valia extraordinária obtida pelo capitalista individual,

seguirá traduzindo-se em um nível de produtividade superior ao do resto da economia; em outros termos, como o valor da força de trabalho permanece inalterado e, em princípio seu preço, a maior produtividade do trabalho se traduzirá em um grau de exploração superior e uma taxa de mais-valia também superior no ramo em questão, o que pode afetar tanto a distribuição básica (salário-mais-valia) no ramo, como a distribuição da mais-valia no conjunto da economia. (MARINI, 1979, p. 7, livre tradução)

²⁰⁵ Para nós há duas coisas sendo tratadas por aquilo que Marini chama de mais-valia extraordinária. Seu mecanismo mesmo no processo de aumento da produtividade e o salário relativo e a ampliação da distância – resultado do ganho de produtividade em contrapartida à redução relativa do cv – entre os capitalistas e os trabalhadores.

Ou seja, quando o aumento da produtividade se generaliza em um ramo pertencente ao setor de produção de bens suntuários ou de meios de produção para este, a mais-valia extraordinária deixa de ser um “fator de transferência e de maior exploração que opera no nível dos capitalistas individuais, para situar-se ao *nível das transferências de valores intersetoriais e das relações de distribuição no conjunto da economia.*” (MARINI, 1979, p. 7, livre tradução, grifos do autor).

No tocante à intensidade do trabalho, configura-se uma situação diferente:

No que diz respeito ao capitalista individual não modifica nem o valor nem o valor de uso das mercadorias; em consequência, se expressa na produção de uma massa maior de mercadorias cujo valor unitário não se modifica, o que se traduz em uma massa de valor e, por fim, de mais-valia. Não há, não obstante, razão para que se altere a taxa de mais-valia, uma vez que a maior intensidade do trabalho acarreta também a elevação do valor da força de trabalho, com o que deve subir tanto seu preço como o salário. Assim, para que se eleve a taxa de mais-valia, ou pelo menos, para que se eleve o grau mais que proporcional o aumento da intensidade do trabalho, será necessário que - independentemente que se aumente o preço e o salário da força de trabalho - esta se remunere abaixo de seu valor, quer dizer, seja objeto de uma superexploração. Nestas condições, o mesmo que se a jornada de trabalho se prolongasse em um ramo além da duração normal dos demais, a elevação da intensidade em um ramo qualquer lançará nele uma mais-valia extraordinária em detrimento do resto da economia (como vimos, isso só não se dá se a intensidade aumenta de maneira paralela em toda ela) (ibidem, livre tradução)

Nesta passagem Marini reforça o duplo caráter do aumento da intensidade do trabalho. Ela figura como uma forma de *aumento da mais-valia* em função do *incremento da massa de valor* produzido em uma jornada dada. O aumento da *taxa de exploração*, de toda forma, só ocorre se o maior desgaste da força de trabalho – supostamente acrescido às suas necessidades fisiológicas – não lhe é remunerado. Haveria, então, a *superexploração*.

A particularidade do aumento da intensidade é que ela produz uma mais-valia extraordinária para o ramo – e pode ser em todos eles – sem que este caso implique em transferência de valor de um ramo a outro ou intersetorialmente.

Mais a frente ele confirma suas teses para o aumento da produtividade e da intensidade como métodos de produção de mais-valia. No caso do capital individual,

ambos os métodos de produção de mais-valia se traduzem em mais-valia extraordinária e implicam, por fim, uma mudança na relação básica de distribuição. Porém, essa mudança na distribuição do produto excedente entre salário e mais-valia (ou o que é o mesmo, o grau de exploração) se leva a cabo, no caso da produtividade, sem que necessariamente se superexplora a força de trabalho, ainda que, em se tratando de um aumento da intensidade, a superexploração tende a se produzir, dado que este aumento faz também subir o valor da força de trabalho. (MARINI, 1979, p. 8-9, livre tradução)

Quando o aumento da produtividade e da intensidade são assumidos por todo

um ramo de produção,

constatamos que o aumento da taxa de mais-valia só se expressa em mais-valia extraordinária - no caso deste aumento derivar de uma maior produtividade - se esses ramos pertencem ao subsetor IIb (assim como os ramos do setor I que produzem exclusivamente para este). Se o aumento da taxa de mais-valia se deve à intensificação do trabalho, a possibilidade de mais-valia extraordinária existe para qualquer ramo em qualquer setor. Por sua vez, a relação básica de distribuição (e, portanto, o grau de exploração) se modifica em toda a economia se, em ambos os casos (produtividade e intensidade) os ramos afetados correspondem ao setor I e ao subsetor IIa ([...] passa da mais-valia extraordinária para a mais-valia relativa) ou se modifica tão somente no ramo em questão se este pertencer ao subsetor IIb, deixando invariável a relação básica de distribuição no conjunto da economia, ainda que podendo alterar ali a distribuição da mais-valia (fixação da mais-valia extraordinária). (MARINI, 1979, p. 9, livre tradução)

Neste texto, Marini está refletindo sobre o padrão de reprodução do capitalismo dependente a partir dos esquemas do livro II do O Capital. Ele vai argumentar a partir das teses aqui explicitadas, o papel que o setor IIb assume na dinâmica do processo de acumulação, tendendo a um crescimento desproporcionado em detrimento dos demais. Transferindo aos preços o aumento de produtividade em menor escala que os outros setores, estabelece uma relação que se traduz na transferência de mais-valia em seu benefício. Em uma economia dependente, baseada na superexploração, isso se acentua à medida que impulsiona um dinamismo maior para aqueles ramos de produção de bens suntuários (cuja demanda se torna mais elástica), em comparação com aqueles presentes na esfera baixa de circulação.

O uso dos esquemas de reprodução de Marx, impõe um limite na construção de Marini. Afirma ele próprio que não iria além daquilo que formulara baseado nas teorias da mais-valia. Isso fica evidente quando de toda a discussão sobre a “lei da produtividade e da intensidade do trabalho” e sua expressão na forma da mais-valia extraordinária. Estabelecido o corte, deixa de ser incluída uma análise orientada, também, pela leitura do livro III do Capital, especialmente a formação do lucro médio, que já sugerimos ser um elemento de tensão na construção do seu pensamento. É forçoso lembrar, como observamos na discussão sobre o intercâmbio desigual, a mais-valia extraordinária implica na transferência de valor e se expressa na concorrência entre capitalistas individuais no interior de um mesmo ramo.

De todo modo, “Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital” é um trabalho mais maduro e, como tal, nos ajuda a compreender algumas das dificuldades que enfrentamos no esforço para o entendimento do conceito de superexploração e na expectativa de sistematização do pensamento de Marini. Ele representa –

corretamente sob um certo ponto de vista, pois não podemos desconsiderar o papel que tem na sua obra o artigo em resposta à Cardoso e Serra – aquilo que seu autor expressa como sendo ele a continuidade do “Dialética da Dependência”. Nele, do nosso ponto de vista, ele ousa lançar um novo olhar para o processo de acumulação dependente, tomando como ponto de partida não a fórmula geral do capital, ou o ciclo do capital dinheiro. Ele vai tratar especialmente do ciclo do capital produtivo – ainda que mencione no texto também o ciclo do capital mercadoria - o que lhe abriu novas possibilidades de análise.

Não temos condições, nesse estudo, de esgotar o assunto. Novas pesquisas são necessárias para produzir uma síntese mínimas sobre as questões implicadas. Teremos a oportunidade de voltar, ao assunto, até nossas considerações finais²⁰⁶.

Antes de avançarmos cabe ainda uma questão: se superexploração significa a renuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, o que define para Marini o 'valor da força de trabalho'? É na contenda com Cardoso e Serra o momento em que elabora esta questão de forma mais clara. Diz ele que,

ao cair o salário abaixo do valor da força de trabalho (ou ao aumentar a brecha entre ambos), observamos que o operário não tende simplesmente a reduzir a atenção de suas necessidades sociais, para assegurar suas necessidades de subsistência, mas trata de obter um difícil equilíbrio, que lhe permita atender *aos dois*. E não poderia ser de outra maneira. Ao contrário do que pretende o apologeta burguês, as necessidades sociais são tão fundamentais como as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho e o próprio desenvolvimento das forças produtivas. O operário deve apresentar, por exemplo, o nível mínimo de qualificação (ou de educação) exigido para poder vender sua força de trabalho, do mesmo modo como não pode prescindir do rádio e inclusive da televisão, quando estes meios de comunicação se generalizam sob pena de converter-se em uma pessoa bruta, abaixo do nível cultural da sociedade em que deve viver e produzir.

Resumindo: é possível que, *apesar da deterioração do salário real*, o operário viu *aumentar o valor da sua força de trabalho*, tomando ainda mais dramática a brecha crescente entre esse valor e a quantia real que recebe. O problema que a classe operária brasileira terá que resolver, no marco do presente ascenso de suas lutas não consiste, então, somente em recuperar o nível de seu salário real de vinte anos atrás. Ao contrário, os trabalhadores teriam que conseguir aumentos salariais *que superem* esse nível, para assegurar uma remuneração que esteja de acordo com o valor *atual* de sua força de trabalho. (MARINI, 2000c, p. 219-220, grifos do autor)

Deste trecho podemos tirar algumas importantes conclusões sobre o que a superexploração não é: não resume uma nova “lei de bronze dos salários”²⁰⁷,

²⁰⁶ Sobre esta questão da perspectiva do ciclo do capital dinheiro na obra de Marini recomendamos Salama (1976, p. 199), Marini (1977a, p. 16-17) e Marini (1979).

²⁰⁷ Fazemos aqui uma alusão a crítica de Marx ao programa de Gotha. Ver Marx (2012, p. 37-39) e Engels (2012, p. 54-55)

estabelecendo que sob as condições dos países dependentes os trabalhadores estão sujeitos a receber o “salário mínimo fisiológico”; não é uma categoria que despreza a centralidade da luta de classes em torno da disputa pelo produto social, eternizando a grande massa da população a condição de pauperismo absoluto – ainda que nos primeiros textos isso tenha aparecido.

Queremos agora produzir um diálogo a partir desta sistematização buscando elencar aspectos e questões que possibilitem novos desdobramentos e pesquisas.

2.5.2.2.1 Considerações gerais sobre o conceito de superexploração

Há, do nosso ponto de vista, um mérito inquestionável acerca do conceito de superexploração. Já o falamos antes, mas é bom reafirmá-lo: a construção de uma legalidade específica do capitalismo dependente. Marini não foi o único a tomar este caminho. Não apenas os demais autores da TMD o fizeram, como poderíamos citar – ainda que acusados por fazê-lo apressadamente – Florestan Fernandes. Em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (1973) ele escreve:

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno [...]. *Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora pra dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis) [...]. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas.* (FERNANDES, 1981, p. 45, grifos nossos)

O desenvolvimento do conceito expressa – como já anunciávamos na Introdução de nosso trabalho – um diálogo processual com a obra econômica de Marx, o que vai se evidenciando a cada um de seus artigos e ensaios. Talvez a dificuldade de acesso aos textos, talvez a opção pela militância cotidiana, talvez ainda o pouco

desenvolvimento do marxismo na América Latina, tenham tornado a tarefa mais lenta e dispersa. Temos, por tudo isso, a impressão de que Marini foi chamado à Arena antes que tivesse conseguido alcançar uma reflexão mais rigorosa e sistematizada.

A primeira dificuldade foi a própria definição de superexploração e sua forma. Ainda que fora apresentado como *o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor*, a forma como esta condição vai se operar parecia incerta até “Plusvalia extraordinaria e acumulación de capital”, quando Marini estabelece a diferença do que seria o aumento da intensidade de trabalho que incorreria em uma maior exploração do e o que seria evidentemente uma condição de superexploração. Nesta passagem fica evidenciado que não há três formas da superexploração. Há apenas duas – o aumento da jornada e da intensidade de trabalho – que em comum tem o fato de que sua remuneração resulta na usurpação do fundo de consumo dos trabalhadores e trabalhadoras.

Isso nos leva a outra questão. A classificação dos métodos para a obtenção da mais-valia no capitalismo dependente. Em primeiro lugar, recusamos a ideia de que aumento de produtividade significa, “aumento da taxa de mais-valia”. Esta compreensão está em Marini, como já havíamos identificado, e nos textos iniciais aparece como se fosse o equivalente à mais-valia relativa²⁰⁸. Citamos aqui duas passagens. A primeira, de “Subdesenvolvimento e Revolução” (1967), trata da instalação da indústria pesada no Brasil e o comportamento da burguesia. Diz Marini que no “afã de ampliar sua mais-valia relativa – aproveitando-se da crescente oferta mundial de equipamentos e maquinários no pós-guerra -, acaba por se focar em medidas mais imediatas, tendentes a flexibilizar a curto prazo a capacidade de importar.” (MARINI, 2012, p. 61). A segunda, o prefácio de 1974 à 5ª edição de do livro homônimo, onde se lê:

O desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu, fundamentalmente, para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade. [...] o poder de compra é subtraído dos grupos de menor renda, isto é, das massas trabalhadoras, o que é possível pelo fato de que essas massas, submetidas à superexploração, recebem remunerações

²⁰⁸ Há passagens no O Capital cuja leitura podem causar esta confusão. Um olhar mais atento, a localização no livro do momento da citação (faz diferença se ela está no capítulo em que Marx discute a mais-valia relativa) e o conhecimento do significado do conceito, porém, evita o equívoco. Por exemplo, onde se lê: “A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário.” (MARX. 1980a, p. 463)

inferiores ao valor real de sua força de trabalho. Por outro lado, com a finalidade de aumentar a taxa de exploração – e, portanto, de mais-valia – através de uma maior produtividade do trabalho, recorre-se à importação de tecnologia e capitais estrangeiros [...]. (idem, p. 37)

Agora nos debruçando especialmente sobre a produção de mais-valia absoluta e relativa, duas coisas são importantes de serem mencionadas. Ambas são características do capitalismo. É verdade que a segunda só pode existir em um contexto no qual que se desenvolveu plenamente o modo de produção capitalista. Como escreve Marx, a

produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. (MARX, 1980b, p. 585)

Porém, isso não significa que a existência da mais-valia absoluta seja uma 'anomia'. Como também diz Marx:

Sob certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. (idem, p. 586)

Mas, como são produzidas? Partindo da definição da jornada de trabalho como uma divisão entre o *tempo de trabalho necessário* e o *tempo de trabalho excedente*, chama-se

mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho.

Para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios. (MARX, 1980a, p. 363)

E o aumento da intensidade do trabalho? Em torno desta não há um consenso estabelecido. Mandel, por exemplo, vai afirmar que

O incremento da mais-valia absoluta pode também resultar de uma intensificação do trabalho, que vem a ser, no fundo, o mesmo que uma prolongação da jornada de trabalho. Se obriga o operário a gastar em 10 horas de trabalho o mesmo que esforço produtivo que anteriormente efetuava em 13 ou 14. (MANDEL, 1965a, p. 125)

E o mesmo Mandel, anos depois dirá que:

Se a duração da jornada permanecer a mesma [...] a taxa de mais-valia deverá elevar-se [...]

2) se um aumento de intensidade do trabalho produzir [...] o equivalente em valor do seu salário em menos horas de trabalho do que antes, de maneira

que haja um acréscimo na duração do sobretrabalho. (MANDEL, 1982, p. 103)

A dificuldade tem origem na leitura do próprio *O Capital*²⁰⁹. Ao analisar as consequências da produção mecanizada sobre os trabalhadores, Marx verifica que a introdução da máquina no processo produtivo permitiu a apropriação da força de trabalho de mulheres e crianças como forma de aumentar o grau de exploração, o prolongamento da jornada e sua intensificação.

Quando se impõe um limite ao aumento da jornada, o capital lança-se à implantação do sistema de máquinas e à produção da mais-valia relativa. Esta, porém, em certa altura, sofre *uma alteração em seu caráter*.

Em termos genéricos, o método de produção da mais valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua, então, a acrescentar o mesmo valor ao produto total, embora esse valor-de-troca inalterado se representa agora em quantidade maior de valores-de-uso, de artigos, caindo desse modo o valor de cada mercadoria em particular. Mas, a coisa é diferente depois que se reduz coercitivamente o dia do trabalho. Essa redução, com o poderoso impulso que dá ao desenvolvimento da força produtiva e à poupança das condições de produção, impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho ao mesmo tempo, mais elevada tensão da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada, em suma, um tal grau de condensação do trabalho que só pode ser alcançado reduzindo-se o dia de trabalho. Essa compressão de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho. O tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade. (MARX, 1980a, p. 467)

O que a passagem parece sugerir é que o aumento da intensidade teria provocado a mudança do caráter da mais-valia relativa que passaria a ser extraída – também – com o dispêndio de mais trabalho. Reforçaria, como dado na segunda citação de Mandel, que produzindo mais intensamente durante a jornada de trabalho, se obteria a redução do tempo de trabalho necessário fazendo aumentar, conseqüentemente, o trabalho excedente.

O resultado, porém, acaba não sendo esse. Marx chama a atenção para o fato de que a variação da intensidade muda a maneira como se deve apurar o tempo de trabalho. Diz ele:

Essa compressão de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho. O tempo de trabalho

²⁰⁹ Confirmamos em dois manuais de introdução à teoria econômica marxista a diferença: Salama e Valier (1975, p. 51) afirmam que: “O capitalista pode aumentar a intensidade do trabalho. Trata-se, também nesse caso, de um mecanismo pertencente ao que se chama de mais-valia absoluta.” Já Bensaid (2013, p. 103) escreve que: “Tentando prolongar o tempo de trabalho[...] ou intensificar o trabalho [...]. Na primeira, Marx fala de aumento do mais-valor absoluto; na segunda, de aumento do mais-valor relativo.”

é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade. A hora mais intensa do dia de trabalho de 10 horas contém agora mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida do que a hora menos densa do dia de trabalho de 12 horas. (MARX, 1980a, p. 469)

Segue, então, com um exemplo que gostaríamos de repetir.

Imagine uma jornada de trabalho de 12h diárias, dividida em 4 horas de trabalho excedente e 8 horas de trabalho necessário. Tome a redução desta jornada para 10 horas com um incremento da intensidade que resulta em que 1 hora da jornada mais intensa corresponde, agora, à 1 1/5 horas (1,2 horas) da menos densa. Na jornada de 10 horas teremos então 6 2/3 de horas (aproximadamente 6,66 horas) de trabalho necessário para 3 1/3 de horas (aproximadamente 2,33 horas) de trabalho excedente.

De forma análoga, poderíamos supor a manutenção da jornada e apenas o aumento da intensidade. Isso equivaleria a um deslocamento de ambos os tempos de trabalho – de um dado período – e o prolongamento do tempo de trabalho excedente, com o efeito similar ao aumento da jornada de trabalho.

Há ainda um outro aspecto a ser visto sobre este assunto. Ao tratar das variações quantitativas no preço da força de trabalho e na mais-valia, no capítulo XV do livro I, no momento em que sugere a situação na qual fixa o a duração e a produtividade do trabalho, alterando sua intensidade ele escreve:

Sabemos que, pondo-se de lado exceções transitórias, uma variação na produtividade do trabalho só ocasiona uma variação na magnitude do valor da força de trabalho e por conseguinte na magnitude da mais-valia, quando os produtos das indústrias atingidas são os artigos habitualmente consumidos pelos trabalhadores. Essa limitação desaparece no presente caso. Se a magnitude do trabalho varia extensiva ou intensivamente, há uma variação correspondente na magnitude do valor criado, independentemente da natureza do artigo que esse valor corporifica. (MARX 1980b, 601-602)

Isso acontece pois, na medida em que varia o valor produzido na jornada de trabalho,

podem aumentar, simultaneamente as duas partes desse valor, o preço da força de trabalho e a mais valia, de maneira igual ou desigual. [...]. O preço da força de trabalho pode aumentar sem ultrapassar necessariamente o valor da força de trabalho; a elevação de preço pode ficar abaixo desse valor. *É o que sempre ocorre quando essa elevação não compensa a aceleração do desgaste da força de trabalho.* (MARX, 1980b, 601, grifos nossos)

Marini tem razão, portanto, quando afirma em 1979 a que há um aumento no grau de exploração no momento em que não há restituição pelo maior desgaste da força de trabalho em função do aumento da intensidade. Mas talvez essa passagem

do O Capital deixe ver que quadros de agravamento da exploração não significam, necessariamente, a superexploração. Tem razão, também, neste mesmo texto, em distinguir o aumento de produtividade e o de intensidade na relação entre a produção de valores-de-uso e valor. Assume, porém, de forma inexata, a ideia de que generalizando-se em um ramo e se for especificamente um ramo do setor de bens de consumo necessário (ou do setor I que produza para ele) – tanto uma como a outra – teremos um efeito sobre toda a economia, sob a forma de uma mais-valia relativa. Da mesma forma, como já assinalamos, não há uma mais-valia extraordinária a partir do incremento de produtividade em um dado ramo. Sobre esta questão em particular sugere-nos Marx (1980b, p. 467) quando diz que as diferenças de intensidade dos diversos ramos tendem a se compensar, “pelas circunstâncias peculiares a cada espécie de trabalho.”

Chegamos ao momento em que podemos nos perguntar: o que, finalmente, poderia caracterizar a superexploração?

Em “Salário, preço e lucro”, há uma passagem simbólica em que Marx define no que constitui o valor da força de trabalho:

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos: um físico e outro histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, ou seja, para manter-se e reproduzir-se, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, portanto, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outro lado, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximo, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais ultrapassar um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, este limite é muito elástico. Uma rápida sucessão de gerações raquíticas e de vida curta manterá o mercado de trabalho tão bem abastecido quanto uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além desse elemento simplesmente físico, determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. [...]

Esse elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode aumentar, diminuir e, até mesmo, desaparecer completamente, de tal modo que só subsista o limite físico. (MARX, 2006b, p. 135-136)

Essa passagem, não apenas resume o conceito de valor da força de trabalho, como, apresentando o seu limite mínimo, posto a garantia à vida de trabalhadores e trabalhadoras, corresponde ao teto máximo de mais-valia capaz de lhes tirarem o capitalista através dos mecanismos já vistos de aumento da exploração do trabalho. Sua capacidade de resistir e mais, incorporar novos direitos ao que corresponderá um novo valor da sua força de trabalho além da garantia de sua remuneração sobre esta,

vai depender da correlação das forças sociais em luta.

Em “Capital e Trabalho Assalariado”, Marx faz uma discussão sobre a formação e as dimensões do preço da força de trabalho²¹⁰. Ele diz: “As nossas necessidades e prazeres derivam da sociedade; eles são medidos, assim, pela sociedade; não os medimos pelos objetos de sua satisfação. Por serem de natureza social, são de natureza relativa.” (MARX, 2006a, p. 52) Como tal, ele compreende algumas relações que se materializam na como salário nominal, real e relativo. O primeiro, corresponde ao preço da força de trabalho; o segundo, aquilo que a soma de dinheiro que recebem é capaz de comprar²¹¹; o terceiro, por fim, exprime “a cota-parte do trabalho direto no novo valor por ele criado, em relação à cota-parte dele que cabe ao trabalho acumulado” (MARX, 2006a, p. 54) Essa é a dimensão que nos permite comparar os ganhos de produtividade do capital com a quota que fica para o salário. Dessa forma é possível obter a dimensão do empobrecimento relativo das classes trabalhadoras em determinadas conjunturas e períodos.

O salário, portanto, determinado socialmente, vai ter na superpopulação relativa um regulador essencial.

Ao escrever sobre a Lei Geral da Acumulação, Marx diz, a certa altura, que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital produz, em proporções crescentes, os meio que fazem dela, relativamente, uma população supérflua.” (Marx, 1980b, p.735) Esta consistiria, exatamente, no exército industrial de reserva, resultado mesmo da acumulação capitalista à medida em que o aumento da produtividade ao mobilizar novos recursos tecnológicos torna excedente relativamente uma parcela da população trabalhadora. Diz ainda que ela

constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.” (MARX, 1980b, p.734)

A superpopulação relativa exista sob quatro formas fundamentais: a) flutuante, resultado do da expansão e retração do processo de reprodução ampliada do capital a

²¹⁰ Ver Marx (2006a, p. 49-68) e Rosdolsky (2001, p. 237-260)

²¹¹ Quando Marx produziu sua obra, a possibilidade de haver redução no salário nominal era concreta quando, por exemplo, da diminuição do valor da força de trabalho. Em nossos dias, especificamente na economia brasileira, esta condição só é possível em casos de novas contratações ou perda de bonificações e outros itens suplementares ao salário. A relação entre o salário nominal e o real nos ajuda, portanto, a identificar o efeito da inflação – dado insuficientemente tratado por Marini – na definição do poder de compra da classe trabalhadora.

medida em que atrai ou repele trabalhadores; b) latente, no caso da expansão das relações capitalistas no campo que disponibilizará toda uma força de trabalho que não é contrabalançada por nenhum movimento de atração; c) estagnada, que constitui a maior parte do exército industrial de reserva, com ocupações totalmente irregulares. “Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência” (idem, p.746) d) por fim, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo.” (ibidem) Este subdivide-se em três outros grupos: os aptos para o trabalho, os orfãos e filhos de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. Sua produção, segundo Marx, constitui condição de existência da própria produção capitalista.

Vimos que no contexto das economias dependentes as características que assume o exército industrial de reserva, deprime a capacidade de resistência da classe trabalhadora e coloca em termos objetivos a possibilidade do que Rosdolsky chamou de “pauperismo permanente” e Marini nominou de superexploração²¹².

Voltamos então ao ponto: e a superexploração, como fica? A resposta que podemos construir é que ela expressa um *roubo* sistemático do fundo de consumo da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras nas economias dependentes que impede a remuneração do valor da sua força de trabalho. Isso não significa, todavia, a transformação de parte desse fundo em fundo de acumulação. No contexto da profunda desigualdade que assola, por exemplo, a economia brasileira, estes recursos vão também para o consumo suntuário de setores das classes médias e da burguesia.

A superexploração, portanto, impede a constituição de um mercado interno capaz de dinamizar a acumulação local de capital autóctone. No Brasil, a burguesia integrada respondeu a esta limitação com a procura dos mercados externos. Vem o subimperialismo.

²¹² Rosdolsky (2001, p. 257-260) discute o pauperismo da classe trabalhadora dos países subdesenvolvidos a partir do intercâmbio desigual, mas com uma diferença em relação ao trabalho de Marini. Ele vai discutir a partir do conceito, a existência da exploração dos países centrais sobre os da periferia para questionar a origem das diferenças salariais entre seus trabalhadores.

2.5.2.3 Subimperialismo e o ciclo do capital dependente

Feito o percurso das discussões em torno da TMD e da problemática particular de Marini e já tendo apresentado diversas considerações sobre o tema, aqui faremos um apanhado do que nos permitirá compreender os potenciais e os limites do conceito de subimperialismo apresentado pelo autor de “Subdesenvolvimento e Revolução”.

Dos primeiros textos escritos por Marini, identificamos em “Interdependência Brasileira e integração imperialista” e, posteriormente, “Militarismo y desnuclearización em America Latina: El caso de Brasil” uma discussão inicial sobre o subimperialismo. Remetendo-se à condição da economia e da sociedade brasileira como um caso clássico, será a partir dela que materializará o debate.

O primeiro elemento nos chamar a atenção é o fato desta ser discussão datada. Ela tem início a partir do golpe militar de 1964 e todos os textos que se remetem ao debate – que foram identificados em nossa pesquisa – compreendem o período da ditadura.

No primeiro texto ele escreve:

Em sua política interna e externa o governo Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estudinense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina [...]. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo a posição de país chave. Essa pretensão não nasce tão somente da liderança política por parte do Brasil, devendo-se principalmente aos problemas econômicos que a opção da burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado coloca. (MARINI, 2012, p. 127)

Como um reforço ao que dissemos, as diferenças entre as políticas externas de Jânio Quadros e João Goulart para aquela praticada pelo governo Castelo Branco, estariam localizadas, para Marini, no fato de que, nos primeiros, havia a crença de que a solução para os problemas de formação do mercado interno brasileiro seriam as reformas estruturais. A exportação seria uma solução apenas provisória. Para o governo militar, porém,

a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados – como, por exemplo, o uruguaio. A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais. (idem, p. 130)

O subimperialismo brasileiro decorre, portanto, dessa dupla causalidade. Quanto à sua materialização e seu desenvolvimento, estarão condicionados pela sua relação com o imperialismo norte-americano e pela sua capacidade de – através da ação do Estado – garantir a exploração da classe trabalhadora nacional.

Sobre o primeiro ponto Marini escreve:

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense) (MARINI, 2012, p. 130)

A relação do governo e da burguesia brasileira com o imperialismo norte-americano será baseada na cooperação antagônica²¹³. Como ele descreve:

a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não poderá ser exercida fora dos marcos da cooperação antagônica. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde burguesias nacionais poderosas se enfrentem, como é o caso da Argentina e do Brasil, mas a cooperação ou a colaboração serão, cada vez mais, a regra que irá reger as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos. (MARINI, 2012, p. 130)

Mais do que uma política de governo, o subimperialismo brasileiro decorre de uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo dependente nacional, “rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia [...] e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional.” (idem, p. 157)

O segundo texto, escrito em 1967 – antes de “Subdesenvolvimento e Revolução” traz uma reflexão sobre os militares brasileiros, sua ideologia e suas ações²¹⁴. Dentre os planos da elite militar estavam a transformação do Brasil em uma potência industrial média e, nesta direção, a construção de um polo industrial de armamentos e o domínio da energia nuclear. Ressalta-se, também, o papel do Estado no tocante a geração de uma forte demanda por inversões, capaz de estimular o crescimento de grandes indústrias.

No plano interno, se

revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnicada e dotada de forte capacidade competitiva, capaz de converter o país em uma *potência industrial média*. (MARINI e BRODY, 1967, p. 7, livre tradução, grifos nossos)

²¹³ Conceito desenvolvido por Talheimer descrito no primeiro capítulo deste trabalho.

²¹⁴ Sobre os militares, sua organização e ideologia no pós-1964 veja Freire (2011, 127-191).

No tocante ao plano externo, a expansão

constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, a estreiteza de mercados com a que se chocava a economia em seu interior. Havia, não obstante, algo mais que impulsionava o regime militar nesta direção, e era sua ambição de estabelecer uma efetiva hegemonia brasileira no Cone Sul do continente. Chega a criar-se, assim, uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da *elite militar*, a qual encontraria uma expressão mais evidente nos vínculos que estabelecem ao nível da produção bélica. (MARINI e BRODY, p. 5-6, livre tradução, grifos do autor)

O texto “Rumo à Revolução Continental” (1972) produziu uma reflexão mais sistemática do subimperialismo, apresentando alguns elementos novos. Em primeiro lugar ele é descrito como a “forma que assume o capitalismo dependente ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro.” (MARINI, 2012, p. 256) A política de estímulo às exportações, com base nas restrições ao mercado interno

provocou, de imediato, o reforço da tendência do capitalismo brasileiro à monopolização, com o propósito de criar uma estrutura de produção apta a competir no mercado internacional. Além de facilitar a desnacionalização da indústria, isso levou a pequena e média empresa à falência ou à absorção pelo grande capital, no mesmo momento em que o desenvolvimento do capital financeiro – através das companhias financeiras e dos bancos de investimento com forte participação estrangeira – criava o instrumento capaz de centralizar o capital social em poucas mãos.²¹⁵ (idem, p. 259)

Há no texto, paradoxalmente, uma certa relativização do papel dos mercados externos na solução imediata ao problema da *realização*. É preciso, diz Marini,

tempo para fazer da exportação uma solução para os problemas da realização apresentados pelo sistema e, enquanto isso, o sistema terá não apenas que manter e agravar a exploração das massas [...], mas também deverá contar com uma válvula de escape. (idem, p. 264)

Esse tempo para viabilizar uma solução ao problema da realização não é apenas o tempo para se materializar uma saída. É preciso que essa saída perdure no tempo, como característica de uma nova etapa histórica. Refluxos ou movimentos que questionam e interrompem este processo colocam em questão a existência do próprio. É, para nós, o caso a verificar do subimperialismo brasileiro²¹⁶.

A válvula de escape sugerida por Marini para contornar a dificuldade de acesso ao mercado externo é o Estado.

²¹⁵ A desnacionalização da economia deveria ser um objeto de atenção e análise cuidadosa. Ele se revela não apenas na dificuldade de uma política autônoma – ainda mais havendo conflito com os interesses imperialistas na região – como sugere Marini a partir do conceito de cooperação antagônica.

²¹⁶ Neste ponto, precisaríamos verificar a movimentação externa brasileira no tocante à exportação de mercadorias e o investimento direto (IED), para onde se destinam e o que os forma.

Na prática, o Estado tem que aumentar particularmente os gastos militares, o único meio efetivo de consumo supérfluo. Esta é a razão pela qual a fusão dos interesses entre a elite militar e o capital nacional e estrangeiro é permanente e tende a criar uma solidariedade mútua sempre maior. A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos 1930. (MARINI, 2012, p. 265)

O prefácio à 5ª edição de “Subdesenvolvimento e Revolução”, constitui, do nosso ponto de vista, uma nova síntese do conceito de subimperialismo que, aqui, Marini já considera um *sistema*.

Respondendo à críticos de seu conceito que arguíram, a partir de Lenin, ser a exportação de manufaturas insuficiente para caracterizar uma expansão imperialista. Além disso, o comércio exterior para o Brasil não funcionaria como uma resposta a problemas de realização criados pelo estreitamento do mercado, mas à necessidade de se remunerar o capital investido, de forma direta ou indireta, na economia brasileira²¹⁷.

Marini responde que não é suficiente afirmar que a exportação não caracteriza o imperialismo, sem dizer que uma de suas principais características é, justamente, o acirramento da concorrência pelos mercados. E ainda mais,

diferentemente do que se diz, a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a fase dos monopólios e do capital financeiro, como apontaram não somente Lenin, mas também Bukharin, Hilferding e outros autores marxistas que se ocuparam do tema. (MARINI, 2012, p. 36)

A teoria de Lenin, diz Marini, não pode ser invocada para impedir que o estudo do subimperialismo se realize. “E não pode sê-lo porque se refere ao imperialismo, e não ao subimperialismo.” (idem, p. 37) Essa é uma frase que precisa ser observada cautelosamente. Se como ele diz no início do texto, que para lutar contra o imperialismo “é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas [...], forma o terreno no qual esta [...] finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos” (idem, p.

²¹⁷ Não pretendemos nos estender nesta discussão. Ela remete, tudo indica, a uma polêmica com algumas teses construídas no CEBRAP, que volta a aparecer no texto “Plusvalia extraordinária”, especificamente em um debate com Oliveira(1976). Da nossa parte, pensamos que o capital na busca de superlucros procurará as melhores condições para acumular. Se o mercado interno é limitado, a exportação é uma resposta imediata, sem deixar de se dar conta que o comércio exterior sempre foi um meio para a captação de moeda internacional além de espaço para as filiais das empresas multinacionais transferirem recursos para suas matrizes. O câmbio é um tema que pouco aparece nos textos de Marini. O aprofundamento destas questões precisará ficar para um outro momento.

27-28), não podemos tratar imperialismo e subimperialismo como fenômenos de qualidade diferentes.

Do ponto de vista estritamente econômico, o subimperialismo é o resultado da intensificação e da ampliação da circulação de capital, resultado da nova divisão internacional do trabalho no pós-guerra, que agiram também “em benefício das nações de composição orgânica intermediária” (idem, p. 40) O subimperialismo se define, portanto:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção. (ibidem)

Vamos agora fechar o quadro conceitual de Marini antes de tratarmos dos nossos comentários finais sobre o ponto.

Com “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo” e “Estado y crisis em Brasil”, Marini produz sua última grande síntese acerca do conceito de subimperialismo. Ele o descreve, concisamente, da seguinte forma:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional. Posto em outros termos [...] só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza. (MARINI, 1977a, p. 18, livre tradução)

Disposto a analisar a composição orgânica do capital de alguns países para poder obter algum índice que lhe ajude a confirmar a tese, ele diz que na “falta de dados mais precisos, a composição orgânica do capital de uma nação pode inferir-se da participação de seu produto manufatureiro no produto interno bruto.” (idem, p. 18-19) Apresenta uma tabela que lista Argentina, México, Brasil, Irã, Israel e Espanha, com variação da participação da indústria no PIB com 34%, 29%, 27%, 29%, 25% e 26%, respectivamente. (idem, p. 30) O problema aqui, ao nosso ver, está no fato de que “participação da indústria no PIB” não nos aproxima do grau de composição orgânica do capital de um país. Este índice pode revelar – tautologicamente - o grau de desindustrialização ou, por exemplo, ajudar a refletir sobre a dimensão da ociosidade na atividade industrial – típica característica das sociedades subdesenvolvidas.

Mas, tomando pela tabela, a Argentina teria uma “composição orgânica” maior do que a economia brasileira. Por que ela não seria uma candidata ao subimperialismo que constituiu-se no Brasil? Pelo fato deste “não ser apenas uma expressão de um fenômeno econômico. Resulta em uma ampla medida, do processo da luta de classes no país e do projeto político, definido pela equipe tecnocrático-militar que assume o poder em 1964.” (idem, p. 19) Nesse sentido, reforça-se, nas mesmas condições que antes, o papel e a atuação do Estado.

Vale aproveitar este momento e trazer uma outra contribuição de Marini, pouco discutida de uma forma geral. Infelizmente, não poderemos ir além de uma breve apresentação, mas já fica pautada para pesquisas futuras.

O debate em torno do Estado é feito também em um artigo publicado em 1978, com a síntese de uma mesa redonda sobre a questão do fascismo na América Latina. Participaram da atividade, Garcia, Cueva, Marini e Dos Santos. Nosso autor afirma que ao promover o golpe a burguesia monopolista tratava de reunificar o bloco no poder, tal como se encontrava antes da ruptura dos setores da burguesia autóctone, restabelecendo, também, relações com frações da pequena burguesia. Ao

privilegiar as Forças Armadas como elemento central de sua estratégia, a burguesia monopólica está conferindo a este aparato especial do Estado a missão de solucionar o problema; está pois, passando do terreno da política para a guerra. Na doutrina de contrainsurgência, para o cumprimento dessa tarefa e para aplicar à luta política um enfoque militar, se resolveu em um só processo a vontade contrarrevolucionária da burguesia e a vontade de poder das Forças Armadas. Estas vão, assim, mais além do golpe de Estado e procedem à implementação da ditadura militar, que, se desde o ponto de vista da doutrina burguesa clássica são o corpo do Estado, convertem-se, agora, em sua cabeça. (MARINI, 1978a, p. 15, livre tradução)

O Estado que surge aí – o Estado de contrainsurgência – consagra a aliança destes dois setores e no qual se desenvolve o processo de tomada de decisões por fora da influência dos outros poderes. Em síntese, o

Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopólica e das Forças Armadas [...]. Dito Estado apresenta similitudes formais com o Estado Fascista, assim como com outros tipos de Estados capitalistas, porém sua especificidade está na sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que ali se geram. (idem, p. 16)

Mas em 1978 já estava em pleno andamento a distensão. A herança, nesta discussão, que seria deixada pela ditadura era o que Marini nominou de Estado do quarto poder, no qual “as Forças Armadas exercerão um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal.” (idem, p. 18) De toda forma, um Estado que guarda um considerável grau de autonomia relativa, derivado da lei que

diz que esta está sempre em razão inversa da burguesia exercer sua dominação de classe. Em outros termos, diz ele, “um Estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia fraca.” (MARINI, 1977b, p. 1) E, diz ainda ele, a autonomia relativa tende a agravar-se em períodos de crise visto que agudiza-se os conflitos de classe.

Se no campo político era este o quadro, no campo da economia havia um elemento a mais. Em 1977, período da crise do petróleo e da oferta dos petrodólares – lançado

na órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário, ainda que não fosse capaz de assimilá-lo integralmente enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu estilo dependente e subordinado, Brasil entraria na etapa de exportação de capitais, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como petróleo, terra e gás. (MARINI, 1977a, p. 20-21)

Mas, além de ser uma categoria analítica, diz Marini, o subimperialismo é um fenômeno histórico. E como tal deve seu estudo deve ser realizado, naquele momento, a partir da crise experimentada na conjuntura da época.

É neste sentido seu texto “Estado y crisis em Brasil”. Analisando os ciclos de conjuntura da economia brasileira ele traça uma reflexão sobre as conexões entre os ciclos da conjuntura internacional e os ciclos locais: ainda que influenciados pela economia internacional não vão corresponder diretamente a ela; nos países dependentes a esfera da produção se encontra estreitamente articulada com o fluxo internacional do capital dinheiro e do capital mercadoria e uma vez internalizados vão configurar-se como um fator determinante no estabelecimento do ciclo local. As crises no Brasil, de toda forma, são respondidas com o recrudescimento das leis específicas do capitalismo dependente: a superexploração e o subimperialismo com seus esquemas de realização: o consumo suntuário, a exportação de manufaturas e a ação do Estado.

Queremos tecer algumas últimas considerações. De imediato, parece não haver espaço para a formulação de Marini do subimperialismo fora do contexto da ditadura militar. Em segundo, como já havíamos chamado a atenção, a ideia de uma composição média não se materializa nem teoricamente – como ilustramos na discussão sobre intercâmbio desigual – nem factualmente, visto a dificuldade de Marini em fazê-lo. Um sistema subimperialista não se sustenta conceitualmente.

Marini está muito próximo, como podemos verificar em nosso trabalho, do

pensamento de Luxemburgo, mesmo que ele não a cite nem se referencie claramente em sua obra. Vimos a insuficiência de sua categorização sobre o imperialismo. O problema para nosso autor se agrava quando ele busca responder a partir de Lenin os argumentos de seus críticos.

Por fim, o conceito de cooperação antagônica não ajuda a formatar a cadeia imperialista. Ao utilizá-lo acaba criando uma situação paradoxal pois aponta para uma ordem cooperativa e “solidária”, afrouxando a hierarquia que está presente, inclusive ressaltada em diversos momentos da sua obra. Apenas em certas ocasiões – nos apropriando aqui de Gunder Frank – por uma condição de crise, pode haver um abrandamento desta hierarquização. É isso o que permite realizar – dentro da ordem – certos movimentos que em outras circunstâncias seriam imediatamente combatidos em uma disputa absolutamente desigual.

Quanto ao ciclo do capital dependente, apenas uma última observação: se analisarmos o processo de formação do capital produtivo, teremos em vista que a separação entre as esferas de produção e consumo são relativas. Para a formação do capital autóctone, esta é uma possibilidade real – e por isso ele não se forma de maneira a conferir os recursos necessários ao desenvolvimento autônomo. Mas isso não é uma realidade para o grande capital estrangeiro ou associado. O consumo não precisa ser realizado localmente.

As crises, por fim, são experimentadas de formas diferentes pelas classes e frações em disputa. E a burguesia faz seu movimento para preservar sua condição e seus ganhos. É correta a leitura que, nas condições da economia dependente e aproveitando-se da fragilidade das classes trabalhadoras em um momento de crise recessiva, seja do seu sofrimento o alimento da autocracia burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma síntese inacabada. Esta é a conclusão que podemos tirar a partir da análise dos conceitos e do pensamento de Marini. Uma obra produzida em grande medida na forma de artigos e ensaios, expressando por vezes compreensões dissonantes de seus próprios temas. Mas em cada texto, incorpora novas leituras, os conceitos são reescritos como que em um diálogo que nunca cessa, como que animado por um professor que nunca deixa de estudar.

A obra de Marini não pode ser vista como um “salto pra frente”. Ela deve ser posta em seu lugar: a contribuição de um dirigente – no sentido gramsciano da expressão – que lutou para a superação da condição miserável de vida que afoga a grande maioria da população latino-americana.

A obra de Marini, pelas suas características, permite que se faça seu uso de maneira meramente instrumental. Não podemos perder de vista a necessidade de tomar seu pensamento em toda sua riqueza e limites. Nos apropriarmos daquela parte, aquele trecho ou passagem que reforça apenas aquilo que queremos dizer não é a maneira de lhe render uma homenagem.

Em nosso trabalho, buscamos resgatar a partir da trajetória de Marini, todas as escolas e tradições intelectuais que contribuíram para a formação do seu pensamento. Todos aqueles e aquelas que estiveram na arena a partir da qual delimitou sua problemática.

Sua ousadia não foi única nem solitária. A TMD no Brasil é uma aposta que resulta, em seu primeiro momento, da contribuição de Marini, Bambirra e Dos Santos. Em movimentos particulares, mas impulsionados por questões comuns eles compartilham: uma leitura materialista e dialética da história; a defesa do socialismo como um imperativo para a superação da condição imposta pelo desenvolvimento dependente do capitalismo latino-americano; a análise do movimento histórico a partir da luta das classes e suas frações no terreno das sociedades periféricas; a defesa do caráter socialista da revolução brasileira e latino-americana; e, como não poderia deixar de ser, a delimitação teórica dentro da tradição do pensamento marxista da especificidade do desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano.

Em suas trajetórias comuns marcamos, especialmente, o convívio com Guerreiro Ramos, a passagem pela POLOP e o tempo na UnB quando conheceram

Gunder Frank. Com Guerreiro Ramos eles tomaram por insatisfatória qualquer solução para os problemas nacionais que não levasse em conta a realidade específica do país. Recusaram assim, desde logo, a experiência do PCB. A Revolução Cubana, por sua vez, lhes mostrou o horizonte aberto de outras possibilidades para a história dos países da América Latina. Esses encontros levam à sua organização na Política Operária e, ali, tem um momento importante para sua formação. A crítica à burguesia nacional, os erros do nacional-desenvolvimentismo, a defesa da revolução socialista no Brasil. De nossa leitura, foi Marini quem se mostrou mais influenciado pelos textos e conceitos *polopianos*. A companhia de Ernesto Martins deixou, resolutamente, marcas significativas em sua obra.

Com Gunder Frank veio a crítica à CEPAL e às Teorias da Modernização. E à medida que formulavam seus próprios entendimentos sobre o subdesenvolvimento, veio a crítica ao próprio Gunder Frank.

Assim como Dos Santos e Bamberger, Marini construiu um campo de problemáticas – dentro do âmbito da TMD – que lhe é próprio. O intercâmbio desigual como origem para a drenagem dos recursos dos países dependentes; a superexploração como mecanismo de compensação e legalidade específica das economias dependentes. A formação de um mercado interno restrito, a separação das esferas alta e baixa de circulação e uma industrialização integrada ao imperialismo faz Marini chegar, para o caso brasileiro, à etapa do subimperialismo com seus esquemas próprios de realização.

Buscamos entender sua construção ao mesmo tempo em que a confrontávamos com autores da tradição do marxismo. Deste movimento surgiram um conjunto de questionamentos e incômodos que revelaram algumas limitações que, ao seu tempo, ilustram possibilidades para o desenvolvimento futuro dessas mesmas reflexões: a regulação do intercâmbio desigual pela lei do valor; a precisão da superexploração como roubo sistemático do fundo de consumo das classes trabalhadoras e a crítica ao conceito de subimperialismo dada as insuficiências presentes ainda na obra de Marini.

Quanto ao primeiro tema, fizemos a crítica à ideia de que o intercâmbio desigual realiza-se através da *burla* da lei do valor. Em cima da superexploração, fizemos um grande esforço, não apenas de sistematização da maneira como aparece na obra de Marini, mas em cada um destes momentos, como enxergamos sua compreensão da obra econômica de Marx.

Do subimperialismo, concluímos que Marini – muito próximo das formulações de Rosa Luxemburgo – tenta responder aos seus críticos tomando a discussão por aquilo que ela não era. A insuficiência da caracterização do imperialismo produzido por ela transparece na perspectiva do nosso autor. A situação piora quando tenta responder a partir da noção de imperialismo de Lenin, as críticas que lhe são destinadas.

Os últimos textos produzidos por Marini tentam apresentar elementos mais gerais da teoria do desenvolvimento capitalista. O caráter cíclico da economia e o problema das crises são aí sistematizados. Ainda que seja um tema recorrente nos momentos iniciais de sua obra, aparecem nestes artigos em um grau de maior maturidade. Para possibilitar uma reflexão sobre esta produção, mesmo sob o risco de ultrapassar os objetivos iniciais da tese, construímos uma proposta de síntese para o enquadramento destas questões dentro dos marcos da tradição do pensamento marxista.

A construção de análises da realidade sócio-histórica brasileira e latino-americana, a partir do conjunto de problemáticas sugeridas pela TMD – e em particular, por Marini -, guarda grandes potencialidades. É preciso que suas contribuições sejam analisadas no âmbito da tradição do marxismo, de maneira a compor um movimento vivo, pulsante, permanente e subversivo.

A responsabilidade que assumimos com a conclusão deste texto é a continuidade da pesquisa que aqui apresentamos e que, esperamos, dialogue com tantos outros esforços que vem sendo produzidos na direção do entendimento e da superação da condição imposta às classes trabalhadoras dos países dependentes, submetidos e submetidas à sistemática da superexploração do trabalho.

A construção teórica e prática, direcionada à libertação do homem e da mulher das amarras que os reduzem à miséria material e espiritual, é uma obra de muitos e muitas. Que o esforço, aqui apresentado, possa servir como mais um marco nesse caminho.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México, DF: Era, 1978.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: IELA; Insular, 2012.

BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo (SP): Abril Cultural, 1984.

BEIGEL, F. Vida, muerte y resurrección de las “Teorías de la Dependencia”. In: BEIGEL, F.; CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES; PROGRAMA REGIONAL DE BECAS DE CLACSO. **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 287-326.

BENSAID, D. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: _____. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13–68.

_____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico de desenvolvimentismo**. 4ª. ed. 1ª. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 2

CARDOSO, F. H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia, 1972.

_____. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis; São Paulo: Editora Vozes ; CEBRAP, 1980.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependencia E Desenvolvimento Na America Latina: Ensaio De Interpretacao Sociologica**. 6ª ed. Rio De Janeiro: Zahar, 1981.

CARDOSO, F. H. e SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.

CARONE, E. Introdução. In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982, vol 2.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R.; RIBEIRO, V. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. v. 1, p. 139–178.

_____. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000b. v. 1, p. 137–178.

CHILCOTE, R. H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1982.

CUEVA, A. Problemas y perspectivas de la Teoría de la Dependencia. In: CUEVA, A. **Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica de crítica latinoamericana**. Bogotá: CLACSO; Siglo del Hombre, 2008.

DOS SANTOS, T. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, L. (Org.). **Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 185–236.

_____. **La crisis norteamericana y América Latina**. Buenos Aires: Periferia, 1972.

_____. **Dependencia y cambio social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973a.

_____. **Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. Buenos Aires: Periferia, 1973b.

_____. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Ayacucho, 2011.

DULLES, J.W.F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, F. Friedrich Engels a August Bebel In: MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo. Boitempo, 2012, p. 51-59.

FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K.; FERNANDES, F.; ENGELS, F. (Eds.). **K. Marx, F. Engels: História**. 3^a ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino Americano. In.: FRANK, A. G. et al. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Lumpen-burguesia: Lumpen-desenvolvimento**. Porto: Portucalense, 1971.

_____. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. 2ª ed. México D.F.: Era, 1976.

_____. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo. In. STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-80**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2012.

FILHO, D. A. R.; SÁ, J. F. DE. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

FILHO, N. A. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

FREIRE, S. M. **Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas pós-1964**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**. n 4, p. 7-38, mar. 1950.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

_____. Secularización, modernización y desarrollo económico. In: ARBAT, Teresa Carenero (ed.). **Modernización, desarrollo político y cambio social**. Madrid: Alianza Editorial, 1992, p 71-100.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GOLDMANN, L. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GORENDER, J. O V Congresso do PCB. In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982, vol 2.

_____. **Combate nas trevas**. 6^a ed. São Paulo: Editora Atica, 2003.

IANNI, O. **Sociologia da sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

ISEB (Ed.). **Introdução aos problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

JAGUARIBE, H. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, C.N. (Org.), **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LENIN, V. I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In: LENIN, V.I: **Obras completas de V.I Lenin**. 5^a ed. Lisboa: Avante, 1977, t. 25, p. 255-320.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2^a ed. São Paulo: Centauro, 2003.

LÖWY, M. Introdução. In: LOWY, M. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, M.; BENSÁID, D.; LEITE, J. C. (Eds.). **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160-167.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Apêndice: a crítica de G. Eckstein. São Paulo: Abril Cultural, 1984a, v. I.

_____. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Apêndice: a crítica de G. Eckstein. São Paulo: Abril Cultural, 1984b, v. II.

_____. **Junius Pamphlet**. s.l., 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1915/junius/>. Acessado em: 16 out. 2014.

_____. A questão nacional e a autonomia. In: ISHAY, M.R. (Org.). **Direitos Humanos: uma antologia**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 477-488.

MANDEL, E. **Tratado de economia marxista**. México D.F.: Era, 1965a, v. I.

_____. **Tratado de economia marxista**. México D.F.: Era, 1965a, v. II

_____. **Sobre o Fascismo**. Lisboa: Antidoto, 1976.

_____. **Marxismo revolucionário atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1990.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo; Petrópolis, RJ: Polis ; Vozes, 1984.

MARINI, R. M. **Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo**. Mimeo. s.l. 1965a.

_____. **Interdependência Brasileira e Integração Imperialista**. Mimeo. s.l., 1965b.

_____. En torno a dialectica de la dependencia. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, nº 5, Santiago: Flacso, jun. 1973.

_____. Prologo. In: BAMBIRRA, V. **La Revolucion Cubana**: una reinterpretacion. Mexico D.F.: Nuestro Tiempo, 1974.

_____. La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n 12, México, D.F.: Era, abr-jun, 1977a, p.20-39. Disponível em: <http://cuadernos.politicos.unam.mx/cuadernos/>. Acesso em: 16 out. 2014

_____. Estado y crisis em Brasil. **Cuadernos Políticos**, n 13, México, D.F.: Era, jul-set 1977b, p.76-84. Disponível em: <http://www.cuadernos.politicos.unam.mx/cuadernos/>. Acesso em: 16 out. 2014

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociologia*, número especial, México D.F.: UNAM, 1978. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/056_neodesarrollismo.html. Acessado em: 16 out. 2016.

_____. Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, n 20, México, D.F.: Era, abr-jun 1979, p.18-39. Disponível em: <http://www.cuadernos.politicos.unam.mx/cuadernos/>. Acesso em: 16 out. 2014

_____. **Memorial**. Mimeo, sl. 1990.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires; Rio de Janeiro: Editora Vozes ; CLACSO ; Laboratório de Políticas Públicas, 2000.

_____. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: MARINI, R. M.; SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires; Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes ; CLACSO ; Laboratório de Políticas Públicas, 2000a. p. 11–104.

_____. Dialética da dependência. In: MARINI, R. M.; SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires; Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes ; CLACSO ; Laboratório de Políticas Públicas, 2000b. p. 105–165.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: MARINI, R. M.; SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires; Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes ; CLACSO ; Laboratório de Políticas Públicas, 2000c. p. 167–241.

_____. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 137-180.

_____. Sobre a Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b, p. 181-194.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: IELA; Insular, 2012.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 21-35

MARINI, R. M. et ali. La cuestión del fascismo em América Latina. **Cuadernos Políticos**, nº 18 México, D.F.: Era, abr-jun 1978a, p.13-34. Disponível em: <http://www.cuadernos.politicos.unam.mx/cuadernos/>. Acesso em: 16 out. 2014

MARINI, R. M. e BRODY, O. P. Militarismo y Desnuclearización em América Latina: El caso de Brasil. **Foro Internacional**, nº 29, jul-set., 1967, p. 1-24.

MARTINS, C.E. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: BEIGEL, F.; CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES; PROGRAMA REGIONAL DE BECAS DE CLACSO. **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, 153-216.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. v. 1, livro 1

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v. 2, livro 1

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980c. v. 1, livro 2

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980d. v. 1, livro 3

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980e. v. 2, livro 3

_____. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980f. v. 3, livro 3

_____. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico (Livro 4 de o capital). São Paulo: Bertrand Brasil, 1983, v. 2.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983a.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann.** 6ª ed. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006a, p. 32-68.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006b, p. 69-142.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo. Boitempo, 2012, p. 16-48.

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967), In: RIDENTI, M. e REIS, D. A. **História do Marxismo no Brasil:** Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60, Campinas: UNICAMP, 2002, v. 5, p. 185-210.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil.** Marília, SP; São Paulo: Unesp ; Boitempo, 1999.

MEYER, V. Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP. In: CVM (Ed.). **POLOP:** Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no país. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

MIGLIOLI, J. O ISEB e a encruzilhada nacional. TOLEDO, C.N. (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil:** a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

OLIVEIRA, F. DE. A navegação venturosa (Introdução). In: FURTADO, C.; OLIVEIRA, F. DE (Org.). **Celso Furtado: economia.** São Paulo: Atica, 1984.

_____. **A economia da dependência imperfeita.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, L. L. **A sociologia do Guerreiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OCML-PO. Voltando às raízes: síntese das autocríticas aprovadas OCML-PO em sua 5ª Conferência Nacional. Revista Marxismo Militante nº 6, fev., 1979. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/polop/documentos-basicos/>. Acesso em: 16 de out. 2014

ORM-POLOP. **Teses de Tiradentes.** Mimeo., s.l., 1966. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/polop/documentos-basicos/>. Acesso em: 16 de out. 2014.

_____. **Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO**. Mimeo., s.l., 1967. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/polop/documentos-basicos/>. Acesso em: 16 de out. 2014

_____. **Curso Básico da ORM-PO**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

_____. Por uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. **Política Operária**. Rio de Janeiro, 1º de jan. 1962. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/polop/jornais/>. Acessado em: 16 de out. 2014.

_____. Diretrizes para uma política operária: Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963. In: CVM (Ed.). **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no país**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009a, p. 33-46.

_____. Programa Socialista para o Brasil. In: CVM (Ed.). **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no país**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009b, p. 97-128.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. **Homem e sociedade**. 3. ed. rev. São Paulo: C. Editora Nacional, 1966a. p 47-55.

_____. Os componentes dos sistemas sociais. In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. **Homem e sociedade**. 3. ed. rev. São Paulo: C. Editora Nacional, 1966b. p 56-59.

PARSONS, Talcott et al. Papel e sistema social. In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. **Homem e sociedade**. 3. ed. rev. São Paulo: C. Editora Nacional, 1966c. p 63-68.

PCB. III Conferência Nacional do PCB (15/07/1946): Resoluções aprovadas na sessão plenária de 15 de julho de 1946). In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982a, vol 2, p. 65-71.

_____. Manifesto de Janeiro (Janeiro de 1948). In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982b, vol 2, p. 72-89.

_____. Projeto de Programa (dezembro de 1953). In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982c, vol 2., p. 114-120.

_____. IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982d, vol 2, p. 126-136.

_____. Declaração sobre a política do PCB (Março de 1958). In: CARONE, E. (Org.). **O P.C.B.: 1943 a 1964** São Paulo: DIFEL, 1982e, vol 2, p. 176-196.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 69–136.

_____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000b, p. 179–216.

RAMOS, G. A problemática da realidade brasileira. In: ISEB (Ed.). **Introdução aos problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956, p. 13-31.

_____. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. **A redução sociológica; introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

RODRIGUEZ, O. **A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROSDOLSKI, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SACHS, E. Convocatória para o 1º Congresso da POLOP. In: CVM (Ed.). **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no país**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009, 21-32.

_____. **Depois do Congresso**. Mimeo. s.l., 1967. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/polop/arquivo-erico-sachs/>. Acesso em: 16 de out. 2014

SADER, E. **A crise do reformismo e a formação do Partido Revolucionário**. Mimeo. s.l. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-eder-sader/>. Acessado em: 16 de Out. 2014.

SALAMA, P. **O processo de subdesenvolvimento**: Ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALAMA, P e VALIER, J. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SODRÉ, N. W. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

STOTZ, E. A POLOP e as esquerdas no enfrentamento da ditadura militar. In: CVM (Ed.). **POLOP**: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no país. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TALHEIMER, A. **Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial**. Mimeo. s.l., 1946. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-thalheimer/>. Acessado em: 16 de Out. 2014.

_____. **Sobre o Fascismo**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

TOLEDO, C. N. DE. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

_____. **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**: A Queda do Tzarismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

VALENCIA, A. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. Tradução Fiorella Macchiavello. Londrina: Praxis, 2008.

URBINA, J. O. El marxismo latinoamericano y la dependencia. **Cuadernos Políticos**, n 38, México, D.F.: Era, janeiro-março 1984, pp.40-59. Disponível em: <http://www.cuadernos.politicos.unam.mx/cuadernos/>. Acesso em: 16 out. 2014

WEFFORT. F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.